

---

# FCE Bank plc Relatório Anual e Contas

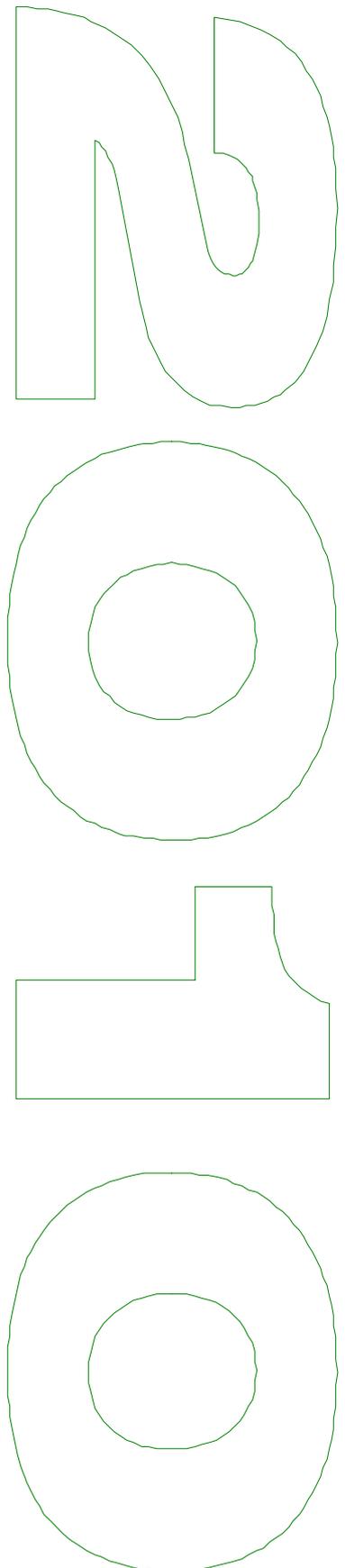
Para o ano terminado em  
31 de Dezembro de 2010

**Versão preliminar**

*Versão 8.0*

Tradução concluída

CONFIDENCIAL



# Definições

## Definições

Para efeitos do presente relatório (à excepção do “Relatório dos Auditores Independentes”), por

- i. **“Relatório Anual e Contas de 2010”** entende-se as demonstrações financeiras anuais consolidadas do FCE no e para o ano findo no dia 31 de Dezembro de 2010.
- ii. **“Relatório e Contas Intercalar”** entende-se relatório e contas intercalar e demonstrações financeiras consolidados do FCE em e para o semestre findo a 30 de Junho de 2010.
- iii. **“Empresa”** entende-se o FCE Bank plc, incluindo todas as suas sucursais europeias, mas excluindo as suas subsidiárias e SPE.
- iv. **“Group”** ou **“FCE”** entende-se a Empresa e respectivas subsidiárias e SPE.
- v. **“FCI”** entende-se a Ford Credit International, Inc., uma empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, uma subsidiária da Ford Credit e o accionista imediato da Empresa.
- vi. **“FMCC”** ou **“Ford Credit”** entende-se a Ford Motor Credit Company LLC, uma sociedade de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e uma subsidiária indirecta, detida a 100%, da Ford.
- vii. **“Ford”** entende-se a Ford Motor Company, uma empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e a empresa-mãe. Em certos casos, este termo pode incluir a Ford Motor Company e todas ou parte das suas afiliadas.
- viii. **“Forso”** ou **“a Forso JV”** entende-se uma sociedade financeira de joint venture estabelecida com a Sofinco, uma subsidiária de crédito ao consumo do Crédit Agricole S.A. em Junho de 2008, que proporciona aos clientes e revendedores financiamento automóvel nos mercados nórdicos.
- ix. **“Capital Próprio com Base no Risco”** ou **“CBR”** – é um processo que atribui capital próprio com base numa avaliação do risco inerente em cada localização. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para reflectir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital próprio revistos. O CBR permite que o risco/retorno das localizações individuais seja avaliado numa perspectiva total.
- x. **“SPE”** entende-se uma entidade de finalidade especial não susceptível de falência cujas operações estão limitadas à aquisição e financiamento de activos específicos (que podem incluir a emissão de títulos garantidos por activos e a realização de pagamentos sobre os títulos) e sobre a qual o FCE não tem, normalmente, nenhuma participação legal ou controlo de gestão.
- xi. **“FSA”** é a Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido – um organismo independente não governamental, com poderes estatutários atribuídos pela Financial Services and Markets Act 2000. A FSA é a entidade que regula o FCE no Reino Unido.

Para obter uma lista abrangente de definições, consulte o “Glossário de termos definidos” com início na página 128.

## Relatório de 2010 dos Administradores

### Análise de negócio de 2010

<b>Destaques</b> .....	<b>4</b>
<b>Declaração do presidente</b> .....	<b>5</b>
<b>Sumário de desempenho</b> .....	<b>6</b>
Rentabilidade.....	7
Balanço.....	8
Principais rácios financeiros .....	9
Perspectivas futuras .....	11
<b>Descrição do negócio</b> .....	<b>12</b>
<b>Estratégia</b> .....	<b>14</b>
<b>Regulação</b> .....	<b>15</b>
<b>Capital e financiamento</b> .....	<b>16</b>
Fontes de financiamento.....	17
Liquidez .....	18
Notações de crédito.....	19
<b>Risco</b> .....	<b>20</b>
<b>Pessoal</b> .....	<b>23</b>
<b>Outras Informações da Análise de Negócio</b> .....	<b>25</b>
<b>Governo da sociedade</b>	
<b>Conselho de Administração</b> .....	<b>26</b>
<b>Principais princípios de governo da sociedade</b> .....	<b>28</b>
<b>Relatório do Conselho Fiscal</b> .....	<b>33</b>

## Demonstrações financeiras

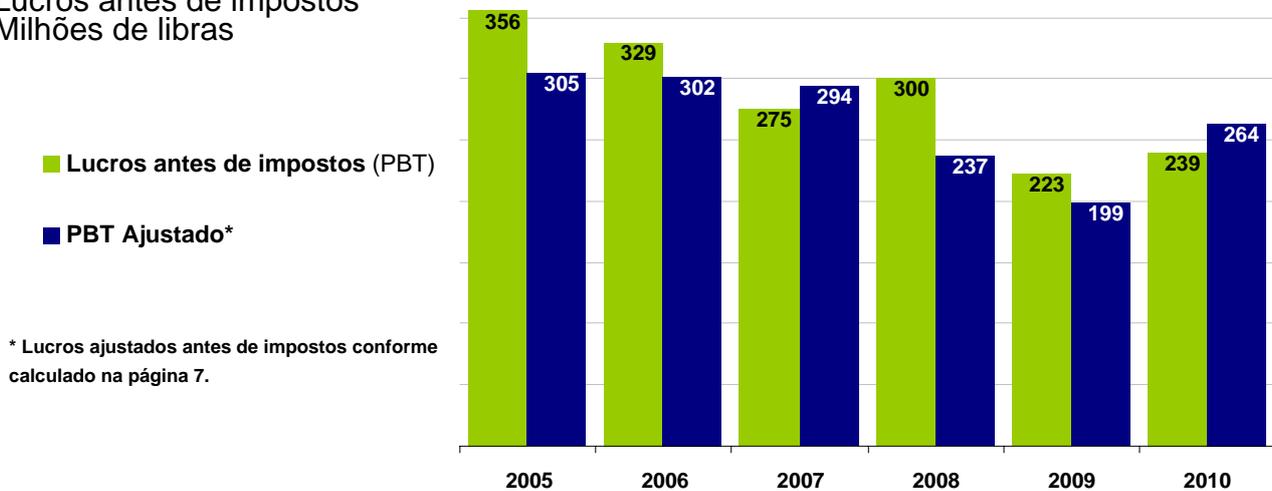
Responsabilidades dos Administradores pelas demonstrações financeiras.....	35
Relatório dos auditores independentes para o FCE Bank plc	36
Demonstração de rendimento integral.....	38
Balanços.....	39
Demonstrações de fluxos de caixa.....	40
Demonstrações de alterações no capital próprio.....	41
Índice das notas às demonstrações financeiras .....	42
Notas às demonstrações financeiras.....	43

## Outras informações

Principais rácios e termos financeiros .....	125
Endereços de páginas de Internet .....	126
Estabelecimentos na Europa.....	127
Glossário de termos definidos .....	128

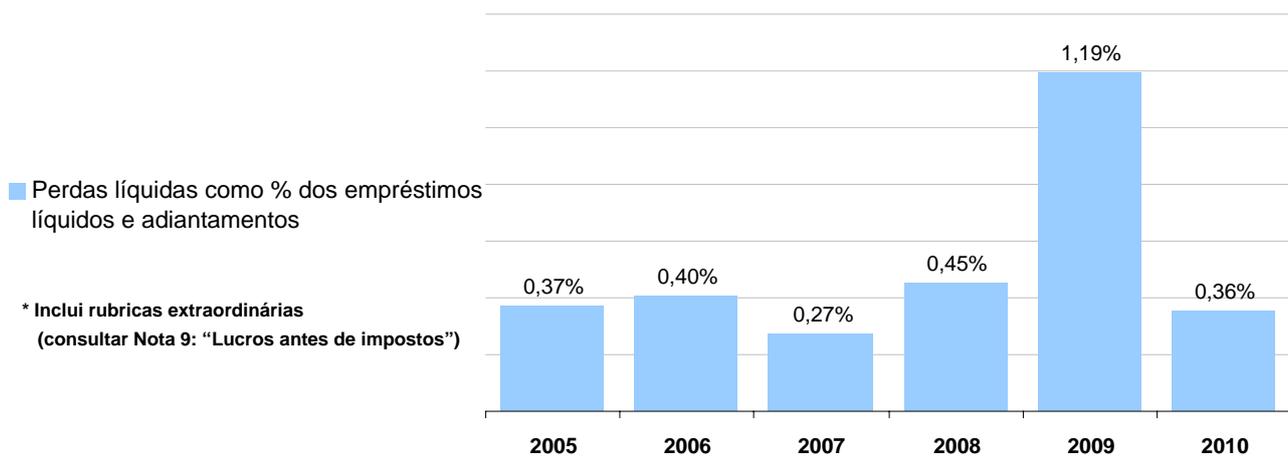
## Destaques

### Lucros antes de impostos Milhões de libras



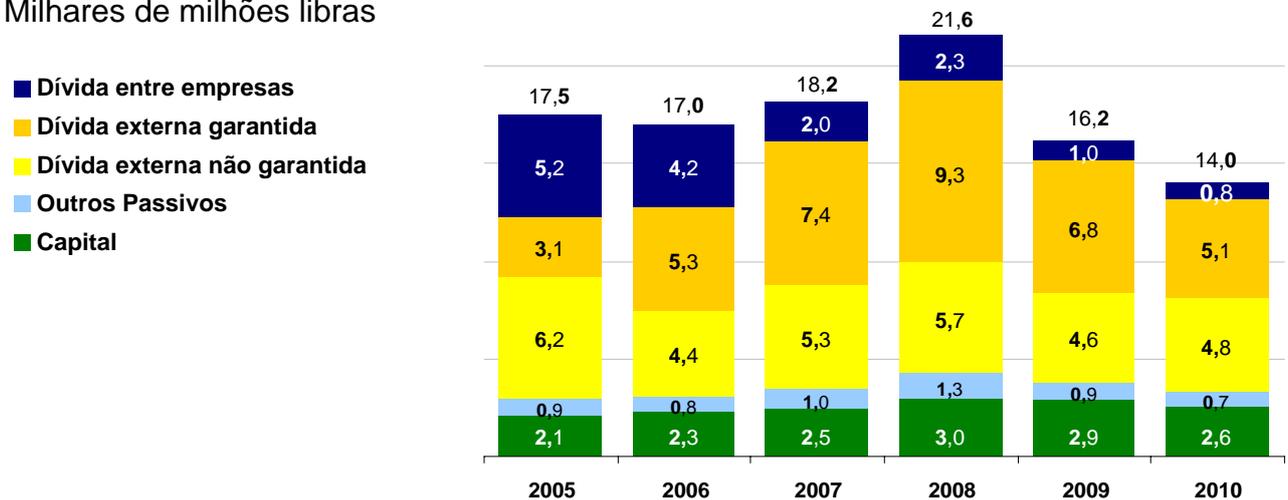
Rentabilidade subjacente melhorada suportada por desempenho de perda favorável

### Rácio de perda de crédito



As perdas de crédito diminuíram em 2010 e encontram-se dentro das normas históricas

### Passivo e capital próprio Milhares de milhões libras



O FCE permanece suficientemente capitalizado e possui financiamento entre empresas limitado

## Declaração do presidente

Em 2010, a equipa do FCE continuou a demonstrar capacidade para produzir resultados operacionais positivos numa conjuntura económica difícil. O FCE apresentou lucros antes de impostos de 239 milhões de libras em 2010. Os lucros ajustados antes de impostos do FCE, excluindo rubricas extraordinárias e ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e taxas de câmbio, foram de 264 milhões de libras, representando uma melhoria de 65 milhões de libras em relação a 2009.

Embora orgulhosa em relação aos resultados obtidos em 2010, a equipa do FCE sabe que não há espaço para complacência e que devemos continuar empenhados nas nossas fortes políticas de gestão de risco e controlos operacionais, de modo a continuarmos a operar com sucesso nas actuais condições empresariais tumultuosas.

O compromisso contínuo do FCE com uma gestão de risco eficaz contribuiu significativamente para a redução, relativamente ao ano anterior, nas perdas de crédito registadas em 2010. Apesar de o nível de desemprego na Europa continuar elevado, as perdas de crédito, como percentagem das contas a receber de financiamento médias, regressaram aos níveis históricos da Empresa em 2010. Além disso, os resultados do FCE beneficiaram de ganhos do valor residual de veículos e de reservas de crédito mais baixas. Estes contributos para a rentabilidade foram parcialmente compensados pela redução dos resultados na sequência de contas a receber de financiamento médias mais baixas e do aumento dos custos associados a um nível de liquidez mais elevado do FCE.

No que diz respeito às perspectivas futuras, serão concentrados esforços na compensação da contracção do balanço do FCE na sequência da saída estratégica da empresa do mercado de marcas não Ford. Como fonte de financiamento dedicada da Ford Motor Company, uma das principais marcas de automóveis da Europa, o FCE vê a oportunidade para o crescimento futuro na participação financeira nas vendas da Ford.

De modo a facilitar o crescimento, o FCE continua a investir na melhoria da experiência de financiamento dos seus clientes, prestando novos serviços. Estes incluem uma presença online melhorada e orientada para o cliente nos mercados de maior dimensão, o que complementa o investimento do FCE em novas tecnologias para os revendedores da Ford.

A melhoria da experiência de contacto do cliente e o fornecimento de novas formas para os clientes interagirem com o FCE apoiam o compromisso contínuo da empresa relativamente ao tratamento equitativo dos seus clientes. A satisfação dos Clientes e Revendedores, medida por inquéritos exclusivos do FCE, atingiu níveis recorde em 2010.

Além disso, o FCE alinou as suas actividades de marketing e vendas em Janeiro de 2011, de acordo com a função recentemente criada de administrador executivo de Marketing, Vendas e Marca. Esta função é responsável pelo marketing e vendas pan-europeias do FCE, bem como pela gestão da relação do FCE com a Ford Europa relativamente às operações de venda e marketing. A criação desta função irá melhorar a parceria do FCE com a Ford Europa, gerando crescimento futuro tanto para o FCE como para a Ford.

O FCE continua a manter um balanço sólido com um Capital Tier 1 de 2,5 mil milhões de libras, representando 21% das Posições Ponderadas pelo Risco. Durante o primeiro semestre de 2010, o FCE pagou um dividendo de 390 milhões de libras à empresa-mãe. Esta acção foi consistente com o plano do FCE para alinhar o seu capital com a escala reduzida dos seus negócios. Adicionalmente, o balanço do FCE permaneceu inerentemente líquido e a empresa observou um aumento da apetência pelos seus títulos por parte de mutuantes e investidores.

Durante 2010, as actividades de financiamento do FCE beneficiaram de uma melhoria do perfil de crédito da Ford Motor Company. Desde Janeiro de 2010, as notações de crédito foram actualizadas em vários escalões pela Fitch, Moody's e Standard & Poor's (consulte a página 19 deste relatório) e as três agências avaliam actualmente o FCE como tendo uma perspectiva positiva. O FCE arrecadou 1,7 mil milhões de libras de novos fundo externos durante 2010, incluindo duas emissões de dívida pública não garantida num total de 0,7 mil milhões de libras e a uma transacção de titularização de termo público. Durante o ano, os financiamentos recebidos do Banco Central Europeu foram praticamente eliminados.

Estou confiante que o FCE conseguirá responder aos desafios que surgirão em 2011. A nossa equipa é composta por funcionários experientes, dedicados e aplicados, que têm bons antecedentes na produção de resultados operacionais positivos em tempos difíceis. O alcance pan-europeu único do FCE e relação com a Ford oferecem a oportunidade de ajudar a Ford a aumentar a rentabilidade das suas vendas de veículos, aumentando simultaneamente a participação financeira do FCE dessas vendas e reforçando o valor do FCE como um activo estratégico para a Ford.

**Todd Murphy**  
**Presidente, FCE Bank plc.**  
**24 de Março de 2011**

## Sumário de desempenho

### Ambiente empresarial

Apesar dos desafios contínuos da crise de crédito e das preocupações com a dívida soberana na Europa, o FCE financiou com sucesso o seu negócio e continuou a apoiar a venda de veículos da Ford. As pressões de financiamento diminuíram em 2010 à medida que os mercados de crédito recuperaram lentamente e as notações de crédito do FCE e da empresa-mãe melhoraram.

Através da aplicação de práticas de gestão de risco consistentes o FCE melhorou significativamente o seu desempenho de perdas de crédito, apesar das condições económicas adversas em muitos mercados.

Na sequência da transição da actividade financeira da Jaguar, da Land Rover, da Mazda e da Volvo para outros fornecedores, o FCE concentrou-se no financiamento de veículos da Ford, com o objectivo de aumentar a sua participação nessa actividade. O FCE está igualmente a tomar medidas para manter uma estrutura de custos competitiva e, durante o ano de 2010, implementou várias de acções de reestruturação para redimensionar as suas operações europeias de modo a corresponder à escala de negócio em evolução.

### Vendas

Resultados das Vendas	2010	2009
Vendas no sector automóvel na Europa ocidental (milhões de veículos)	15,3	15,8
Quota da Ford no mercado de automóveis na Europa ocidental	8,4%	9,1%
Novos contratos do FCE como uma percentagem das vendas da Ford	26,4%	27,3%
Vendas do FCE de contratos a retalho/locação novos e usados (milhares)	406	493

A redução no total das vendas da indústria na Europa Ocidental reflecte a extinção gradual dos vários programas de abate governamentais que tinham apoiado as vendas em 2009, parcialmente compensada pelo impacto favorável da lenta recuperação económica na maioria dos mercados europeus.

A redução nas vendas de contratos a retalho e de locação de veículos novos e usados do FCE reflecte principalmente a transferência da Volvo, da Mazda, da Jaguar e da Land Rover para novos fornecedores de financiamento e as vendas mais baixas da indústria automóvel e da Ford por toda a Europa.

### Satisfação do cliente

A satisfação do cliente é monitorizada através da amostra de uma pesquisa de mercado que cobre uma diversidade de questões. O Índice de Satisfação do Cliente (CSI) e o Índice de Satisfação do Revendedor (DSI) reflectem a percentagem dos clientes e revendedores que estão totalmente ou muito satisfeitos com a sua experiência quando lidam com o FCE. As métricas são utilizadas internamente para impulsionar as melhorias apropriadas no serviço do FCE como um elemento de contribuição chave para melhorar ainda mais a lealdade do cliente. Os resultados de 2010 mostram melhorias significativas, sobretudo no DSI a partir de 2009, apesar da conjuntura económica difícil. A percentagem de clientes e revendedores que declaram estar totalmente satisfeitos também melhorou de forma significativa para um novo nível recorde. O FCE continua a concentrar os seus esforços nesta área chave.

Índices de Satisfação	2010	2009
Índice de Satisfação do Cliente (CSI)	85%	84%
Índice de Satisfação do Revendedor (DSI)	89%	79%

## Sumário de desempenho

### Rentabilidade

	Notas	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Lucros antes de impostos (PBT)		£ 239	£ 223
Ajustamento para excluir perdas excepcionais	9	18	19
<b>PBT excluindo rubricas extraordinárias</b>		<b>£ 257</b>	<b>£ 242</b>
Ajustamento a excluir:			
- Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros – (ganhos)	7	(34)	(36)
- (Ganho)/perda cambial	8	41	(7)
Justo valor de instrumentos financeiros e ajustamentos das taxas de câmbio		£ 7	£ (43)
<b>PBT ajustado</b>		<b>£ 264</b>	<b>£ 199</b>

### Lucros antes de impostos

Os lucros antes de impostos (PBT) totais do FCE em 2010 aumentaram 16 milhões de libras relativamente ao ano anterior. O PBT inclui várias rubricas extraordinárias (rubricas importantes que, devido à sua dimensão ou incidência, são divulgadas de forma separada para ajudar a interpretar o desempenho em comparação com o ano anterior) e ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e ajustamentos das taxas de câmbio. Particularmente, o PBT de 2009 inclui ganhos líquidos importantes sobre os ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e das taxas de câmbio de 43 milhões de libras que não se repetiram em 2010.

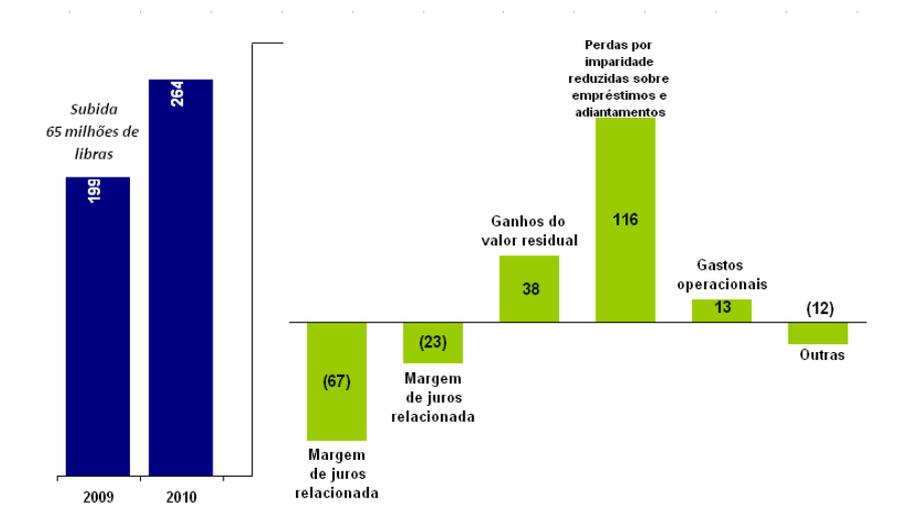
As rubricas extraordinárias são apresentadas na Nota 9; as rubricas de 2010 reflectem principalmente acções de reestruturação para ajustar a escala e a dimensão do FCE de modo a reflectirem os seus negócios de menor dimensão na sequência da saída estratégica do mercado de marcas não Ford e um pagamento voluntário e discreto de contribuições para pensões. As rubricas de 2009 reflectem principalmente uma perda de crédito extraordinária no sector de aluguer espanhol e acções de reestruturação anteriores.

O FCE utiliza derivados para gerir o risco cambial e da taxa de juro. Por uma questão de política, o FCE não utiliza derivados para fins especulativos. Dado que os movimentos do justo valor do derivado não reflectem os acréscimos contabilizados para o activo e passivo subjacentes, estes foram excluídos do cálculo do PBT ajustado.

Excluindo as rubricas extraordinárias, os ajustamentos ao justo valor e das taxas de câmbio, o PBT ajustado do FCE aumentou 65 milhões de libras. O gráfico seguinte apresenta uma análise desta melhoria do PBT em relação ao ano anterior pelos principais factores causais.

### PBT ajustado Milhões de libras

- Redução da carteira e aumento dos custos de liquidez com impacto no volume e na margem de juros
- Melhoria do desempenho do valor residual
- Redução de perdas por imparidade reflectindo melhorias nas condições económicas e nas acções de mitigação do risco
- Melhoria dos custos operacionais através da implementação da eficiência de processos



**Rentabilidade subjacente melhorada suportada por desempenho de perda favorável**

## Sumário de desempenho

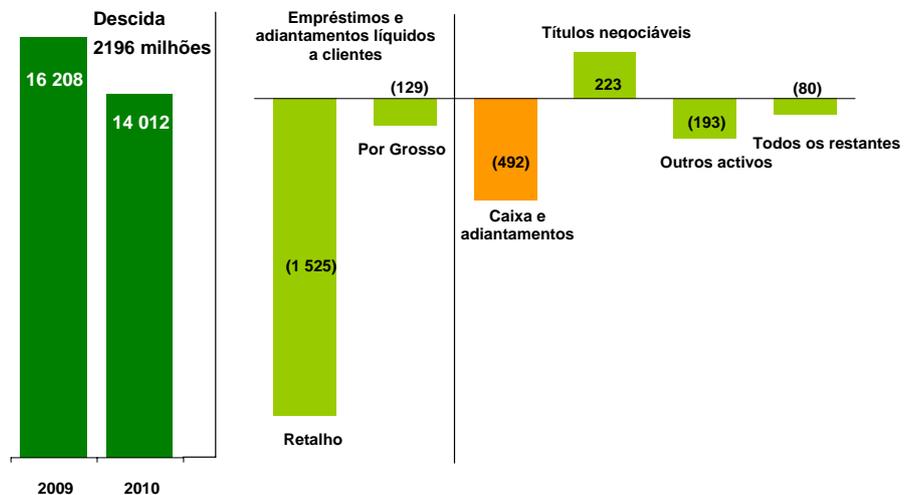
### Balanço

Os gráficos seguintes apresentam uma análise dos movimentos do balanço entre 2009 e 2010.

#### Activo

##### Milhões de libras

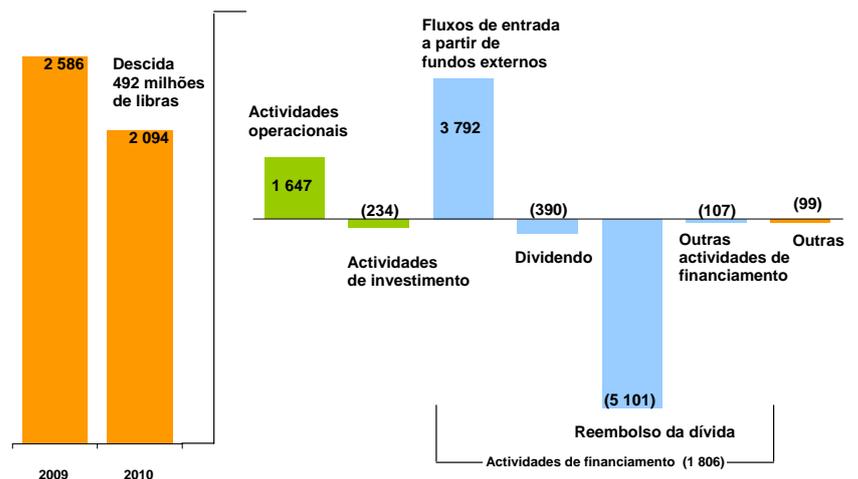
- Redução de Empréstimos e Adiantamentos de Retalho que reflecte principalmente a saída estratégica do mercado de marcas não Ford
- Aumento dos investimentos a prazo para apoiar reservas de liquidez classificadas como títulos negociáveis
- Redução de Outros Activos através de reduções nas contas a receber a curto prazo e melhoria da gestão de stock de veículos



#### Caixa e adiantamentos

##### Milhões de libras

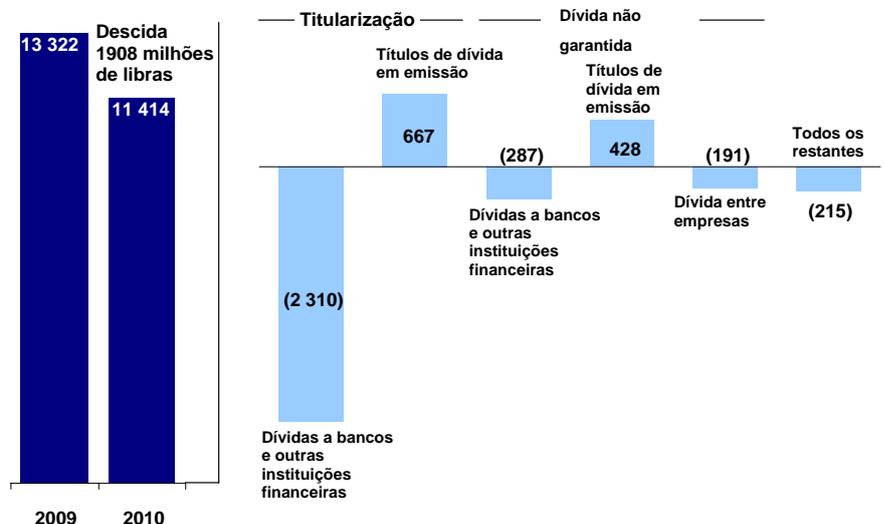
- Os fluxos de caixa operacionais positivos reflectem principalmente a carteira de marcas não Ford em liquidação
- Os proveitos de dívidas incluem emissões públicas não garantidas e de titularização, bem como a venda de títulos transitados conforme apresentado na página 17
- Os reembolsos da dívida incluem a eliminação do financiamento do BCE relacionado com obrigações de titularização transitadas



#### Passivo

##### Milhões de libras

- Redução da dívida de titularização relacionada com o aumento dos níveis de liquidez detidos sob a forma de capacidade de titularização dedicada disponível
- Os Títulos de Dívida relacionados com a titularização aumentaram na sequência da venda de títulos anteriormente transitados e de uma transacção de titularização de termo público
- Os Títulos de Dívida não relacionados com a titularização aumentaram na sequência de duas emissões de dívida pública não garantida
- Reembolso da dívida subordinada entre empresas



## Sumário de desempenho

### Principais rácios financeiros

Principais rácios financeiros	2010	2009
Retorno sobre o património	5,9%	5,7%
Margem (Rendimento líquido/Contas a Receber)	4,1%	4,0%
Rácio custo-eficiência (Custo/Contas a Receber)	1,7%	1,6%
Rácio de acessibilidade do custo (Custo/Rendimento)	42,2%	39,1%
Rácio de perda de crédito (Perdas/Contas a Receber) excluindo rubricas extraordinárias	0,33%	0,96%
Rácio de perda de crédito (Perdas/Contas a Receber) incluindo rubricas extraordinárias	0,36%	1,19%
Cobertura de perda de crédito (Provisão/Contas a Receber)	0,7%	0,9%
Capital Tier 1/Base de Basileia II das posições ponderadas pelo risco	21,2%	21,9%
Capital regulamentar total/Base de Basileia II das posições ponderadas pelo risco	23,6%	24,7%

Salvo se estiver indicado que estão incluídas, os rácios anteriores excluem rubricas extraordinárias de modo a apresentar o desempenho subjacente ou “normalizado”. Consulte a página 125 para obter as definições dos “Principais Rácios e Termos Financeiros” e informações adicionais sobre o cálculo dos principais rácios financeiros.

O retorno sobre o património do FCE permaneceu em geral estável em 5,9% com um impacto favorável dos lucros antes de impostos de 2010 mais elevados compensados por um encargo com o imposto sobre o rendimento mais elevado.

A margem continuou a sofrer um impacto favorável das taxas devedoras baixas do mercado que, em conjunto com uma melhoria dos spreads de empréstimos de colocação e proveitos mais elevados de ganhos do valor residual, ajudaram a compensar o custo de manutenção de níveis de liquidez mais elevados durante o ano.

O aumento no “rácio custo-eficiência” reflecte principalmente a redução significativa nos empréstimos e adiantamentos, parcialmente compensada por acções eficazes em termos de custos. O aumento do rácio de “acessibilidade do custo” reflecte os proveitos mais baixos da base de contas a receber reduzidas.

O custo das acções de reestruturação concluídas durante 2010 e 2009 não está incluído nos rácios custo-eficiência acima, estando excluídas como rubricas extraordinárias. É necessária uma reestruturação para corresponder à escala de negócio em evolução e manter ao mesmo tempo uma estrutura de custos competitiva. Consulte a Nota 9 “Lucros antes de Impostos” para obter informações detalhadas sobre as rubricas extraordinárias como os custos de reestruturação.

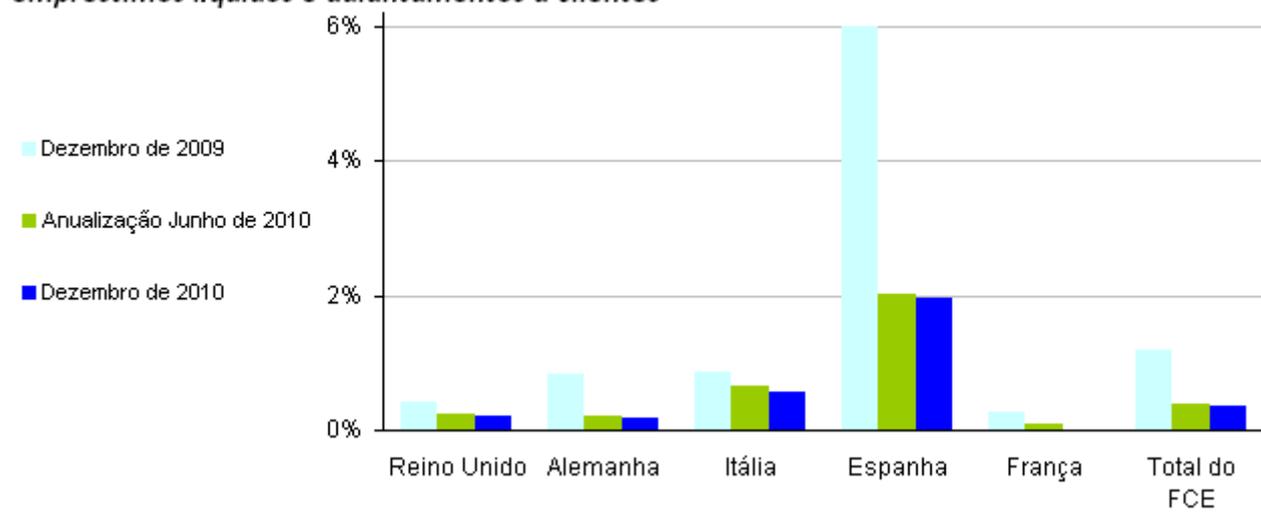
A melhoria significativa no “rácio de perda de crédito” do FCE entre 2009 e 2010 (excluindo rubricas extraordinárias de ambos os períodos) reflecte principalmente perdas de crédito reduzidas em todos os principais mercados do FCE, com melhorias significativas em Espanha que foi o mercado afectado de forma mais negativa pela grave recessão económica, conforme apresentado no gráfico da página seguinte. A melhoria do desempenho da perda de crédito reflecte uma melhoria das condições económicas, mas principalmente a qualidade da carteira do FCE e das acções de mitigação tomadas durante a recessão económica.

A diminuição da cobertura da perda de crédito do FCE é motivada por uma redução no abatimento por imparidade colectiva do FCE para 81 milhões de libras a 31 de Dezembro de 2010 de 114 milhões de libras no mesmo período em 2009, reflectindo a melhoria do desempenho da perda de crédito bem como a redução nos empréstimos e adiantamentos médios a clientes. O FCE considera que este abatimento por imparidade é adequado à dimensão reduzida do balanço e à actual conjuntura económica.

## Sumário de desempenho

### Rácios (continuação)

*Perdas de crédito líquidas como percentagem da média de empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes*



#### Melhorias significativas nas perdas de crédito

Este gráfico expressa as perdas de crédito líquidas anualizadas, tanto para financiamento por grosso como a retalho, como uma percentagem dos empréstimos e adiantamentos médios líquidos a clientes, incluindo perdas extraordinárias, e demonstra a melhoria significativa nas perdas de crédito observada durante 2010. Os rácios de perda de crédito melhoraram em todos os principais mercados do FCE, com uma melhoria particularmente

acentuada em Espanha.

A aplicação continuada e o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão de risco e uma melhor monitorização do risco dos revendedores assegurou que as perdas de crédito reais permaneçam em linha com as expectativas. As acções de mitigação implementadas em Espanha resultaram num desempenho da perda de crédito significativamente melhorado.

## Sumário de desempenho

### Perspectivas futuras

Prevê-se que os volumes da indústria automóvel na Europa em 2011 sejam em geral semelhantes aos observados em 2010, reflectindo a conclusão dos programas de abate governamentais e as medidas de austeridade previstas em vários mercados, compensados pela lenta recuperação económica. Assim, o volume de contratos do FCE continuará provavelmente a ser condicionado a curto prazo, embora o FCE tenha começado a aumentar a sua participação nas actividades da Ford.

Tal como mencionado anteriormente, a Volvo, a Mazda, a Jaguar e a Land Rover transferiram os seus serviços financeiros para fornecedores alternativos. A 31 de Dezembro de 2010 o financiamento de marcas não Ford representa aproximadamente 6% dos empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes do FCE. A carteira de retalho e locação continuará a ser assistida pelo FCE até à liquidação dos respectivos contratos. A receita do FCE reduzirá em proporção ao declínio nestes empréstimos e adiantamentos à medida que forem liquidados.

O plano de financiamento de 2011 do FCE inclui o financiamento de termo não garantido na ordem dos 0,5 mil milhões de libras a 1,1 mil milhões de libras e na ordem de 0,3 mil milhões de libras a 0,7 mil milhões de libras em emissões de titularização de termo público. O FCE prevê que a sua dívida garantida seja na ordem de 56% a 62% dos empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes a 31 de Dezembro de 2011. O FCE prevê que, posteriormente, este rácio diminua com o tempo devido à sua capacidade de obter financiamento a termo a partir dos mercados não garantidos em condições cada vez mais favoráveis.

No final do ano de 2011, o FCE antecipa que os “Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes” situar-se-ão entre 10 000 mil milhões de libras e 12 000 mil milhões de libras. O FCE continuará a investir na reestruturação das suas operações para corresponder à sua escala menor e na preparação para aumentar a sua participação nas vendas mais elevadas da marca Ford.

Em 2011, o FCE espera que o seu “PBT Ajustado” seja inferior ao de 2010, reflectindo a dimensão reduzida da carteira e reduções mais baixas nas suas dotações por imparidade. Contudo, prevê-se que as tendências favoráveis no desempenho da perda de crédito e nos spreads de empréstimos continuem.

O plano do FCE é alinhar gradualmente a sua base de capital com a escala reduzida dos seus negócios, tendo em conta o financiamento e o ambiente de liquidez. Em Junho de 2010 o FCE pagou um dividendo de 390 milhões de libras. Com base nos presentes pressupostos, o FCE prevê pagar um dividendo similar em 2011 e posteriormente prevê-se que os dividendos sejam menores.

Esta declaração de perspectivas futuras baseia-se nas actuais expectativas, previsões e pressupostos e envolve um conjunto de riscos, incertezas e outros factores que podem fazer com que os resultados reais difiram. O FCE não pode ter a certeza que quaisquer expectativas, previsões e pressupostos verificar-se-ão estarem correctos ou que essas projecções se irão materializar. A declaração baseia-se nos melhores dados disponíveis no momento da emissão e será actualizada aquando da publicação do Relatório de Gestão do Primeiro Trimestre de 2011 do FCE. Além disso, o FCE não se compromete a actualizar ou rever publicamente quaisquer declarações prospectivas, devido a novas informações, futuros eventos ou outros.

## Descrição do negócio

### Aquilo que o FCE é

O FCE é um banco registado no Reino Unido, regulado pela Autoridade dos Serviços Financeiros (FSA) e é uma subsidiária da Ford Credit International (FCI). A FCI é detida a 100% pela Ford Motor Credit Company LLC (Ford Credit) que é, por sua vez, detida a 100% pela Ford Motor Company (Ford). O FCE está autorizado pela FSA a desempenhar um leque de actividades reguladas no Reino Unido e através de uma rede de sucursais em dez outros países europeus e está sujeito à supervisão consolidada da FSA. A FSA é a entidade reguladora do FCE para todas as operações das suas sucursais.

### Aquilo que o FCE faz

O objectivo do FCE é ser reconhecido como o líder no fornecimento de serviços e produtos financeiros automóveis para a Ford Motor Company, respectivos revendedores e consumidores e acrescentar de forma consistente valor para o accionista. O seu negócio é melhor descrito no contexto dos seus três grupos de clientes principais – clientes de venda a retalho, revendedores e operações automóveis da Ford.

### O FCE ajuda os clientes de venda a retalho da Ford a adquirirem os seus veículos, fornecendo

- financiamento para clientes a retalho comprarem ou alugarem veículos Ford;
- acesso a produtos de seguros para proteger os clientes quando conduzem veículos Ford;
- clientes de frota/empresariais com um vasto leque de opções de financiamento.

Esta área de negócio é referida como “Retalho” no Relatório Anual e Contas de 2010.

### O FCE ajuda os revendedores da Ford a venderem veículos Ford, fornecendo

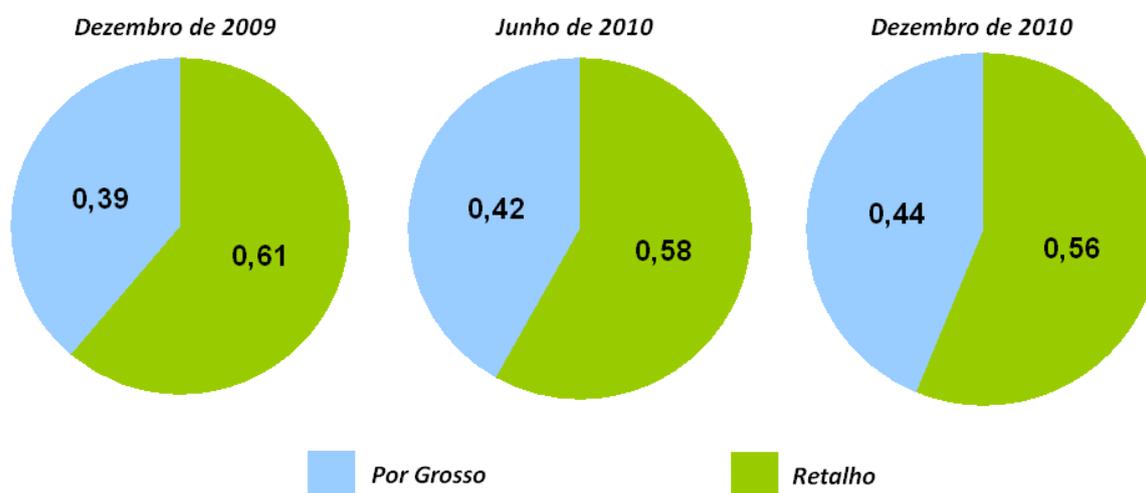
- financiamento para abastecer com veículos novos e usados;
- financiamento para testes de condução e veículos de substituição;
- financiamento para permitir aos revendedores operarem o seu negócio.

Esta área de negócio é referida como “Por Grosso” no Relatório Anual e Contas de 2010.

### O FCE ajuda as operações automóveis Ford, fornecendo

- uma rede pan-europeia de financiamento de marca dedicada a apoiar a venda dos produtos Ford;
- apoio de gestão de risco financeiro para garantir a continuidade da rede de distribuição da Ford;
- apoio especializado para os principais segmentos de negócio e de cliente e nova expansão de mercado.

### Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos por segmento de produto



Estrutura proporcional mais elevada da venda por grosso uma vez que a carteira de venda a retalho de marcas não Ford mantém a liquidação

## Descrição do negócio

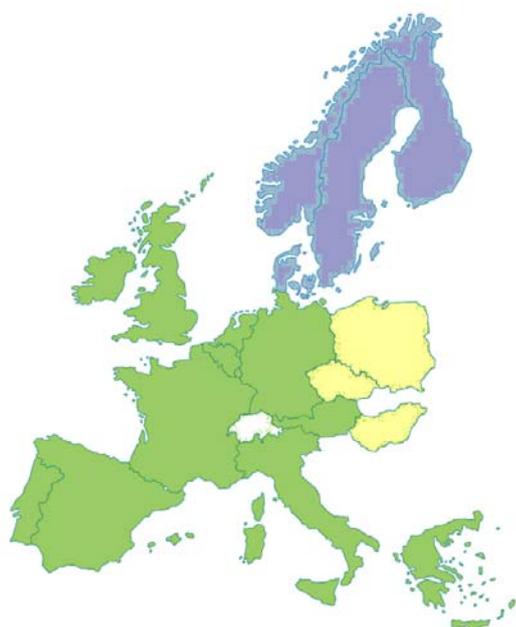
### Onde o FCE opera

O FCE opera directamente em 15 países europeus através de uma rede de filiais e subsidiárias, fornecendo serviços financeiros de marca para a Ford. O FCE continua igualmente a assistir carteiras de venda a retalho em liquidação para a Volvo, Mazda, Jaguar e Land Rover.

A Empresa possui igualmente uma divisão de Financiamento Comercial Mundial (FCM), que fornece financiamento a distribuidores e importadores em quase 70 países.

Além disso, o FCE detém uma participação de 50% menos uma acção da Forso Nordic AB (Forso), que oferece serviços financeiros automóveis na Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega.

Para informação adicional sobre o FCE, consulte a Nota 46 “Informação do FCE e de outras partes relacionadas” e “Outras Informações – Estabelecimentos na Europa”.

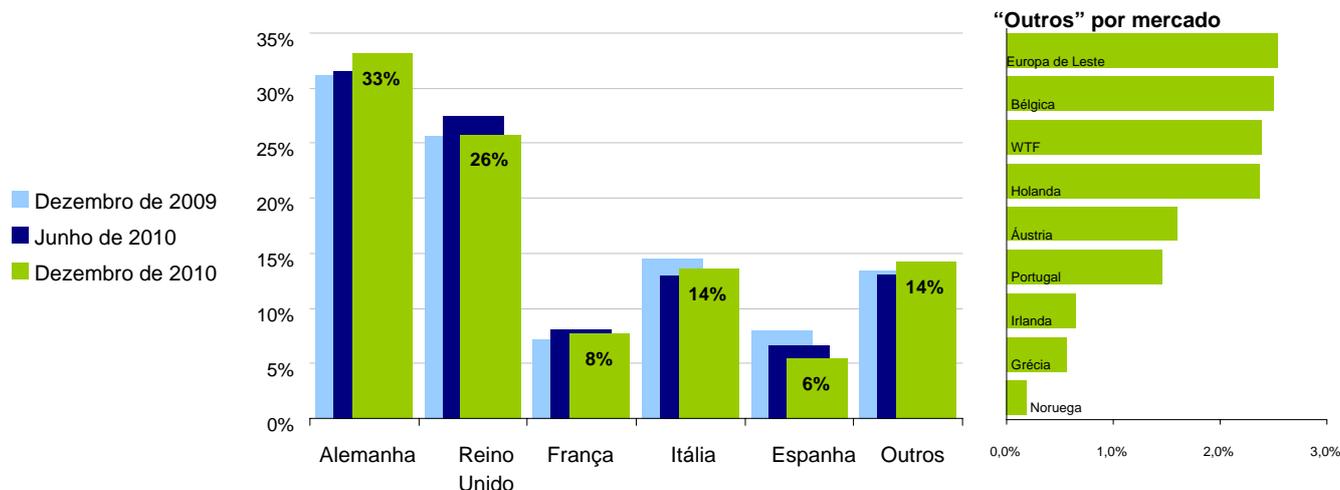


O FCE possui cerca de 2000 funcionários em 15 países europeus para servir mais de 3500 revendedores.

#### Mercados servidos por:

- Empresa e sucursais do FCE
- Subsidiárias do FCE
- Joint venture da Forso Nordic AB

### Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes por mercado



O gráfico destaca a importância contínua dos mercados alemão e britânico e a redução do financiamento levado a cabo no mercado espanhol

# Estratégia

---

Os principais objectivos do FCE consistem em apoiar a venda de veículos Ford e proporcionar retorno ao seu accionista. Um aumento controlado na participação do FCE nas vendas da Ford ajudará na compensação da contracção contínua do balanço do FCE à medida que as contas a receber de marcas não Ford liquidem. Estes objectivos fornecem a orientação preponderante para as acções e decisões do FCE e são implementados com maior incidência nos seus três principais grupos de clientes.

### O cliente a retalho

O modelo de negócio do FCE vai para além do simples fornecimento do financiamento a clientes para comprarem ou alugarem um veículo motorizado. O FCE empenha-se para permitir ao cliente substituir o seu veículo as vezes que este desejar, ao mesmo tempo que mantém pagamentos mensais acessíveis. O cliente beneficia da conveniência de obter financiamento e seguro no concessionário e do serviço superior prestado por uma organização dedicada a tratar o cliente com justiça e respeito. O FCE continua concentrado na melhoria da experiência de propriedade do cliente através do desenvolvimento de novos serviços, incluindo uma presença online orientada para o cliente nas principais localizações.

---

### Activadores estratégicos

#### Eficácia operacional

O FCE continuou a derivar eficiências, através da simplificação dos seus processos de negócio e da uniformização das plataformas tecnológicas informáticas (TI) centrais. Isto permitiu realizar reduções significativas no número de sistemas informáticos únicos em actividades centrais. A Empresa opera centros de serviços centralizados na maioria dos locais e partilha as melhores práticas por toda a Europa e globalmente para impulsionar melhorias contínuas. O objectivo do FCE é desenvolver e implementar o modelo operacional ideal para proporcionar um negócio sustentável e com sucesso que cumprirá a estratégia do FCE, melhorando simultaneamente o serviço ao Cliente e fidelidade dos proprietários.

#### Pessoal

Impulsionar pessoas e equipas de alto desempenho constitui o pilar da estratégia do FCE. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Pessoas” da “Análise de Negócio de 2010”.

#### Eficiência de financiamento

A estratégia de financiamento do FCE consiste em manter liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações de financiamento de curto prazo ao possuir um saldo de caixa significativo, uma capacidade dedicada de financiamento e o acesso a diversas fontes de financiamento que sejam eficientes em termos de custos. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Capital e Financiamento” da “Análise de Negócio de 2010”.

### O revendedor

O facto de o FCE fornecer um serviço ao cliente de alta qualidade juntamente com o produto certo de financiamento para o cliente impulsiona uma maior lealdade para com a marca e o revendedor. Os estudos de mercado em diferentes países e sectores mostram de forma consistente que existe uma probabilidade significativamente maior de os clientes do FCE comprarem o seu próximo veículo junto do mesmo revendedor. O revendedor beneficia igualmente do apoio do FCE para o seu negócio numa variedade de necessidades de financiamento e é tranquilizado com o conhecimento de que o FCE apoiou a rede de revendedores de forma consistente durante quase 50 anos ao longo dos altos e baixos do ciclo económico.

### Operações automóveis da Ford

A combinação de clientes altamente satisfeitos e leais com um apoio financeiro consistente para toda a rede de revendedores proporciona à Ford o conhecimento de que os seus clientes e as suas redes de distribuição estão em boas mãos. Como parceira automóvel do FCE, a Ford beneficia igualmente de uma sociedade financeira que compreende as suas actividades de marketing e vendas e é capaz de apoiar com os serviços certos de financiamento e seguro ao longo de todo o ciclo de vida do veículo.

### Parcerias estratégicas

O FCE continua a rever as suas operações para identificar estruturas de negócio alternativas e alianças estratégicas para fortalecer a sua proposta de valor ao cliente e gerar um aumento do rendimento com base em comissões.

### Governo da sociedade e controlo

O FCE considera que um governo da sociedade eficaz constitui um factor-chave subjacente às estratégias e operações do Grupo. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Principais Princípios de Governo da Sociedade” da “Análise de Negócio de 2010”.

### Gestão de risco

O FCE possui uma vasta experiência de gestão de risco acumulada durante vários ciclos económicos, tendo por base a alavancagem e o fortalecimento internos das competências de risco global da Ford Credit. Através destes esforços, o FCE continuará a otimizar a rentabilidade e gerar um aumento das vendas de veículos para a marca de automóvel da Ford. Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Risco” da “Análise de Negócio de 2010”.

## Regulação

Na qualidade de banco, o FCE é regulado pelas autoridades governamentais nos locais onde opera. No Reino Unido, a Empresa está autorizada pela FSA a desempenhar um leque de actividades reguladas tanto no Reino Unido como por toda a rede de sucursais da Europa. Actualmente, o FCE possui sucursais activas em dez outros países europeus e está sujeito à supervisão consolidada com a FSA como a entidade reguladora do FCE para todas as operações das suas sucursais europeias. No seu papel de entidade reguladora, a FSA procura garantir a segurança e solidez das instituições financeiras, com o objectivo de fortalecer, mas não garantir, a protecção dos clientes. A regulação contínua da FSA das instituições financeiras por si autorizadas é levada a cabo através de uma variedade de ferramentas reguladoras, incluindo a recolha de informação dos retornos estatísticos e prudenciais, relatórios obtidos de pessoas especializadas, visitas a empresas e reuniões regulares com a direcção para debater assuntos como desempenho, financiamento, gestão de risco e estratégia.

A FSA adopta uma abordagem baseada no risco para a supervisão. O ponto de partida para a supervisão de todas as instituições financeiras é uma análise sistemática do perfil de risco para cada empresa autorizada. A FSA adoptou um modelo homogéneo de risco, processos e recursos na sua abordagem às suas responsabilidades supervisoras (conhecido como o modelo ARROW) e os resultados da avaliação de risco são utilizados pela FSA para desenvolver um programa de mitigação de risco para uma empresa. A FSA promulga igualmente requisitos que os bancos e outras instituições financeiras têm que cumprir no que se refere a matérias como adequação de capital, limites em amplas exposições a entidades individuais e grupos de entidades estreitamente relacionadas, liquidez e regras de conduta de negócio. Alguns destes requisitos derivam de directivas da União Europeia, com exemplos conforme descrito abaixo.

Na Europa, a agenda regulamentar do Reino Unido é consideravelmente formada e influenciada pelas directivas que emanam da UE. Várias directivas europeias foram ou estão actualmente a ser implementadas, por exemplo, a Directiva do Crédito ao Consumo.

Em 2010 o Ministro das Finanças do Reino Unido anunciou planos para substituir a FSA (Financial Services Authority — autoridade de supervisão financeira), dividindo os seus actuais poderes entre o Banco de Inglaterra e dois novos organismos especializados em regulação financeira, a FCA (Financial Conduct Authority — autoridade de comportamento financeiro), inicialmente proposta como a Consumer Protection and Markets Authority (autoridade de protecção do consumidor e de mercados), e a PRA (Prudential Regulation Authority — autoridade de regulamentação prudencial) que seriam criados. A FCA e a PRA serão supervisionadas pelo Banco de Inglaterra.

A FCA será responsável pela regulação de mercados e serviços financeiros, certificando-se de que os consumidores são bem servidos pelos fornecedores dos serviços

financeiros a retalho e que os participantes nos mercados grossistas podem confiar na sua eficiência e integridade. Será igualmente responsável pela supervisão prudencial das empresas não reguladas pela PRA. A FCA irá proporcionar a representação do Reino Unido na nova Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados. O Director Executivo da FCA será igualmente membro do Comité de Política Financeira no Banco de Inglaterra, com particular responsabilidade na representação dos interesses e opiniões da FCA.

A PRA será responsável pela supervisão diária de bancos, seguradoras e corretores. O seu director executivo será um vice-governador do Banco de Inglaterra.

Prevê-se que estes novos organismos sejam criados em 2012 e a FSA iniciará uma transferência faseada de poder durante este ano. O FCE tem conhecimento destas alterações regulamentares iminentes e irá continuar a monitorizar as consultas ao sector que irão ocorrer durante 2011 para formar os novos organismos reguladores.

### Estrutura de capital internacional de Basileia II

O Acordo de Capital da Basileia II está estruturado à volta de três pilares: requisitos mínimos de capital, processo de revisão pela supervisão e disciplina de mercado. O Basileia II foi implementado na UE através da adopção das disposições da directiva da UE sobre Requisitos de Capital em cada um dos estados-membros da UE.

O Conselho de Administração aprova anualmente a sua declaração de Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) e submete a declaração à análise e aprovação da FSA. As normas ICAAP exigem que a gestão recomende um nível total de capital económico necessário para operar o seu negócio. Cada avaliação é concluída após a análise dos principais riscos do FCE e mitigação de risco, a sua apetência pelo risco e testes de esforço e planeamento de cenários e, como resultado desta análise, a adição de quaisquer coberturas de capital adequadas. O ICAAP é revisto nas reuniões do Conselho e do Conselho Fiscal.

Conforme requerido pelo Pilar 3 de Basileia, o FCE proporciona divulgações adicionais como parte dos requisitos disciplinares de mercado, incluindo processos de capital, exposições de risco e avaliação de risco. As divulgações serão publicadas na página de Internet do FCE. Poderá encontrar o endereço da página de Internet do FCE na página 126.

### Basileia III

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia desenvolveu um vasto conjunto de medidas de reforma para reforçar a regulação, a supervisão e a gestão de risco do sector bancário. O FCE apoia os objectivos da reforma e está a rever a aplicação das novas normas ao seu negócio.

## Capital e financiamento

### Capital

A política do FCE consiste em gerir a sua base de capital para níveis definidos que excedem todos requisitos regulamentares e apoiam mudanças antecipadas no activo e taxas de câmbio. O principal rácio de capital Tier 1 do FCE estava em 21,2% a 31 de Dezembro de 2010 (2009: 21,9%).

O capital regulamentar consolidado do FCE é gerido pelo seu Comité de Gestão de Activos e Passivos. Um subcomité reúne-se e reporta mensalmente ao Comité de Gestão de Activos e Passivos e é responsável pela monitorização de posições de adequação de capital real e projectadas contra os requisitos de recurso de capital conforme determinado pela avaliação interna (ICAAP) e níveis regulamentares mínimos.

O rácio de solvabilidade do FCE é reportado nas divulgações do Pilar 3 de Basileia do FCE e situou-se em 295% no dia 31 de Dezembro de 2010 (2009: 299%). O rácio de solvabilidade indica que o FCE detém capital em excesso dos respectivos requisitos de capital mínimos de Basileia II, conforme avaliado ao abrigo do ICAAP de Pilar 2 e dos requisitos de capital mínimos de Pilar 1.

O FCE continua bem capitalizado devido ao seu papel contínuo como um mutuante garantido no sector de financiamento automóvel especializado. Não houve alteração no capital social emitido da Empresa durante 2010. O capital regulamentar é definido por escalões. O capital Tier 1 do FCE engloba os capitais próprios, líquidos de activos intangíveis e goodwill. O capital Tier 2 do FCE engloba a dívida subordinada e perdas por imparidade colectivas. Como o FCE não possui uma carteira de negociação, a sua estrutura de capital não inclui qualquer capital Tier 3. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 33 "Componentes do Capital".

### Financiamento

A estratégia de financiamento do FCE é ter liquidez suficiente para apoiar de forma rentável a Ford, os respectivos revendedores e clientes em todas as conjunturas económicas. O FCE mantém um saldo de caixa significativo, uma capacidade dedicada de financiamento e o acesso a diversas fontes de financiamento. As notações de crédito do FCE melhoraram significativamente em 2010, embora tenham continuado com a classificação de não-investimento. Consequentemente, a titularização continua a representar uma parcela significativa da sua estrutura de financiamento uma vez que este mercado continua a apresentar maior eficiência de custos do que o financiamento não garantido e permite aceder a uma base mais ampla de investidores e mutuantes.

A 31 de Dezembro de 2010, a dívida garantida era 47% dos empréstimos e adiantamentos líquidos (2009: 54%). Esta estrutura de dívida garantida esteve temporariamente mais baixa no final do ano, uma vez que um montante significativo de liquidez do FCE estava detido sob a forma de capacidade de titularização dedicada disponível não utilizada.

Além disso, o FCE possui vários acordos de negócio alternativos para produtos e mercados seleccionados, tais como parcerias com várias instituições financeiras para Full Service Leasing (FSL) e financiamento a retalho e por grosso, que reduz as exigências de financiamento e permite simultaneamente um apoio contínuo à Ford. O FCE continua a explorar oportunidades que proporcionam fontes alternativas de financiamento, assegurando ao mesmo tempo um apoio contínuo para as vendas de veículos da Ford.

Durante 2010, e em conformidade com o seu plano de financiamento, o FCE arrecadou 1,7 mil milhões de libras de um novo fundo externo, incluindo duas emissões de dívidas públicas não garantidas e uma transacção de titularização de termo público. O FCE também renovou ou acrescentou 4,7 mil milhões de libras de capacidade de titularização dedicada privada, sendo que 3,0 mil milhões de libras incluíam períodos de renovação dedicada iguais ou superiores a 18 meses. O aumento da apetência dos mutuantes do FCE por compromissos a longo prazo é sinal de uma melhoria contínua nos mercados de titularização.

A 31 de Dezembro de 2010, o FCE reembolsou todos os investimentos do Banco Central Europeu relacionados com obrigações de titularização transitadas, com a maioria das obrigações anteriormente transitadas agora colocadas em investidores de titularização de termo público tradicionais. O FCE continua a obter financiamentos do BCE ao abrigo de um antigo programa de direito de crédito utilizando algumas das suas contas a receber por grosso alemãs como garantia. (Dezembro de 2010: 43 milhões de libras).

## Capital e financiamento

### Fontes de financiamento

As fontes de financiamento do FCE consistem principalmente na titularização e na dívida não garantida. O FCE emite dívida a curto e longo prazo que é principalmente detida por investidores institucionais.

A Empresa titulariza contas a receber a retalho, de locação e por grosso através de uma variedade de estruturas, incluindo amortizando e revolvendo estruturas, bem como outras transacções de cessão financeira dedicadas. O objectivo do FCE é a diversificação nos seus programas de titularização, com cerca de 25 transacções activas que fornecem financiamentos a termo ou uma liquidez contratada para cada uma das suas principais classes de activos (contratos a retalho e de locação, empréstimos por grosso) através de uma grande variedade de mercados europeus. Com muitos anos de experiência na titularização das suas contas a receber, a Empresa desenvolveu uma forte perícia e relações de trabalho sólidas com bancos parceiros e em mercados públicos.

Todos os programas de titularização do FCE fornecem inerentemente o financiamento equivalente das contas a receber, em que a dívida de titularização tem um perfil de maturidade semelhante às respectivas contas a receber. A maioria dos seus programas inclui também um compromisso contratual com o fundo existente e as contas a receber futuras sujeitas às condições descritas mais pormenorizadamente na Nota 18: “Titularização e financiamento associado”. No caso de um compromisso contratual não ser renovado, todas as contas a receber titularizadas na altura da não renovação permanecem financiadas e a respectiva dívida é reembolsada aquando da liquidação das contas a receber.

O objectivo dos programas de titularização do FCE consiste unicamente em fornecer fontes de financiamento e liquidez. A Empresa retém geralmente risco de crédito nas transacções de titularização através dos seus juros retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito. Ao proporcionar estas melhorias, a Empresa celebrou transferências (conforme descrito na IAS 39

“Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração”) que não se qualificam como desreconhecimento de activos financeiros. Por conseguinte, a Empresa continua a reconhecer o valor contabilizado de todos os activos titularizados no seu balanço.

O FCE possui juros retidos sénior em vários dos seus programas de modo a permitir uma maior flexibilidade no uso da sua capacidade de titularização dedicada. A 31 de Dezembro de 2010, o FCE manteve juros sénior nestes programas de titularização dedicada suficientes para gerar 0,8 mil milhões de libras em proveitos de financiamento. Ao abrigo destes programas, as contrapartes de financiamento estão legalmente obrigadas, de acordo com a opção do FCE, a efectuar adiantamentos como títulos garantidos por activos, reduzindo desse modo o juro sénior do FCE e gerando proveitos de financiamento. Dependendo do programa, estes juros sénior podem ser detidos como títulos sénior, que são classificados como pro rata e pari passu, sendo os títulos geralmente com notação AAA detidos por investidores externos ou como uma quantia pela qual o juro retido do FCE é superior ao juro contratual retido mínimo.

(Para informações adicionais, consulte a Nota 18: “Titularização e financiamento associado”).

A dívida externa não garantida do FCE consiste principalmente em obrigações emitidas ao abrigo do seu programa EMTN. Esta dívida é geralmente emitida com maturidades iniciais entre 3 e 5 anos, sendo superior à duração esperada média das respectivas contas a receber. O FCE tem valores limitados de financiamentos não garantidos a curto prazo que consistem principalmente em empréstimos de bancos locais.

A 31 de Dezembro de 2010, o FCE possuía um financiamento entre empresas de 0,8 mil milhões de libras, que consistia sobretudo em depósitos garantidos para mitigar grandes concentrações de exposição e capital Tier 2 sob a forma de dívida subordinada.

Os influxos de caixa líquidos a partir de fundos externos angariados para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010 encontram-se detalhados abaixo:

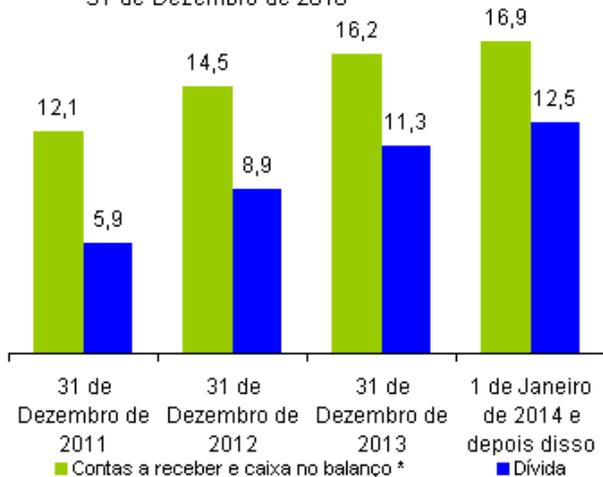
Influxos de caixa a partir de fundos externos angariados para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010*	mil milhões de libras
<b>Nova emissão em 2010:</b>	<b>Influxos de caixa</b>
- Titularização de contas a receber de automóveis a retalho e locação	£ 0,5
- Titularização de contas a receber de automóveis por grosso	0,3
- Dívida não garantida	0,9
<b>Total de nova emissão</b>	<b>£ 1,7</b>
Venda secundária de obrigações de titularização transitadas	£ 1,0
<b>Facilidades existentes em 2010:</b>	
- Titularização de contas a receber de automóveis a retalho e locação	£ 0,1
- Titularização de contas a receber de automóveis por grosso	1,0
<b>Total de facilidades existentes</b>	<b>£ 1,1</b>
<b>Total</b>	<b>£ 3,8</b>

\*Influxos de caixa a partir de actividades de financiamento líquidas de movimentos nas transacções de titularização de renovação.

## Capital e financiamento

### Liquidez

Maturidades Contratuais Acumuladas a 31 de Dezembro de 2010



O balanço do FCE é inerentemente líquido devido à natureza de curto prazo dos empréstimos e adiantamentos do FCE a clientes e caixa comparativamente à dívida. Para informações adicionais relacionadas com as maturidades contratuais de contas a receber e dívida, consulte a Nota 41 "Risco de Liquidez".

Fonte: Dados de grupo da Nota 41 "Risco de Liquidez"

\*Inclui fluxos de caixa resultantes de caixa e adiantamentos, títulos negociáveis, empréstimos e adiantamentos brutos a clientes, outros activos e fluxos de caixa brutos relacionados com locações operacionais reportados no balanço em activos fixos tangíveis. Exclui facilidades de crédito disponíveis para uso fora do balanço.

Além disso, o FCE mantém a liquidez ao longo de uma variedade de fontes, incluindo:

- Caixa e investimentos altamente líquidos, conforme incluídos na Nota 11 "Caixa e Adiantamentos"
- Capacidade de titularização dedicada consistindo em contratos com bancos e veículos de papel comercial garantido por activos em que estas partes estão contratualmente obrigadas, de acordo com a opção do FCE, a comprar contas a receber elegíveis ou a efectuar adiantamentos como títulos garantidos por activos; e
- Facilidades de crédito contratual dedicadas não garantidas.

Fontes de Liquidez	2010 mil milhões de libras	2009 mil milhões de libras
Caixa e adiantamentos e títulos negociáveis	£ 2,3	£ 2,6
Capacidade de titularização dedicada	£ 4,9	£ 4,6
Facilidades de crédito não garantidas	0,7	0,8
<b>Capacidade dedicada</b>	<b>£ 5,6</b>	<b>£ 5,4</b>
<b>Capacidade dedicada e caixa</b>	<b>£ 7,9</b>	<b>£ 8,0</b>
Capacidade de titularização além das contas a receber elegíveis	(1,0)	(1,6)
Caixa não disponível para ser utilizada nas operações quotidianas do FCE	(1,0)	(1,3)
<b>Liquidez</b>	<b>£ 5,9</b>	<b>£ 5,1</b>
Utilização	(3,1)	(3,4)
<b>Liquidez disponível para uso</b>	<b>£ 2,8</b>	<b>£ 1,7</b>

Na perspectiva de uma maturidade da dívida não garantida agendada para Fevereiro de 2011 de 0,7 mil milhões de libras e do aumento sazonal esperado nos activos durante o primeiro trimestre, o FCE possuía um nível de liquidez elevado no final do ano. A 31 de Dezembro de 2010, a capacidade dedicada e a caixa e adiantamentos acima apresentados totalizavam 7,9 mil milhões de libras, das quais 5,9 mil milhões de libras poderiam ser utilizadas (após o ajuste da capacidade além das contas a receber elegíveis

de 1,0 mil milhões de libras e caixa não disponível para ser utilizada em operações quotidianas de 1,0 milhões de libras). Deste montante foram utilizados 3,1 mil milhões de libras, ficando disponíveis para uso 2,8 mil milhões de libras. Além disso, os 1,0 mil milhões de libras da capacidade de titularização em excesso de contas a receber elegíveis fornecem flexibilidade nas gerações futuras de financiamentos ou na capacidade de mudança para diferentes mercados e classes de activos.

## Capital e financiamento

### Notações de crédito

A dívida a curto e longo prazo do FCE é notada pelas três maiores agências de notação de crédito:

- Fitch, Inc. ("Fitch")
- Moody's Investors Service, Inc ("Moody's") e
- Standard & Poor's Ratings Services, uma divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. ("S&P").

As notações de crédito do FCE estão estreitamente associadas às notações de crédito da Ford e da FMCC que, apesar da melhoria significativa durante 2010, permanecem abaixo da classificação de investimento. A S&P atribui uma notação de crédito diferencial positiva de um escalão ao FCE comparativamente com a FMCC. As notações de crédito do FCE atribuídas pela Fitch e pela Moody's são as mesmas notações que estas agências atribuem à FMCC. O gráfico seguinte resume as notações de crédito não garantido sénior a longo prazo, as notações de crédito a curto prazo e a perspectiva atribuída ao FCE de Janeiro de 2007 a Março de 2011.

Notações de crédito	Fitch			Moody's			S&P		
	Longo	Curto	Perspectivas	Longo	Curto	Perspectivas	Longo	Curto	Perspectivas
	Termo	Termo		Termo	Termo		Termo	Termo	
Janeiro de 2007	BB-	B	Negativo	B1	NP	Negativo	B+	B-3	Negativo
Novembro de 2007	BB-	B	Negativo	B1	NP	Estável	B+	B-3	Estável
Junho de 2008	BB-	B	Negativo	B1	NP	Negativo	B+	B-3	"Negative Watch" (negativo)
Julho de 2008	BB-	B	Negativo	B1	NP	Negativo	B	NR	Negativo
Agosto de 2008	B+	B	Negativo	B1	NP	Negativo	B	NR	Negativo
Outubro de 2008	B-	C	Negativo	B2	NP	Revisão Negativa	B	NR	"Negative Watch" (negativo)
Novembro de 2008	B-	C	Negativo	B3	NP	Negativo	B-	NR	Negativo
Dezembro de 2008	B-	C	Negativo	Caa1	NP	Negativo	B-	NR	Negativo
Novembro de 2009	B	C	Positivo	B3	NP	Estável	B	NR	Estável
Janeiro de 2010	B+	B	Positivo	B3	NP	Estável	B	NR	Estável
Março de 2010	B+	B	Positivo	B2	NP	Estável	B	NR	Estável
Março de 2010	B+	B	Positivo	B1	NP	Revisão Positiva	B	NR	Estável
Abril de 2010	BB-	B	Positivo	B1	NP	Revisão Estável	B	NR	Positivo
Maio de 2010	BB-	B	Positivo	Ba3	NP	Estável	B	NR	Positivo
Agosto de 2010	BB-	B	Estável	Ba3	NP	Estável	BB-	NR	Positivo
Outubro de 2010	BB-	B	Estável	Ba2	NP	Estável	BB-	NR	Positivo
Janeiro de 2011	BB-	B	Positivo	Ba2	NP	Positivo	BB-	NR	Positivo
Fevereiro de 2011	BB-	B	Positivo	Ba2	NP	Positivo	BB	NR	Positivo

### Dividendos

A 28 de Junho de 2010 o FCE pagou um dividendo de 390 milhões de libras, equivalendo a 63,48 pence por acção ordinária. Este pagamento de dividendos é consistente com a estratégia do FCE de alinhar a sua base de capital com a escala reduzida dos seus negócios, tendo em conta o financiamento e o ambiente de liquidez.

# Risco

---

### Apetência pelo risco

No decurso normal da sua actividade, o FCE está exposto a diversos tipos de riscos. Estes riscos incluem, principalmente, crédito, valor residual do veículo, mercado financeiro (incluindo riscos de taxas de juro, moeda, contraparte e de liquidez) e risco operacional.

A apetência pelo risco do FCE é geralmente baixa. O FCE possui uma governação do risco abrangente e práticas de gestão de risco integradas. Cada forma de risco é gerida exclusivamente no contexto da sua contribuição para o risco global. As decisões de negócio são avaliadas numa base ajustada ao risco e os preços dos

produtos são fixados de modo a serem consistentes com estes riscos. O FCE revê e procura melhorar continuamente as suas práticas de gestão de risco.

O FCE possui quase 50 anos de experiência na área especializada do sector automóvel relacionada com empréstimos e procura segurança para os seus empréstimos para minimizar o risco de perdas imprevistas. O empréstimo está restrito aos produtos relacionados com o sector automóvel. No caso de incumprimento de um cliente, o valor do veículo retomado fornece uma fonte de protecção.

---

### Principais riscos e incertezas

Para além dos riscos que o FCE enfrenta durante o decurso normal da sua actividade, alguns riscos e incertezas estão fora do controlo directo do FCE. Esta secção descreve, em linhas gerais, as áreas específicas nas quais o FCE é particularmente sensível a esses riscos.

As notações de crédito do FCE e da Ford Motor Credit Company (FMCC) têm sido estreitamente associadas aos pareceres das agências de notação da Ford. As notações de crédito inferiores resultam, de modo geral, em custos de empréstimo mais elevados e acesso reduzido aos mercados de capitais. A Empresa beneficiou de um acordo de apoio da FMCC. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 31 "Acções Ordinárias e Prémio de Emissão de Acções".

Além disso, o FCE tem a vantagem de:

- aceder aos empréstimos da Ford, da FMCC e da Ford Credit International (FCI) de quando em quando; e
- os suplementos de juro e outros pagamentos de apoio da Ford fornecidos para determinadas transacções financeiras.

A eliminação, redução ou indisponibilidade de apoio da FMCC ou da Ford poderiam causar um impacto negativo no negócio e resultados de operações do FCE.

O FCE deve competir eficazmente com outros fornecedores de financiamento na Europa. A Ford na Europa fornece actualmente um conjunto de programas de marketing que aplicam incentivos financeiros para gerar um aumento das vendas de veículos. Estes incentivos de financiamento geram um negócio significativo para o FCE. Se a Ford tivesse decidido alterar a ênfase desses incentivos de financiamento, tal poderia causar um impacto negativo na quota de financiamento do FCE relativamente a veículos da marca Ford.

O FCE deixou de ser uma organização multimarca para passar a apoiar exclusivamente a marca Ford, uma vez que as marcas Jaguar, Land Rover, Mazda e, mais recentemente, Volvo foram transferidas para fornecedores de financiamento alternativos. Isto exigiu que o FCE se concentrasse na implementação de acções de redução de custos de modo a ajustar-se a esta mudança na escala. Esta concentração para ajustar-se a um alinhamento monomarca irá continuar à medida que as carteiras de marcas não Ford liquidem.

---

### Riscos de liquidez e recursos de capital

O risco de liquidez é a possibilidade de não conseguir responder às obrigações financeiras presentes e futuras nas datas de vencimento. Para mitigar o seu risco de liquidez e proteger a disponibilidade de financiamento ao longo do ciclo de económico e empresarial, o FCE recorre a diversas formas de financiamento, sobretudo titularização e dívida não garantida, e emite dívida que, em média, vence depois de o activo liquidar. Além disso, a Empresa mantém a liquidez sob a forma de caixa e investimentos altamente líquidos, capacidade de titularização dedicada e linhas de crédito dedicadas.

Numa base contínua, o FCE monitoriza e gere o seu risco de liquidez, analisando impulsionadores de risco, projectando fluxos de caixa e monitorizando a métrica para avaliar o risco de liquidez. O FCE tem a capacidade de utilizar linhas de crédito dedicadas junto dos principais bancos, proporcionando níveis adicionais de liquidez. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 41 "Risco de Liquidez". Estas facilidades não contêm acordos financeiros restritivos (por exemplo, limitações do rácio entre dívida e capital próprio) ou cláusulas de alteração significativamente adversas que poderiam impossibilitar o empréstimo sob estas facilidades. A posição de liquidez do FCE é monitorizada e comunicada diariamente para efeitos de informação regulamentares e de gestão, através da utilização de um sistema de comunicação de liquidez automatizado.

**Riscos de liquidez e recursos de capital – continuação**

Apesar das várias fontes de liquidez do FCE, a sua capacidade de manter esta liquidez pode ser afectada pelos seguintes factores (não necessariamente enunciados por ordem de importância ou probabilidade de ocorrência):

- notações de crédito atribuídas ao FCE;
- perturbação prolongada nos mercados financeiros;
- capacidade de mercado para investimentos patrocinados da Ford, FMCC e FCE;
- procura geral do tipo de títulos que o FCE oferece, incluindo a capacidade de aceder a bancos centrais e financiamento do governo;
- a capacidade da Empresa de continuar a financiar através de estruturas de financiamento garantidas por activos;
- desempenho do activo subjacente dentro das estruturas de financiamento garantidas por activos;
- alterações regulamentares;
- incumprimento das instituições financeiras em várias facilidades de crédito;
- a capacidade de o FCE manter facilidades de crédito; e
- a capacidade de o FCE obter derivados para gerir o risco.

**Vendas de veículos de marca automóvel**

O negócio do FCE depende substancialmente da venda dos veículos da Ford na Europa e da sua capacidade de oferecer financiamento competitivo nestes veículos.

As flutuações no volume de vendas desses veículos resultantes da acção governamental ou de eventos geopolíticos, alterações na procura do consumidor, aumento da concorrência, mudanças na fixação dos preços das unidades importadas devido a flutuações da moeda ou outros eventos, poderiam causar impacto no nível das operações de financiamento da Ford, incluindo o FCE. A indústria automóvel é sensível a factores tais como rendimento disponível, taxas de juro, taxas de câmbio, comércio nacional e internacional, crescimento ou declínio económico, regulamentos sobre ambiente, saúde e segurança, regulamentos sobre segurança dos veículos e emissões e preços das matérias-primas como o petróleo e o aço. As mudanças adversas a qualquer um destes factores poderiam causar descidas na indústria e causar um impacto negativo na procura de veículos da Ford. Além disso, a indústria automóvel é altamente competitiva e passou por uma consolidação substancial ao longo da última década, conduzindo a preços mais baixos e margens inferiores dentro da indústria. As vendas dos veículos Ford podem cair caso a Ford não consiga responder às pressões dos preços na indústria.

Além disso, constrangimentos na oferta de componentes ou materiais à Ford ou paragens laborais na Ford ou nas instalações do fornecedor poderiam afectar adversamente a produção e venda dos veículos Ford.

**Risco operacional**

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas ou sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. Esta definição de risco operacional inclui eventos tais como problemas informáticos, erro humano e falhas na estrutura organizacional, alterações legais e lapsos nos controlos internos, fraude ou ameaças externas. O FCE adopta uma abordagem pró-activa à gestão do risco operacional e continua a procurar oportunidades de aperfeiçoamento dentro do seu Quadro de Risco Operacional.

O FCE é indemnizado ao abrigo das apólices de seguro por determinados riscos operacionais que incluem saúde e segurança e fraude de funcionários. Não obstante estas medidas de controlo e esta cobertura de seguro, o FCE permanece exposto ao risco operacional que poderia causar um impacto negativo no seu negócio e nos resultados das operações.

O Comité de Risco Operacional (ORC) é responsável pela revisão e monitorização dos principais riscos operacionais e pela promoção da utilização de uma gestão sólida do risco operacional no FCE. As principais áreas de foco do ORC são a implementação de políticas, processos e procedimentos adequados para controlar ou mitigar uma exposição a perdas significativa e a manutenção de acordos de contingência adequados a todas as áreas, de modo a garantir que o FCE pode continuar a funcionar na eventualidade de uma interrupção imprevista.

O princípio orientador é o de que todos os níveis de gestão são responsáveis pela gestão dos riscos operacionais. O FCE mantém igualmente uma forte cultura de controlo interno na organização através do Programa de Revisão de Operações, um processo de controlo de auto-avaliação utilizado pelas localizações que é reforçado pelos controlos centrais a partir do Gabinete de Controlo Interno (ICO) e o Gabinete de Auditores Geral da Ford (GAO). Tal encontra-se descrito em pormenor na secção “Relatório do Conselho Fiscal” da “Análise de Negócio de 2010”.

**Risco regulamentar**

O crédito novo ou aumentado, a protecção de dados ou do consumidor ou outros regulamentos poderiam resultar em custos mais elevados e/ou restrições adicionais de financiamento. O FCE é uma instituição bancária regulamentada e é-lhe exigido, entre outras coisas, que mantenha reservas mínimas de capital e liquidez. O cumprimento destes regulamentos impõe custos significativos para o FCE e afecta a conduta de negócio do FCE. Regulamentação adicional poderia adicionar custos significativos ou constrangimentos operacionais que poderiam prejudicar a rentabilidade do negócio do FCE.

# Risco

### Risco do mercado financeiro

O FCE opera numa variedade de moedas e concede e contrai empréstimos utilizando instrumentos financeiros com diferentes características de fixação de preços. A volatilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio expõe o FCE ao risco de perdas no caso de as taxas de mercado aumentarem o valor dos passivos em relação aos activos. O uso de derivados para gerir este risco é uma parte integrante do programa de gestão de risco do FCE, proporcionando uma redução da exposição à volatilidade do mercado financeiro.

Para obter informações adicionais, consulte a Nota 40 “Gestão de Risco do Mercado Financeiro”.

### Risco de crédito

Como fornecedor de produtos financeiros automóveis, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda resultante da falta por parte de um cliente ou revendedor na realização dos pagamentos de acordo com os termos do contrato.

Embora o risco de crédito tenha um impacto significativo no negócio do FCE, é mitigado pela maioria dos planos de financiamento a retalho, de locação e por grosso do FCE, tendo o benefício de um plano de retenção de títulos ou um interesse de título semelhante no veículo financiado. No caso de incumprimento de um cliente, o valor da garantia recuperada fornece uma fonte de protecção. O FCE gere activamente o risco de crédito nas carteiras a retalho e comerciais para equilibrar os níveis de risco e retorno.

#### Gestão de risco de crédito a retalho

Os produtos a retalho (venda de veículos a prestações, compra a prestações e venda condicionada e contratos de locação) são classificados por termo e se o veículo financiado é novo ou usado. Esta segmentação é utilizada para ajudar na fixação do preço do produto para garantir que os factores de risco são adequadamente considerados. A subscrição do crédito a retalho inclui, tipicamente, uma análise das agências de crédito de cada requerente juntamente com uma análise interna e um processo de verificação. Os modelos de classificação do risco de crédito a retalho baseados em estatísticas são, tipicamente, utilizados para determinar a solvabilidade dos requerentes. O desempenho da carteira é monitorizado regularmente e os processos e modelos de origens do FCE são analisados, revalidados e recalibrados conforme seja necessário. A estratégia de gestão de perda de crédito a retalho baseia-se na experiência histórica de muitos milhares de contratos ao longo de muitos anos.

Na maioria dos locais, o FCE opera actividades de geração, assistência e recolhas centralizadas. A centralização oferece economias de escala e melhora a consistência do processo. Os Centros de Serviço de Apoio ao Cliente britânico e alemão aplicam tecnologia de assistência avançada e técnicas e controlos avançados de gestão de risco. Estes incluem modelos comportamentais do cliente que são utilizados na assistência de contrato para garantir que os contratos recebem uma atenção de cobrança adequada.

### Risco do valor residual do veículo

Este é o risco de as receitas reais realizadas pelo FCE no momento da venda de um veículo devolvido no final do contrato serem inferiores ao previsto no início do contrato. Para obter informações adicionais, consulte a Nota 39 “Valores Residuais do Veículo”.

A retoma é considerada como último recurso. Um veículo retomado é vendido e as receitas são aplicadas ao montante a dever na conta. A cobrança do saldo remanescente continua após a retoma até que a conta seja paga na totalidade ou até que seja considerado economicamente incobrável pelo FCE.

#### Gestão de risco de crédito por grosso

O FCE estende o crédito comercial a revendedores franqueados que vendem veículos Ford principalmente sob a forma de linhas de crédito aprovadas para comprar stocks de veículos novos e usados e financiamento para veículos de revendedor (ex.: veículos de substituição ou demonstrador) e, em menor escala, empréstimos para capital circulante e aquisições de propriedade. O FCE oferece igualmente financiamento automóvel a outras entidades comerciais, incluindo empresas de aluguer diário, embora a apetência do FCE por este negócio tenha reduzido como resultado das condições económicas predominantes.

Cada pedido de empréstimo comercial é avaliado, levando em conta a situação financeira do mutuário, as garantias apresentadas, a capacidade de serviço da dívida e outros factores financeiros e qualitativos. Todas as exposições ao crédito estão agendadas para revisão, pelo menos, anualmente, pelo comité de crédito adequado. Os processos de verificação de activo encontram-se implementados e incluem auditorias físicas dos stocks dos veículos com uma maior frequência de auditorias para os revendedores de maior risco. Além disso, os pagamentos de financiamento dos stocks são monitorizados para detectar desvios adversos aos típicos padrões de pagamento, em cujo caso são tomadas acções adequadas.

#### Outra gestão de risco de crédito

A Empresa poderia incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, taxa de juro ou derivado de divisas com o FCE.

Para obter informações adicionais sobre estes riscos, consulte a Nota 38 “Risco de Crédito”.

O FCE procura ser um Empregador de Eleição e possui uma estratégia de retenção para garantir que as competências e experiência necessárias para apoiar os objectivos do negócio são retidas. Esta estratégia inclui o uso de Comités de Desenvolvimento Pessoal para apoiar o recrutamento e o desenvolvimento dos funcionários e garantir um planeamento de sucessão eficaz para os cargos-chave, e uma filosofia de remuneração e benefícios orientada para alcançar a competitividade global junto do mercado externo, recompensando o contributo para o desempenho do FCE e retendo as competências-chave. A conclusão dos planos anuais de desenvolvimento individual para todos os funcionários identifica as necessidades de formação e desenvolvimento.

O FCE está empenhado em diversificar no local de trabalho. Esta abordagem valoriza as diferenças proporcionadas pela cultura, etnia, raça, género, incapacidade, nacionalidade, idade, religião/crenças, educação, experiência e orientação sexual. O FCE utiliza as opiniões dos funcionários para melhorar os processos e promover uma cultura baseada na honestidade e no respeito.

---

### Comunicação com os funcionários

O FCE mantém todos os funcionários informados das suas actividades a um nível nacional, pan-europeu e global, através de publicações internas, intranet e publicação anual dos seus relatórios e demonstrações financeiras. O FCE realiza um inquérito anual de satisfação do pessoal com um feedback e um processo de planeamento de acção orientado para o diálogo contínuo entre a gestão e o pessoal para alcançar níveis adequados de satisfação do funcionário. Além disso, a gestão de topo realiza reuniões regulares desagregadas ao longo do ano com os funcionários. Tal permite à direcção comunicar as informações empresariais essenciais, incluindo os factores que afectam o desempenho financeiro e económico do FCE, permitindo simultaneamente um diálogo sobre assuntos empresariais através de sessões de perguntas e respostas. O FCE cumpre igualmente a legislação europeia e nacional relevante na totalidade, no que se refere a procedimentos de informação e consulta.

### Práticas de emprego

O FCE cumpre totalmente a legislação relevante decretada pelos parlamentos europeu e nacional sobre a política e processo dos Recursos Humanos (RH). O FCE garante que as políticas e procedimentos de RH cumprem os objectivos de qualquer FSA relevante e outros requisitos regulamentares nacionais. A Empresa está igualmente empenhada nas melhores práticas de processos e políticas de Recursos Humanos em apoio dos objectivos da actividade comercial e em linha com a estratégia Empregador de Eleição.

As candidaturas de emprego por pessoas com deficiência são sempre inteiramente consideradas, tendo em conta as aptidões do candidato em questão. No caso de membros do pessoal ficarem incapacitados, todos os esforços serão envidados para que o seu emprego junto do FCE se mantenha e para que se arranje o apoio adequado. Faz parte da política do FCE assegurar que a formação, desenvolvimento profissional e promoção de pessoas com deficiência sejam, na medida do possível, idênticos aos dos outros funcionários.

Consistente com o princípio de diversidade, o FCE opera igualmente uma política de Dignidade no Trabalho que promove um ambiente empresarial no qual os funcionários, clientes e fornecedores são valorizados por si próprios e pelo seu contributo para o negócio. O FCE está empenhado em conduzir o seu negócio com integridade e utilizando os talentos de todos através do fornecimento de um ambiente livre de discriminação ilegal, assédio, intimidação e vitimização.

### Funcionários

Durante o ano de 2010, como parte de medidas contínuas de eficiência em termos de custos, o FCE concluiu vários programas de despedimento voluntário de funcionários no Reino Unido e Europa. Poderá encontrar informações detalhadas acerca do número de funcionários e custos associados na Nota 5 "Despesas operacionais".

### Comunidade

O FCE tem um compromisso de longa duração com as comunidades por toda a Europa nas quais actua. Isto inclui disponibilizar alguns programas de estágios estruturados para jovens nos seus escritórios e encorajar os funcionários do FCE a retribuírem de alguma forma para a sua comunidade local, tanto dentro como fora do horário de trabalho. Por conseguinte, o FCE tem uma política em que todos os funcionários podem ter até 16 horas de trabalho normais pagas por ano (equivalente a dois dias de trabalho pagos) para investirem em projectos da comunidade.

## Pessoal

---

### Ambiente

Muitas das actividades comunitárias do FCE apoiam as acções locais de melhoria ambiental e fazem parte da estratégia global ambiental do FCE. Nesta estratégia estão também incluídas acções levadas a cabo nos nossos escritórios para melhorar a eficiência energética, bem como reduzir e reciclar resíduos.

- **Gestão de edifícios**

O FCE partilha a sua Sede em Warley, Reino Unido, com a Ford Motor Company. Um conjunto de medidas para reduzir o impacto do edifício no ambiente, incluindo a instalação de um Sistema de Gestão de Edifícios para maximizar a eficiência dos sistemas de aquecimento/arrefecimento e a utilização de energia renovável a partir de fontes eólicas e solares na Europa. Os escritórios do FCE por toda a Europa fazem esforços similares para melhorar a sua eficiência ambiental e beneficiar da redução de custos devido à redução do consumo de energia.

- **Redução de papel**

O FCE tomou medidas positivas para reduzir a quantidade de papel utilizada no seu trabalho quotidiano através da introdução prudente de sistemas de Tecnologias de Informação seleccionados. Tal inclui a introdução de um sistema automatizado de combinação de dados, que obtém dados directamente a partir dos sistemas corporativos relevantes de modo a automatizar a reconciliação de todas as contas no respectivo Balanço. O sistema está agora disponível na Ford Credit na Áustria, Bélgica, Reino Unido, França, Hungria, Irlanda, Itália, Holanda, Polónia, Portugal e Espanha.

- **Marketing**

Ao trabalhar com a Ford Motor Company, o FCE consegue fornecer aos clientes várias ofertas de marketing que recompensam a opção por veículos sustentáveis do ponto de vista ambiental — tais como os prémios de seguro reduzidos para veículos com baixas emissões de CO<sup>2</sup> que estiveram disponíveis em França e Alemanha durante 2010.

### Saúde e segurança

O FCE está empenhado em garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos seus funcionários e, tanto quanto for razoavelmente praticável, proporcionar e manter condições de trabalho seguras. O FCE considera a conformidade legislativa como um mínimo e, quando apropriado, procura implementar padrões mais elevados. O FCE também reconhece as suas responsabilidades para com todas as pessoas nas instalações do FCE, tais como fornecedores, visitantes e membros do público, e garante, na medida do razoavelmente praticável, que estas não estão expostas a riscos para a sua saúde e segurança. O foco do FCE consiste em assegurar que as suas políticas estejam estreitamente associadas às necessidades operacionais do negócio.

O FCE opera um modelo de governação da saúde e segurança com base no modelo operado pela Ford Europa, talhado para satisfazer as necessidades empresariais específicas do FCE e o perfil de risco de saúde e segurança (não fabril). O Comité Executivo opera um sistema de gestão que localiza incidentes e acções e promove as melhores práticas no que diz respeito à saúde e segurança por toda a organização, incluindo visitas de segurança regulares para completar a vigilância da gestão local. O perfil de risco relativamente baixo do FCE não gera dados substanciais relativamente a esta questão e prevê-se que continue deste modo. O Conselho de Administração recebe e revê um relatório anual sobre o desempenho da saúde e da segurança por parte do Presidente do Comité de Saúde e Segurança.

## Outras informações da análise de negócio

### Pensões

Os Administradores Executivos e a maioria dos funcionários da Empresa estão a obter benefícios como membros dos vários planos de reforma administrados pela Ford. Tal encontra-se descrito em pormenor na Nota 34 “Obrigações de Benefícios de Reforma”.

### Responsabilidade de seguro e indemnização dos administradores e responsáveis

A Ford adquiriu um seguro para cobrir os seus administradores e responsáveis para todas as suas afiliadas contra os custos da própria defesa desses administradores e responsáveis em processos judiciais civis que lhes sejam instaurados nessa capacidade e relativamente a danos resultantes da defesa sem sucesso de quaisquer processos. Na data em que este relatório foi aprovado, e ao longo do exercício de 2010, a Empresa forneceu uma indemnização relativamente a todos os seus administradores. Nem o seguro nem a indemnização fornecem uma cobertura na qual o administrador tenha actuado de forma fraudulenta ou desonesta.

### Interesse da administração em determinadas transacções

Durante e no final do exercício de 2010, nenhum dos administradores da Empresa teve um interesse financeiro material em qualquer transacção (nem em qualquer transacção proposta) em relação ao negócio do Grupo.

### Pagamentos aos fornecedores

A Empresa possui procedimentos detalhados para a compra de bens e serviços. Cada sucursal/subsidiária/escritório é responsável pelo acordo e notificação dos termos de pagamento aos fornecedores como parte do processo de promessa de compra. Os termos de pagamento variam consoante ou dentro de um país. A Empresa considera que cumpriu os termos de pagamento acordados com os fornecedores sempre que se considerar que o fornecedor forneceu os bens ou serviços de acordo com os termos e condições acordados.

O rácio, expresso em dias, entre os montantes devidos pela Empresa aos credores comerciais no final do ano e os montantes facturados pelos fornecedores no ano findo a 31 de Dezembro de 2010 é de 45 dias (2009: 45 dias).

### Alterações nos activos fixos

Os movimentos nos activos fixos encontram-se descritos em pormenor na Nota 19 “Activos Fixos Tangíveis”.

### Donativos

A Empresa e as suas subsidiárias não efectuaram quaisquer donativos de caridade ou políticos durante 2010 (2009: nulo).

## Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	T Murphy	<i>Administrador</i>	J Noone
<i>Administrador de Gestão, Grã-Bretanha</i>	J Coffey	<i>Administrador Não Executivo</i>	C A Bogdanowicz-Bindert
<i>Administrador Executivo, Finanças e Estratégia</i>	P R Jepson	<i>Administrador Não Executivo</i>	M F Robinson
<i>Administrador</i>	B B Silverstone	<i>Administrador Não Executivo</i>	A K Romer-Lee
<i>Director-Geral, Marketing, Vendas e Marca</i>	R N Rothwell	<i>Administrador Não Executivo</i>	S Taverne
<i>Administrador Executivo, Operações Globais, Tecnologia e Risco</i>	T Schneider	<i>Administrador Não Executivo</i>	J Callender
	Secretária R A Pringle		

### Biografias dos administradores

Bogdanowicz-Bindert, Administradora Não Executiva, é uma Administradora Não Executiva da McBride plc. Outrora Administradora Não Executiva do Bank BPH, PBK Bank e Bank Gdanski, tendo anteriormente exercido vários cargos importantes na Lehman Brothers e no Fundo Monetário Internacional. Bogdanowicz-Bindert foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de Setembro de 2005.

J. Callender, Administrador Não Executivo, é Administrador Não Executivo da Motability plc e da Aldermore Bank pl, sendo também o Presidente Não Executivo da ANZ Bank Europe Ltd. Anteriormente ocupou vários cargos importantes na Barclays plc, incluindo de Director Executivo da Barclays Mercatile, bem como vários outros Cargos de Administrador Não Executivo. J. Callender foi nomeado para o Conselho de Administração a 24 de Março de 2011.

Coffey, Director-Geral, Grã-Bretanha, era Administrador Executivo de Operações Globais e Tecnologia imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado ao FCE em 1980, ocupou vários outros cargos de direcção de topo no FCE na Europa desde então, incluindo Director das Operações de Vendas da Europa Central e de Leste e Director de Novos Mercados e Localizações na Grécia. Coffey foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de Agosto de 2002.

Jepson, Administrador Executivo, Finanças e Estratégia, foi Director de Análise de Lucros da Ford Europa, imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado à Ford Motor Company Limited em 1976, ocupou vários outros cargos de direcção financeira de topo na Ford Europa antes de se juntar ao FCE, incluindo Administrador Não Executivo na Otosan (uma empresa automóvel turca) e Director Financeiro da Ford Espanha. Jepson foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de Abril de 1999.

T. Murphy, Presidente do FCE, foi Administrador Executivo de Operações Globais e Tecnologia e Risco, imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1982, ocupou vários outros cargos de direcção de topo, incluindo Administrador do Irving Business Centre e Controlador da Ford Credit Europa. Murphy foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 25 de Março de 2009. Murphy foi nomeado Presidente no dia 8 de Dezembro de 2010.

J. Noone, Presidente da Ford Credit, foi Presidente da Ford Credit International imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado à Ford Credit em 1972, ocupou vários outros cargos de gestão de topo desde então nos EUA e na Europa, incluindo Vice-Presidente Executivo de Contas Diversificadas e Importantes na Ford Credit. Noone foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de Janeiro de 2004.

Robinson, Administrador Não Executivo, foi Director-Geral Regional do National Westminster Bank plc onde ocupou anteriormente vários outros

cargos de direcção de topo, incluindo o de Responsável pelo Aperfeiçoamento dos Serviços Comerciais e Responsável pelos Serviços de Cartão. Robinson foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 25 de Julho de 2001.

Romer-Lee, Administrador Não Executivo, foi Administrador Não Executivo do Sonali Bank (UK) Limited e antigo parceiro da PricewaterhouseCoopers LLP, onde era Responsável pelos Serviços Financeiros, Europa Central e de Leste, e onde ocupou anteriormente vários outros cargos de direcção de topo. Romer-Lee foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 1 de Outubro de 2006.

R. N. Rothwell, Administrador Executivo de Marketing, Vendas e Marca, foi Director-Geral, na Alemanha, imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado à Ford Motor Company Limited em 1979 e ao FCE em 1995, ocupou vários outros cargos de direcção de topo na Europa desde então, incluindo Director de Estratégia no FCE e Director-Geral na Ford Credit na África do Sul. Rothwell foi nomeado para o Conselho do FCE no dia 1 de Outubro de 2004.

T. Schneider, Administrador Executivo de Operações Globais, Tecnologia e Risco, foi anteriormente Vice-Presidente de Gestão de Risco Global, na Ford Motor Credit Company. Antes dessa nomeação ocupou vários cargos importantes na Ford Credit. T. Schneider foi nomeado para o Conselho de Administração a 27 de Janeiro de 2011.

B. B. Silverstone, Presidente de Marketing e Vendas, na Ford Motor Credit Company, foi Presidente do FCE imediatamente antes da sua presente nomeação. Tendo-se juntado ao FCE em 1979, ocupou vários outros cargos de direcção de topo, incluindo Administrador Executivo de Marketing e Vendas no FCE, Vice-Presidente de Marketing para a Ford Credit na América do Norte e Presidente Regional de Operações de Crédito da Ford Credit na região Ásia-Pacífico. Silverstone foi nomeado para o Conselho de Administração no dia 25 de Julho de 2001 e foi Presidente do Conselho de Administração entre 21 de Julho de 2006 e 8 de Dezembro de 2010.

Taverne, Administradora Não Executiva, é uma Administradora Não Executiva da Nationwide Building Society, uma Curadora do Consumer Credit Counselling Service e do Museu do Design e Presidente da Gingerbread. Foi Directora da Imperial College London, Directora-Geral do British Museum, Directora de Estratégia na Pearson plc e Directora Financeira do Independent. Taverne foi nomeada para o Conselho de Administração no dia 1 de Abril de 2008.

## Conselho de Administração

---

### Alterações ao Conselho de Administração

B.B. Silverstone foi Presidente até 8 de Dezembro de 2010 quando foi substituído por T. Murphy. Continua a ser Administrador.

J. Callender foi nomeado para o Conselho de Administração a 24 de Março de 2011 e T. Schneider foi nomeado para o Conselho de Administração a 27 de Janeiro de 2011. M. F. Robinson declarou na Assembleia Geral Anual de 2011 que não irá recandidatar-se ao Conselho.

### Assembleia geral anual

A Assembleia Geral Anual será realizada no dia 24 de Março de 2011, imediatamente após a conclusão da reunião do Conselho de Administração onde serão aprovadas as presentes demonstrações financeiras. De acordo com os Estatutos, todos os administradores reformam-se e, sendo elegíveis, irão oferecer-se para renomeação.

## Principais princípios de governo da sociedade

### Geral

O FCE considera que um governo da sociedade eficaz constitui um factor-chave subjacente às estratégias e operações do Grupo. Uma vez que apenas alguns dos títulos de dívida da Empresa encontram-se cotados na Bolsa, existe um número significativamente inferior de obrigações de relato na Empresa comparativamente a uma empresa com capital próprio cotado. No entanto, a Empresa opta por cumprir muitas das disposições estabelecidas no Código Combinado sobre o Governo das Sociedades aplicável às empresas cotadas no Reino Unido, excepto as disposições não adequadas a uma subsidiária detida a 100%. O Código Combinado sobre o Governo das Sociedades encontra-se disponível na página de Internet do Conselho de Relato Financeiro.

A Empresa realiza anualmente um exercício de avaliação comparativa com as directrizes mais recentes sobre governo da sociedade, efectuando todos os ajustes que considere necessários e apropriados.

A Empresa desenvolveu parâmetros internos para garantir que a actividade do Grupo é conduzida num enquadramento de controlo forte e bem definido. Estes parâmetros internos adequam-se bem à evolução das exigências de governo da sociedade em ambientes multinacionais altamente regulados.

### O Conselho de Administração

A Empresa é controlada através do seu Conselho de Administração cujos principais papéis são:

- criar valor para o accionista;
- proporcionar liderança à Empresa;
- aprovar os objectivos estratégicos da Empresa;
- assegurar que os recursos financeiros necessários e outros recursos sejam disponibilizados à direcção para lhes permitir cumprir esses objectivos;
- operar dentro de um quadro de controlos eficazes que permite a avaliação e gestão dos riscos principais; e
- assegurar que os clientes sejam tratados com justiça e respeito.

Além disso, o Conselho tem a derradeira responsabilidade de garantir que a Empresa possui os sistemas de governo da sociedade e controlo interno adequados aos vários ambientes de negócio nos quais opera. O Conselho avalia regularmente todos os riscos que afectam o negócio e os processos preparados no negócio para os controlar. O processo está centrado nos principais riscos, estando documentada formalmente a mitigação, transferência ou aceitação dos riscos.

Os controlos do FCE são baseados nos controlos padrão da Ford para salvaguardar o activo, verificar a exactidão e fiabilidade dos dados financeiros e não financeiros, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão a políticas gestoras prescritas. As declarações políticas que regem a gestão dos riscos de crédito e de tesouraria são revistas, pelo menos, anualmente.

O Conselho revê a estratégia comercial do Grupo, bem como os planos de negócio, financiamento e liquidez, orçamento operacional anual, estrutura do capital e política de dividendos e contas estatutárias. O Conselho também revê o desempenho financeiro e operações de cada um dos negócios da Empresa e outros relatórios de negócio e apresentações da gestão de topo. O Conselho é responsável pela constituição apropriada de Comitês do Conselho e revê as suas actividades e termos de referência como parte de uma revisão anual do governo da sociedade.

Dentro dos objectivos financeiros e globais para a Empresa, a

gestão da Empresa é delegada aos Administradores e direcção através do Presidente. Cada um dos quatro Administradores Executivos é responsável pela conduta e desempenho do seu negócio em particular, dentro da estratégia de negócio acordada. Possuem autoridade total para agir, sujeitos aos poderes e limites de aprovação reservados estabelecidos pelas políticas e directrizes do Conselho e da Empresa.

A composição do Conselho, bem como as alterações aos seus membros durante 2010, encontra-se apresentada na página 26 e na página 27 respectivamente. Actualmente, o Conselho de Administração compreende quatro Administradores Não Executivos (ANE) independentes, dois administradores representativos dos accionistas e cinco Administradores Executivos que, em conjunto, com as suas diferentes culturas e experiências financeira, comercial e operacional, trazem uma ampla variedade de experiência à Empresa.

O Conselho de Administração reuniu-se cinco vezes durante 2010. À excepção de Noone, que não pôde participar em quatro das reuniões, e Bogdanowicz-Bindert, que não pôde participar em duas reuniões, todos os administradores estiveram presentes em todas as reuniões. Quatro ANE independentes estiveram em funções ao longo do ano.

Todos os Administradores são igualmente responsáveis, nos termos da lei, pela condução apropriada dos assuntos da Empresa. Os Administradores têm acesso ao conselho e serviços do Secretário da Sociedade e podem obter consultoria profissional independente a custo da Empresa na persecução dos seus deveres, se necessário.

Ao longo de 2010, o Conselho e os seus Comitês receberam informações e documentos para garantir que todos os aspectos dos assuntos da Empresa são revistos regularmente, de acordo com a ordem de trabalhos decorrente. Os blocos informativos mensais são enviados para os Administradores Não Executivos, que incluem uma actualização estratégica do Presidente e actualizações financeiras e de financiamento com análises e tendências de dados relevantes. Os documentos de apoio para as reuniões do Conselho são geralmente distribuídos com uma semana de antecedência.

## Administradores Não Executivos (ANE)

Os ANE desempenham papéis-chave na responsabilidade regulamentar e empresarial. O Conselho considera todos os actuais ANE como sendo independentes, visto não terem nenhuma relação de negócio material com a Empresa (directamente ou como um sócio, accionista ou responsável de uma organização que tenha uma relação com a Empresa) e nem representam o único accionista nem têm qualquer envolvimento na gestão diária da Empresa ou das suas subsidiárias. Como tal, trazem objectividade e opinião independente para o Conselho, que complementa as competências, experiência e o conhecimento pormenorizado do negócio dos Administradores Executivos. Além disso, desempenham um papel vital no governo da Empresa através da sua integração no Conselho Fiscal.

A cada ANE é fornecido, aquando da nomeação, uma carta estabelecendo os termos da sua nomeação, incluindo a sua integração no Conselho Fiscal, as comissões a serem pagas e o compromisso de tempo esperado do administrador. A carta também cobre assuntos como a confidencialidade da informação e faz referência ao Seguro de Responsabilidade dos Administradores e Responsáveis da Ford. As cartas de nomeação dos ANE são rescindíveis através de um aviso com um mês de antecedência por qualquer parte. Todos os ANE são nomeados para o Conselho Fiscal. Os ANE não servem em qualquer outro Comité do Conselho.

Actualmente não há qualquer limitação na duração do mandato para qualquer ANE. Contudo, não se prevê que a duração de um mandato exceda os nove anos. Todos os anos, os ANE realizam uma reunião com o Presidente para debaterem o planeamento de sucessão do Administrador Executivo, o governo da sociedade e quaisquer outros assuntos relevantes. Periodicamente, o Conselho revê o número de Administradores Executivos e ANE para manter um equilíbrio apropriado para o controlo e direcção eficazes da empresa.

O Código Combinado sobre o Governo das Sociedades recomenda a nomeação de um ANE Sénior Independente e Romer-Lee foi nomeado para este cargo no dia 1 de Janeiro de 2008. O papel do ANE Sénior consiste em presidir ao Conselho Fiscal e desempenhar um papel de liderança junto dos outros ANE, representando as opiniões colectivas ao Presidente, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal e aos representantes do accionista da Empresa.

O papel de todos os ANE é:

- rever e dar um parecer objectivo sobre o relato financeiro da Empresa, incluindo a melhor prática relevante
- manter relações de trabalho eficazes com os auditores da FSA e do FCE
- dar uma visão objectiva da gestão da empresa
- fornecer um conhecimento profundo e objectivo da direcção estratégica da Empresa e um papel de consultoria sobre as acções estratégicas pretendidas e potenciais implicações para a empresa
- rever a aplicação do relato financeiro e compreender a posição financeira da Empresa e desafiar construtivamente a sua gestão eficaz
- proporcionar aos restantes membros do Conselho diferentes perspectivas sobre estratégia e outras questões que a Empresa enfrenta.

Os ANE reúnem-se periodicamente na ausência da gestão do FCE e o ANE Sénior preside normalmente a essas reuniões.

## Seleção dos Administradores

Poderá recorrer-se a agências de recrutamento especializadas para empregar ANE adequados. Além disso, as nomeações directas são feitas quando se exija competências e experiência específicas e o FCE poderá consultar os seus auditores ou outros consultores profissionais sobre os candidatos apropriados quando se requeira competências financeiras especializadas. As entrevistas formais são realizadas com a gestão de topo da Empresa antes de um candidato preferencial conhecer os restantes membros do Conselho, incluindo todos os actuais ANE.

Os Administradores Executivos (incluindo o Presidente) são seleccionados através de um processo do Comité de Desenvolvimento Pessoal Financeiro da Ford. Os planos de sucessão para Administradores e outras nomeações de topo são revistos com representantes seniores da empresa-mãe e dos ANE. As propostas para todas as nomeações de Administrador são então submetidas a aprovação da Sociedade tanto pela Gestão Sénior do accionista e pelo Comité de Governo da Sociedade da Ford antes de serem submetidas ao Conselho de Administração da Empresa para aprovação legal formal.

## Formação dos Administradores

São consideradas as necessidades de formação dos Administradores na sua nomeação para o Conselho e os novos ANE beneficiam de uma introdução abrangente ao negócio da Empresa, gestão de risco e ambiente regulamentar. Além disso, há, pelo menos, uma reunião de estratégia e análise financeira de gestão sénior fora das instalações que é realizada todos os anos e para a qual os ANE são convidados, e encontra-se disponível um dia de formação conforme requerido pelo ANE, onde são debatidos assuntos e desenvolvimentos. Periodicamente, a Ford desenvolve programas de formação para vários aspectos dos deveres e responsabilidades do Administrador, governo da sociedade e assuntos de conformidade regulamentar e geral.

## Avaliação e remuneração dos Administradores

Cada Administrador Executivo é avaliado pelo processo de avaliação de desempenho do FCE e a remuneração é determinada em linha com a política de compensação global da FMCC e da Ford. Os representantes seniores da FMCC avaliam o desempenho do Presidente.

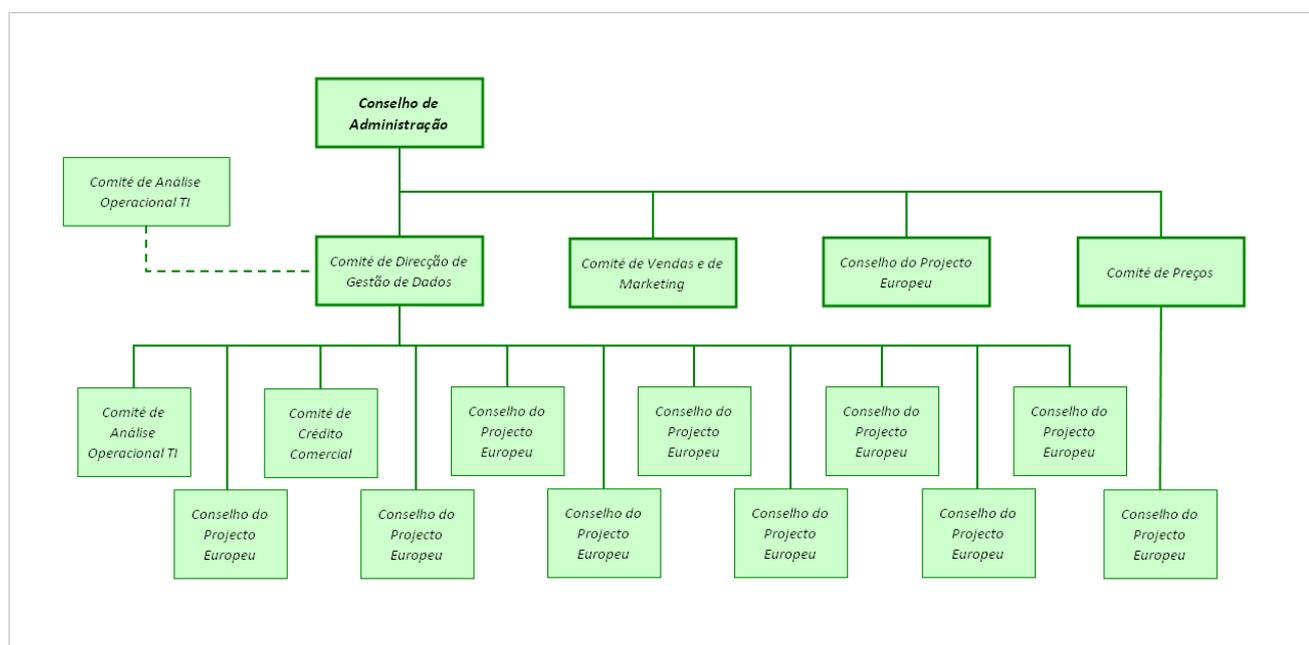
Os ANE recebem uma comissão fixa pelos seus serviços. O ANE Sénior recebe uma comissão mais elevada para reflectir as suas responsabilidades adicionais. Os níveis de ambas as comissões são revistos periodicamente e o nível da comissão é aprovado por representantes seniores da FMCC. Os ANE não recebem qualquer remuneração adicional nem participam em quaisquer acordos de incentivo.

# Principais princípios de governo da sociedade

## Comités do Conselho

Quatro Comités reportam directamente ao Conselho. Cada um dos Comités tem a autoridade delegada específica e os termos de referência detalhados que são revistos anualmente com um relatório sobre as actividades de cada Comité apresentado em cada assembleia do Conselho de Administração. O FCE analisa o equilíbrio e a composição dos Comités regularmente para garantir que existe um equilíbrio adequado e uma boa mistura de competências e de experiência. O FCE considera igualmente a necessidade de actualizar os Comités.

O gráfico seguinte demonstra a interdependência do Conselho e dos Comités que lidam com o governo da sociedade. O FCE possui uma abordagem integrada ao Governo de Risco e os termos de referência para cada um dos Comités abaixo incluem informações detalhadas sobre os riscos cobertos:



## Comité de Auditoria

As informações detalhadas sobre o Conselho Fiscal e o seu trabalho podem ser encontradas nas páginas 33 e 34.

## Comité Administrativo

O Comité Administrativo é responsável, em nome do Conselho, por:

- revisão e aprovação dos termos e condições das transacções de titularização e de emissão de dívida em linha com as declarações de política aplicáveis estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração;
- consideração e aprovação de outros assuntos quotidianos a si delegados para os quais seja legalmente exigida uma deliberação e/ou documentação formal para prestar prova da aprovação em vez de aprovação sob as autoridade delegadas de gestão geral.

A adesão do Comité Administrativo inclui todos os administradores estatutários da Empresa mas exclui Noone, Silverstone e os ANE, com quaisquer dois administradores a constituírem um quórum. O Comité Administrativo não tem um calendário formal de reuniões e reúne-se conforme necessário.

## Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito

O Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito (Comité de Política de Crédito), habitualmente presidido pelo Presidente do FCE, determina, em nome do Conselho, a política de crédito geral do Grupo numa base pan-europeia. Supervisiona e analisa o risco do crédito comercial e a retalho e o risco do valor residual do veículo. Reporta a cada assembleia completa do Conselho realizada durante o ano. Cinco dos dez membros do Comité de Política de Crédito são membros do Conselho de Administração. O Comité de Política de Crédito consiste em pessoas responsáveis pelas componentes-chave do negócio, mercados britânico, alemão e europeu e funções centrais pan-europeias como a Gestão de Risco e Finanças.

Existem requisitos de quórum para o Comité de Política de Crédito, com combinações diferentes de participantes permitidas, a fim de assegurar que um membro do Conselho de Administração esteja sempre presente, além da representação apropriada de áreas-chave do negócio. O Comité de Política de Crédito procura reunir-se mensalmente.

Os Comités de Crédito Comercial foram criados como subcomités do Comité de Política de Crédito para rever e aprovar pedidos de empréstimos comerciais por toda a Europa. Os Comités de Crédito Comercial são constituídos e operam ao nível do distrito, do país, da Europa e internacionalmente de acordo com as autoridades de aprovação delegadas e a avaliação de risco.

## Principais princípios de governo da sociedade

### Comité Executivo

O Comité Executivo (“CE”), normalmente presidido pelo Presidente do FCE, revê, em nome do Conselho, a direcção e política estratégica do Grupo e o aumento do valor para os accionistas e clientes, melhorando ao mesmo tempo o crescimento, a eficiência e a rentabilidade. A Comissão Executiva reporta ao Conselho em cada assembleia completa do Conselho realizada durante o ano. O Comité Executivo possui catorze membros, quatro dos quais são membros do Conselho de Administração.

O CE consiste em pessoas responsáveis pelas componentes-chave do negócio, mercados britânico, alemão e europeu, bem como funções centrais pan-europeias como a Gestão de Risco, Tecnologia de Informação, Conselho Geral, Estratégia e Finanças. É exigido que o Presidente ou o Director Executivo Financeiro e de Estratégia esteja presente como um dos sete membros necessários para se constituir um quórum. O CE reúne-se mensalmente e reuniu-se 12 vezes durante 2010.

Diversos subcomités foram criados e reúnem-se regularmente e abrangem todas as áreas do negócio. Estes subcomités reportam ao CE:

- O Comité de Conformidade Regulamentar informa a gestão de topo e o Conselho Fiscal sobre questões relacionadas com a conformidade regulamentar. As suas responsabilidades incluem a monitorização e avaliação das alterações regulamentares e determinação da resposta da Empresa ou as mudanças necessárias. O Comité supervisiona igualmente a comunicação com a FSA.
- O Comité de Revisão Operacional do Escritório e Tecnologia de Informação monitoriza, alinha e resolve planos e prioridades no FCE para apoiar projectos e iniciativas essenciais relacionados com tecnologias de informação.
- O Comité de Risco Operacional tem a responsabilidade geral pela análise e acompanhamento dos principais riscos operacionais e pela implementação de uma sólida gestão de riscos operacionais a todos os níveis do FCE.
- O Comité de Gestão de Activos e Passivos supervisiona o plano de financiamento e gestão de liquidez do FCE. Este subcomité reúne-se mensalmente.
- O Comité de Vendas e Marketing promove a troca de informação regular e oportuna entre unidades do negócio e áreas funcionais, abrangendo vendas, marketing e questões operacionais.
- O Comité de Direcção de Gestão de Dados fornece informações coordenadas ao desenvolvimento de processos e aplicações TI para dar resposta às necessidades do negócio através de soluções de dados que sejam consistentes com as prioridades estratégicas.
- O Comité de Preços revê e aprova estratégias e políticas de preços a nível nacional, regional e europeu.
- O Conselho de Projecto Europeu supervisiona a gestão dos projectos estratégicos do FCE. Este subcomité reúne-se mensalmente para rever, aprovar e definir as prioridades dos projectos grandes/estratégicos.
- O Conselho do Programa de Titularização aprova e analisa assuntos estruturais e de política referentes às transacções de titularização planeadas e as questões de titularização levantadas por outros comités e fóruns podem ser consultadas para deliberação posterior.
- Os Comités de Desenvolvimento Pessoal orientam o desenvolvimento do pessoal e o planeamento de carreiras e de vagas. Os subcomités são compostos por membros da direcção, que são auxiliados por representantes dos Recursos Humanos.
- O Grupo de Direcção Executiva de Anti-Branqueamento de Capitais supervisiona a conformidade com as disposições da directiva da Comunidade Europeia referente ao Branqueamento de Capitais e directivas relacionadas, conforme aplicadas aos mercados nos quais o FCE opera.

Além disso, a CE pode, periodicamente, nomear grupos de trabalho ou comités de direcção para tratar de riscos específicos de negócio e oportunidades.

## Principais princípios de governo da sociedade

---

### Responsabilidade e auditoria

#### Relato financeiro

No Relatório dos Administradores, o Conselho procura facultar uma compreensão detalhada de cada negócio do Grupo, juntamente com uma avaliação equilibrada e compreensível da posição e perspectivas do FCE.

#### Controlo interno

Poderá encontrar informações adicionais sobre o ambiente de controlo interno no “Relatório do Conselho Fiscal” que começa na página 33.

### Empresa activa

Os Administradores estão confiantes, com base nas actuais projecções financeiras e facilidades disponíveis, que a Empresa e o FCE possuem os recursos financeiros adequados para continuarem a operar durante o futuro previsível. Por este motivo, os administradores concluíram que não existem incertezas materiais que levam a uma dúvida significativa quanto à capacidade de continuação da entidade como um interesse contínuo e, conseqüentemente, continua a adoptar o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### Relações com os investidores

A página de Internet da Empresa faculta aos potenciais investidores informações sobre a Empresa, incluindo as recentes demonstrações financeiras intercalares e anuais, divulgações de Pilar 3 de Basileia, apresentações dos investidores e assuntos de governo da sociedade.

POR ORDEM DO CONSELHO

Todd S Murphy  
Presidente, FCE Bank plc.  
24 de Março de 2011

FCE Bank plc.  
Escritórios Centrais, Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR.  
Registado em Inglaterra e Gales sob o n.º 772784

# Relatório do Conselho Fiscal

Este relatório descreve o papel do Conselho Fiscal (“CF”) e a sua conformidade com os requisitos do Código Combinado sobre o Governo das Sociedades, quando apropriado para uma subsidiária detida a 100%.

## Termos de referência

Os termos de referência do CF, cuja cópia pode ser encontrada na página de Internet da Empresa, são revistos, pelo menos, uma vez por ano e aprovados pelo Conselho. Baseiam-se nos termos do modelo de referência estabelecidos na Nota de Orientação produzida pelo Institute of Chartered Secretaries and Administrators. Os termos de referência englobam a constituição de membros e nomeações, reuniões, deveres e responsabilidades, autoridade e um conjunto de outros assuntos. Os objectivos do CF incluem ajudar o Conselho no cumprimento das suas responsabilidades para a criação de um sistema eficaz de controlo interno e conformidade, fornecimento do relato financeiro externo preciso e ajudar a direcção na condução e no relato da gestão de risco eficaz.

## Constituição de membros e nomeação

Não existe qualquer limitação no termo de nomeação para o CF. Durante 2010, o CF foi presidido pelo Romer-Lee e reuniu-se quatro vezes. A constituição dos membros do CF engloba exclusivamente todos os ANE. O quórum para o CF é de quaisquer dois membros.

O FCE considera que os quatro membros actuais do CF são independentes para efeitos do Código Combinado. Os membros trazem uma vasta e diversificada experiência comercial, financeira e de gestão para o trabalho do CF e os seus dados biográficos encontram-se descritos na páginas 26.

O Conselho está confiante que a experiência colectiva dos membros do CF permite-lhe, como grupo, actuar como um conselho fiscal eficaz. O CF também tem acesso à experiência financeira do Grupo e aos seus auditores, internos e externos, e pode procurar mais consultoria profissional a custo da Empresa, se necessário. O Conselho considera que o actual Presidente do CF, em particular, qualifica-se como tendo a experiência financeira recente e relevante para chegar às deliberações do CF conforme exigido pelo Código Combinado sobre o Governo das Sociedades.

## Reuniões

O CF reúne-se, pelo menos, quatro vezes por ano. À excepção de Bogdanowicz-Bindert, que não pôde estar presente numa reunião, todos os membros participaram em todas as reuniões.

A PricewaterhouseCoopers LLP (“PwC”), os auditores externos do FCE e representantes do Gabinete Geral de Auditores da Ford (“GAO”), juntamente com o Director Executivo Financeiro e de Estratégia, o Director Jurídico e a Secretária da Empresa estiveram presentes em reuniões com um convite fixo. A Secretária da Empresa é a Secretária do CF. Além disso, o CF exige, frequentemente, que outros Administradores, gestores e pessoal assistam e concordem com as acções de auditoria/revisão em resposta aos inquéritos e recomendações do CF. Os ANE também

realizaram reuniões privadas com os auditores externos durante o ano. O Presidente do Comité reporta regularmente ao Conselho sobre as actividades do CF e as actas das reuniões do CF são comunicadas ao Conselho de Administração.

## Trabalho do Comité

O CF leva a cabo o seu programa de trabalho de acordo com um calendário de acções em quatro reuniões programadas realizadas todos os anos em Março, Junho, Agosto e Novembro ou meses adjacentes, conforme descrito abaixo. O CF também recebe relatórios regulares sobre eventos significativos e invulgares em cada reunião. Além disso, outras questões significativas são levantadas, conforme adequado e necessário:

- Março – Revisão da versão preliminar do Relatório Anual e Contas, da carta da administração e do relatório dos auditores externos e dos honorários de auditoria, que inclui a consideração das principais áreas de julgamento, ajustamentos significativos e adequação do pressuposto da continuidade das operações antes de as demonstrações serem aprovadas pelo Conselho.
- Junho – Revisão do planeamento da Directriz de Requisitos de Capital/Adequação de Capital de Basileia II; revisão anual do ICO, incorporando a revisão de auditoria e futuros planos e progresso face ao próprio plano de negócio interno, desenvolvimentos funcionais e principais medidas de desempenho; e uma revisão anual do auditor externo do FCE que inclui assuntos de relato financeiro e contabilístico actuais e questões resultantes e o seu plano e âmbito de auditoria.
- Agosto – Revisão da versão preliminar do Relatório Intercalar para os primeiros seis meses do ano e da carta da administração e do relatório dos auditores externos, que inclui a consideração das principais áreas de julgamento e ajustes significativos antes de as demonstrações serem consideradas e aprovadas pelo Conselho; e supervisão do processo de monitorização dos assuntos de conformidade e regulamentares, incluindo Anti-Branqueamento de Capitais através de uma revisão anual por parte do Responsável de Conformidade do FCE.
- Dezembro – Revisão das políticas contabilísticas e alterações de divulgação para as próximas contas anuais, incluindo grandes alterações nas políticas e práticas contabilísticas; e consideração da revisão anual do GAO para incluir a supervisão da eficácia do controlo interno sobre o relato e as operações e, especificamente, a análise do revisor oficial de contas interno, actualização da avaliação de risco e as revisões de auditoria interna e planos futuros, conformidade com as normas de auditoria e progresso face ao plano de negócio da auditoria interna, desenvolvimentos funcionais e principais medidas de desempenho.

Para obter informações adicionais relacionadas com a Directiva dos Requisitos de Capital de Basileia II, consulte os pormenores de “Estrutura de capital internacional de Basileia II” na página 15 na secção “Análise de Negócio – Regulação”.

# Relatório do Conselho Fiscal

## Trabalho do Comité (continuação)

O plano e âmbito de auditoria do PwC e do GAO estabelecem pormenores das áreas a serem abrangidas e a forma como a auditoria será conduzida. O Presidente do CF reúne-se periodicamente com os auditores externos e com o GAO para serem analisados os progressos na auditoria e os principais pontos a tratar e tem a oportunidade para avaliar a eficácia do processo. O CF também tem a possibilidade de avaliar a eficácia dos auditores e o processo através de relatórios elaborados para o Comité por auditores independentes. Além disso, antes de cada reunião do CF acordada para serem aprovados os resultados financeiros intercalares e anuais, os membros realizam uma reunião privada com os auditores externos.

## Os auditores externos, o seu trabalho e os serviços não relacionados com auditoria

O PwC conduz auditorias das demonstrações financeiras do FCE de acordo com os requisitos legais e regulamentares relevantes e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). O PwC fornece pareceres de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do FCE.

A nomeação e renomeação do auditor externo para o grupo de empresas da Ford são revistas ao nível da empresa-mãe. Contudo, de acordo com os seus actuais termos de referência, o CF recebe uma confirmação por escrito anual da realização de uma revisão por parte do Conselho Fiscal da Ford no que se refere à independência contínua do PwC, desempenho, relações substanciais e conformidade com respectiva ética e orientação profissional. Além disso, o CF revê o plano de auditoria do PwC, o seu âmbito e eficiência de custos e os honorários de auditoria. Os honorários de auditoria do PwC para 2010 encontram-se descritos na Nota 9 "Lucros antes de impostos" na página 59 das presentes demonstrações financeiras.

Para ajudar a garantir que a independência e objectividade dos auditores não são prejudicadas pelo fornecimento de serviços não relacionados com a auditoria, o CF acordou que os auditores externos devem ser excluídos da prestação de serviços de gestão, consultoria estratégica ou de Tecnologias de Informação e todos os outros serviços não relacionados com auditoria, excepto se a empresa nomeada como auditor externo seja:

- a única fornecedora da especialidade/serviço requerido; ou
- o líder claro na prestação do serviço e tenha possibilidade de prestar esse serviço numa base de preços competitivos.

Na sua qualidade de auditora, a PwC assumirá o trabalho que lhe compete fazer ou aquele para o qual está mais bem colocada para realizar. Tal inclui o trabalho relacionado com impostos, formalidades relativas a empréstimos, relatórios de controlo ou trabalho respeitante a aquisições e alienações.

## Gabinete geral dos auditores

O Gabinete Geral dos Auditores (GAO) da Ford é totalmente independente do FCE; a sua cobertura baseia-se na avaliação de risco relativo de cada "entidade de auditoria", no que é definido como uma recolha de procedimentos e sistemas estreitamente relacionados. A missão do GAO consiste em proporcionar uma

garantia objectiva e serviços de consultoria à direcção e ao Conselho da Ford e ao CF da Empresa, de modo a melhorar a eficiência e eficácia das operações da Empresa e ajudar a mesma a alcançar os seus objectivos através de uma auditoria sistemática e disciplinada.

## Gabinete de controlo interno

O ICO é o departamento dentro do FCE que fornece consultoria de controlo, auditorias, revisões de processos, investigações, devida diligência, aconselhamento nos controlos dos sistemas e formação em controlo em todas as localizações. A experiência do ICO nas operações, contabilidade, sistemas e 6-Sigma possibilita revisões operacionais informadas, auditorias e a partilha de melhores práticas. Isto assegura que se mantenha um elevado nível de qualidade nos processos do FCE, serviços ao cliente e revendedor e produtos financeiros. O departamento criou e forneceu formação em controlos contínuos, o que inclui pontos de aprendizagem derivados de auditorias e análises. Isto combina as práticas líderes da indústria para ajudar a gestão numa identificação inicial dos potenciais riscos de controlo, o que é um elemento essencial do processo para garantir a conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA.

O ICO coordena o Programa de Revisão das Operações (ORP), que foi concebido, implementado e revisto ao longo dos últimos anos para integrar a avaliação de risco e oportunidade no Grupo. O ORP fornece os meios para a gestão de cada localização ou actividade para monitorizar continuamente os controlos nas suas operações através do desempenho de verificações regulares e apropriadas e incorpora os princípios de um governo sólido nos principais processos. O ORP proporciona elevados níveis de auto-avaliação de controlo como parte das boas práticas de negócio. Engloba igualmente os princípios estabelecidos pelo Comité Turnbull do Reino Unido ao alcançar as normas no Código Combinado do Governo das Sociedades. O ORP foi modificado para e fornece uma estrutura-chave na conformidade do FCE com a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA. O CA recebe relatórios regulares do ICO. Ocasionalmente, perante desenvolvimentos ou eventos importantes, o CA poderá delegar no ICO a realização de revisões ad-hoc ou investigações especiais.

## Procedimento de denúncia de irregularidades

A Empresa estabeleceu um procedimento de denúncia de irregularidades para o envio confidencial e anónimo por parte dos funcionários que tenham preocupações relativamente a assuntos contabilísticos, controlos internos ou auditoria. Um relatório sobre quaisquer desses incidentes reportados é apresentado em cada reunião do Conselho Fiscal, incluindo informações detalhadas de quaisquer acções que tenham sido levadas a cabo para tratar dos problemas suscitados. Durante o ano abrangido no relatório, não foram tratados quaisquer assuntos significativos para o FCE pelo Conselho Fiscal.

POR ORDEM DO CONSELHO FISCAL  
Alex K Romer-Lee  
24 de Março de 2011

# Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

A demonstração seguinte deverá ser lida em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes.

Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório Anual e pelas demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa.

Os Administradores são obrigados, por lei, a preparar as demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa para cada exercício de acordo com a Lei das Sociedades de 2006, com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e, relativamente às demonstrações financeiras do Grupo, com o Artigo 4º do Regulamento Europeu (CE) N.º 1606/2002 (o "Regulamento IAS").

Os Administradores são obrigados a assegurar que as demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa proporcionem uma visão verdadeira e justa dos activos, passivos e da posição financeira do Grupo e da Empresa e dos resultados do Grupo para esse período.

Na preparação das demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010, os Administradores são igualmente obrigados a:

- seleccionar as políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de forma consistente;
- fazer julgamentos e estimativas razoáveis e prudentes;
- confirmar que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas; e
- confirmar que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os Administradores confirmam que cumpriram os requisitos acima referidos na preparação das demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010.

Os Administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos apropriados que divulguem com precisão razoável, em qualquer momento, a posição financeira do Grupo e da Empresa e lhes permitam assegurar que as demonstrações financeiras cumpram a Lei das Sociedades de 2006 e, relativamente às demonstrações financeiras do Grupo, o Artigo 4º do Regulamento IAS. São igualmente responsáveis por salvaguardar os activos da Empresa e do Grupo e por tomar as medidas razoáveis para a prevenção e detecção de fraude e outras irregularidades.

Cada um dos administradores, cujos nomes e funções se encontram listados na página 26, confirmam, tanto quanto é do seu conhecimento, que:

- As demonstrações financeiras do grupo, que foram preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela UE, oferecem uma visão verdadeira e justa dos activos, passivos, posição financeira e lucros do grupo; e
- O relatório dos administradores inclui uma revisão justa do desenvolvimento e desempenho do negócio e da posição do grupo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrenta.

## Divulgação de informações a auditores externos

Cada um dos Administradores que estiver em funções aquando da aprovação das demonstrações financeiras do FCE confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não há qualquer informação de auditoria relevante que os auditores externos da Empresa desconheçam e cada um desses administradores tomou todas as medidas que se deve razoavelmente esperar tomar enquanto administrador, a fim de tomar conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e confirmar que os auditores externos da Empresa têm conhecimento dessa informação. Esta informação é dada e deve ser interpretada de acordo com as disposições da secção 418 da Lei das Sociedades de 2006.

## Página de Internet

Uma cópia das demonstrações financeiras da Empresa é apresentada na página de Internet do FCE ([www.fcebank.com](http://www.fcebank.com)). Os Administradores são responsáveis pela manutenção e integridade das informações empresariais e financeiras que constam na página de Internet. O trabalho levado a cabo pelos auditores não envolve a consideração destas matérias e, em conformidade, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido nas demonstrações financeiras do FCE desde a data em que estas foram inicialmente apresentadas na página de Internet. A legislação que rege a preparação e disseminação de demonstrações financeiras no Reino Unido poderá diferir da legislação noutras jurisdições.

## Auditores externos

De acordo com a Secção 489 da Lei das Sociedades de 2006, uma resolução que propõe a renomeação da PricewaterhouseCoopers LLP como auditores externos será submetida à Assembleia Geral Anual a ser realizada no dia 19 de Março de 2010.

## POR ORDEM DO CONSELHO

Robert A Pringle  
Secretário da Empresa  
24 de Março de 2011

# Relatório dos Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS MEMBROS DO FCE BANK PLC

Examinámos as demonstrações financeiras do grupo e da empresa-mãe (as “demonstrações financeiras”) do FCE Bank plc para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010, que incluem a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada de Rendimento Integral, os Balanços do Grupo e da Empresa-Mãe, a Demonstração de Fluxos de Caixa do Grupo e da Empresa-Mãe, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio do Grupo e da Empresa-Mãe e as respectivas notas. O quadro de relato financeiro que foi aplicado na sua preparação consiste na lei aplicável e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e, relativamente às demonstrações financeiras da empresa-mãe, conforme aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006.

### Responsabilidades respectivas dos administradores e dos auditores

Conforme explicado mais detalhadamente na Declaração de Responsabilidades dos Administradores na página 35, os administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e pela garantia de que oferecem uma visão verdadeira e justa. A nossa responsabilidade é examinar e emitir um parecer relativo às demonstrações financeiras em conformidade com a lei aplicável e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Essas normas exigem que cumpramos os Princípios Éticos para Auditores do Conselho de Práticas de Auditoria.

Este relatório, incluindo os pareceres, foi preparado para, e apenas para os membros da empresa como um conjunto, de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Sociedades de 2006, e não para qualquer outro efeito. Ao darmos estes pareceres, não aceitamos nem assumimos responsabilidade por qualquer outro propósito ou perante qualquer outra pessoa a quem este relatório seja apresentado ou que venha a ter acesso ao mesmo, salvo acordo expresso ou consentimento prévio, por escrito, da nossa parte.

### Âmbito da auditoria das demonstrações financeiras

Uma auditoria envolve a obtenção de provas sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras suficientes para oferecer uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de incorrecções significativas devido a fraude ou erro. Tal inclui uma avaliação da: adequação das políticas contabilísticas às circunstâncias do grupo e da empresa e sua aplicação consistente e divulgação adequada; razoabilidade de estimativas contabilísticas significativas feitas pelos administradores; e apresentação geral das demonstrações financeiras.

### Parecer sobre demonstrações financeiras

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras oferecem uma visão verdadeira e justa da situação do grupo e da empresa-mãe a 31 de Dezembro de 2010, dos lucros do grupo e dos fluxos de caixa do grupo e da empresa-mãe para o ano então terminado;
- as demonstrações financeiras do grupo foram correctamente preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia;
- as demonstrações financeiras da empresa-mãe foram correctamente preparadas de acordo com as IFRS conforme adoptadas pela União Europeia e aplicadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades de 2006; e
- as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2006 e, relativamente às demonstrações financeiras do grupo, com o Artigo 4º do Regulamento IAS.

### Parecer sobre outros assuntos prescritos pela Lei das Sociedades de 2006

Na nossa opinião, as informações fornecidas no Relatório dos Administradores para o exercício para o qual são preparadas as demonstrações financeiras são consistentes com as demonstrações financeiras.

### Assuntos que somos obrigados a reportar por excepção

Não temos nada a reportar no que diz respeito aos seguintes assuntos, onde somos obrigados pela Lei das Sociedades de 2006 a reportar se, na nossa opinião:

- a empresa-mãe não tiver mantido os registos de contabilidade adequados ou não tiverem sido recebidos das sucursais não visitadas por nós retornos adequados à nossa auditoria; ou
- as demonstrações financeiras da empresa-mãe não se encontrarem de acordo com os retornos e registos de contabilidade; ou
- não forem feitas determinadas divulgações da remuneração dos administradores especificadas por lei; ou
- não tivermos recebido todas as informações e explicações por nós requeridas para a auditoria.

Craig Stafford (Revisor Oficial de Contas Sénior)  
por e em nome da PricewaterhouseCoopers LLP  
Auditores e Revisores Oficiais de Contas  
Londres  
24 de Março de 2011

A manutenção e integridade da página de Internet do FCE Bank plc é da responsabilidade dos administradores; o trabalho efectuado pelos auditores não envolve a consideração destas matérias e, em consequência, os auditores não são responsáveis por quaisquer alterações que possam ser introduzidas nas demonstrações financeiras depois da sua apresentação inicial na página de Internet.

A legislação no Reino Unido relativa à preparação e disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação noutras jurisdições.

As demonstrações financeiras continuam na página seguinte

# Demonstração consolidada de rendimento integral

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		Notas	2010 milhões de libras
Rendimento de juros		£ 893	£ 1 111
Gastos com juros		(539)	(653)
<b>RENDIMENTO DE JUROS LÍQUIDO</b>	<b>2</b>	<b>£ 354</b>	<b>£ 458</b>
Rendimento de honorários e comissões		£ 70	£ 82
Gastos com honorários e comissões		(8)	(14)
<b>RENDIMENTO LÍQUIDO DE HONORÁRIOS E COMISSÕES</b>	<b>3</b>	<b>£ 62</b>	<b>£ 68</b>
Outros proveitos operacionais	4	148	132
<b>TOTAL DE RENDIMENTO</b>		<b>£ 564</b>	<b>£ 658</b>
Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos	16	£ (9)	£ (153)
Despesas operacionais	5	(215)	(205)
Depreciação de activos fixos tangíveis	19	(100)	(120)
Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros	7	34	36
Ganho / (perda) cambial	8	(41)	7
Participação nos lucros de uma entidade controlada conjuntamente	23	6	-
<b>LUCROS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>9</b>	<b>£ 239</b>	<b>£ 223</b>
Custos com impostos sobre o rendimento	10	(78)	(57)
<b>LUCROS DEPOIS DE IMPOSTOS E LUCROS DO EXERCÍCIO</b>		<b>£ 161</b>	<b>£ 166</b>
Diferenças de conversão em investimentos líquidos em moeda estrangeira		(61)	(154)
Diferenças de conversão em investimentos em moeda estrangeira numa entidade controlada conjuntamente		2	(3)
<b>RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO</b>		<b>£ 102</b>	<b>£ 9</b>

\* Para obter informações detalhadas sobre a redefinição consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas"

As "Notas às Demonstrações Financeiras" anexas são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

## Balances

A 31 de Dezembro	Notas	Empresa		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e adiantamentos	11	£ 1 292	£ 1 628	£ 2 094	£ 2 586
Títulos negociáveis	12	223	-	223	-
Instrumentos financeiros derivados	13	274	380	276	380
Outros activos	14	1 523	639	251	444
Empréstimos e adiantamentos líquidos não sujeitos a titularização		£ 2 571	£ 2 627	£ 2 845	£ 2 878
Empréstimos e adiantamentos líquidos sujeitos a titularização	18	7 973	9 594	7 973	9 594
<b>Total de empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>	<b>15</b>	<b>£ 10 544</b>	<b>£ 12 221</b>	<b>£ 10 818</b>	<b>£ 12 472</b>
Activos fixos tangíveis	19	152	110	153	110
Impostos sobre o rendimento a receber	20	51	44	52	44
Activos por impostos diferidos	21	74	83	87	114
Goodwill e outros activos intangíveis	22	161	165	13	17
Investimento numa entidade controlada conjuntamente	23	-	-	45	41
Investimento em participações do grupo	24	339	63	-	-
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>		<b>£ 14 633</b>	<b>£ 15 333</b>	<b>£ 14 012</b>	<b>£ 16 208</b>
<b>PASSIVO</b>					
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras não relacionadas com titularização		£ 429	£ 755	£ 549	£ 836
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras relacionadas com titularização	18	1 013	2 179	3 224	5 534
<b>Total de dívidas a bancos e outras instituições financeiras</b>	<b>25</b>	<b>£ 1 442</b>	<b>£ 2 934</b>	<b>£ 3 773</b>	<b>£ 6 370</b>
Depósitos de empresas	26	49	22	49	22
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	27	5 382	4 511	540	709
Instrumentos financeiros derivados	13	106	159	158	269
Títulos de dívida em emissão não relacionados com titularização		4 187	3 759	4 187	3 759
Títulos de dívida em emissão relacionados com titularização	18	-	-	1 872	1 205
<b>Total de títulos de dívida em emissão</b>	<b>28</b>	<b>£ 4 187</b>	<b>£ 3 759</b>	<b>£ 6 059</b>	<b>£ 4 964</b>
Outros passivos	29	489	470	506	493
Impostos sobre o rendimento a pagar	20	12	19	12	19
Passivos por impostos diferidos	21	29	29	30	30
Empréstimos subordinados	30	287	446	287	446
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>		<b>£ 11 983</b>	<b>£ 12 349</b>	<b>£ 11 414</b>	<b>£ 13 322</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Acções ordinárias	31	614	614	614	614
Prémio de emissão	31	352	352	352	352
Resultados transitados		1 684	2 018	1 632	1 920
<b>TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>£ 2 650</b>	<b>£ 2 984</b>	<b>£ 2 598</b>	<b>£ 2 886</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>£ 14 633</b>	<b>£ 15 333</b>	<b>£ 14 012</b>	<b>£ 16 208</b>

As "Notas às Demonstrações Financeiras" anexas são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras das páginas 35 a 124 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 24 de Março de 2011 e foram assinados em nome deste por:

Todd Murphy  
Presidente

Peter R Jepson  
Administrador Executivo, Finanças & Estratégia

# Demonstrações de fluxos de caixa

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Empresa		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>					
Caixa de actividades operacionais	45	£ 1 254	£ 4 274	£ 1 334	£ 4 149
Juros pagos		(520)	(689)	(505)	(686)
Juros recebidos		889	1 127	891	1 130
Impostos sobre o rendimento pagos		(71)	(120)	(73)	(122)
<b>Caixa líquida de/(usada em) actividades operacionais</b>		<b>£ 1 552</b>	<b>£ 4 592</b>	<b>£ 1 647</b>	<b>£ 4 471</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>					
Compra de títulos negociáveis		£ (493)	£ (900)	£ (493)	£ (900)
Proveitos da venda de títulos negociáveis		258	900	261	900
Compra de activos fixos tangíveis		(4)	(2)	(5)	(3)
Proveitos da venda de activos fixos tangíveis		3	3	3	3
Investimento em participações do grupo		-	114	-	-
<b>Caixa líquida de/(usada em) actividades de investimento</b>		<b>£ (236)</b>	<b>£ 115</b>	<b>£ (234)</b>	<b>£ -</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>					
Proveitos de títulos de dívida e dívidas a bancos e outras instituições financeiras		£ 1 313	£ 2 744	£ 3 689	£ 5 123
Reembolsos de títulos de dívida e dívidas a bancos e outras instituições financeiras		(2 102)	(2 439)	(4 875)	(7 372)
Proveitos de fundos fornecidos pela empresa-mãe e empresas associadas		103	1 184	103	22
Reembolso de fundos fornecidos pela empresa-mãe e empresas associadas		(398)	(5 154)	(190)	(1 388)
Aumento/(diminuição) líquido em empréstimos a curto prazo		(77)	(623)	(36)	(666)
Aumento/(diminuição) líquido em depósitos de empresas		-	(8)	-	(8)
Influxo/(exfluxo) líquido de caixa de instrumentos financeiros derivados		(35)	(157)	(117)	(46)
(Aumento) dos depósitos em banco central e outros depósitos para apoio de empréstimos do Banco Europeu de Investimento		(47)	(138)	(47)	(138)
Diminuição dos depósitos em banco central e outros depósitos para apoio de empréstimos do Banco Europeu de Investimento		57	235	57	235
Dividendos pagos		(390)	(85)	(390)	(85)
<b>Caixa líquida de/(usada em) actividades de financiamento</b>		<b>£ (1 576)</b>	<b>£ (4 441)</b>	<b>£ (1 806)</b>	<b>£ (4 323)</b>
Efeito de alterações na taxa de câmbio sobre a caixa e equivalentes de caixa		£ (10)	£ (17)	£ (33)	£ (96)
<b>Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>£ (270)</b>	<b>£ 249</b>	<b>£ (426)</b>	<b>£ 52</b>
Caixa e equivalentes de caixa deduzidos de descobertos no início do período		£ 1 395	£ 1 146	£ 2 352	£ 2 300
<b>Caixa e equivalentes de caixa deduzidos de descobertos no final do período</b>		<b>£ 1 125</b>	<b>1 395</b>	<b>1 926</b>	<b>2 352</b>

# Demonstrações de alterações no capital próprio

## DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Grupo	Capital social	Prémio de emissão	Reserva de resultados	Reserva de conversão	Total de resultados transitados	Total
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
<b>Balanço a 1 de Janeiro de 2009</b>	£ 614	£ 352	£ 1 392	£ 604	£ 1 996	£ 2 962
Lucros do período	£ -	£ -	£ 166	£ -	£ 166	£ 166
Diferenças de conversão	-	-	-	(157)	(157)	(157)
<b>Rendimento integral total para o ano findo a 31 de Dezembro de 2009</b>	£ -	£ -	£ 166	£ (157)	£ 9	£ 9
Dividendo pago	-	£ -	£ (85)	£ -	£ (85)	£ (85)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2009 / 1 de Janeiro de 2010</b>	£ 614	£ 352	£ 1 473	£ 447	£ 1 920	£ 2 886
Lucros do período	£ -	£ -	£ 161	£ -	£ 161	£ 161
Diferenças de conversão	-	-	-	(59)	(59)	(59)
<b>Rendimento integral total para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010</b>	£ -	£ -	£ 161	£ (59)	£ 102	£ 102
Dividendo Pago	£ -	£ -	£ (390)	£ -	£ (390)	£ (390)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010</b>	£ 614	£ 352	£ 1 244	£ 388	£ 1 632	£ 2 598

Empresa	Capital social	Prémio de emissão	Reserva de resultados	Reserva de conversão	Total de resultados transitados	Total
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
<b>Balanço a 1 de Janeiro de 2009</b>	£ 614	£ 352	£ 1 551	£ 573	£ 2 124	£ 3 090
Lucros do período	£ -	£ -	£ 127	£ -	£ 127	£ 127
Diferenças de conversão	-	-	-	(148)	(148)	(148)
<b>Rendimento integral total para o ano findo a 31 de Dezembro de 2009</b>	£ -	£ -	£ 127	£ (148)	£ (21)	£ (21)
Dividendo pago	-	£ -	£ (85)	£ -	£ (85)	£ (85)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2009 / 1 de Janeiro de 2010</b>	£ 614	£ 352	£ 1 593	£ 425	£ 2 018	£ 2 984
Lucros do período	£ -	£ -	£ 118	£ -	£ 118	£ 118
Diferenças de conversão	-	-	-	(62)	(62)	(62)
<b>Rendimento integral total para o ano findo a 31 de Dezembro de 2010</b>	£ -	£ -	£ 118	£ (62)	£ 56	£ 56
Dividendo Pago	£ -	£ -	£ (390)	£ -	£ (390)	£ (390)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010</b>	£ 614	£ 352	£ 1 321	£ 363	£ 1 684	£ 2 650

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## Política

1 Políticas contabilísticas .....	43
-----------------------------------	----

## Demonstração de Resultados

2 Rendimento de juros líquido .....	52
3 Rendimento líquido de honorários e comissões .....	53
4 Outros proveitos operacionais .....	54
5 Despesas operacionais .....	55
6 Transacções com Administradores e Directores .....	56
7 Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros .....	57
8 Ganho ou perda cambial .....	58
9 Lucros antes de impostos .....	59
10 Custos com impostos sobre o rendimento .....	62

## Balanço

11 Caixa e adiantamentos a bancos .....	63
12 Títulos negociáveis .....	64
13 Instrumentos financeiros derivados .....	65
14 Outros activos .....	67
15 Empréstimos e adiantamentos a clientes .....	68
16 Provisão para perdas incorridas .....	70
17 Provisão para perdas do valor residual do veículo .....	71
18 Titularização e financiamento associado .....	72
19 Activos fixos tangíveis .....	74
20 Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar .....	76
21 Activos e passivos por impostos diferidos .....	76
22 Goodwill e outros activos intangíveis .....	78
23 Investimento numa entidade controlada conjuntamente .....	79
24 Investimentos em participações do grupo .....	79
25 Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras .....	81
26 Depósitos de empresas .....	82
27 Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas .....	83
28 Títulos de dívida em emissão .....	84
29 Outros passivos .....	85
30 Empréstimos subordinados .....	86
31 Acções ordinárias e prémios de emissão .....	87
32 Dividendos por acção .....	87
33 Componentes do capital .....	88

## Informações extrapatrimoniais

34 Obrigações de benefícios de reforma .....	90
35 Passivos contingentes .....	95
36 Compromissos .....	96
37 Compromissos de locações futuras .....	96

## Risco

38 Risco de crédito .....	97
39 Valores residuais de veículos .....	101
40 Risco do mercado financeiro .....	102
40a Risco cambial .....	103
40b Risco de taxa de juro .....	105
41 Risco de liquidez .....	106
42 Activos financeiros e passivos financeiros .....	111

## Outras

43 Transacções de partes relacionadas .....	115
44 Relato por segmentos .....	118
45 Notas às demonstrações de fluxos de caixa .....	122
46 Informação do FCE e de outras partes relacionadas .....	124
47 Factos posteriores ao balanço .....	124

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são descritas abaixo.

A	Base de apresentação.....	43	N	Locações .....	49
B	Contas do grupo .....	45	O	Provisão para perdas incorridas .....	49
C	Estimativas contabilísticas críticas.....	45	P	Titularização e financiamento associado.....	50
D	Relato por segmentos.....	45	Q	Provisões para o valor residual do veículo .....	50
E	Rendimento de juros líquido .....	46	R	Activos fixos tangíveis .....	50
F	Rendimento e gastos com honorários e comissões .....	46	S	Impostos sobre o rendimento diferidos e correntes... 50	
G	Outros proveitos operacionais .....	46	T	Joint ventures .....	51
H	Benefícios dos funcionários .....	46	U	Goodwill e outros activos intangíveis.....	51
I	Caixa e equivalentes de caixa .....	47	V	Investimentos em participações do grupo .....	51
J	Activos financeiros, passivos financeiros e compensação.....	47	W	Dívida .....	51
K	Instrumentos financeiros derivados e cobertura .....	48	X	Outros passivos e provisões.....	51
L	Outros activos.....	48	Y	Dividendos.....	51
M	Empréstimos e adiantamentos a clientes .....	48	Z	Garantias financeiras .....	51

### A Base da Apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com as interpretações do Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) e com as secções da Lei das Sociedades de 2006 aplicáveis aos relatórios das empresas nos termos das IFRS. As normas aplicadas são as emitidas pelo International Accounting Standards Board e adoptadas pela União Europeia. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio de custo histórico, excepto para determinados activos e passivos financeiros que são declarados pelo justo valor conforme divulgado na Nota 42 "Activos financeiros e passivos financeiros".

Conforme exigido pela Lei das Sociedades de 2006 e pelo Artigo 4.º do Regulamento IAS, o FCE apresenta demonstrações financeiras tanto relativas às contas da Empresa como do Grupo:

- As contas da "Empresa" incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas englobam o FCE Bank plc., uma empresa registada no Reino Unido, e todas as suas sucursais europeias.
- As contas do "Grupo" incluem o FCE Bank plc., uma empresa registada no Reino Unido, e todas as suas sucursais e subsidiárias europeias. Consulte a Nota 24 "Investimentos em participações do grupo" para obter informações detalhadas sobre as subsidiárias do FCE.

Demonstração de resultados – Conforme permitido pela Secção 408 da Lei das Sociedades de 2006, não foi apresentada uma demonstração de resultados separada relativamente à Empresa. Os lucros da Empresa depois de impostos são apresentados nas divulgações da Empresa incluídas nas "Demonstrações de Alterações no Capital Próprio".

Moeda de apresentação – As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em libras esterlinas. Os activos e passivos de cada entidade do Grupo denominados em moeda estrangeira são convertidos para libras esterlinas à taxa de câmbio publicada à data do balanço.

As demonstrações de resultados e os fluxos de caixa das sucursais e subsidiárias fora do Reino Unido são convertidos para a moeda de apresentação do Grupo às taxas de câmbio médias para o período. As diferenças cambiais decorrentes da aplicação das taxas de câmbio no final do ano aos activos líquidos de abertura de sucursais e subsidiárias no estrangeiro são consideradas no capital próprio, tal como as diferenças resultantes da alteração da forma de avaliação dos resultados de operações no estrangeiro, passando das taxas de câmbio médias para as taxas de câmbio no final do ano.

Aquando da alienação ou liquidação de uma entidade estrangeira, essas diferenças nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros proveitos operacionais" como parte dos ganhos ou perdas de venda.

Demonstração de fluxos de caixa – O FCE optou por produzir uma demonstração de fluxos de caixa indirecta e, como tal, irá apresentar os fluxos de caixa das actividades operacionais ajustando os lucros antes de impostos para itens que não são caixa e as alterações nos activos e passivos operacionais.

Em 2010, o FCE alterou a sua política contabilística relativamente ao tratamento de fluxos de caixa relacionados com a compra e venda de veículos utilizados em locações operacionais e ao tratamento de caixa associada às transacções de titularização. Para obter informações detalhadas sobre estas alterações e sobre o seu impacto nas demonstrações financeiras consulte a Nota 45 "Notas às demonstrações de fluxos de caixa".

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## A Base da apresentação (continuação)

Não existiram normas novas em vigor para o exercício iniciado a 1 de Janeiro de 2010 que tenham sido subsequentemente adoptadas nas demonstrações financeiras consolidadas do FCE.

As interpretações e normas alteradas que se seguem são vinculativas para o exercício iniciado a 1 de Janeiro de 2010, mas não são relevantes ou não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do FCE:

Referência	Título da Norma ou da Interpretação	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (revista)	1 de Julho de 2009
IFRS 3	Concentrações de Actividades Comerciais (revista)	1 de Julho de 2009
IFRS 1	Emenda a Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (revista)	1 de Julho de 2009
IAS 39	Emenda a Itens elegíveis para cobertura	1 de Julho de 2009
IFRS 1 & IAS 27	Emenda a Custo de um Investimento numa Subsidiária, Entidade Conjuntamente Controlada	1 de Julho de 2009
IFRIC 16	Coberturas de um Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira	1 de Julho de 2009
IFRIC 17	Distribuições aos Proprietários de Activos que Não São Caixa	1 de Julho de 2009
IFRIC 18	Transferências de Activos Provenientes de Clientes	1 de Julho de 2009
IFRS 5	Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	1 de Julho de 2009
IFRIC 12	Acordos de Concessão de Serviços	30 de Março de 2009
IFRS 2	Transacções de pagamento intragrupo com base em acções e liquidadas financeiramente	1 de Janeiro de 2010
IFRS 1	Emenda a Adopção pela Primeira Vez para isenções adicionais	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 15	Acordos para a Construção de Imóveis (aprovada pela UE)	1 de Janeiro de 2010

As novas interpretações, normas e normas alteradas que se seguem foram emitidas, mas não são aplicáveis a períodos anuais com início a 1 de Janeiro de 2010 e não são relevantes ou não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do FCE:

Referência	Título da Norma ou da Interpretação	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IAS 32	Emenda a Instrumentos Financeiros: Apresentação intitulada Classificação das emissões de direitos	1 de Fevereiro de 2010
IFRS 1	Emenda a Adopção pela Primeira Vez relativa à isenção de novas divulgações de justo valor	1 de Julho de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1 de Julho de 2010
IAS 24	Emenda a Divulgações de Partes Relacionadas	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 14 & IAS 19	Emenda a O Limite sobre Um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interação	1 de Janeiro de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros parte 1: Classificação e Mensuração (A IFRS 9 introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros, mas é improvável que afecte de forma significativa a contabilidade do grupo relativa a esses activos.)	1 de Janeiro de 2013

## Redefinição

Em 2009, determinados montantes relacionados com os ajustamentos das despesas de depreciação dos veículos devolvidos foram registados na “Demonstração Consolidada do Rendimento Integral” em “Outros proveitos operacionais”. Foram efectuados ajustamentos para representar correctamente o “Rendimento de locações operacionais” em “Outros proveitos operacionais” e “Depreciação de activos fixos tangíveis”.

São influenciados por esta alteração:

- “Outros proveitos operacionais”, conforme redefinido, ascendeu a 132 milhões de libras (anteriormente registado como 122 milhões de libras);
- Na Nota 4 “Outros proveitos operacionais”, o valor de “Rendimento de locações operacionais”, conforme redefinido, ascendeu a 130 milhões de libras (anteriormente 120 milhões de libras);
- “Depreciação de activos fixos tangíveis”, conforme redefinido, ascendeu a 120 milhões de libras (anteriormente registado como 110 milhões de libras).

Estas redefinições não afectam o valor apresentado de “Lucros antes de impostos” para o ano findo a 31 de Dezembro de 2009.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## B Contas do grupo

### (i) Subsidiárias

As subsidiárias são as empresas controladas directa ou indirectamente pela Empresa, ou seja, nas quais esta tem o poder de gerir as suas políticas financeiras operacionais. Todas as subsidiárias da Empresa são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas na data de cessação desse controlo. O método de aquisição é usado para contabilizar a compra de subsidiárias. O custo da aquisição é mensurado ao justo valor dos activos cedidos, acções emitidas ou passivos incorridos à data da aquisição, acrescido dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida é registado como goodwill. Consulte a política U para a política contabilística relativa a goodwill. As transacções inter-empresas, os saldos e os rendimentos e gastos relativos a transacções entre empresas do Grupo são eliminados.

A demonstração consolidada de resultados e o balanço incluem as demonstrações financeiras da Empresa e das suas participações subsidiárias até ao final do exercício. Os interesses da Empresa em participações do grupo nas contas da Empresa são declarados pelo custo deduzido de quaisquer provisões por imparidade.

### (ii) Sucursais

Além de operar no Reino Unido, a Empresa funciona numa rede de sucursais em outros 11 países europeus e as sucursais estão incluídas nas demonstrações financeiras da Empresa.

### (iii) Entidades de Finalidades Especiais (SPE)

As SPE utilizadas pela Empresa e que se encontram listadas na Nota 24 "Investimento em Participações do Grupo" exercem as suas actividades unicamente para cumprir os requisitos de titularização da Empresa. De acordo com o âmbito da Interpretação do SIC-12 "Consolidação – Entidades de Finalidades Especiais" e a IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e contabilização de investimentos em subsidiárias", essas entidades são consolidadas como uma subsidiária dentro do balanço do Grupo.

Nem a Empresa, nem os seus directores, administradores ou funcionários detêm quaisquer interesses de capital próprio nas SPE utilizadas ou recebem qualquer remuneração directa ou indirecta das SPE. Além disso, essas SPE não possuem acções na Empresa ou acções em qualquer subsidiária do FCE ou outras afiliadas da Ford.

## C Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados de activos e passivos e a divulgação de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras e os montantes reportados de rendimentos e gastos durante o período em análise. Embora estas estimativas se baseiem no melhor conhecimento da gestão dos actuais eventos e acções, os resultados reais podem acabar por diferir dessas estimativas.

Uma estimativa contabilística é considerada crítica se:

- A estimativa contabilística exigir que se parta de pressupostos sobre matérias que eram incertas no momento em que a estimativa contabilística foi feita; e
- For razoavelmente provável que ocorram alterações na estimativa de um período para outro, ou se forem utilizadas diferentes estimativas que poderiam ter sido razoavelmente utilizadas no período actual; e
- A estimativa contabilística puder ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras no período financeiro seguinte.

As estimativas contabilísticas que são mais importantes para o negócio do FCE são:

- A provisão para perdas incorridas sobre empréstimos e adiantamentos (consulte a Nota 16 "Provisão para perdas incorridas") e activos de locação operacional (consulte a Nota 19 "Activos fixos tangíveis"),
- As provisões para o valor residual do veículo e as taxas de depreciação utilizadas nos veículos sujeitos a locações operacionais (consulte a Nota 39 "Valores residuais do veículo").
- A provisão para incertezas fiscais (consulte a Nota 20 "Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar").

## D Relato por segmentos

Os segmentos operacionais são as componentes de uma entidade utilizadas pela direcção para a tomada de decisões sobre questões operacionais. São identificados com base em relatórios internos revistos regularmente pelo principal responsável pela tomada de decisões da entidade, de forma a afectar recursos ao segmento e a avaliar o seu desempenho. Um segmento operacional desenvolve actividades de negócio de que possa obter receitas e incorrer em despesas para as quais estejam disponíveis informações financeiras discretas.

Para efeitos das presentes demonstrações financeiras e de acordo com a IFRS 8 "Segmentos operacionais", os segmentos operacionais relatáveis do FCE baseiam-se numa estrutura de unidades de negócio agrupadas em várias localizações geográficas em que desenvolve operações. Todos os segmentos representam 10% (ou mais) das receitas do FCE, os lucros antes de impostos ou os activos são registados como segmentos relatáveis individuais.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## D Relato por segmentos (continuação)

Atribuição de custos: Os custos principais que se exige serem repartidos entre segmentos operacionais e a base de atribuição são os seguintes:

- Os custos centrais de pessoal são analisados por departamento e tipo de custo e atribuídos ao estabelecimento que beneficia do serviço. São utilizados vários métodos de atribuição que asseguram que os custos centrais de pessoal sejam equitativamente repartidos pelos estabelecimentos.
- Em determinadas sucursais e subsidiárias europeias do FCE, o financiamento é obtido através de uma mistura de financiamento atribuído local e centralmente. Os custos de financiamento central, incluindo custos derivados, são, quando possível, directamente atribuídos aos estabelecimentos em que as transacções podem ser especificamente identificadas. Os custos de financiamento central e de detenção de liquidez excedentária são repartidos pelos estabelecimentos anualmente para garantir uma distribuição adequada dos custos de financiamento. As eficiências operacionais também são obtidas agregando-se determinado financiamento, e os custos de financiamento associados são repartidos pelos estabelecimentos para garantir uma distribuição adequada dos custos de financiamento.

Os rendimentos e despesas resultantes da atribuição de transacções intra e inter-empresas são eliminados na consolidação.

## E Rendimento de juros líquido

O rendimento e os gastos com juros são reconhecidos na demonstração de resultados utilizando o método do juro efectivo. O método do juro efectivo é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e da atribuição de rendimento de juros ou de gastos com juros ao longo do período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de um activo ou passivo financeiro ao longo da sua vida esperada para calcular o montante contabilizado líquido de um activo ou passivo financeiro. A aplicação deste método tem o efeito de reconhecer os rendimentos e os gastos uniformemente, em proporção ao montante pendente ao longo do período até à maturidade ou ao reembolso.

Os suplementos de juros e outros pagamentos de apoio de partes relacionadas (incluindo a Ford e fabricantes afiliados) são fornecidos no momento da compra ou de geração de contratos elegíveis de revendedores. O rendimento é diferido no balanço na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e é reconhecido em "Rendimento de juros", utilizando o método do juro efectivo, durante o prazo esperado das respectivas contas a receber.

Alguns honorários (rendimento) e custos (gastos) de geração de empréstimos que possam ser directamente associados à geração de empréstimos e adiantamentos a clientes são vistos como parte do retorno económico sobre o empréstimo e incluídos no valor contabilizado do empréstimo e diferidos. O montante diferido é reconhecido no rendimento de juros líquido, utilizando o método do juro efectivo, ao longo do prazo esperado das respectivas contas a receber.

## F Rendimento e gastos com honorários e comissões

Tanto o rendimento como os gastos com honorários e comissões são reconhecidos numa base de acréscimos líquidos de quaisquer impostos a pagar.

As comissões e outros bónus a pagar aos revendedores que possam ser directamente associados à geração das contas a receber financiadas são considerados como parte do retorno económico das contas a receber e incluídos como parte do valor contabilizado das contas a receber. O montante diferido é reconhecido como uma redução do rendimento de juros, utilizando o método do juro efectivo, ao longo do prazo das respectivas contas a receber. As comissões e outros bónus a pagar que não possam ser directamente associados à geração de contas a receber financiadas são contabilizados conforme incorridos.

## G Outros proveitos operacionais

Outros proveitos operacionais incluem as rendas a receber por veículos fornecidos nos termos de locações operacionais. O rendimento de rendas de locações operacionais é creditado nos rendimentos numa base de linha recta.

## H Benefícios dos funcionários

(i) Obrigações de benefícios de reforma

A Empresa participa em planos de pensões que partilham os riscos entre entidades sob controlo comum, e não há qualquer acordo contratual para cobrança dos custos líquidos dos benefícios definidos. Nesses casos, a Empresa reconhece um custo igual às contribuições a pagar apenas para o período e apresenta esses planos como "Contabilizado como contribuição definida". As contribuições a pagar pela Empresa são recomendadas pela empresa principal que constitui uma parte relacionada do FCE. Os passivos ou activos líquidos relacionados com o plano não são reconhecidos no balanço.

Algumas das sucursais e subsidiárias do FCE operam planos de pensões de benefícios definidos. As avaliações dos activos e passivos do fundo de pensões são realizadas por um actuário independente profissionalmente qualificado. Essas avaliações incluem recomendações de taxas futuras de contribuições a pagar para o plano pela empresa principal. Os fundos são avaliados pelo actuário, no mínimo, de três em três anos. O fundo principal do Reino Unido é avaliado de dois em dois anos.

As sucursais do FCE que operam planos de benefícios definidos em que os funcionários da Empresa são os únicos participantes reconhecem o passivo ou activo líquido no balanço. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos nos resultados à medida que ocorrem, juntamente com contribuições a pagar para o período.

Para planos de contribuição definida, o FCE paga contribuições para planos de seguros de pensão administrados pública ou privadamente numa base obrigatória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições estejam pagas, o FCE não tem quaisquer obrigações de pagamento. As contribuições regulares constituem custos periódicos líquidos para os anos em que são devidas.

Todos os custos estão incluídos em "Despesas operacionais".

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## H Benefícios dos funcionários (continuação)

### (ii) Pagamentos baseados em acções

Ao abrigo de um programa de incentivos a longo prazo revisto baseado no tempo, são concedidas Unidades de Acção Restritas (RSU) aos administradores e funcionários do FCE. Após um período de restrição especificado, as RSU convertem-se em unidades de participação de acções ordinárias da Ford. As acções conferem todos os direitos associados, incluindo direitos de voto e o direito a quaisquer pagamentos de dividendos.

As concessões são atribuídas ao longo de um período de serviço de três anos da seguinte forma:

- Um ano a partir da data do acordo serão atribuídos 33% da concessão
- Dois anos a partir da data do acordo serão atribuídos mais 33% da concessão
- Três anos a partir da data do acordo serão atribuídos mais 34% da concessão

Ao longo do período de concessão, o justo valor dos serviços dos funcionários recebidos em troca pela concessão de RSU é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente em "Outras reservas", que fazem parte do capital próprio.

O montante total a ser dispendido ao longo do período de concessão é determinado por referência ao justo valor da acção ordinária da Ford na data de concessão, excluindo quaisquer condições de concessão de não-mercado. As condições de concessão de não-mercado são tidas em consideração para que o montante dispendido se baseie no número de acções efectivamente atribuído.

Os custos da concessão de RSU são cobrados ao FCE, pela Ford, no ano da concessão e são reconhecidos em "Outras reservas".

Antes da revisão do programa de incentivos a longo prazo durante 2007, as opções sobre acções que podem ser exercidas sobre as Acções Ordinárias da Ford foram concedidas a administradores e funcionários do FCE. Um número limitado de opções sobre acções tem sido concedido desde 2007. As opções são atribuídas e podem ser exercidas por fases da seguinte forma:

- Um ano a partir da data do acordo, 33% das acções poderão ser exercidos
- Dois anos a partir da data do acordo, mais 33% das acções concedidas poderão ser exercidos
- Três anos a partir da data do acordo, mais 34% das acções concedidas poderão ser exercidos

As opções sobre acções são contabilizadas numa base consistente com a base de contabilização para as RSU, conforme descrito acima.

Os pagamentos baseados em acções não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa ou do Grupo.

## I Caixa e adiantamentos de caixa e títulos negociáveis

A caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos com uma maturidade, à data de aquisição, de 90 dias ou inferior, incluindo: títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis, montantes em dívida de outros bancos e fundo de maneoio.

Os títulos negociáveis compreendem os títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis com uma maturidade, à data de aquisição, superior a 90 dias.

## J Activos financeiros, passivos financeiros e compensação

O FCE classifica os seus activos financeiros e passivos financeiros, à data de criação, nas seguintes categorias:

### • Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria consiste em caixa e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e instrumentos financeiros derivados detidos ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

Os activos nesta categoria são mensurados ao justo valor, utilizando as taxas de mercado e os modelos de avaliação aplicados no sector.

### • Empréstimos e contas a receber

São activos não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, conforme descrito mais detalhadamente na política contabilística M.

### • Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Trata-se de derivados que são detidos ao justo valor, com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados.

### • Passivos financeiros pelos custos amortizados

Incluem empréstimos, depósitos de empresas, títulos de dívida em emissão e empréstimos subordinados que são inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Estes são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juro efectivo.

## Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço se, e apenas se, existir actualmente um direito legal de cumprimento obrigatório para compensação dos montantes reconhecidos e existir uma intenção de os liquidar pelo seu valor líquido.

O FCE não classificou quaisquer activos financeiros na categoria de disponíveis para venda ou detidos até à maturidade.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## K Instrumentos financeiros derivados e cobertura

Os derivados são mensurados ao justo valor. Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de valorização aplicados no sector. Estes modelos projectam fluxos de caixa futuros e descontam os futuros montantes ao valor actual, utilizando expectativas de mercado para as taxas de juro, taxas de câmbio e para os termos contratuais dos instrumentos derivados.

Em determinados casos, não se encontram disponíveis dados de mercado e o FCE utiliza o parecer da gestão para desenvolver pressupostos para determinar o justo valor.

Os derivados são incluídos nos activos, quando o justo valor é positivo, e nos passivos, quando o justo valor é negativo.

Quando um contrato de derivados é celebrado, o FCE pode designar determinados derivados como uma cobertura do justo valor de um activo ou passivo reconhecido (cobertura de “justo valor”). O FCE aplica a data de liquidação da contabilidade para a compra ou venda de um activo financeiro.

Os justos valores dos instrumentos derivados são divulgados na Nota 12, “Instrumentos financeiros derivados”.

### Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura só é aplicada a derivados quando são cumpridos os seguintes critérios:

- a) a documentação formal do instrumento de cobertura, item coberto, objectivo de cobertura, estratégia ou relação é preparada à data ou antes da criação da transacção de cobertura;
- b) a cobertura é documentada demonstrando que se espera que seja altamente eficaz na compensação do risco no item coberto ao longo do período em análise; e
- c) a cobertura é altamente eficaz numa base constante, como mensurado mediante uma repetição do teste de eficácia, no mínimo, trimestralmente.

### Contabilidade de cobertura de justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que se qualificam e que são designados como coberturas de justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto na rubrica “Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros”.

Quando é revogada a designação de um derivado de uma relação de cobertura de justo valor ou quando o derivado numa relação de cobertura de justo valor é cessado antes da maturidade, o ajustamento ao justo valor do item coberto continua a ser registado como parte da base do item e é amortizado na demonstração de resultados durante a vida remanescente do mesmo.

Derivados que não se qualificam para a contabilidade de cobertura

Determinadas transacções derivadas (referidas como não designadas na Nota 13 “Instrumentos financeiros derivados”), embora forneçam coberturas económicas eficazes nos termos das políticas de gestão de risco do Grupo, não se qualificam para a contabilidade de cobertura nos termos das regras específicas da IAS 39, “Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração” ou o FCE opta por não aplicar a contabilidade de cobertura. Estes derivados são detidos ao justo valor e os ganhos e perdas de justo valor são apresentados na demonstração de resultados na rubrica “Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros”.

## L Outros activos

O montante contabilizado de “Outros activos” é declarado pelo custo deduzido de qualquer provisão para imparidade. Os veículos devolvidos ao FCE de uma locação operacional, locações a retalho e financeiras que aguardam revenda são contabilizados pelo valor contabilístico líquido após os ajustamentos para quaisquer provisões para o valor residual. Os veículos consignados a revendedores sob acordos de financiamento por consignação são apresentados na Nota 14 “Outros activos”.

Os ganhos e perdas nas alienações de Veículos de locação operacional são incluídos na demonstração de resultados na rubrica de despesas de depreciação e para os veículos devolvidos de contratos de locação a retalho e financeira em “Rendimento de juros”.

## M Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, incluindo as contas a receber de locação financeira, são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado activo e não classificados como disponíveis para venda. Os empréstimos e os adiantamentos a clientes são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, incluindo os honorários de transacção directos e incrementais (incluindo suplementos de juros e outros pagamentos de apoio de partes relacionadas) e custos. Subsequentemente, são avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Consulte a política contabilística E “Rendimento de juros líquido”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## N Locações

### (i) Quando o FCE é o locador:

Locações financeiras – Os activos comprados pelos clientes ao abrigo de contratos de venda condicional e locados sob locações financeiras são incluídos em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” pelo montante bruto a receber, deduzido dos encargos financeiros não recebidos. O rendimento de financiamento é reconhecido ao longo da duração da locação utilizando o método do investimento líquido de modo a reflectir uma taxa periódica de retorno constante em proporção ao investimento líquido no contrato.

Locações operacionais – Os activos locados aos clientes sob locações operacionais são incluídos em “Activos fixos tangíveis”. O rendimento reconhecido na demonstração de resultados é descrito na política contabilística G.

### ii) Quando o FCE é o locatário:

As locações celebradas pelo FCE são todas locações operacionais. As despesas com rendas de locação operacional são imputadas na demonstração de resultados em “Despesas Operacionais” numa base de linha recta ao longo do período da locação.

Quando uma locação operacional é cessada antes do período da locação ter expirado, qualquer pagamento exigido a ser efectuado ao locador como forma de multa é reconhecido como uma despesa no período no qual a cessação se verifica.

## O Provisão para perdas incorridas

Uma provisão para perdas incorridas é estabelecida quando o FCE considera que a classificação de crédito de um mutuário ou locatário individual se deteriorou de modo que a recuperação do total ou de parte de um adiantamento ou de um grupo de activos de empréstimo pendentes está em risco. Os critérios utilizados pelo FCE para determinar que há provas objectivas da ocorrência de uma perda por imparidade incluem:

- Incumprimento nos pagamentos contratuais de capital ou juros (e num prazo máximo de 120 dias após o vencimento);
- Dificuldades de fluxos de caixa experimentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital próprio, percentagem das vendas no rendimento líquido);
- Violação dos convénios ou condições do empréstimo;
- Início de um processo de insolvência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração no valor da garantia.

A provisão toma em consideração a situação financeira do mutuário ou locatário, o valor da garantia, o recurso a fiadores e outros factores. Os activos de empréstimo com características de crédito similares são agrupados em conjunto e avaliados por imparidade numa base colectiva.

Após a imparidade de um contrato de financiamento a retalho, o valor contabilizado do empréstimo (tanto “Bruto” como “Líquido”, conforme indicado na Nota 15 “Empréstimos e adiantamentos a clientes”) é reduzido para reflectir o valor médio de recuperação do veículo. O valor médio de recuperação do veículo é calculado multiplicando-se os proveitos previstos da venda do veículo por percentagens históricas de recuperação do veículo. Depois da recuperação do veículo e antes da revenda do veículo, o valor contabilizado do empréstimo é eliminado e o veículo é registado em “Outros Activos” pelo valor realizável estimado líquido de custos de eliminação. Todas as outras recuperações para contratos anteriormente abatidas como incobráveis são novamente incluídas em “provisão para perdas incorridas” sobre empréstimos e adiantamentos a clientes.

Na altura em que um empréstimo por grosso é considerado duvidoso, o valor contabilizado do empréstimo é reduzido através da utilização de um abatimento por imparidade específica para o montante incobrável estimado. Se um empréstimo for considerado duvidoso por um período prolongado, (e num prazo máximo de 120 dias), o abatimento por imparidade específica é libertado e o valor contabilizado do empréstimo é reduzido de forma a reflectir o montante cobrável estimado.

Uma provisão para perdas incorridas é feita relativamente a empréstimos e adiantamentos e activos de locação operacional para cobrir dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa que tenham sido incorridas sem terem sido identificadas em separado, mas que por experiência se sabe que podem aparecer em qualquer carteira de empréstimos e adiantamentos. A provisão é determinada com base num conjunto de factores incluindo tendências de perdas históricas, a qualidade do crédito da actual carteira e factores económicos gerais. As provisões para perdas incorridas relacionadas com activos de locação operacional são apresentadas como um ajustamento na depreciação acumulada.

A provisão para perdas incorridas é deduzida dos empréstimos e adiantamentos a clientes e dos activos fixos tangíveis e é incluída na demonstração de resultados na rubrica “Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos” e “Depreciação de activos fixos tangíveis” respectivamente. A provisão para perdas incorridas inclui o balanço adiantado para o início do período, acrescido do débito da demonstração de resultados conforme supra-referido e deduzido das “Perdas líquidas”, e inclui ajustamentos cambiais relacionados com a conversão de moeda estrangeira. “Perdas líquidas” inclui empréstimos que foram abatidos quando não há nenhuma perspectiva realista de recuperação, deduzidos de quaisquer recuperações subsequentes de dívidas incobráveis que tenham sido anteriormente abatidas.

Os empréstimos a retalho e por grosso cujos termos tenham sido renegociados no decurso normal de actividade e para os quais não haja qualquer prova objectiva de ter ocorrido perda por imparidade não são considerados como vencidos ou em imparidade.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## P Titularização e financiamento associado

A Empresa celebrou acordos de financiamento com mutuantes de modo a financiar empréstimos e adiantamentos a clientes. Essas contas a receber foram tipicamente vendidas para efeitos legais para consolidar as Entidades de Finalidades Especiais (SPE). Dado que a Empresa não se encontra totalmente isolada dos riscos e benefícios das transacções de titularização, seguiram-se os requisitos da IAS 39 “Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração”. Conforme exigido pela IAS 39, a Empresa continua a reconhecer o valor contabilizado dos activos transferidos e é reconhecido um passivo, líquido de juros retidos, para os proveitos da transacção de financiamento.

Determinados custos de transacção que possam ser directamente associados à emissão de dívida de titularização são diferidos. Consulte a política contabilística W “Dívida”.

## Q Provisões para o valor residual do veículo

Os valores residuais representam os valores estimados do veículo no final do plano de financiamento a retalho ou de locação. Os valores residuais são calculados após a análise dos valores residuais publicados e da experiência histórica própria do FCE no mercado automóvel de usados.

As provisões para o valor residual e a depreciação acumulada sobre os veículos sujeitos a locações operacionais baseiam-se em pressupostos relativamente aos preços de carros usados no final do plano de financiamento e o número de veículos que serão devolvidos. As provisões para o valor residual do veículo são revistas, no mínimo, trimestralmente e são contabilizadas como um ajustamento ao valor contabilizado dos activos. O montante de qualquer imparidade nos valores residuais é contabilizado como depreciação suplementar para locações operacionais e como uma dedução de “Empréstimos e adiantamentos a clientes” para contratos de locação financeira e a retalho. Estes pressupostos e as reservas associadas podem ser alterados com base nas condições do mercado. Consulte a política contabilística C “Estimativas contabilísticas críticas”.

As alterações às provisões do valor residual para contratos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração de resultados na rubrica “Rendimento de juros” e para locações operacionais em “Depreciação de activos fixos tangíveis”.

## R Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis são declarados pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada num método de linha recta para abater o custo desses activos para os seus valores residuais às seguintes taxas:

Tipo de activo	Taxa Anual de Depreciação
Equipamento informático	10,00%
Outro equipamento de escritório	8,00%
Veículos a motor da empresa	25,00%

Quando o montante contabilizado de um activo é superior ao seu montante recuperável estimado, este é abatido imediatamente ao seu montante recuperável. Os ganhos e perdas em alienações de activos fixos tangíveis são determinados por referência ao seu montante contabilizado e são incluídos em “Despesas Operacionais” na demonstração de resultados.

Os activos de locação operacional sobre os quais o FCE celebrou acordos de locação operacional como locador são incluídos em “Activos fixos tangíveis”. A depreciação é imputada nos activos de Locação Operacional ao longo do período da locação ao seu valor residual estimado numa base de linha recta.

A política de depreciação para veículos locados (incluindo veículos sujeitos a locações operacionais) é revista regularmente tendo em consideração vários pressupostos, tais como os valores residuais previstos no momento da cessação da locação e o número estimado de veículos que serão devolvidos. Os ajustamentos para reflectir as estimativas revistas dos valores residuais previstos no final dos termos da locação são registados numa base de linha recta. No momento da devolução do veículo, as despesas de depreciação são ajustadas pela diferença entre o valor contabilístico líquido e o valor de revenda previsto e o veículo é transferido para “Outros activos”.

## S Impostos sobre o rendimento diferidos e correntes

Os impostos diferidos são fornecidos na totalidade, utilizando o método de passivo, com diferenças temporárias resultantes entre as bases tributárias dos activos e passivos e os seus montantes contabilizados nas demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto na medida em que se relacionem com itens reconhecidos directamente no capital próprio, sendo, nesse caso, reconhecidos no capital próprio.

Os impostos diferidos são determinados utilizando taxas e legislação tributárias que tenham sido substantivamente decretadas à data do balanço e que se espera que sejam aplicadas quando o respectivo activo por impostos diferidos é realizado ou quando o passivo por impostos diferidos é liquidado. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que fiquem disponíveis futuros lucros tributáveis face aos quais poderão ser aproveitadas as diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento a pagar pelos lucros são baseados na lei tributária aplicável em cada jurisdição da empresa e são calculados a taxas fiscais substancialmente decretadas na data do balanço. Os impostos sobre o rendimento a pagar é reconhecido como uma despesa no período no qual os lucros ocorrem. Os efeitos fiscais de perdas de impostos sobre o rendimento disponíveis para transitar são reconhecidos como um activo quando seja provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis face aos quais estas perdas possam ser utilizadas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## T Joint ventures

As joint ventures (JV) são entidades sobre cujas actividades o FCE detém um controlo conjunto, estabelecido por acordo contratual. Os interesses em JV são classificados como entidades controladas conjuntamente e contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registado pelo custo e subsequentemente ajustado para reflectir a participação do FCE nos resultados líquidos da JV na demonstração de resultados na rubrica "Participação nos lucros de uma entidade controlada conjuntamente".

## U Goodwill e outros activos intangíveis

(i) Goodwill representa o excesso do custo de uma aquisição sobre o justo valor da participação da Empresa dos activos líquidos da subsidiária adquirida à data de aquisição. A cada data do balanço, o goodwill é testado quanto a imparidade e contabilizado pelo custo, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O goodwill é atribuído a unidades geradoras de caixa para efeitos de testes de imparidade.

(ii) Outros activos intangíveis referem-se a custos de desenvolvimento de software informático. Habitualmente, esses custos são pagos quando incorridos. Os custos que estão directamente associados a produtos de software identificáveis e únicos controlados pelo FCE e que se antecipa gerarem futuros benefícios económicos excedendo os custos são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos de pessoal da equipa de desenvolvimento de software.

As despesas que melhorem ou aumentem significativamente o desempenho dos programas de software informático para além das suas especificações originais são reconhecidas como melhorias de capital e adicionadas aos custos originais do software. Os custos de desenvolvimento de software informático reconhecidos como activos são amortizados utilizando um método de linha recta ao longo das suas vidas úteis de três ou oito anos para as aplicações de PC/rede e de mainframe, respectivamente. Outros activos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer encargos de imparidade. A imparidade é testada em cada data de relatório. A amortização de activos intangíveis é registada na demonstração de resultados como outras despesas operacionais.

## V Investimentos em participações do grupo

Os interesses da Empresa em participações do grupo são declaradas pelo custo, deduzido de quaisquer provisões para imparidade.

## W Dívida

A dívida, que compreende principalmente os montantes devidos a bancos e outras instituições financeiras, depósitos de empresas, títulos de dívida em emissão e empréstimos subordinados, é inicialmente declarada pelo justo valor líquido de custos de transacção incorridos. As obrigações de dívida em moeda estrangeira, como outros activos e passivos em moeda estrangeira, são convertidas para libras esterlinas às taxas de câmbio em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas são registados na demonstração de resultados na rubrica "Perda cambial".

A dívida não designada como parte de uma relação de cobertura é subsequentemente declarada pelo custo amortizado e quaisquer diferenças entre os proveitos líquidos e o valor de resgate são reconhecidas na demonstração de resultados ao longo da duração da dívida subjacente.

A dívida designada como parte de uma relação de cobertura de justo valor é ajustada de forma a reflectir as alterações no justo valor atribuível ao risco a ser coberto e os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma rubrica que a cobertura associada, nomeadamente "Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros".

Determinados custos de transacção que possam ser directamente associados à emissão de dívida de titularização são diferidos. Para as transacções de titularização a retalho e por grosso, os custos diferidos são amortizados nos "gastos com juros" ao longo da duração da dívida subjacente, utilizando o método do juro efectivo. Os custos de transacção que não possam ser directamente associados à emissão de dívida de titularização são contabilizados nas "Despesas operacionais".

## X Outros passivos e provisões

As provisões são reconhecidas quando o FCE tiver uma obrigação presente e legal ou construtiva como resultado de eventos passados, quando é provável que seja necessário um exfluxo de recursos para liquidar a obrigação e quando se puder efectuar uma estimativa fiável do montante da obrigação.

A provisão é efectuada pelo custo antecipado de reestruturação, incluindo custos de separação de funcionários, quando existe uma obrigação. Existe uma obrigação quando o FCE tiver um plano formal detalhado para reestruturar uma operação e tiver criado expectativas válidas naqueles afectados pela reestruturação ao começar a implementar o plano ou ao anunciar as suas principais características.

Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja existência será confirmada apenas por eventos futuros incertos ou obrigações presentes em que a transferência de benefício económico não é provável ou não pode ser mensurada de forma fiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados a menos que sejam remotos.

## Y Dividendos

Os dividendos declarados mas não pagos são incluídos no balanço na rubrica "montantes devidos à empresa-mãe e às empresas associadas" se estiverem reunidos os seguintes critérios: (i) proposta pelos directores, (ii) se um dividendo final, subsequente aprovação na Assembleia Geral Anual e (iii) aprovação pela FSA, altura em que os dividendos se tornam oficialmente declarados. Os dividendos declarados depois da data do balanço são divulgados como um facto posterior ao balanço que não dá lugar a um ajustamento.

## Z Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira são contratos que exigem que o emitente proceda a pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda incorrida em virtude de um devedor especificado não efectuar pagamentos na data prevista, de acordo com os termos de um instrumento de dívida. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas no balanço ao justo valor.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 2 RENDIMENTO DE JUROS LÍQUIDO

Os juros recebidos na maioria dos empréstimos e adiantamentos a retalho são, geralmente, fixados no momento de celebração dos contratos. Em determinados empréstimos e adiantamentos, principalmente no financiamento por grosso, o FCE cobra juros a uma taxa variável que oscila de acordo com as flutuações nas taxas de juros a curto prazo.

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
	Notas		
<b>Rendimento de juros</b>			
Rendimento de juros de empréstimos e adiantamentos a partes externas		£ 419	£ 610
Rendimento de juros de partes relacionadas	43	464	468
Ajustamento do rendimento de juros relacionado com valores residuais	17	4	18
Rendimento de caixa e de depósitos a curto prazo de partes externas e outros rendimentos diversos		6	15
<b>Total de rendimento de juros</b>		<b>£ 893</b>	<b>£ 1 111</b>
<b>Gastos com juros</b>			
Gastos com juros de partes externas		£ (502)	£ (543)
Gastos com juros de partes relacionadas	43	(37)	(110)
<b>Total de gastos com juros</b>		<b>£ (539)</b>	<b>£ (653)</b>
<b>Rendimento de juros líquido</b>		<b>£ 354</b>	<b>£ 458</b>

“Rendimento de juros de empréstimos e adiantamentos a partes externas” inclui receitas de segmentos de produtos “a retalho”, “por grosso” e “outros”, excluindo o rendimento de veículos de locação operacional, que se encontra registado na Nota 4 “Outros proveitos operacionais”.

“Rendimento de juros de partes relacionadas” refere-se, principalmente, ao rendimento de contas a receber por grosso de entidades reportadas como entidades consolidadas da Ford e inclui revendedores total e parcialmente detidos pela Ford.

“Ajustamento do rendimento de juros relacionado com valores residuais” refere-se a alterações às provisões para o valor residual do veículo para contratos de locação financeira e a retalho que influenciam a taxa de juro efectiva. Para obter informações adicionais consulte a Nota 17 “Provisão para perdas do valor residual do veículo”.

“Rendimento de caixa e de depósitos a curto prazo de partes externas e outros rendimentos diversos” refere-se, principalmente, ao rendimento de juros de investimentos a curto prazo detidos como liquidez adicional além das necessidades de financiamento imediato.

“Gastos com juros de partes externas” inclui gastos relacionados com a titularização, empréstimos de bancos locais, ofertas de dívida pública e depósitos de empresas.

“Gastos com juros de partes externas” inclui gastos relacionados com passivos incluídos na rubrica “Total de dívida não subordinada” na Nota 27 “Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas” e na Nota 30 “Empréstimos subordinados”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 3 RENDIMENTO LÍQUIDO DE HONORÁRIOS E COMISSÕES

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Rendimento de honorários e comissões</b>	<b>Nota</b>		
Rendimento de honorários de carácter financeiro e outros		£ 38	£ 40
Rendimento de comissões pela venda de seguros		30	40
Ajustamento do rendimento de comissões (provisão)/libertação	9	2	2
<b>Total de rendimento de honorários e comissões</b>		<b>£ 70</b>	<b>£ 82</b>
<b>Gastos com honorários e comissões</b>			
Gastos com honorários de carácter financeiro e outros		£ (5)	£ (11)
Gastos com comissões e incentivos		(3)	(3)
<b>Total de gastos com honorários e comissões</b>		<b>£ (8)</b>	<b>£ (14)</b>
<b>Rendimento líquido de honorários e comissões</b>		<b>£ 62</b>	<b>£ 68</b>

“Rendimento de honorários de carácter financeiro e outros” está relacionado com outros honorários recebidos, que não podem ser directamente associados à geração de contas a receber de financiamento. Aqui inclui-se o rendimento de comissões recebido pelo FCE pelo fornecimento de marketing e vendas de locações operacionais comerciais (“Full Service Leasing” ou “FSL”) a um parceiro de negócio não afiliado. O parceiro de negócio terceiro preferencial, em cada mercado, é responsável pelo financiamento, manutenção, serviços de reparação e revenda de veículos no final do período de locação.

“Rendimento de comissões pela venda de seguros” refere-se, principalmente, a produtos de seguros com a marca Ford oferecidos na Europa. Estes produtos de seguros, que compreendem, essencialmente, o seguro automóvel e planos de protecção de pagamento, são subscritos por companhias de seguros locais não afiliadas das quais o FCE recebe rendimento de honorários, mas cujos riscos de subscrição permanecem com as companhias de seguros terceiras.

“Gastos com honorários e comissões” inclui comissões e outros bónus a pagar a revendedores que não podem ser directamente associados à geração de contas a receber de financiamento.

“Ajustamento do rendimento de comissões (provisão)/libertação” refere-se a uma rubrica extraordinária. Para obter informações detalhadas sobre rubricas extraordinárias consulte a Nota 9 “Lucros antes de impostos”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 4 OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

“Outros proveitos operacionais” inclui rendas recebidas pela locação operacional de veículos a clientes comerciais, incluindo empresas de locação, empresas de aluguer diário, clientes de frota e outros rendimentos diversos. No que respeita às locações operacionais, a margem de financiamento é igual às rendas recebidas, conforme

registadas em “Outros proveitos operacionais”, deduzidas das despesas de depreciação, conforme registadas na Nota 19 “Activos fixos tangíveis”, e o custo de fundos emprestados conforme registado na rubrica “Gastos com juros” na Nota 2 “Rendimento de juros líquido”.

### Grupo

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
	Nota		
Rendimento de locações operacionais		£ 139	£ 130
Acordo de repartição com terceiros de perdas relativas ao risco do valor residual		-	(14)
Outros rendimentos		4	7
<b>Total de outros proveitos operacionais, excluindo rubricas extraordinárias</b>		<b>£ 143</b>	<b>£ 123</b>
Total de proveitos operacionais extraordinários	9	5	9
<b>Outros proveitos operacionais</b>		<b>£ 148</b>	<b>£ 132</b>

\* Para obter informações detalhadas sobre a redefinição consulte a Nota 1 “Políticas contabilísticas”

Para obter informações detalhadas sobre rubricas extraordinárias consulte a Nota 9 “Lucros antes de impostos”

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 5 DESPESAS OPERACIONAIS

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
	Notas		
<b>Custos de pessoal:</b>			
Remunerações e salários		£ 103	£ 110
Contribuições para a segurança social		13	14
Benefícios de reforma	34	12	15
<b>Total de custos de pessoal</b>		<b>£ 128</b>	<b>£ 139</b>
<b>Outras despesas:</b>			
Amortização de software	22	£ 4	£ 4
Despesas administrativas		54	49
Despesas com rendas de locação operacional		6	11
Outras despesas		1	3
<b>Total de outras despesas</b>		<b>£ 65</b>	<b>£ 67</b>
<b>Total de despesas operacionais, excluindo rubricas extraordinárias</b>		<b>£ 193</b>	<b>£ 206</b>
Total de despesas operacionais extraordinárias	9	22	(1)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>£ 215</b>	<b>£ 205</b>
		<b>Número de funcionários</b>	
<b>Número médio de funcionários permanentes durante o ano</b>		<b>1 863</b>	<b>2 056</b>

Em “Despesas administrativas” estão incluídos montantes pagos à Ford e às suas empresas associadas por serviços recebidos que se encontram descritos em pormenor na Nota 43 “Transacções com partes relacionadas”.

Para obter informações detalhadas sobre rubricas extraordinárias consulte a Nota 9 “Lucros antes de impostos”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 6 TRANSAÇÕES COM ADMINISTRADORES E DIRECTORES

Os Administradores e Directores do FCE, e as pessoas com eles relacionadas, são também considerados partes relacionadas para fins de divulgação. Os Directores são definidos como as pessoas que são membros do Comité Executivo do FCE e que não são também Administradores estatutários da Empresa (para obter mais informações sobre o Comité Executivo consulte “Governo da Sociedade – Comitês do Conselho” na página 30).

Empréstimos: No curso regular dos negócios, a Empresa disponibiliza empréstimos a alguns funcionários em cargos de gestão, a Directores e Administradores, nos termos de um plano de empréstimo automóvel de gestão. (Os Administradores Não Executivos não têm direito a participar neste acordo.) Alguns Administradores e Directores da Empresa (incluindo pessoas a eles

associadas) receberam empréstimos para o financiamento da compra de um máximo de dois veículos à Ford Motor Company Limited (FMCL). O indivíduo paga à Empresa apenas os juros do empréstimo, que são fixados a uma taxa comercial. Estes pagamentos são efectuados mensalmente, conforme incorridos, e não havia juros pendentes no final do ano. Os empréstimos não se destinam a ter uma duração superior a doze meses. À data de vencimento dos empréstimos, o funcionário pode liquidar o mesmo directamente junto do FCE ou os veículos são devolvidos ao FCE.

Seguem-se informações detalhadas sobre as transacções, saldos pendentes no início e no final dos períodos, montante máximo pendente e rendimentos e gastos associados no período:

Empresa	2010			2009		
	Administradores milhares de libras	Directores milhares de libras	Total milhares de libras	Administradores milhares de libras	Directores milhares de libras	Total milhares de libras
<b>Empréstimos</b>						
Empréstimos pendentes a 1 de Janeiro	£ 109	£ 180	£ 289	£ 111	£ 223	£ 334
Empréstimos concedidos no ano	185	413	598	218	530	748
Reembolsos de empréstimos durante o ano	(213)	(437)	(650)	(220)	(573)	(793)
<b>Empréstimos pendentes a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 81</b>	<b>£ 156</b>	<b>£ 237</b>	<b>£ 109</b>	<b>£ 180</b>	<b>£ 289</b>
Máximo de empréstimos no período	£ 100	£ 167	£ 267	£ 111	£ 262	£ 373
<b>Receita</b>						
Receitas de Juros de empréstimos	£ 11	£ 19	£ 30	£ 14	£ 28	£ 42
<b>Pagamentos de remunerações</b>						
Salários/outros benefícios a curto prazo	£ 1 318	£ 1 125	£ 2 443	£ 963	£ 1 328	£ 2 291
Benefícios após emprego	161	194	355	143	220	363
Pagamentos baseados em acções	671	94	765	294	42	336
<b>Total de pagamentos de remunerações</b>	<b>£ 2 150</b>	<b>£ 1 413</b>	<b>£ 3 563</b>	<b>£ 1 400</b>	<b>£ 1 590</b>	<b>£ 2 990</b>

Salários/outros benefícios a curto prazo: Não existiram pagamentos por rescisão contratual em 2010. Os Directores são os oito (2009: nove) membros do Comité Executivo que não são Administradores da Empresa. A lista completa dos actuais Administradores e informações detalhadas sobre os Comitês do Conselho encontram-se na página 26 e a partir da página 30, respectivamente.

Pagamentos de remunerações: Os emolumentos globais do Administrador com a remuneração mais elevada foram de 354 740 libras (2009: £233,817).

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2010 era um membro do Plano de Pensões Geral (GRP) da Ford (EUA) e a comparação entre os dois planos de pensões pode ser enganadora devido às suas diferentes características e estruturas. O GRP é um plano de benefícios definidos e não prevê o pagamento de um montante único acumulado. Não foram efectuadas quaisquer contribuições patronais ou pagamentos de juros anuais no GRP em 2010 para o administrador com a remuneração mais elevada. O benefício anual acumulado projectado aos 65 anos para o administrador com a remuneração mais elevada em 2010 foi de 1138,80 libras.

O Administrador com a remuneração mais elevada em 2009 era

membro do Plano de Pensões para Executivos da FMCL. O benefício anual acumulado projectado aos 65 anos para o Administrador com a remuneração mais elevada a 31 de Dezembro de 2009 foi de 94 059 libras. As contribuições patronais efectuadas para a pensão do Administrador com a remuneração mais elevada durante 2009 totalizaram 36 124 libras. O plano de pensões prevê que uma parte do benefício de pensão anual acumulado seja paga num montante único aquando da reforma. O valor máximo projectado para o montante único disponível aos 65 para o Administrador com a remuneração mais elevada em 2009 foi de 361 581 libras, juntamente com uma pensão reduzida de 54 237 libras.

Benefícios após emprego: Os benefícios de reforma estão em acumulação para quatro dos actuais Administradores e sete Directores (2009: cinco Administradores e nove Directores) ao abrigo de vários planos de benefícios definidos da Ford.

Pagamentos baseados em acções: Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010, o Administrador com a remuneração mais elevada exerceu opções detidas sobre as Acções Ordinárias da Ford. Ao abrigo de um esquema de incentivos a longo prazo, foram recebidas acções pelo administrador com a remuneração mais elevada em 2010.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 7 AJUSTAMENTOS AO JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela seguinte analisa, por tipo de contrato, os ajustamentos ao justo valor reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica “Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros”.

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Ganhos líquidos reconhecidos na demonstração de resultados</b> - antes de impostos e excluindo ganho / (perda) cambial conforme descrito em pormenor na Nota 8		
<b>Coberturas de justo valor designadas</b>		
Ineficácia em coberturas de taxas de juro	£ 5	£ 7
<b>Total de coberturas de justo valor designadas</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 7</b>
<b>Derivados não designados</b>		
Swaps de taxas de juro	£ (6)	£ 20
Swaps de taxas de juros em várias moedas	26	10
Contratos a prazo sobre divisas	9	(1)
<b>Total de derivados não designados</b>	<b>£ 29</b>	<b>£ 29</b>
<b>Total de ganhos líquidos reconhecidos na demonstração de resultados</b>	<b>£ 34</b>	<b>£ 36</b>

Todos os derivativos são celebrados pelo FCE com a finalidade de igualar ou minimizar o risco. Para obter informações adicionais relativas à utilização de derivativos, políticas e controlos consulte a Nota 40 “Risco do mercado financeiro”.

O ganho de 5 milhões de libras (2009: ganho de 7 milhões de libras) para coberturas de justo valor compreende perdas nos instrumentos de cobertura em 2010 de 17 milhões de libras (2009: ganho de 6 milhões de libras) e ganhos nos itens cobertos atribuíveis ao risco coberto de 22 milhões de libras (2009: ganho de 1 milhão de libras). Incluídos nos ganhos/perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto estão ajustamentos ao valor contabilizado de 6 milhões de libras relacionados com coberturas tardias. Esses ajustamentos verificam-se em relações de cobertura designadas após a data de criação dos itens cobertos.

Os ajustamentos ao justo valor de derivativos cambiais são compensados pelo ganho cambial conforme explicado na Nota 8 “Ganho ou perda cambial”. Para a gestão de risco de taxa de juro, o FCE utiliza swaps de taxas de juro para fazer corresponder as características da fixação de novos preços das suas contas a receber à sua dívida. O FCE detém actualmente mais swaps de pagamento variável. Consequentemente, o justo valor global dos swaps de taxas de juro aumentou em 2010 em resultado da descida das taxas de juro a prazo.

Os derivativos são mensurados ao justo valor, utilizando as taxas de mercado e os modelos de avaliação aplicados no sector.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 8 GANHO OU PERDA CAMBIAL

A tabela seguinte analisa os ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica “Ganho/(perda) cambial” resultantes sobretudo de uma reavaliação dos activos e passivos em moeda estrangeira convertidos para libra esterlina às taxas de juro em vigor na data do balanço.

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Obrigações de dívida em moeda estrangeira	£ (41)	£ 8
Outros activos e passivos em moeda estrangeira	-	(1)
<b>Total de ganho/(perda) cambial</b>	<b>£ (41)</b>	<b>£ 7</b>

Para alcançar os objectivos de financiamento, o FCE contrai empréstimos numa variedade de moedas. Verifica-se uma exposição do FCE às taxas de câmbio caso exista uma disparidade entre a moeda das contas a receber e a moeda da dívida que financia essas contas a receber.

Sempre que possível, o FCE financia as contas a receber com dívida na mesma moeda, minimizando a exposição aos movimentos da taxa de câmbio. Quando é utilizada uma moeda diferente, os derivados em moeda estrangeira são executados para converter as obrigações de dívida em moeda estrangeira para a moeda local do país das contas a receber e para reduzir a exposição a movimentos nas taxas de câmbio.

Consequentemente, a perda em “obrigações de dívida em moeda estrangeira” de 41 milhões de libras (2009: ganho de 8 milhões de libras) é largamente compensada pelo ganho de justo valor em derivados cambiais, conforme descrito em pormenor na Nota 7 “Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros”.

Consulte a Nota 40 “Risco do Mercado Financeiro” para obter informações adicionais sobre a utilização de derivados por parte do FCE.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 9 LUCROS ANTES DE IMPOSTOS

Os lucros antes de impostos incluem determinadas rubricas extraordinárias. As rubricas extraordinárias são rubricas importantes que, devido à sua dimensão ou incidência, são divulgadas de forma separada para ajudar a interpretar o desempenho em comparação com o ano anterior. As rubricas extraordinárias resultaram em lucros reduzidos de 18 milhões de libras em 2010 (2009: 19 milhões de libras).

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Rubricas extraordinárias</b>			
Os lucros antes de impostos (PBT) são declarados após a creditação/(cobrança):	<b>Notas</b>		
<b>Rendimento de honorários e comissões</b>			
Ajustamento do rendimento de comissões (provisão)/libertação		£ 2	£ 2
<b>Total de rendimento extraordinário de honorários e comissões</b>	<b>3</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 2</b>
<b>Outros proveitos operacionais</b>			
Reclamações feitas nos termos de determinados acordos de garantia		£ -	£ 6
Reclamações de IVA no Reino Unido e juro associado		-	3
Pagamento de comissões de seguro da Volvo		5	-
<b>Total de proveitos operacionais extraordinários</b>	<b>4</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 9</b>
<b>Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>16</b>		
Negócio de aluguer de automóveis espanhol		(4)	(31)
Libertação da reserva para IVA		£ 1	£ -
<b>Total de perdas extraordinárias por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos a clientes</b>		<b>£ (3)</b>	<b>£ (31)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Contribuição voluntária para pensões		£ (11)	£ -
Custos de reestruturação		(13)	(17)
Libertação de reservas para impostos		-	8
Libertação da reserva para litígios		-	8
Recuperação de IVA sobre honorários por serviços		2	2
<b>Total de despesas operacionais extraordinárias</b>	<b>5</b>	<b>£ (22)</b>	<b>£ 1</b>
<b>Total de rubricas extraordinárias</b>		<b>£ (18)</b>	<b>£ (19)</b>

"Ajustamento do rendimento de comissões (provisão)/libertação" resultou num ganho de 2 milhões de libras em 2010 (2009: 2 milhões de libras). Após a análise de uma potencial sujeição a IVA sobre a comissão de seguro automóvel em 2007, a Empresa fez reflectir na demonstração de resultados determinados riscos que, na altura, foram considerados prováveis. Na sequência de uma nova análise em 2010, foram libertados 2 milhões de libras dessas reservas. Existem outros potenciais passivos considerados menos prováveis que foram divulgados na Nota 35 "Passivos contingentes".

"Pagamento de comissões de seguro da Volvo" refere-se a um pagamento único recebido pela Empresa relativo à transferência, por parte do FCE, para a Volvo do direito de receber futuros pagamentos de comissões.

"Negócio de aluguer de automóveis espanhol" refere-se à avaliação actualizada de perdas de uma carteira de aluguer de automóveis em liquidação em Espanha, onde estão a ser levadas a cabo acções contínuas para a recuperação dos montantes devidos.

"Libertação da reserva para IVA" refere-se à libertação de reservas

para IVA adicional a pagar sobre veículos vendidos que foram previamente recuperados.

"Contribuição voluntária para pensões" refere-se a um pagamento discreto efectuado para apoio do plano de pensões operado pela Ford of Britain em que participam os funcionários da Empresa no Reino Unido. A obrigação de benefícios e os activos do plano são os benefícios e as obrigações dos respectivos planos de pensões. A política do FCE para planos de pensões financiados prevê uma contribuição anual, no mínimo, equivalente ao montante exigido pelas leis e regulamentos aplicáveis. Periodicamente, o FCE faz contribuições num valor superior ao exigido por lei. Consulte a Nota 34 "Obrigações de benefícios de reforma" para obter informações adicionais.

"Recuperação de IVA sobre honorários por serviços" refere-se ao IVA pago em 1999 e 2000 sobre honorários por serviços centrais e originalmente imputado nas despesas operacionais. Após a conclusão de um processo de recurso este IVA foi agora recuperado.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 9 LUCROS ANTES DE IMPOSTOS (continuação)

"Custos de reestruturação" – A Empresa anunciou várias melhorias da estrutura de negócio e ajustamentos para os quais se ofereceu um programa de separação voluntária. Os custos associados às acções de reestruturação referem-se, sobretudo, a separações de funcionários e foram imputados em "Despesas operacionais". Esses ajustamentos incluíam acções para adaptar as despesas operacionais à redução da dimensão de negócio. Consulte a secção "Sumário de Desempenho" para obter informações adicionais.

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Empresa/Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Provisão de reestruturação descrita em pormenor abaixo		
Alemanha	£ (3)	£ (5)
Espanha	(6)	-
Reino Unido	(2)	(11)
Bélgica	(1)	-
França	(1)	(1)
<b>Total de rubricas extraordinárias</b>	<b>£ (13)</b>	<b>£ (17)</b>

## Depreciação

A análise de depreciação incluída em "Lucros antes de impostos" é a seguinte:

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Notas	Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
<b>Depreciação</b>			
Veículos de locação operacional		£ 99	£ 119
Veículos da empresa e equipamento de escritório e melhorias de arrendamento		1	1
<b>Total de depreciação</b>	<b>19</b>	<b>£ 100</b>	<b>£ 120</b>

Consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas" para obter informações detalhadas sobre os valores redefinidos.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 9 LUCROS ANTES DE IMPOSTOS (continuação)

### Remuneração de Auditores

Durante o exercício, o FCE obteve os seguintes serviços dos auditores do grupo conforme detalhado abaixo:

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras
<b>Natureza dos serviços:</b>				
<b>Serviços de Auditoria</b>				
Auditoria da empresa-mãe e das contas consolidadas	£ 1 067	£ 1 049	£ 1 067	£ 1 049
Auditoria das subsidiárias e das SPE de acordo com a legislação	-	-	385	397
<b>Total de serviços de auditoria</b>	<b>£ 1 067</b>	<b>£ 1 049</b>	<b>£ 1 452</b>	<b>£ 1 446</b>
<b>Serviços não relacionados com auditoria</b>				
Outros serviços	93	288	185	288
Serviços fiscais	220	112	249	136
<b>Total de comissões</b>	<b>£ 1 380</b>	<b>£ 1 449</b>	<b>£ 1 886</b>	<b>£ 1 870</b>

### Definição da natureza dos serviços:

- “Auditoria da empresa-mãe e das contas consolidadas” refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais da Empresa e do Grupo e à análise das Demonstrações Financeiras Intercalares.
- “Auditoria das subsidiárias e das SPE de acordo com a legislação” refere-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais das subsidiárias da Empresa e das Entidades de Finalidades Especiais.
- “Outros serviços” refere-se principalmente a titularização e ofertas de dívida e assistência fornecida no que se refere a normas contabilísticas e de relato financeiro.
- “Serviços fiscais” refere-se ao apoio prestado relativo ao pagamento de impostos e planeamento fiscal.

### Mais informações explicativas:

No “Relatório do Conselho Fiscal” na secção de “Governo da Sociedade”, rubrica “Auditores externos, o seu trabalho e serviços não relacionados com auditoria” encontram-se informações detalhadas sobre os acordos de auditoria com a PricewaterhouseCoopers LLP (PwC).

Em “Outros serviços” e “Serviços fiscais” encontram-se incluídas 88 250 libras (2009: 62 900 libras) pagas pela Empresa à PwC no Reino Unido.

### Políticas e procedimentos de pré-aprovação

O Conselho Fiscal da Ford estabeleceu políticas e procedimentos de aprovação que regem o envolvimento da PwC. Os serviços prestados pela PwC são pré-aprovados de acordo com as políticas e procedimentos da Ford e também pelo Conselho Fiscal da Empresa.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 10 Custos com impostos sobre o rendimento

A carga tributária sobre os lucros do exercício foi a seguinte:

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto sobre as Sociedades do Reino Unido de 28%	£ 45	£ 46
Tributação no estrangeiro	25	37
Abatimento de tributação no estrangeiro	(21)	(15)
Ajustamento ao imposto sobre as sociedades do ano anterior	6	(9)
<b>Custos com impostos sobre o rendimento – correntes</b>	<b>£ 55</b>	<b>£ 59</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Ano em curso	£ 26	£ (3)
Ano anterior	(3)	1
<b>Custos com impostos sobre o rendimento – diferidos</b>	<b>£ 23</b>	<b>£ (2)</b>
<b>Custos com impostos sobre o rendimento</b>	<b>£ 78</b>	<b>£ 57</b>

Os factores que afectam a carga tributária do período são explicados abaixo

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>£ 239</b>	<b>£ 223</b>
Lucros multiplicados pela taxa normal do imposto sobre as Sociedades do Reino Unido de 28%	£ 67	£ 63
<b>Efeitos de:</b>		
Impostos no estrangeiro superiores/(inferiores) aos impostos do Reino Unido	£ 3	£ 2
Impostos correntes e diferidos do ano anterior	3	(8)
Alterações na taxa fiscal do Reino Unido para impostos diferidos	1	-
Impostos diferidos não reconhecidos	3	2
Despesas/(rendimento) não dedutíveis/(tributáveis)	1	(2)
<b>Custos com impostos sobre o rendimento</b>	<b>£ 78</b>	<b>£ 57</b>

### Redefinição

Em 2009, determinados montantes relacionados com “Rendimento não tributável” foram incluídos em “Impostos no estrangeiro superiores/(inferiores) à taxa fiscal do Reino Unido”. Foram efectuados ajustamentos para explicar devidamente os factores que afectam a carga fiscal para o período.

- “Impostos no estrangeiro superiores/(inferiores) à taxa fiscal do Reino Unido”, conforme redefinido, ascendeu a 2 milhões de libras (anteriormente registado como nulo);

- “Despesas/(rendimento) não dedutíveis/(tributáveis)”, conforme redefinido, ascendeu a 2 milhões de libras (anteriormente registado como nulo);

Esta redefinição não afecta o valor apresentado de “Custos com impostos sobre o rendimento” para o ano findo a 31 de Dezembro de 2009.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 11 CAIXA E ADIANTAMENTOS

A caixa e investimentos altamente líquidos com uma maturidade de 90 dias ou menos à data de compra são incluídos nesta nota na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”. O valor contabilístico líquido de caixa e adiantamentos a bancos aproxima o justo valor devido às maturidades curtas destes investimentos.

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Depósitos bancários	£ 444	£ 348	£ 471	£ 378
Capital circulante	5	2	5	2
Equivalentes de caixa	596	916	604	916
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>£ 1 045</b>	<b>£ 1 266</b>	<b>£ 1 080</b>	<b>£ 1 296</b>
Outros depósitos bancários	£ 61	£ 92	£ 313	£ 434
Depósitos garantidos	19	90	533	675
<b>Caixa associada a operações de titularização</b>	<b>£ 80</b>	<b>£ 182</b>	<b>£ 846</b>	<b>£ 1 109</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>£ 1 125</b>	<b>£ 1 448</b>	<b>£ 1 926</b>	<b>£ 2 405</b>
Depósitos para apoio de empréstimo EIB	£ 90	£ 129	£ 90	£ 129
Depósitos em banco central	77	51	78	52
<b>Outros depósitos</b>	<b>£ 167</b>	<b>£ 180</b>	<b>£ 168</b>	<b>£ 181</b>
<b>Total de caixa e adiantamentos</b>	<b>£ 1 292</b>	<b>£ 1 628</b>	<b>£ 2 094</b>	<b>£ 2 586</b>
<b>Análise de caixa e adiantamentos:</b>				
Caixa operacional	£ 279	£ 285	£ 306	£ 314
Caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente	761	979	761	979
Outra caixa e adiantamentos	252	364	1 027	1 292
<b>Total de caixa e adiantamentos</b>	<b>£ 1 292</b>	<b>£ 1 628</b>	<b>£ 2 094</b>	<b>£ 2 586</b>
Corrente	£ 1 151	£ 1 448	£ 1 952	£ 2 405
Não corrente	141	180	142	181
<b>Total</b>	<b>£ 1 292</b>	<b>£ 1 628</b>	<b>£ 2 094</b>	<b>£ 2 586</b>

Os saldos seguintes no final do ano, que estão incluídos em “Caixa e adiantamentos”, não estão disponíveis para serem utilizados nas operações quotidianas do FCE:

- “Depósitos para apoio de empréstimo EIB” representa os depósitos efectuados pela Empresa relativamente aos empréstimos do Banco Europeu de Investimento. Para obter informações adicionais, consulte a Nota 25 “Dividas a bancos e outras Instituições financeiras”.
- “Depósitos em banco central” representa os saldos junto do Banco de Inglaterra e outros Bancos centrais na Europa que o FCE é obrigado a manter.

“Caixa associada às transacções de titularização” inclui ambos os montantes retidos na Empresa e saldos detidos e disponíveis para as SPE consolidadas.

“Caixa operacional” representa a caixa detida nas sucursais e subsidiárias da Empresa para facilitar as operações quotidianas do negócio.

“Caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente” representa a caixa e os investimentos detidos como liquidez adicional além das necessidades de financiamento imediato. Isto faz parte das fontes de liquidez do FCE. Consulte a secção Capital e Financiamento do Relatório dos Administradores para obter informações adicionais sobre a liquidez do FCE.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 12 TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Os títulos de investimento com data de maturidade superior a 90 dias na data de aquisição do título são classificados como títulos negociáveis. Os títulos negociáveis são registados ao justo valor com ganhos e perdas não realizados registados nos resultados. Para mais informações sobre a mensuração do justo valor, consulte a Nota 42 "Activos financeiros e passivos financeiros".

Os títulos negociáveis do FCE consistem principalmente em dívida pública com notações elevadas adquirida como fonte de liquidez além das necessidades de financiamento imediato. Para os efeitos de análise do risco de liquidez, os investimentos considerados altamente líquidos por natureza são entendidos pelo FCE como estando disponíveis como fonte de liquidez antes da maturidade contratual. Consulte a secção Capital e Financiamento do Relatório dos Administradores para obter informações adicionais sobre a liquidez do FCE.

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Notas Euro	£ 223	£ -	£ 223	£ -
<b>Total de títulos de dívida detidos ao justo valor</b>	<b>£ 223</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 223</b>	<b>£ -</b>
Corrente	£ 223	£ -	£ 223	£ -
Não corrente	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>£ 223</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 223</b>	<b>£ -</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As tabelas seguintes analisam os instrumentos financeiros derivados por tipo de contrato, fornecendo o montante teórico subjacente e o justo valor estimado. Os justos valores abaixo reportados são incluídos em ambas as secções de activos e passivos do balanço na rubrica “Instrumentos derivados financeiros”.

A 31 de Dezembro	2010						2009					
	Montante Teórico		Justo Valor		Justo Valor		Montante Teórico		Justo Valor		Justo Valor	
Empresa	milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras	
<b>Designado como coberturas de justo valor</b>												
Swaps de taxas de juro	£	1 224	£	62	£	4	£	700	£	77	£	-
<b>Total designado como coberturas de justo valor</b>	£	<b>1 224</b>	£	<b>62</b>	£	<b>4</b>	£	<b>700</b>	£	<b>77</b>	£	<b>-</b>
<b>Derivados não designados</b>												
Swaps de taxas de juro	£	6 388	£	185	£	26	£	7 294	£	274	£	65
Swaps de taxas de juros em várias moedas		481		16		76		686		28		89
Contratos a prazo sobre divisas		1 179		11		-		568		1		5
<b>Total de derivados não designados</b>	£	<b>8 048</b>	£	<b>212</b>	£	<b>102</b>	£	<b>8 548</b>	£	<b>303</b>	£	<b>159</b>
<b>Total de derivados</b>	£	<b>9 272</b>	£	<b>274</b>	£	<b>106</b>	£	<b>9 248</b>	£	<b>380</b>	£	<b>159</b>
Corrente			£	56	£	84			£	19	£	56
Não corrente				218		22				361		103
<b>Total</b>			£	<b>274</b>	£	<b>106</b>			£	<b>380</b>	£	<b>159</b>

Os montantes teóricos dos instrumentos financeiros derivados não representam necessariamente os montantes trocados pelas partes e, como tal, não funcionam como medida directa de exposição a riscos financeiros. Os montantes trocados são calculados por referência aos montantes teóricos e por outros termos dos derivados, tais como taxas de juro ou taxas de câmbio.

Todos os derivados celebrados pelo FCE têm a finalidade de igualar ou minimizar o risco de potenciais movimentos nas taxas de câmbio e nas taxas de juro inerentes aos activos e passivos financeiros do FCE.

Para informações adicionais relativas à utilização de derivados, políticas e controlos consulte a Nota 40 “Risco do mercado financeiro”.

Para informações sobre gestão de risco de crédito das contrapartes relacionada com derivados, consulte a Nota 38 “Risco de Crédito”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (continuação)

A 31 de Dezembro	2010						2009					
	Montante Teórico		Justo Valor				Montante Teórico		Justo Valor			
Grupo	milhões de libras											
<b>Designado como coberturas de justo valor</b>												
Swaps de taxas de juro	£ 1 224	£ 62	£ 4			£ 700	£ 77	£ -				
<b>Total designado como coberturas de justo valor</b>	<b>£ 1 224</b>	<b>£ 62</b>	<b>£ 4</b>			<b>£ 700</b>	<b>£ 77</b>	<b>£ -</b>				
<b>Derivados não designados</b>												
Swaps de taxas de juro	£ 8 598	£ 187	£ 78			£ 10 368	£ 274	£ 175				
Swaps de taxas de juros em várias moedas	481	16	76			686	28	89				
Contratos a prazo sobre divisas	1 179	11	-			568	1	5				
<b>Total de derivados não designados</b>	<b>£ 10 258</b>	<b>£ 214</b>	<b>£ 154</b>			<b>£ 11 622</b>	<b>£ 303</b>	<b>£ 269</b>				
<b>Total de derivados</b>	<b>£ 11 482</b>	<b>£ 276</b>	<b>£ 158</b>			<b>£ 12 322</b>	<b>£ 380</b>	<b>£ 269</b>				
Corrente		£ 56	£ 85				£ 19	£ 56				
Não corrente			220	73				361				213
<b>Total</b>		<b>£ 276</b>	<b>£ 158</b>				<b>£ 380</b>	<b>£ 269</b>				

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 14 OUTROS ACTIVOS

Outros activos a 31 de Dezembro eram os seguintes:

A 31 de Dezembro	Notas	Empresa		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Contas a receber</b>					
Partes relacionadas	43	£ 72	£ 114	£ 73	£ 116
Externos		99	185	100	187
Participações subsidiárias	43	887	110	-	-
<b>Subtotal de contas a receber</b>		<b>£ 1 058</b>	<b>£ 409</b>	<b>£ 173</b>	<b>£ 303</b>
<b>Empréstimos a receber</b>					
Partes relacionadas	43	£ -	£ -	£ -	£ -
Participações subsidiárias	43	£ 380	£ 78	£ -	£ -
<b>Subtotal de empréstimos a receber</b>		<b>£ 380</b>	<b>£ 78</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
Veículos a aguardar revenda		66	122	66	122
Pré-pagamentos e rendimento apurado		12	19	5	8
Impostos pré-pagos e juros associados		7	11	7	11
<b>Total de outros activos</b>		<b>£ 1 523</b>	<b>£ 639</b>	<b>£ 251</b>	<b>£ 444</b>
Corrente		£ 1 523	£ 638	£ 251	£ 443
Não corrente		-	1	-	1
<b>Total de outros activos</b>		<b>£ 1 523</b>	<b>£ 639</b>	<b>£ 251</b>	<b>£ 444</b>

“Contas a receber – partes relacionadas” inclui saldos gerados no decurso normal do negócio. Consulte a Nota 43 “Transacções com partes relacionadas” para obter informações adicionais.

“Veículos a aguardar revenda” refere-se a veículos devolvidos e retomados de locações operacionais e financiamento a retalho e contratos de locação e são reportados pelo valor contabilístico líquidos após o ajustamento de quaisquer provisões de valor residual.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 15 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Os empréstimos e adiantamentos a clientes a 31 de Dezembro eram os seguintes:

A 31 de Dezembro	Notas	Empresa		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Contas a receber de financiamento</b>					
Retalho excluindo locação financeira		£ 5 639	£ 6 880	£ 5 713	£ 6 949
Locação financeira		1 012	1 547	1 038	1 590
Por Grosso		4 561	4 724	4 738	4 863
Outras		30	36	30	36
<b>Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes</b>		<b>£ 11 242</b>	<b>£ 13 187</b>	<b>£ 11 519</b>	<b>£ 13 438</b>
Rendimento de financiamento não recebido		£ (436)	£ (614)	£ (439)	£ (615)
Provisão para perdas incorridas	16	(82)	(116)	(82)	(116)
Provisão para perdas do valor residual do veículo	17	(7)	(14)	(7)	(14)
Suplementos de participação de partes relacionadas		(192)	(258)	(193)	(258)
Custos/(comissões) de geração de empréstimo diferidos líquidos		19	36	20	37
<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>		<b>£ 10 544</b>	<b>£ 12 221</b>	<b>£ 10 818</b>	<b>£ 12 472</b>
Corrente		£ 6 986	£ 7 421	£ 7 207	£ 7 630
Não corrente		3 558	4 800	3 611	4 842
<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>		<b>£ 10 544</b>	<b>£ 12 221</b>	<b>£ 10 818</b>	<b>£ 12 472</b>
<b>Análise de empréstimos líquidos e adiantamentos:</b>					
Retalho		£ 5 964	£ 7 474	£ 6 061	£ 7 586
Por Grosso		4 550	4 711	4 727	4 850
Outras		30	36	30	36
<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>		<b>£ 10 544</b>	<b>£ 12 221</b>	<b>£ 10 818</b>	<b>£ 12 472</b>
Empréstimos líquidos não sujeitos a titularização		£ 2 571	£ 2 627	£ 2 845	£ 2 878
Empréstimos líquidos sujeitos a titularização	18	7 973	9 594	7 973	9 594
<b>Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes</b>		<b>£ 10 544</b>	<b>£ 12 221</b>	<b>£ 10 818</b>	<b>£ 12 472</b>
<b>Análise da percentagem de empréstimos e adiantamentos</b>					
Percentagem de empréstimos de financiamento a retalho líquidos		57%	61%	56%	61%
Percentagem de empréstimos líquidos de financiamento por grosso/outros		43%	39%	44%	39%
Percentagem de empréstimos brutos sujeitos a titularização		73%	76%	72%	75%
Percentagem de empréstimos brutos não sujeitos a titularização		27%	24%	28%	25%

“Retalho” inclui contratos de locação e financiamento a retalho, apresentados por um Revendedor a consumidores individuais, negociantes únicos e negócios. Esses contratos são, maioritariamente, contratos de locação e financiamento a retalho que requerem, de modo geral, que os clientes efectuem pagamentos mensais iguais ao longo da duração dos contratos.

“Por grosso” representa, principalmente, as contas a receber originadas para financiar veículos novos e usados detidos no inventário do revendedor e requer, de modo geral, que os revendedores paguem uma taxa variável. Contas a receber por

grosso inclui contas a receber de concessionários que são parcial ou totalmente detidos pela Ford.

“Outros” inclui empréstimos devidos a revendedores para capital circulante e melhorias de propriedade.

Numa parte dos empréstimos sujeitos a titularização, o FCE detém juros sénior retidos de forma a proporcionar maior flexibilidade na utilização da sua capacidade de titularização dedicada. Para obter informações adicionais, consulte a secção Capital e Financiamento do Relatório dos Administradores.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 15 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES (continuação)

Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem as seguintes contas a receber de locação financeira:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Contas a receber brutas de locação financeira</b>				
No prazo de 1 ano	£ 425	£ 586	£ 438	£ 607
Após 1 ano e no prazo de 5 anos	586	958	599	980
Após 5 anos	1	3	1	3
<b>Total de contas a receber brutas de locação financeira</b>	<b>£ 1 012</b>	<b>£ 1 547</b>	<b>£ 1 038</b>	<b>£ 1 590</b>
Rendimento de financiamento não recebido sobre locações financeiras	£ (80)	£ (130)	£ (80)	£ (130)
Provisão para perdas incorridas em locações financeiras	(8)	(14)	(8)	(14)
Provisão para perdas na locação financeira do valor residual do veículo	(4)	(2)	(4)	(2)
Suplementos de juros não recebidos de partes relacionadas em locações financeiras	(10)	(16)	(10)	(16)
Custos/(comissões) de geração de locação financeira diferida líquida	3	3	3	3
<b>Investimento líquido em locações financeiras</b>	<b>£ 913</b>	<b>£ 1 388</b>	<b>£ 939</b>	<b>£ 1 431</b>
No prazo de 1 ano	£ 370	£ 498	£ 381	£ 519
Após 1 ano e no prazo de 5 anos	542	887	557	909
Após 5 anos	1	3	1	3
<b>Total do investimento líquido em locações financeiras</b>	<b>£ 913</b>	<b>£ 1 388</b>	<b>£ 939</b>	<b>£ 1 431</b>

O custo dos activos adquiridos para serem utilizados em locações financeiras ascendeu a 2 793 milhões de libras (2009: 1 503 milhões de libras) para o Grupo e 2 732 milhões de libras (2009: 1 503 milhões de libras) no caso da Empresa. Para obter informações adicionais sobre os valores residuais dos veículos consulte a Nota 39 "Valores residuais do veículo".

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 16 PROVISÃO PARA PERDAS INCORRIDAS

	Notas	Empresa			Grupo		
		Retalho milhões de libras	Por Grosso milhões de libras	Total milhões de libras	Retalho milhões de libras	Por Grosso milhões de libras	Total milhões de libras
Balanço a 1 de Janeiro de 2009		£ 104	£ 26	£ 130	£ 104	£ 26	£ 130
Perdas por imparidade imputadas na demonstração de resultados		£ 127	£ 26	£ 153	£ 127	£ 26	£ 153
Deduções							
- Abatimento de perdas		(137)	(43)	(180)	(138)	(43)	(181)
- Rubricas extraordinárias	9	(31)	-	(31)	(31)	-	(31)
- Recuperações		47	6	53	48	6	54
<b>Perdas líquidas</b>		<b>£ (121)</b>	<b>£ (37)</b>	<b>£ (158)</b>	<b>£ (121)</b>	<b>£ (37)</b>	<b>£ (158)</b>
Outros:							
- Ajustamentos de troca		(7)	(2)	(9)	(7)	(2)	(9)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>		<b>£ 103</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ 116</b>	<b>£ 103</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ 116</b>
Perdas por imparidade imputadas na demonstração de resultados		£ 11	£ (2)	£ 9	£ 11	£ (2)	£ 9
Deduções							
- Abatimento de perdas		(80)	(2)	(82)	(80)	(2)	(82)
- Rubricas extraordinárias	9	(4)	1	(3)	(4)	1	(3)
- Recuperações		43	2	45	43	2	45
<b>Perdas líquidas</b>		<b>£ (41)</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ (40)</b>	<b>£ (41)</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ (40)</b>
Outros:							
- Ajustamentos de troca		(2)	(1)	(3)	(2)	(1)	(3)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010/1 de Janeiro de 2011</b>		<b>£ 71</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 82</b>	<b>£ 71</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 82</b>
<b>Análise da provisão para perdas incorridas:</b>							
- Abatimento por imparidade colectiva		£ 103	£ 11	£ 114	£ 103	£ 11	£ 114
- Abatimento por imparidade específica			2	2		2	2
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>		<b>£ 103</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ 116</b>	<b>£ 103</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ 116</b>
- Abatimento por imparidade colectiva		£ 71	£ 10	£ 81	£ 71	£ 10	£ 81
- Abatimento por imparidade específica		-	1	1	-	1	1
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010/1 de Janeiro de 2011</b>		<b>£ 71</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 82</b>	<b>£ 71</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 82</b>

Para obter informações detalhadas sobre rubricas extraordinárias, consulte a Nota 9 “Lucros antes de impostos”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 17 PROVISÃO PARA PERDAS DO VALOR RESIDUAL DO VEÍCULO

O movimento ocorrido na provisão para valores residuais dos veículos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

	Notas	Empresa			Grupo		
		Retalho milhões de libras	Operacional Locação milhões de libras	Total milhões de libras	Retalho milhões de libras	Operacional Locação milhões de libras	Total milhões de libras
Balanço a 1 de Janeiro de 2009		£ 49	£ 10	£ 59	£ 49	£ 10	£ 59
Perdas do valor residual debitadas/ (creditadas) na demonstração de resultados		(18)	6	(12)	(18)	6	(12)
Deduções							
- Ganhos/(perdas) do valor residual incorridas no período		(16)	(10)	(26)	(16)	(10)	(26)
Outros:							
- Ajustamentos de troca		(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(2)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>	<b>15</b>	<b>£ 14</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 19</b>	<b>£ 14</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 19</b>
Perdas do valor residual debitadas/ (creditadas) na demonstração de resultados		(4)	(17)	(21)	(4)	(17)	(21)
Deduções							
- Ganhos/(perdas) do valor residual incorridas no período		(6)	18	12	(6)	18	12
Outros:							
- Reclassificação como provisão do valor residual do veículo		5	-	5	5	-	5
- Ajustamentos de troca		(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010/1 de Janeiro de 2011</b>	<b>15</b>	<b>£ 7</b>	<b>£ 6</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ 7</b>	<b>£ 6</b>	<b>£ 13</b>

As alterações às provisões do valor residual para contratos de locação financeira e a retalho estão incluídas na demonstração de resultados na rubrica “Rendimento de juros” e para locações operacionais em “Depreciação de activos fixos tangíveis”.

“Perdas do valor residual debitadas/(creditadas) na demonstração de resultados” e “Ganhos/(perdas) do valor residual incorridos no período” conforme apresentados acima incluem os montantes recuperáveis de terceiros nos acordos de repartição das perdas de valor residual do veículo.

“Reclassificação como provisão do valor residual do veículo” representa a reclassificação de valores residuais em imparidade anteriormente apresentados nos empréstimos por grosso brutos e adiantamentos a clientes.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 18 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO ASSOCIADO

As fontes de financiamento do FCE incluem programas de titularização bem como outras transacções de “factoring” dedicadas que geralmente incluem a transferência de empréstimos e adiantamentos através de uma variedade de programas e estruturas.

A tabela abaixo sumariza os balanços relativos às transacções de titularização da Empresa que incluem programas de “factoring” dedicados e outros financiamentos garantidos. A diferença entre os “Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização” e “Dívida Relacionada” reflectem os juros retidos da Empresa, não incluindo a caixa associada com as transacções de titularização.

Grupo		Por Grosso		Retalho		Total		Total
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
		milhões de libras						
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>Notas</b>							
<b>Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização</b>	15	£ -	£ 3 591	£ 2 250	£ 2 132	£ 2 250	£ 5 723	£ 7 973
Dívidas a bancos e outras instituições financeiras	25	£ -	£ 1 910	£ -	£ 1 314	£ -	£ 3 224	£ 3 224
Títulos de dívida em emissão	28	-	-	1 872	-	1 872	-	1 872
<b>Dívida Relacionada</b>		<b>£ -</b>	<b>£ 1 910</b>	<b>£ 1 872</b>	<b>£ 1 314</b>	<b>£ 1 872</b>	<b>£ 3 224</b>	<b>£ 5 096</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>								
<b>Empréstimos e adiantamentos sujeitos a titularização</b>	15	£ -	£ 3 689	£ 3 134	£ 2 771	£ 3 134	£ 6 460	£ 9 594
Dívidas a bancos e outras instituições financeiras	25	£ -	£ 2 298	£ 1 082	£ 2 154	£ 1 082	£ 4 452	£ 5 534
Títulos de dívida em emissão	28	-	-	1 205	-	1 205	-	1 205
<b>Dívida Relacionada</b>		<b>£ -</b>	<b>£ 2 298</b>	<b>£ 2 287</b>	<b>£ 2 154</b>	<b>£ 2 287</b>	<b>£ 4 452</b>	<b>£ 6 739</b>

A caixa disponível para apoiar as obrigações das SPE a 31 de Dezembro de 2010 com o valor de 846 milhões de libras (31 de Dezembro de 2009: 1 109 milhões de libras) está incluída no balanço do FCE, na rubrica “Caixa e adiantamentos”.

Durante 2010, o FCE reembolsou todos os investimentos do BCE relacionados com títulos transitados com notação utilizando a maioria dos anteriores títulos transitados com notação agora colocados em investidores de titularização de termo público tradicionais. A 31 de Dezembro de 2010, o saldo pendente do financiamento do BCE relativo a títulos transitados era de zero (2009: 1 802 milhões de libras).

### Juros retidos

A Empresa retém juros júnior na maioria das suas transacções de titularização. A Empresa detém juros sénior retidos na grande parte dos seus programas de forma a proporcionar uma maior flexibilidade na utilização da sua capacidade de titularização dedicada. Ao abrigo destes programas, as contrapartes de financiamento são, por opção do FCE, obrigadas por lei a efectuar adiantamentos como títulos garantidos por activos, reduzindo assim o juro sénior do FCE e gerando proveitos de financiamento. Para obter informações adicionais, consulte a secção Capital e Financiamento do Relatório dos Administradores.

A Empresa retém risco de crédito nas operações de titularização através dos seus juros júnior retidos que oferecem várias formas de melhorias de crédito. Estes incluem sobre-garantia; fundos de reservas de caixa segregados, títulos subordinados e spread adicional. A Empresa tem direito a quaisquer fluxos de caixa excedentes gerados por estes juros retidos júnior. A capacidade da Empresa para realizar o valor dos seus juros retidos depende das reais perdas de crédito e da taxa de pré-pagamento nos activos titularizados.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 18 TITULARIZAÇÃO E FINANCIAMENTO ASSOCIADO (continuação)

### Obrigações contínuas

De modo geral, a Empresa não tem qualquer obrigação de recomprar ou recolocar qualquer activo titularizado que subsequentemente entre em incumprimento no pagamento ou de outra forma em incumprimento. Geralmente, os investidores de titularização não têm qualquer recurso à Empresa ou aos outros activos da Empresa por perdas de crédito nos activos titularizados e não têm qualquer direito de requererem à Empresa a reacquirição os seus investimentos. A Empresa não garante quaisquer títulos garantidos por activos e não tem qualquer obrigação de fornecer liquidez ou efectuar contribuições monetárias ou contribuições de activos adicionais às SPE, quer devido ao desempenho dos activos

titularizados ou à notação de crédito da dívida a curto ou longo prazo da Empresa. “Caixa associada às operações de titularização” inclui ambos os montantes retidos na Empresa e saldos detidos e disponíveis para as SPE consolidadas. Estas obrigações incluem indemnizações, obrigações de recompra de activos que não correspondam aos critérios de elegibilidade ou que tenham sido materialmente modificadas, a venda obrigatória de activos adicionais em transacções de renovação fixas e, em certos casos, adiantamento de determinados montantes por parte de agentes de serviços.

### Estruturas de transacção

A Empresa utiliza tanto estruturas de amortização como de renovação e, em todos os casos, os programas fornecem o financiamento equivalente das contas a receber, em que a dívida de titularização tem um perfil de maturidade semelhante às respectivas contas a receber. A maioria dos programas inclui igualmente um compromisso contratual de financiar contas a receber já existentes e contas a receber futuras sujeito às condições descritas mais detalhadamente abaixo.

Nas estruturas de amortização, que implicam a venda de um conjunto de activos estático, o financiamento associado é apenas reembolsado através da liquidação das contas a receber titularizadas e, como tal, o seu perfil de maturidade é semelhante aos activos relacionados. Nas estruturas de renovação, a Empresa poderá continuar a vender novos activos elegíveis originados ao longo de um período de tempo acordado, designado como período de renovação, e obter financiamento dos investidores da transacção. No caso de um compromisso contratual não ser renovado no final do período de renovação, todas as contas a receber titularizadas na altura da não-renovação permanecem financiadas e a respectiva dívida é reembolsada aquando da liquidação das contas a receber.

Dentro das estruturas de renovação, a Empresa usa tanto estruturas de financiamento fixas como variáveis. No que toca às estruturas de renovação fixas, durante o período de renovação novos activos são vendidos à transacção de forma a manter um nível de financiamento constante. Nas estruturas de financiamento variáveis, os níveis de utilização ficam ao critério do FCE.

A 31 de Dezembro de 2010, a Empresa contraiu uma estrutura de renovação fixa de 431 milhões de libras (990 milhões de libras a 31 de Dezembro de 2009), como um período de renovação a terminar em Janeiro de 2011. As estruturas de financiamento variáveis perfaziam um total de 4 880 milhões de libras de capacidade dedicada a 31 de Dezembro de 2010 (4 600 milhões de libras a 31 de Dezembro de 2009), dos quais 1 945 milhões de libras maturam durante 2011, tendo o saldo diversas datas de maturação entre

Março e Novembro de 2012. A 31 de Dezembro de 2010, 2 758 milhões de libras (3 046 milhões de libras a 31 de Dezembro de 2009) da capacidade dedicada do financiamento variável tinham sido utilizados.

#### Capacidade da estrutura de renovação mil milhões de libras

Balanço a 1 de Janeiro de 2010	£	5,6
Vencimento da capacidade dedicada		(4,9)
Capacidade dedicada renovada e acrescida		4,7
Ajustamentos cambiais		(0,1)
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£</b>	<b>5,3</b>
Capacidade dedicada de financiamento variável	£	4,9
Capacidade de renovação fixa		0,4
<b>Balanço a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£</b>	<b>5,3</b>

Dos 4,7 mil milhões de libras de capacidade dedicada renovada e acrescida, 3 mil milhões de libras incluíram períodos de renovação dedicados de 18 ou mais meses.

As transacções de renovação contém determinadas características que poderiam impedir a Empresa de vender conjuntos de activos adicionais, e fazer com que qualquer financiamento existente fosse amortizado. Estes incluem, entre outros, insolvência do FCE ou da Ford, perdas de crédito ou níveis de incumprimento no conjunto de activos a retalho que excedam os limites especificados, taxas de pagamento sobre activos por grosso abaixo dos limites acordados, falha por parte da Empresa em adicionar o montante requerido de activos adicionais nas estruturas de renovação fixas e melhorias de crédito não mantidas nos níveis requeridos. Nenhuma destas transacções de titularização incluía provisões de incumprimento cruzado.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 19 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A 31 de Dezembro, os Activos fixos tangíveis eram como se segue:

Custo	Empresa				Grupo			
	Melhorias de arrendamento	Equipamento de escritório	Veículos motorizados	Total	Melhorias de arrendamento	Equipamento de escritório	Veículos motorizados	Total
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
A 1 de Janeiro de 2009	£ 3	£ 13	£ 213	£ 229	£ 3	£ 14	£ 350	£ 367
Acréscimos	-	-	406	406	-	-	405	405
Alienações	-	(3)	(481)	(484)	-	(3)	(481)	(484)
Reclassificação de locação	-	-	-	-	-	-	(137)	(137)
Ajustamento de conversão	-	(1)	3	2	-	(1)	3	2
<b>A 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 141</b>	<b>£ 153</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ 10</b>	<b>£ 140</b>	<b>£ 153</b>
Acréscimos	-	1	461	462	-	1	461	462
Alienações	(1)	(1)	(412)	(414)	(1)	(1)	(411)	(413)
Reclassificação de locação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento de conversão	-	-	(4)	(4)	-	-	(4)	(4)
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 186</b>	<b>£ 197</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 10</b>	<b>£ 186</b>	<b>£ 198</b>
<b>Depreciação</b>								
A 1 de Janeiro de 2009	£ 2	£ 13	£ 39	£ 54	£ 3	£ 13	£ 107	£ 123
Encargo para o ano*	-	-	120	120	-	-	120	120
Ajustamento nos veículos devolvidos*	-	-	(10)	(10)	-	-	(10)	(10)
Alienações	-	(3)	(115)	(118)	-	(3)	(116)	(119)
Reclassificação de locação	-	-	-	-	-	-	(68)	(68)
Ajustamento de conversão	-	(1)	(2)	(3)	-	(1)	(2)	(3)
<b>A 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 32</b>	<b>£ 43</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 31</b>	<b>£ 43</b>
Encargo para o ano	-	-	100	100	-	-	100	100
Ajustamentos nos veículos devolvidos	-	-	18	18	-	-	18	18
Alienações	(1)	(1)	(114)	(116)	(1)	(1)	(114)	(116)
Reclassificação de locação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ 36</b>	<b>£ 45</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ 35</b>	<b>£ 45</b>
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 109</b>	<b>£ 110</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 109</b>	<b>£ 110</b>
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 150</b>	<b>£ 152</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 151</b>	<b>£ 153</b>

\* Para obter informações detalhadas sobre a redefinição consulte a Nota 1 "Políticas contabilísticas"

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 19 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (continuação)

A análise de activos fixos tangíveis é a seguinte:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
<b>Análise de activos fixos tangíveis</b>				
Corrente	£ 147	£ 107	£ 148	£ 107
Não corrente	5	3	5	3
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>110</b>	<b>153</b>	<b>110</b>

### Redefinição

Em 2009, alguns montantes relativos a “Corrente” foram incluídos em “Não corrente”. Foram efectuados ajustamentos de forma a analisar correctamente o balanço dos activos fixos tangíveis para o período em questão.

• “Corrente”, conforme redefinido, ascendeu a 107 milhões de libras (anteriormente registado como 22 milhões de libras);

• “Não corrente”, conforme redefinido, ascendeu a 3 milhões de libras (anteriormente registado como 88 milhões de libras);

Esta redefinição não afecta o valor apresentado de “Activos fixos tangíveis” para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

Veículos a motor incluem veículos detidos para uso em locações operacionais conforme se segue:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Locações operacionais</b>				
Custo	£ 183	£ 137	£ 183	£ 137
Depreciação acumulada	(35)	(31)	(35)	(31)
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>106</b>	<b>148</b>	<b>106</b>

As despesas de depreciação acumuladas sobre veículos sujeitos a locações operacionais são registadas numa base de linha recta na demonstração de resultados nas rubricas “Depreciação de activos fixos tangíveis” num montante necessário para reduzir o veículo locado para o seu valor residual estimado no final do termo da locação. Os ajustamentos para reflectirem as estimativas revistas dos valores residuais previstos no final dos termos da locação são registados prospectivamente numa base de linha recta. No momento da alienação do veículo, a diferença entre o valor contabilístico líquido e os proveitos reais é registada como um ajustamento às despesas de depreciação.

Todos os activos são avaliados numa base de custo histórico. Incluídas na depreciação acima encontram-se as dotações para perdas por imparidade para dívidas duvidosas e provisões de valor residual para activos de locação operacional de 1 milhão de libras (2009: 1 milhão de libras) para o Grupo e 1 milhão de libras (2009: 1 milhão de libras) no caso da Empresa. Para obter informações detalhadas sobre os valores residuais dos veículos incluídos em activos fixos tangíveis, consulte a Nota 39 “Valores residuais de veículo”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER E A PAGAR

A provisão para os impostos sobre o rendimento a receber e a pagar para os anos concluídos em 31 de Dezembro era estimada da seguinte forma:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Tributação do Reino Unido	£ -	£ -	£ -	£ -
Tributação no estrangeiro	51	44	52	44
<b>Impostos sobre o rendimento a receber</b>	<b>£ 51</b>	<b>44</b>	<b>£ 52</b>	<b>£ 44</b>
Tributação do Reino Unido	£ 11	£ 14	£ 11	£ 14
Tributação no estrangeiro	1	5	1	5
<b>Impostos sobre o rendimento a pagar</b>	<b>£ 12</b>	<b>£ 19</b>	<b>£ 12</b>	<b>£ 19</b>
<b>Impostos sobre o rendimento líquido a receber/(a pagar)</b>	<b>39</b>	<b>25</b>	<b>40</b>	<b>25</b>
Corrente	£ 39	£ 25	£ 40	£ 25
Não corrente	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>£ 39</b>	<b>£ 25</b>	<b>£ 40</b>	<b>£ 25</b>

## 21 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos nas contas dos activos e passivos por impostos diferidos são os seguintes:

	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Activo a 1 de Janeiro	£ 54	£ 44	£ 84	£ 91
Débito/(crédito) da demonstração de resultados	(6)	16	(23)	2
Ajustamento da conversão de moeda estrangeira	(3)	(6)	(4)	(9)
<b>Activo a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 45</b>	<b>£ 54</b>	<b>£ 57</b>	<b>£ 84</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 21 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (continuação)

Os activos e passivos com impostos sobre rendimento diferidos são atribuíveis às seguintes rubricas:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
<b>Activos com impostos sobre rendimento diferidos</b>				
Depreciação fiscal acelerada	£ 22	£ 27	£ 22	£ 27
Perdas por impostos	29	-	29	-
Provisões contra perdas e outras diferenças temporárias	23	56	36	87
<b>Activos com impostos sobre rendimento diferidos</b>	<b>£ 74</b>	<b>£ 83</b>	<b>£ 87</b>	<b>£ 114</b>
<b>Passivos com impostos sobre rendimento diferidos</b>				
Depreciação fiscal acelerada	£ (32)	£ (34)	£ (32)	£ (35)
Perdas por impostos	6	6	6	6
Provisões contra perdas e outras diferenças temporárias	(3)	(1)	(4)	(1)
<b>Passivos com impostos sobre rendimento diferidos</b>	<b>£ (29)</b>	<b>£ (29)</b>	<b>£ (30)</b>	<b>£ (30)</b>
<b>Activo a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 45</b>	<b>£ 54</b>	<b>£ 57</b>	<b>£ 84</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos são objecto de compensação no balanço quando tais saldos se relacionam com a mesma autoridade fiscal. Todos os activos e passivos por impostos diferidos no balanço são classificados como rubricas correntes.

A cobrança dos impostos diferidos na demonstração de resultados abrange as seguintes diferenças temporárias:

	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras Redefinido*
Depreciação fiscal acelerada	£ (2)	£ 2	£ (2)	£ 1
Perdas por impostos, provisões contra perdas e outras diferenças temporárias	(4)	14	(21)	1
<b>Débito/(crédito) da demonstração de resultados</b>	<b>£ (6)</b>	<b>£ 16</b>	<b>£ (23)</b>	<b>£ 2</b>

Os activos com impostos sobre rendimento diferidos são reconhecidos por perdas de impostos transitadas apenas na medida em que seja provável a realização do benefício fiscal relacionado. A 31 de Dezembro de 2010, a sucursal irlandesa da Empresa tinha 1 milhão de libras (2009: 7 milhões de libras) de perdas por impostos não utilizadas pelos quais não se reconhece nenhum activo por imposto diferido.

Na Declaração Orçamental de Junho de 2010 foram anunciadas uma série de alterações ao sistema fiscal das Sociedades do Reino Unido. A Lei de Finanças (n.º 2) de 2010, que foi substancialmente decretadas a 20 de Julho de 2010, inclui legislação que reduz a principal taxa do imposto sobre as sociedades de 28 para 27 pontos percentuais a partir de 1 de Abril de 2011. Uma vez que esta mudança à taxa foi substancialmente decretada antes de 31 de Dezembro de 2010, reflectiu-se no activo por imposto diferido de 31 de Dezembro de 2010.

A Declaração Orçamental de Março de 2011 incluía uma alteração proposta no sentido de reduzir a principal taxa do imposto sobre as sociedades de 28% para 26% a partir de 1 de Abril de 2011. Foram igualmente propostas reduções adicionais à taxa principal de forma a reduzir a taxa em um ponto percentual por ano até chegar aos 23 por cento, a 1 de Abril de 2014. Estas alterações propostas subsequentemente à principal taxa do imposto sobre as sociedades não tinham sido substancialmente decretadas à data do balanço e, como tal, não foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras. O efeito financeiro previsto para estas alterações não é significativo.

### Redefinição

Em 2009, alguns montantes relativos a "Depreciação fiscal acelerada" em "Passivos com impostos sobre rendimento diferidos" foram incluídos em "Provisões contra perdas e outras diferenças temporárias". Foram efectuados ajustamentos de forma a analisar correctamente o balanço dos impostos diferidos para o período em questão.

- Na análise de impostos diferidos para a Empresa, a "Depreciação fiscal acelerada", conforme redefinido, ascendeu a (34) milhões de libras (anteriormente registado como 2 milhões de libras); e para o Grupo, a "Depreciação fiscal acelerada", conforme redefinido, ascendeu a (35) milhões de libras (anteriormente registado como 3 milhões de libras);
- Na cobrança dos impostos diferidos para a Empresa, a "Depreciação fiscal acelerada", conforme redefinido, ascendeu a 2 milhões de libras (anteriormente registado como 6 milhões de libras); e para o Grupo, a "Depreciação fiscal acelerada", conforme redefinido, ascendeu a 1 milhão de libras (anteriormente registado como 6 milhões de libras);

Estas redefinições não afectam o valor apresentado de "Impostos diferidos sobre passivos" ou a cobrança dos impostos diferidos para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 22 GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O goodwill e outros activos intangíveis a 31 de Dezembro eram os seguintes:

Custo	Empresa				Grupo			
	Goodwill	Software		Total	Software		Total	
		Gerado Internamente	Adquirido Externamente		Gerado Internamente	Adquirido Externamente		
milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	
A 1 de Janeiro de 2009	£ 212	£ 22	£ 21	£ 255	£ 22	£ 21	£ 43	
Acréscimos	-	4	-	4	4	-	4	
Alienações	-	(2)	(1)	(3)	(2)	(1)	(3)	
<b>A 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>	<b>£ 212</b>	<b>£ 24</b>	<b>£ 20</b>	<b>£ 256</b>	<b>£ 24</b>	<b>£ 20</b>	<b>£ 44</b>	
Alienações	-	(1)	(4)	(5)	(1)	(4)	(5)	
Ajustamento de conversão	-	-	-	-	-	-	-	
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ 212</b>	<b>£ 23</b>	<b>£ 16</b>	<b>£ 251</b>	<b>£ 23</b>	<b>£ 16</b>	<b>£ 39</b>	
<b>Amortização acumulada e imparidade</b>								
A 1 de Janeiro de 2009	£ (64)	£ (10)	£ (13)	£ (87)	£ (10)	£ (13)	£ (23)	
Encargo de amortização para o ano	-	(2)	(2)	(4)	(2)	(2)	(4)	
<b>A 31 de Dezembro de 2009/1 de Janeiro de 2010</b>	<b>£ (64)</b>	<b>£ (12)</b>	<b>£ (15)</b>	<b>£ (91)</b>	<b>£ (12)</b>	<b>£ (15)</b>	<b>£ (27)</b>	
Encargo de amortização para o ano	-	(2)	(2)	(4)	(2)	(2)	(4)	
Alienações	-	-	5	5	-	5	5	
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ (64)</b>	<b>£ (14)</b>	<b>£ (12)</b>	<b>£ (90)</b>	<b>£ (14)</b>	<b>£ (12)</b>	<b>£ (26)</b>	
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>£ 148</b>	<b>£ 12</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 165</b>	<b>£ 12</b>	<b>£ 5</b>	<b>£ 17</b>	
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>£ 148</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 4</b>	<b>£ 161</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ 4</b>	<b>£ 13</b>	

“Outros activos intangíveis” refere-se totalmente a custos de desenvolvimento de software que são antecipados para gerar futuros benefícios económicos ao FCE. Os custos de desenvolvimento de software são amortizados na demonstração de resultados em “Despesas operacionais” sobre a vida útil estimada do sistema conforme especificado na rubrica Política Contabilística U (ii) “Outros activos intangíveis”.

O goodwill reconhecido na Empresa é relativo aos activos líquidos da Ford Bank Alemanha, uma antiga subsidiária detida a 100%. A Unidade Geradora de Caixa (CGU) faz actualmente parte do segmento alemão da Empresa.

Anualmente, é efectuada uma revisão quanto à imparidade da CGU na base do valor em uso, utilizando projecções dos fluxos de caixa com base nas previsões do plano de negócios a cinco anos da

Empresa e uma taxa de desconto indicativa dos preços recentes no mercado, testemunhados pelo FCE.

As principais suposições previstas no plano de negócios a cinco anos incluem:

- As vendas na indústria automóvel, as quotas da Ford dessas vendas e os novos contratos do FCE como percentagem dessas vendas,
- Taxas devedoras de mercado,
- Desempenho da perda de crédito e do valor residual do veículo.

Estas suposições baseiam-se na experiência histórica e nas expectativas de futuras mudanças no mercado. Além do período do plano de negócios a cinco anos, a taxa de crescimento estimada utilizada baseia-se nas expectativas de inflação locais.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 23 INVESTIMENTO NUMA ENTIDADE CONTROLADA CONJUNTAMENTE

A Forso, uma joint venture do FCE, é uma empresa regulada sueca com sucursais na Dinamarca e na Noruega e uma subsidiária localizada na Finlândia. É detida a 50% menos uma acção pela Saracen Holdco Ab., uma subsidiária detida a 100% pelo FCE. Os interesses do FCE na Forso encontram-se descritos no balanço, na rubrica “Investimento numa entidade controlada conjuntamente”. As alterações ao valor do investimento são apresentadas em detalhe na Nota 43 “Transacções com partes relacionadas”.

As restantes participações da Forso são detidas pela Sofinco S.A., uma subsidiária de crédito ao consumo do Crédit Agricole S.A.

O Conselho de Administração da Forso é composto por oito administradores e ambas as partes da joint venture estão representadas por igual. O quórum requer que pelo menos dois terços dos Administradores estejam presentes e que ambas as partes estejam representadas por igual. Qualquer negócio que surja durante a reunião do Conselho deverá ser determinado por uma resolução aprovada por voto favorável de pelo menos dois terços de todos os Administradores.

A Forso é uma instituição regulada na Suécia e é-lhe exigido, entre outras coisas, que mantenha reservas mínimas de capital e que tenha a autorização da entidade reguladora local sueca para pagar dividendos.

A informação financeira sumariada relativamente à quota do FCE de uma entidade controlada conjuntamente com base nas contas de

gestão para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 é apresentada de seguida:

A 31 de Dezembro	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Activo Circulante	£ 278	£ 258
Activos a longo prazo	304	236
<b>Total do activo</b>	<b>£ 582</b>	<b>£ 494</b>
Passivos correntes	£ 344	£ 335
Passivos a longo prazo	195	118
<b>Total de passivos</b>	<b>£ 539</b>	<b>£ 453</b>
Receita	£ 33	£ 37
Despesas operacionais	(25)	(35)
<b>Lucros antes de impostos</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ 2</b>
Custos com impostos sobre o rendimento	£ (2)	£ (2)
<b>Participação nos lucros de uma entidade controlada conjuntamente</b>	<b>£ 6</b>	<b>£ -</b>

## 24 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES DO GRUPO

Os investimentos em participações do grupo a 31 de Dezembro eram os seguintes:

A 31 de Dezembro	Empresa	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Gastos a 1 de Janeiro	£ 63	£ 177
Investimento adicional em participações do grupo	276	-
Resgate de acções em subsidiária	-	(70)
Reembolso de capital	-	(44)
<b>Gastos a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 339</b>	<b>£ 63</b>
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 339</b>	<b>£ 63</b>
Corrente	£ -	£ -
Não corrente	339	63
<b>Valor contabilístico líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 339</b>	<b>£ 63</b>
<b>Investimento em bancos incluídos acima</b>	<b>£ 7</b>	<b>£ 7</b>

Durante o ano de 2010, a Empresa levou a cabo acções de reestruturação de capital relacionadas com a FCE Leasing (Holdings) Limited (FCEHL), uma subsidiária directa detida a 100% pela Ford no Reino Unido e das suas subsidiárias detidas a 100% (Automotive Finance Limited, FCE Leasing Limited, Ford Automotive Leasing Limited e Jaguar Financial Services Limited). A Empresa subscreveu 275 milhões de libras de capital adicional constituído por acções ordinárias no FCEHL.

Para além disso, a Empresa reembolsou 22 milhões de libras emprestados pelo FCEHL e concedeu um empréstimo de 308 milhões de libras ao FCEHL. Subsequentemente, as subsidiárias do FCEHL depositaram 605 milhões de libras na Empresa, valor esse que não surtiu impacto líquido nos fluxos de caixa de 2010.

“Investimento em bancos” é relativo ao FCE Bank Polska S.A., que é um banco regulado e ao qual é requerido, entre outras coisas, que mantenha reservas de capital mínimas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 24 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES DO GRUPO (continuação)

### Lista de Empresas Consolidadas

#### Participações subsidiárias

Entidade	País de Incorporação	Actividade Principal	Contabilidade Data de Referência	Propriedade
Automotive Finance Limited *	Inglaterra e País de Gales	Não comercial	30 de Junho	100%
FCE Leasing (Holdings) Limited	Inglaterra e País de Gales	Sociedade de participação financeira	31 de Dezembro	100%
FCE Leasing Limited *	Inglaterra e País de Gales	Não comercial	31 de Dezembro	100%
Ford Automotive Leasing Limited *	Inglaterra e País de Gales	Não comercial	30 de Setembro	100%
Jaguar Financial Services Limited *	Inglaterra e País de Gales	Sociedade financeira	31 de Março	100%
Meritpoint Limited	Inglaterra e País de Gales	Não comercial	30 de Junho	100%
Primus Automotive Financial Services Limited	Inglaterra e País de Gales	Dormant	31 de Dezembro	100%
Volvo Car Finance Limited	Inglaterra e País de Gales	Sociedade financeira	31 de Dezembro	100%
FCE Credit s.r.o.	República Checa	Sociedade financeira	31 de Dezembro	100%
FCE Credit Hungaria Zrt	Hungria	Sociedade financeira	31 de Dezembro	100%
FCE Services Kft *	Hungria	Sociedade financeira	31 de Dezembro	100%
FCE Bank Polska S.A.	Polónia	Bank	31 de Dezembro	100%
FCE Credit Poland S.A.	Polónia	Sociedade financeira	31 de Dezembro	100%
Saracen Holdco Ab	Suécia	Sociedade de participação financeira	31 de Dezembro	100%

\*subsidiárias detidas indirectamente pela Empresa

#### Entidades de Finalidades Especiais (SPE)\*

Entidade	País de Incorporação	Activos Titularizados ou tipo de SPE	Contabilidade Data de Referência	Propriedade
<b>SPE de Retalho Activas</b>				
Globaldrive Receivables Trustee (UK) Two Limited	Inglaterra	Retalho Reino Unido - fiduciária de contas a receber	31 de Dezembro	0%
Globaldrive (UK) Variable Funding I plc	Inglaterra	Retalho Reino Unido	31 de Dezembro	0%
Globaldrive (Italy) IV S.R.L.	Itália	Retalho Itália	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Netherlands VFN 1 B.V.	Holanda	Retalho Holanda	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2008 - A B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2008 - B B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive France 2	França	Retalho/locação França	31 de Dezembro	0%
Globaldrive (UK) Variable Funding II plc	Inglaterra	Retalho Reino Unido	31 de Dezembro	0%
Globaldrive German Lease 2009 A. B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 B B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 C B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2009 D B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Holding Limited	Inglaterra	UK VFN I-Holding Company	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Austria Retail Lease VFN 1B.V.	Holanda	Retalho/locação Áustria	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2010 A	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Germany Retail Lease VFN 1B.V.	Holanda	Retalho/locação Alemanha	31 de Dezembro	0%
<b>SPE de Vendas por Grosso Activas</b>				
FCC Globaldrive Dealer Floorplan (França)	França	Venda por Grosso França	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Dealer Floorplan Germany 2006 GmbH	Alemanha	Venda por Grosso Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Holdings Limited	Jersey	Venda por Grosso Reino Unido - Sociedade de participação financeira	31 de Dezembro	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Funding I Limited	Jersey	Venda por Grosso Reino Unido	31 de Dezembro	0%
Globaldrive UK Dealer Floorplan Receivables Trustee I Ltd	Jersey	Venda por Grosso Reino Unido - fiduciária de contas a receber	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Dealer Floorplan B.V.	Holanda	Venda por Grosso Espanha/França comprador principal	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Dealer Floorplan Ireland B.V.	Holanda	Venda por Grosso Irlanda	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Dealer Floorplan (Espanha) TdA	Espanha	Venda por Grosso Espanha	31 de Dezembro	0%
<b>SPE de Retalho Inactivas (liquidação pendente):</b>				
Globaldrive European Auto Receivables I B.V.	Holanda	Locação Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive (Germany) V Limited	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Auto Receivables 2007 - A B.V.	Holanda	Retalho Alemanha	31 de Dezembro	0%
Globaldrive Spain VFN 1 B.V.	Holanda	Retalho/locação Espanha	31 de Dezembro	0%

\*Quase subsidiárias da Empresa conforme reconhecidas ao abrigo da SIC 12 e incluídas na consolidação das contas do Grupo.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 25 DÍVIDAS A BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As dívidas a bancos e outras instituições financeiras a 31 de Dezembro eram as seguintes:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras não relacionadas com titularização</b>				
Empréstimos de bancos e outras instituições financeiras	£ 62	£ 194	£ 181	£ 275
Empréstimos do Banco Europeu de Investimento	367	508	367	508
Descobertos bancários	-	53	-	53
<b>Subtotal:</b>	<b>£ 429</b>	<b>£ 755</b>	<b>£ 548</b>	<b>£ 836</b>
<b>Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras relacionadas com titularização</b>				
Obrigações procedentes da titularização de contas a receber	£ 970	£ 1 097	£ 3 181	£ 4 452
Empréstimos do Banco Central Europeu (BCE) garantidos das obrigações de titularização transitadas	-	1 082	-	1 082
Empréstimos do BCE garantidos por contas a receber por grosso	43	-	43	-
<b>Subtotal:</b>	<b>£ 1 013</b>	<b>£ 2 179</b>	<b>£ 3 224</b>	<b>£ 5 534</b>
<b>Total de dívidas a bancos e outras instituições financeiras</b>	<b>£ 1 442</b>	<b>£ 2 934</b>	<b>£ 3 772</b>	<b>£ 6 370</b>
Corrente	£ 1 022	£ 2 362	£ 2 417	£ 4 890
Não corrente	420	572	1 355	1 480
<b>Total de dívidas a bancos e outras instituições financeiras</b>	<b>£ 1 442</b>	<b>£ 2 934</b>	<b>£ 3 772</b>	<b>£ 6 370</b>

“Obrigações procedentes da titularização de contas a receber” reflecte as vendas de contas a receber concluídas mediante transacções privadas. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos para desreconhecimento sob a IAS 39 “Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração”, estas contas a receber e a dívida associada não são retiradas do balanço. Onde a Empresa celebrou um acordo de financiamento estruturado com uma fonte de financiamento de terceiros, e nenhuma estrutura de SPE está envolvida, é reconhecido um passivo no balanço da Empresa representando os proveitos recebidos da transferência legal de activos para a fonte de financiamento. Esse passivo não é uma obrigação legal da Empresa e é pagável apenas a partir das cobranças dos activos subjacentes transferidos para a fonte de financiamento ou juros retidos.

“Empréstimos do BCE” representa financiamento a curto prazo recebido ao abrigo do programa do BCE de operações de mercado aberto. A Empresa obtém financiamento através de um antigo programa de direito de crédito, utilizando como garantia algumas

das suas contas a receber por grosso alemãs. O restante financiamento obtido em 2009 foi maioritariamente garantido através de obrigações transitadas com notação de algumas das transacções públicas de titularização da Empresa.

“Empréstimos do Banco Europeu de Investimento” (BEI) apoia parcialmente uma série de projectos diferentes relacionados com os parceiros automóveis do FCE, que foram atribuídos à Empresa. Os empréstimos do BEI têm prazos de um a dois anos e são suportados por garantias e letras de crédito fornecidos pelas instituições financeiras em nome da Empresa ao BEI e os depósitos efectuados pela Empresa estão detalhados na Nota 11 “Caixa e adiantamentos aos bancos”.

A gestão do FCE não identificou quaisquer incumprimentos no capital, juros ou outras infracções no que diz respeito aos passivos do FCE no exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 25 DÍVIDAS A BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

### Reclassificações

Os empréstimos das operações de mercado aberto do Banco Central Europeu (BCE) garantidos por contas a receber por grosso no valor de 43 milhões de libras (2009: 55 milhões de libras) foram reclassificados de “Dívidas a bancos e outras instituições financeiras não relacionadas com a titularização” sob a rubrica “Empréstimos de bancos e outras instituições financeiras” para “Dívidas a bancos e outras instituições financeiras relacionadas com titularização”, após análise.

Esta reclassificação não afecta o “Total devido a bancos e outras instituições financeiras” a 31 de Dezembro de 2009 ou 31 de Dezembro de 2010.

Adicionalmente, durante o exercício, certos depósitos foram revistos e reclassificados de “Dívidas a Bancos e outras instituições financeiras” para “Depósitos de empresas” (31 de Dezembro de 2010: 13 milhões de libras).

## 26 DEPÓSITOS DE EMPRESAS

Os depósitos de empresas a 31 de Dezembro eram os seguintes:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Depósitos de revendedores	£ 49	£ 22	£ 49	£ 22
<b>Total de depósitos de empresas</b>	<b>£ 49</b>	<b>£ 22</b>	<b>£ 49</b>	<b>£ 22</b>
Corrente	£ 49	£ 22	£ 49	£ 22
Não corrente	-	-	-	-
<b>Total de depósitos de empresas</b>	<b>£ 49</b>	<b>£ 22</b>	<b>£ 49</b>	<b>£ 22</b>

“Depósitos de revendedores” inclui os montantes utilizados para mitigar concentrações de exposição. No caso de incumprimento da contraparte, os depósitos recebidos podem ser compensados com os montantes devidos à Empresa.

Os depósitos estão disponíveis para uso nas operações quotidianas da Empresa e, como tal, não foram apresentados separadamente na Nota 11 “Caixa e adiantamentos a bancos”.

### Reclassificação

Durante o exercício, certos depósitos foram revistos e reclassificados nos depósitos da empresa de “Dívidas a bancos e outras instituições financeiras” (31 de Dezembro de 2010: 13 milhões de libras) e “Outros passivos” (31 de Dezembro de 2010: 15 milhões de libras).

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 27 DÍVIDAS À EMPRESA-MÃE E ÀS EMPRESAS ASSOCIADAS

Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas a 31 de Dezembro era a seguinte:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Dívida sénior</b>				
Depósitos recebidos do FCI	£ 125	£ 225	£ 125	£ 225
<b>Montantes principais devidos às empresas-mãe</b>	<b>£ 125</b>	<b>£ 225</b>	<b>£ 125</b>	<b>£ 225</b>
Depósitos recebidos de empresas associadas	319	249	347	279
Depósitos recebidos de participações subsidiárias	667	83	-	-
<b>Total da dívida sénior</b>	<b>£ 1 111</b>	<b>£ 557</b>	<b>£ 472</b>	<b>£ 504</b>
Proveitos líquidos de caixa procedentes da venda de contas a receber	3 570	3 695	-	-
Contas a pagar às empresas associadas	696	250	63	196
Dividendos declarados	-	-	-	-
Juro acumulado	5	9	5	9
<b>Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas</b>	<b>£ 5 382</b>	<b>£ 4 511</b>	<b>£ 540</b>	<b>£ 709</b>
Corrente	3 903	3 886	540	709
Não corrente	1 479	625	-	-
<b>Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas</b>	<b>£ 5 382</b>	<b>£ 4 511</b>	<b>£ 540</b>	<b>£ 709</b>

Os “Depósitos recebidos do FCI” são utilizados para atenuar certas concentrações de exposição de contrapartes externas e associadas. No caso de incumprimento das contrapartes, os depósitos recebidos podem ser compensados com os montantes devidos à Empresa.

Os “Depósitos recebidos de empresas associadas” incluem um depósito de caixa denominado em Euros de 311 milhões de libras (2009: 240 milhões de libras) da Blue Oval Holdings Limited para apoio das garantias fornecidas pela Empresa como garantia (colateral) no que diz respeito às obrigações da Ford na Roménia. Para obter informações adicionais sobre as garantias, consulte a Nota 35 “Passivos contingentes”.

Todos os depósitos recebidos estão disponíveis para uso nas operações quotidianas da Empresa e, como tal, não foram apresentados separadamente na Nota 11 “Caixa e adiantamentos a bancos”.

Os “Proveitos líquidos de caixa procedentes de contas a receber” representam os proveitos recebidos da transferência de activos para uma SPE. Esse passivo é registado líquido de juros retidos e não é uma obrigação legal da Empresa e é pagável apenas a partir das cobranças dos activos subjacentes transferidos para a fonte de financiamento ou juros retidos.

“Contas a pagar a empresas associadas” inclui saldos gerados no decurso normal do negócio. Esses saldos são habitualmente fixados numa base diária ou mensal.

“Juro acumulado” relaciona-se com o juro devido em “Total de dívida sénior”

Os outros montantes devidos à FMCC e FCI são registados na Nota 30 “Empréstimos subordinados”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 28 TÍTULOS DE DÍVIDA EM EMISSÃO

Os detalhes dos programas de financiamento da dívida pública a 31 de Dezembro são os seguintes:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Programa (Lançado no ano) - montantedívida cotada:</b>				
Obrigações Europeias de Médio Prazo (1993) – 12 mil milhões de dólares americanos:				
- Títulos a Retalho Disponíveis Continuamente (investidores a retalho 1993)	£ -	£ 9	£ -	£ 9
- Outras Obrigações Europeias de Médio Prazo (exclui Títulos a Retalho Disponíveis Continuamente)	4 144	3 572	4 144	3 572
<b>Subtotal de Obrigações Europeias de Médio Prazo</b>	<b>£ 4 144</b>	<b>£ 3 581</b>	<b>£ 4 144</b>	<b>£ 3 581</b>
Obrigações procedentes da titularização		-	1 872	1 205
<b>Subtotal da dívida cotada</b>	<b>£ 4 144</b>	<b>£ 3 581</b>	<b>£ 6 016</b>	<b>£ 4 786</b>
<b>Dívidas não cotadas:</b>				
Schuldschein (consulte a definição abaixo)	£ 43	£ 178	£ 43	£ 178
<b>Títulos de dívida em emissão</b>	<b>£ 4 187</b>	<b>£ 3 759</b>	<b>£ 6 059</b>	<b>£ 4 964</b>
Corrente	742	196	1 366	733
Não corrente	3 445	3 563	4 693	4 231
<b>Títulos de dívida em emissão</b>	<b>£ 4 187</b>	<b>£ 3 759</b>	<b>£ 6 059</b>	<b>£ 4 964</b>
<b>Análise dos títulos de dívida em emissão</b>				
Empréstimos não garantidos	4 187	3 759	4 187	3 759
Obrigações procedentes da venda de contas a receber	-	-	1 872	1 205
<b>Títulos de dívida em emissão</b>	<b>£ 4 187</b>	<b>£ 3 759</b>	<b>£ 6 059</b>	<b>£ 4 964</b>

O programa EMTN da Empresa tem um limite de emissão de 12 mil milhões de dólares americanos (ou o equivalente noutras moedas). O Prospecto Base do EMTN tinha data de 8 de Janeiro de 2010, tendo sido subsequentemente renovado a 21 de Janeiro de 2011 e contém informações relativas a todas as obrigações, incluindo Títulos a Retalho. As obrigações emitidas sob o programa EMTN são cotadas na Cotação Oficial da Bolsa de Valores do Luxemburgo e são admitidas à negociação no mercado regulamentado da Bolsa de Valores do Luxemburgo. O endereço da página de Internet da Bolsa de Valores do Luxemburgo é fornecido na página 126. O programa EMTN inclui:

- “Títulos a Retalho Continuamente Disponíveis” que podem ser emitidos periodicamente aos investidores a retalho numa base de disponibilidade contínua,
- “Outras Obrigações Europeias de Médio Prazo” devidas a outros investidores que não os do sector de retalho.

Durante o ano de 2010, a Empresa concluiu as seguintes emissões de dívida pública:

- Emissão de titularização primária em Junho de 2010 de 474 milhões de euros (aproximadamente 400 milhões de libras)
- Emissão de EMTN em Julho de 2010 de 400 milhões de euros (aproximadamente 345 milhões de libras) que matura em Julho de 2013.
- Emissão de EMTN em Novembro de 2010 de 400 milhões de libras que matura em Novembro de 2015.

“Obrigações procedentes da titularização” reflecte as vendas de contas a receber concluídas mediante transacções públicas colocadas externamente. Uma vez que as disposições não satisfazem os requisitos para desreconhecimento sob a IAS 39 “Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração”, as contas a receber vendidas e a dívida associada permanecem no balanço da Empresa. Esta dívida representa uma obrigação legal das SPE de titularização e não é uma obrigação legal da Empresa.

Os “Schuldschein” são títulos de dívida regidos pela lei alemã e emitidos pela sucursal alemã da Empresa.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 29 OUTROS PASSIVOS

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Juro de dívida acumulado	£ 261	£ 223	£ 261	£ 223
Valores comerciais a pagar	120	126	121	129
Passivos apurados e rendimento diferido	83	106	99	126
Subvenção da locação operacional	25	15	25	15
<b>Total de outros passivos</b>	<b>£ 489</b>	<b>£ 470</b>	<b>£ 506</b>	<b>£ 493</b>
Corrente	£ 489	£ 470	£ 506	£ 493
Não corrente	-	-	-	-
<b>Total de outros passivos</b>	<b>£ 489</b>	<b>£ 470</b>	<b>£ 506</b>	<b>£ 493</b>

“Subvenção da locação operacional” relaciona-se com os suplementos de juros e outros pagamentos de apoio de partes relacionadas (incluindo a Ford e fabricantes afiliados) fornecidos para locações operacionais. O montante diferido é reconhecido em “Outros proveitos operacionais” ao longo do termo da locação.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 30 EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

Os detalhes dos empréstimos subordinados fornecidos à Empresa a 31 de Dezembro eram os seguintes:

A 31 de Dezembro	Empresa/Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Empréstimos Perpétuos	£ 222	£ 230
Empréstimos qualificados datados	65	216
<b>Montante total de empréstimos</b>	<b>£ 287</b>	<b>£ 446</b>
Valor do Tier 2 dos empréstimos perpétuos	£ 222	£ 230
Valor do Tier 2 dos empréstimos qualificados datados	20	62
<b>Total do valor do Tier 2</b>	<b>£ 242</b>	<b>£ 292</b>
<b>Análise dos empréstimos subordinados</b>		
Devidos ao FCI (empréstimos denominados em USD)	£ 205	£ 351
Devidos à FMCC (empréstimos denominados em EUR)	82	95
<b>Total de empréstimos subordinados</b>	<b>£ 287</b>	<b>£ 446</b>

Os empréstimos listados acima satisfazem as condições de elegibilidade como instrumentos de capital Tier dois, tal como definido pela FSA, e encontram-se incluídos no cálculo dos recursos de capital para efeitos de informação regulamentar. No caso de um instrumento com uma data de maturidade fixa, os montantes principais serão amortizados nos cinco anos finais antes do vencimento numa base de linha recta. Para obter informações adicionais sobre o capital regulamentar da Empresa consulte a Nota 33 “Componentes do capital”.

Todos os empréstimos são devidos a subsidiárias da Ford, conforme descrito abaixo.

Os empréstimos da FMCC são denominados em Euros. A Empresa poderá denunciar o acordo em qualquer altura fornecendo um aviso com um mês de antecedência. Ao abrigo dos termos do acordo de empréstimo, o reembolso antecipado exige a autorização prévia por escrito da FSA.

Os empréstimos denominados em dólares americanos são extraídos relativamente a um mecanismo de empréstimo subordinado no valor de mil milhões de dólares americanos com o FCI, a empresa-mãe da Empresa. Esse instrumento permite à Empresa responder rapidamente caso um apoio de capital adicional seja requerido. Segundo os termos acordados, a Empresa pode fazer utilizações até ao montante principal máximo e qualquer montante não utilizado do instrumento ficará disponível até ao seu cancelamento por parte da Empresa ou do FCI. A Empresa poderá proceder ao reembolso fornecendo um aviso escrito de um mês e o FCI poderá solicitar o reembolso dos empréstimos em dólares americanos fornecendo um aviso escrito prévio de cinco anos e um dia. Os swaps de câmbio de referência são utilizados para minimizar riscos cambiais em financiamentos em dólares americanos.

Os direitos do FCI e da FMCC ao pagamento e juros em relação a todos os empréstimos subordinados serão, no caso de dissolução da Empresa, subordinados aos direitos de todos os credores não subordinados da Empresa em relação aos seus direitos com maior prioridade.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 31 ACÇÕES ORDINÁRIAS E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Para o ano terminado a 31 de Dezembro	Empresa e Grupo:	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Autorizados a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro:</b>		
769 926 202 acções ordinárias de 1 libra cada (2009: 769,926,202)	£ 770	£ 770
230 073 798 Acções preferenciais convertíveis não cumulativas 1 libra cada (2008: 230,073,798)	230	230
<b>Total Autorizado</b>	<b>£ 1 000</b>	<b>£ 1 000</b>
<b>Atribuídas, negociadas e totalmente realizadas a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro</b>		
614 384 050 acções ordinárias de 1 libra cada (2009: 614,384,050)	£ 614	£ 614
Prémio de emissão a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro	£ 352	£ 352

Não houve alterações ao capital social emitido da Empresa durante o ano. A conta de prémio de emissão é considerada capital permanente da Empresa e não está disponível para distribuição. Nenhum administrador, director ou funcionário é proprietário ou mantém acções nem é proprietário ou mantém opções sobre acções da Empresa ou respectivas subsidiárias.

Desde 10 de Outubro de 2000, o FCI permaneceu o beneficiário efectivo da totalidade do capital social emitido da Empresa. É detida uma acção pela FMCC na qualidade de fiduciária para o FCI. Desde 1 de Janeiro de 2003, o capital social total emitido da Empresa é de 614 384 050 libras, abrangendo 614 384 050 acções ordinárias de 1 libra cada.

### Contrato de assistência

Nos termos de um contrato de assistência entre a FMCC e a Empresa, com data de 30 de Setembro de 2004, a FMCC concordou com a Empresa em manter, directa ou indirectamente, uma participação maioritária não inferior a 75% do capital social emitido da Empresa em manter ou velar pela manutenção do valor líquido da Empresa não inferior a 500 milhões de dólares americanos.

O contrato estabelece a renovação automática da data de cessação a 1 de Fevereiro de cada ano para um período adicional de um ano que termina a 31 de Janeiro do ano seguinte. Cada uma das partes pode notificar a outra, com um mês de antecedência face à extensão automática, sobre a sua pretensão de evitar a extensão automática da data de cessação e cessar o contrato, caso em que este cessará na data de cessação definida na última data de extensão. Contudo, como nenhuma das partes enviou à outra notificação escrita nas subsequentes datas de 1 de Fevereiro, a data de cessação foi automaticamente prolongada por um ano de cada vez e no fim do ano estava fixa a 31 de Janeiro de 2016.

### 32 DIVIDENDOS POR ACÇÃO

O FCE pagou um dividendo antecipado de 390 milhões de libras (2009: 85 milhões de libras) ao seu único accionista, o FCI, em Junho de 2010. O dividendo equivalia a 63,48 pence por acção ordinária.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 33 COMPONENTES DE CAPITAL

Os componentes do capital regulamentar do FCE a 31 de Dezembro são apresentados mais abaixo:

		Grupo	
Para o ano terminado a 31 de Dezembro		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
	Notas		
<b>Tier 1</b>			
Capital social	31	£ 614	£ 614
Prémio de emissão	31	352	352
Resultados transitados		1 471	1 754
Ajustamentos de valorização de resultados transitados		(75)	(53)
Lucros depois de impostos		161	166
Goodwill e activos intangíveis	22	(13)	(17)
<b>Total do Tier 1</b>		<b>£ 2 510</b>	<b>£ 2 816</b>
<b>Tier 2</b>			
Abatimentos por imparidade colectiva		£ 82	£ 115
Empréstimos subordinados qualificados	30	242	292
<b>Total do Tier 2</b>		<b>£ 324</b>	<b>£ 407</b>
<b>Total do Tier 3</b>		<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Deduções</b>			
Investimento numa entidade controlada conjuntamente		£ (45)	£ (41)
<b>Deduções totais</b>		<b>£ (45)</b>	<b>£ (41)</b>
<b>Total do capital regulamentar</b>		<b>£ 2 789</b>	<b>£ 3 182</b>
<b>Rácios de capitais</b>			
Rácio do Tier 1 (%)		21,2%	21,9%
Rácio do Tier 2 (%)		2,7%	3,2%
<b>Total do rácio de capital (%)</b>		<b>23,6%</b>	<b>24,7%</b>

O capital regulamentar está dividido nos Tiers 1 e 2, que cobrem primariamente o risco de crédito, e o Tier 3 que suporta o risco do mercado. Em seguida, é apresentada informação adicional em relação ao capital regulamentar:

- Tier 1 que compreende o capital social, os prémios de emissão, os resultados transitados e as reservas criadas por dotações dos resultados transitados. O valor contabilístico dos activos intangíveis é deduzido para obter o capital Tier 1.
- O Tier 2 compreende empréstimos subordinados qualificados e abatimentos por imparidade colectiva relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes e locações operacionais.
- O FCE não detém capital Tier 3. Uma vez que o FCE não dispõe de uma carteira de negociação, a aplicação do capital Tier 3 limitar-se-ia a apoiar os requisitos relativos aos riscos de mercado não incluídos nas actividades da carteira de negociação.
- Deduções que englobam o investimento na Forso JV.

Resultados transitados incluídos no capital regulamentar são líquidos de impostos, dividendos e outras dotações. São efectuados ajustamentos de valorização adicionais aos resultados transitados de forma a excluir o impacto histórico dos ajustamentos não realizados do justo valor em instrumentos financeiros.

Os rácios de capital são calculados contra as exposições ponderadas pelo risco, conforme divulgado em “Principais Rácios Financeiros”, na página 125. Antes da auditoria deste relatório anual e contas, o FCE exclui das apresentações regulamentares os resultados para o exercício que não foram alvo de auditoria.

Para efeitos de cálculo do montante da dívida subordinada que pode ser incluído nos recursos de capital, o montante principal deve ser amortizado numa base de linha recta durante os últimos cinco anos antes do vencimento. Para obter informações adicionais, consulte a Nota 30 “Empréstimos subordinados”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

---

## 33 COMPONENTES DE CAPITAL (continuação)

Em 2010, o Capital Tier 1 diminuiu para 2 510 milhões de libras (2009: 2 816 milhões) resultando maioritariamente do pagamento de um dividendo de 390 milhões de libras (2009: 85 milhões de libras), parcialmente compensado pelos lucros líquidos das diferenças de conversão de moeda estrangeira, conforme apresentados nas “Demonstrações consolidadas de alterações no capital próprio”.

O Capital Tier 2 diminuiu igualmente em 2010 para 324 milhões de libras (2008: 407 milhões de libras) resultante do reembolso de 177 milhões de libras de “Empréstimos subordinados” em Julho de 2010, com um valor Tier 2 de 43 milhões de libras e também de abatimentos por imparidade colectiva menos elevados em 2010, de 82 milhões de libras (2009: 115 milhões de libras).

O FCE possui um montante de capital maior do o que o exigido por qualquer mínimo regulador ou pela política de capital baseada no risco interno do FCE. A política do FCE consiste em gerir o seu capital base para níveis definidos que cumprem todas as exigências reguladoras e apoiam mudanças antecipadas no activo e taxas de câmbio. Para obter informações adicionais consulte a secção “Capital e Financiamento” que começa na página 16.

FCE Bank Polska S.A. é um banco regulado e está sujeito aos requisitos de capital regulamentar que requerem a manutenção de certos níveis mínimos de capital. Durante dois anos foi anunciado que as entidades individuais dentro do FCE cumpriam com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 34 OBRIGAÇÕES DO BENEFÍCIO DE REFORMA

Os gastos totais com pensões encontram-se detalhados abaixo e são cobrados na secção “Gastos operacionais”:

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 £'000	2009 £'000	2010 £'000	2009 £'000
<b>Planos de pensões contabilizados como planos de contribuição definida</b>				
Planos de benefício definido operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo	£ 21 356	£ 12 623	£ 21 356	£ 12 623
Planos de contribuição definida nos quais o FCE participa	1 796	1 971	1 811	1 983
Gastos com a reestruturação dos benefícios de reforma	1 868	4 283	1 868	4 283
<b>Total contabilizado como planos de contribuição definida</b>	<b>£ 25 020</b>	<b>£ 18 877</b>	<b>£ 25 035</b>	<b>£ 18 889</b>
Planos de benefício definido operados pela Empresa	£ 187	£ 285	£ 187	£ 285
<b>Total dos gastos com pensões</b>	<b>£ 25 207</b>	<b>£ 19 162</b>	<b>£ 25 222</b>	<b>£ 19 174</b>

### (I) Metodologia contabilística utilizada para contabilizar os gastos líquidos com o benefício definido dos planos operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo:

Nos locais indicados na página seguinte, os funcionários da Empresa participam em planos de pensões de benefício definido operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo. Uma vez que não há qualquer acordo contratual ou política estabelecida para cobrar os gastos líquidos com o benefício definido, em conformidade com a IAS 19 “Benefícios dos Empregados”, a Empresa contabiliza tais esquemas como planos de contribuição definida e reconhece um custo igual às contribuições a pagar para o período.

### (II) Estabelecimentos do FCE que não operam planos de pensões profissionais:

Os funcionários do FCE na Grécia, Hungria e Polónia não têm planos de pensões profissionais.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIO DE REFORMA (continuação)

### (III) Detalhes dos planos de pensões operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo em que os funcionários da Empresa participam:

A tabelas seguintes indicam, detalhadamente, quais os planos de pensões operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo em que os funcionários da Empresa participam. A obrigação de benefício e os activos do plano, conforme apresentados abaixo, são os benefícios e as obrigações dos

respectivos planos de pensões. A política do FCE para planos de pensões financiados prevê uma contribuição anual, no mínimo, equivalente ao montante exigido pelas leis e regulamentos aplicáveis. Periodicamente, o FCE faz contribuições num valor superior ao exigido por lei.

Empresa e Grupo 2010	Detalhes de planos operados pelas subsidiárias Ford ou Volvo						
	Financiamento			Participantes do Plano de Pensões			
	Activos do Plano	Obrigações do Plano	Excedente/ (Défice)	Funcionários Actuais	Reformados	Total	
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras				
Bélgica	£ 153	£ (184)	£ (31)	422	1 215	1 637	
Alemanha – Foveruka *	2 171	(2 428)	(257)	20 181	22 802	42 983	
Alemanha – Isenta **	-	(1 775)	(1 775)	1 170	4 563	5 733	
Alemanha – Gestão**	-	(319)	(319)	3	406	409	
Irlanda	56	(49)	7	45	280	325	
Holanda	123	(108)	15	97	1 060	1 157	
Portugal	6	(6)	-	71	564	635	
Reino Unido – Assalariados	2 942	(2 838)	104	4 074	11 526	15 600	
Reino Unido – Executivos	320	(319)	1	170	407	577	
Reino Unido – Volvo ***	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>£ 5 771</b>	<b>£ (8 026)</b>	<b>£ (2 255)</b>	<b>26 233</b>	<b>42 823</b>	<b>69 056</b>	

Participação do FCE			
Participantes da Empresa		Contribuições pagas por ano	
Funcionários Actuais	% de funcionários actuais		£'000
29	6,9	£	431
599	3,0		4 307
29	2,5		546
-	-		-
13	28,9		988
27	27,8		84
28	39,4		-
604	14,8		14 251
10	5,9		1 918
-	-		699
<b>1 339</b>	<b>5,1</b>	<b>£</b>	<b>23 224</b>

Empresa e Grupo 2009	Detalhes de planos operados pelas subsidiárias Ford ou Volvo						
	Financiamento			Participantes do Plano de Pensões			
	Activos do Plano	Obrigações do Plano	Excedente/ (Défice)	Funcionários Actuais	Reformados	Total	
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras				
Bélgica	£ 142	£ (192)	£ (50)	416	974	1 390	
Alemanha – Foveruka *	2 149	(2 421)	(272)	20 556	22 805	43 361	
Alemanha – Isenta **	-	(1 821)	(1 821)	1 201	4 594	5 795	
Alemanha – Gestão**	-	(338)	(338)	3	408	411	
Irlanda	51	(51)	-	45	292	337	
Holanda	156	(148)	8	456	1 235	1 691	
Portugal	6	(6)	-	72	565	637	
Reino Unido – Assalariados	2 628	(2 644)	(16)	4 114	11 600	15 714	
Reino Unido – Executivos	280	(311)	(31)	178	398	576	
Reino Unido – Volvo	76	(73)	3	177	174	351	
<b>Total</b>	<b>£ 5 488</b>	<b>£ (8 005)</b>	<b>£ (2 517)</b>	<b>27 218</b>	<b>43 045</b>	<b>70 263</b>	

Participação do FCE			
Participantes da Empresa		Contribuições pagas por ano	
Funcionários Actuais	% de funcionários actuais		£'000
36	8,7	£	412
624	3,0		4 151
31	2,6		1 240
-	-		-
13	28,9		1 009
39	8,6		215
33	45,8		-
618	15,0		9 216
11	6,2		547
7	4,0		117
<b>1 412</b>	<b>5,2</b>	<b>£</b>	<b>16 907</b>

\* Para obter uma descrição do plano Foveruka, consulte o "Glossário de termos definidos" na secção "Outras Informações".

\*\* A Ford Werke GmbH mantém uma reserva de balanço para os planos de Isenção e de Gestão da Ford Alemanha a

31 de Dezembro de 2010 de 1 657 milhões de libras (2009: 1 692 milhões de libras).

\*\*\* O FCE pôs termo à participação no plano da Volvo Reino Unido a 31 de Janeiro de 2010.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIO DE REFORMA (continuação)

(IV) Detalhes suplementares dos planos de pensões mais significativos operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo em que os funcionários da Empresa participam:

Resumo dos planos de benefício definido operados pela Empresa	2010		2009		2008		2007		2006	
	Ford Reino Unido	Foveruka Alemanha								
	– Assalariados									
	milhões de libras									
Activos do plano	£ 2 942	£ 2 171	£ 2 628	£ 2 149	£ 2 369	£ 2 228	£ 2 809	£ 1 634	£ 2 694	£ 1 425
Obrigações do plano	(2 838)	(2 428)	(2 644)	(2 421)	(2 625)	(2 404)	(2 661)	(1 840)	(2 763)	(1 966)
Excedente/(Défice)	£ 104	£ (257)	£ (16)	£ (272)	£ (256)	£ (176)	£ 148	£ (206)	£ (69)	£ (541)

As obrigações de benefícios de reforma mais significativas para a Empresa estão relacionadas com os planos de pensões “Ford Reino Unido – Assalariados” e “Foveruka Alemanha”. Ambos os esquemas são operados pela Ford,

são planos de pensões finais de assalariados e são contabilizados pela Empresa como planos de contribuição definida. Seguem-se detalhes suplementares sobre estes planos:

Alterações ao valor actual das obrigações do plano de benefício definido	2010		2009	
	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Valor actual de abertura	£ (2 644,0)	£ (2 421,0)	£ (2 625,4)	£ (2 404,0)
Custo do serviço	(37,5)	(50,0)	(26,7)	(45,3)
Custo do juro	(150,2)	(126,6)	(156,0)	(125,2)
(Perdas)/ganhos actuariais	(144,3)	8,6	49,3	(117,2)
Alterações ao plano	(0,8)	-	(25,4)	-
Perdas em reduções	-	(6,0)	-	-
Contribuições dos Membros	(5,2)	-	(16,8)	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-
Ajustamento de conversão	-	71,9	-	170,3
Benefícios pagos	144,0	94,8	157,0	100,4
Valor actual de encerramento	£ (2 838,0)	£ (2 428,3)	£ (2 644,0)	£ (2 421,0)

Os planos de pensões dos quais a obrigação de benefício definido procede são total ou parcialmente financiados:

Alterações do justo valor dos activos do plano	2010		2009	
	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
Justo valor de abertura	£ 2 627,7	£ 2 149,4	£ 2 369,2	£ 2 228,0
Retorno esperado	204,3	106,8	182,9	87,9
Ganhos/(perdas) actuariais	111,8	(25,8)	131,6	-
Contribuições por empregador	136,6	99,9	84,2	92,4
Contribuições dos membros	5,2	-	16,8	-
Ajustamento de conversão	-	(64,8)	-	(158,5)
Liquidações	-	-	-	-
Benefícios pagos	(144,0)	(94,8)	(157,0)	(100,4)
Justo valor de encerramento	£ 2 941,6	£ 2 170,7	£ 2 627,7	£ 2 149,4

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIO DE REFORMA (continuação)

### (IV) Detalhes suplementares dos planos de pensões mais significativos operados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo em que os funcionários da Empresa participam (continuação):

O retorno esperado sobre os activos do plano é determinado tendo em conta os retornos esperados disponíveis nos activos subjacentes à actual política de investimento. As rentabilidades esperadas nos investimentos de juros fixos baseiam-se nas rentabilidades brutas de resgate à data do

balanço. Os retornos esperados sobre os investimentos em acções e investimentos imobiliários reflectem as taxas reais de retorno a longo prazo verificadas nos respectivos mercados.

Composição dos activos do plano	2010		2009	
	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha
	%	%	%	%
Apólice de Seguro	-	100	-	100
Acções	51	-	54	-
Obrigações	43	-	42	-
Outras	6	-	4	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Principais pressupostos actuariais à data do balanço	2010		2009	
	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha	Ford Reino Unido – Assalariados	Foveruka Alemanha
	%	%	%	%
Taxa de desconto	5,50	5,30	5,75	5,50
Taxa esperada do retorno sobre os activos do plano	7,75	5,00	7,75	5,00
Futuros aumentos salariais	4,20	2,60	3,50	2,60
Futuros aumentos das pensões	2,50	1,60	2,50	1,60
Futuros aumentos das pensões (discricionário)	-	-	-	-
A expectativa de vida média em anos de um membro reformando-se aos 65 anos à data do balanço é a seguinte				
	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>
Homem	18,8	18,8	18,7	18,7
Mulher	22,0	22,9	21,9	22,8
A expectativa de vida média em anos de um membro reformando-se aos 65 anos, 20 anos após a data do balanço é a seguinte				
	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>	<b>Anos</b>
Homem	19,5	21,5	19,4	21,4
Mulher	22,7	25,5	22,6	25,4

### (V) Planos de contribuição definida e outros planos contabilizados como planos de contribuição definida em que os funcionários do FCE participam:

Contribuição paga por ano	Empresa		Grupo	
	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras
República Checa	-	-	15	11
Itália	1 708	1 872	1 708	1 872
Espanha	88	99	88	99
<b>Total de contribuições pagas</b>	<b>£ 1 796</b>	<b>£ 1 971</b>	<b>£ 1 811</b>	<b>£ 1 982</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 34 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIO DE REFORMA (continuação)

### (VI) Planos de benefício definido operados pela Empresa:

Nos estabelecimentos da Empresa existentes na Áustria, Bélgica, França e Espanha, alguns funcionários da Empresa participam em planos de benefício definido.

A tabela seguinte apresenta um resumo do total de participantes e de gastos reconhecidos para os planos de benefício definido operados pela Empresa.

	Participantes da Empresa		Gastos reconhecidos	
	2010	2009	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras
<b>Planos de benefício definido</b>				
Áustria	6	7	£ 14	£ 152
Bélgica	6	14	23	98
França	102	122	147	106
Espanha	36	39	3	(71)
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>182</b>	<b>£ 186</b>	<b>£ 285</b>

Os relatórios de valorização actuarial foram obtidos para os exercícios até 31 de Dezembro, conforme detalhado abaixo. Os relatórios são utilizados para determinar as contribuições efectuadas pela Empresa para cada plano. As tabelas seguintes apresentam um resumo das mesmas:

Áustria	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2008 milhares de libras	2007 milhares de libras	2006 milhares de libras
Activos do plano	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Obrigações do plano	(0,2)	(0,2)	(0,5)	(0,4)	(0,3)
<b>Excedente/(Défice)</b>	<b>£ (0,2)</b>	<b>£ (0,2)</b>	<b>£ (0,5)</b>	<b>£ (0,4)</b>	<b>£ (0,3)</b>

Na sucursal da Empresa existente na Áustria, existe uma apólice de seguro valorizada em 0,1 milhões de libras (2009: 0,1 milhões de libras) que não se qualifica como activo do plano.

Bélgica	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2008 milhares de libras	2007 milhares de libras	2006 milhares de libras
Activos do plano	£ 0,5	£ 0,6	£ 1,0	£ 0,8	£ 0,6
Obrigações do plano	(0,4)	(0,6)	(0,9)	(0,6)	(0,9)
<b>Excedente/(Défice)</b>	<b>£ 0,1</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 0,1</b>	<b>£ 0,2</b>	<b>£ (0,3)</b>

França	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2008 milhares de libras	2007 milhares de libras	2006 milhares de libras
Activos do plano	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Obrigações do plano	(0,8)	(0,9)	(1,0)	(0,7)	(0,5)
<b>Excedente/(Défice)</b>	<b>£ (0,8)</b>	<b>£ (0,9)</b>	<b>£ (1,0)</b>	<b>£ (0,7)</b>	<b>£ (0,5)</b>

A sucursal francesa da Empresa tem dois planos de benefício definido. Num dos planos, à data de reforma de cada funcionário, a Empresa adquire uma anuidade e transfere a responsabilidade pela pensão do reformado para a seguradora.

Espanha	2010 milhares de libras	2009 milhares de libras	2008 milhares de libras	2007 milhares de libras	2006 milhares de libras
Activos do plano	£ 7,3	£ 6,6	£ 7,1	£ 4,3	£ 4,2
Obrigações do plano	(7,6)	(6,9)	(7,3)	(4,5)	(4,4)
<b>Excedente/(Défice)</b>	<b>£ (0,3)</b>	<b>£ (0,3)</b>	<b>£ (0,2)</b>	<b>£ (0,2)</b>	<b>£ (0,2)</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 35 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Garantias fornecidas em nome da Ford:				
Roménia	£ 332	£ 240	£ 332	£ 240
Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais	38	19	38	19
Autoridades alfandegárias, comissários tributários e agências	12	14	12	14
Outras	-	1	-	1
Garantias totais fornecidas em nome da Ford	£ 382	£ 274	£ 382	£ 274
Indemnizações emitidas a favor de autoridades alfandegárias e comissários tributários	£ 4	£ 4	£ 4	£ 4
Outras garantias fornecidas a terceiros	10	6	10	6
Passivos contingentes do rendimento de comissões	13	14	13	14
<b>Passivos contingentes anteriores à mitigação do risco de crédito</b>	<b>£ 409</b>	<b>£ 298</b>	<b>£ 409</b>	<b>£ 298</b>
Acções de mitigação do risco de crédito:				
Garantia em dinheiro dada como apoio à garantia da Roménia	£ (311)	£ (240)	£ (311)	£ (240)
<b>Passivos contingentes posteriores à mitigação do risco de crédito</b>	<b>£ 98</b>	<b>£ 58</b>	<b>£ 98</b>	<b>£ 58</b>

“Garantias em nome da Ford” incluem dívidas e outras obrigações financeiras da Ford. Tais acordos são contra-indemnizados pela Ford e é cobrado um honorário pela garantia. Seguem-se detalhes suplementares sobre as garantias fornecidas pela Empresa:

- “Roménia” – o FCE garantiu obrigações da Ford na Roménia na sequência de três garantias com o pagamento máximo potencial de 332 milhões de libras. Duas das garantias foram totalmente garantidas (colateralizadas) por 311 milhões de libras de caixa recebidas da Blue Oval Holdings, uma subsidiária da Ford Reino Unido. Tal caixa encontra-se disponível para ser utilizada nas operações quotidianas do FCE e está registada na Nota 27 “Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas”. A outra garantia de 21 milhões de libras não é garantida (colateralizada) pela Blue Oval Holdings, mas encontra-se contra-garantida pela Ford. As garantias expiram em Agosto de 2011 e podem ser cessadas na sequência do pagamento e/ou cancelamento das obrigações pela Ford. O pagamento de garantias a terceiros seria accionado em caso de incumprimento por parte da Ford das obrigações previstas pela garantia.

- “Ministério da Indústria de Espanha e autoridades regionais” diz respeito aos empréstimos concedidos para o investimento na fábrica da Ford em Valência. Estas garantias foram fornecidas em nome da Ford Espana SL ao Ministério da Indústria de Espanha e

autoridades regionais.

- “Autoridades alfandegárias, comissários tributários e agências” diz respeito aos impostos alfandegários e de registo sobre veículos e componentes importados devidos a várias Autoridades Alfandegárias Europeias.

“Passivos contingentes dos rendimentos de comissões” são declarados na sequência de uma análise dos rendimentos de comissões na qual determinados riscos, que são considerados menos prováveis, foram divulgados acima sob designação de passivo contingente.

Os justos valores das garantias são registados nas demonstrações financeiras quando tal for considerado relevante.

Durante o período em questão, as autoridades fiscais alemãs continuaram a efectuar auditorias relativas a vários aspectos das operações no período anterior da sucursal alemã do FCE, particularmente no que se refere aos preços de transferência e ao IVA. Estão em curso conversações com as autoridades fiscais. O FCE teve em conta a informação actualmente disponível e considera que foram efectuadas as provisões adequadas.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 35 PASSIVOS CONTINGENTES (continuação)

### Litígios e reclamações

Algumas acções legais e reclamações estão pendentes ou podem ser instituídas ou declaradas no futuro contra o FCE, relativamente a relações financeiras e a outras relações contratuais. O litígio está sujeito a muitas incertezas e o resultado das matérias litigadas individualmente não pode ser previsto com segurança. O FCE estabeleceu provisões para determinadas acções legais e reclamações nas quais perdas são consideradas prováveis e razoavelmente avaliáveis. É razoavelmente possível que determinadas reclamações relativamente às quais ainda não houve

apuramentos possam ser decididas desfavoravelmente ao FCE e possam requerer o pagamento de danos pelo FCE ou que este tenha de incorrer noutras despesas de montante ou numa série de montantes que não podem ser estimados a 31 de Dezembro de 2010. O FCE não espera razoavelmente, com base numa análise interna, que tais matérias possam ter um efeito relevante em demonstrações financeiras futuras para um determinado exercício, embora esse resultado seja possível.

## 36 COMPROMISSOS

A Empresa estende o crédito comercial principalmente a determinados revendedores franchisados que vendem veículos da marca Ford sob a forma de linhas de crédito aprovadas para a aquisição de inventários de veículos novos e usados. Estima-se que tais facilidades perfaçam actualmente um total inferior a 1 milhão de libras. Não há compromissos externos com maturidade igual ou superior a um ano.

A Empresa disponibiliza igualmente um mecanismo de crédito dedicado à sua subsidiária polaca FCE Bank Polska S.A. de 200 milhões de zlotys polacos (2010: 43 milhões de libras, 2009: 43 milhões de libras). O valor deste mecanismo não tinha sido utilizado a 31 de Dezembro de 2010 (o valor ficou decidido em 17 milhões de libras a 31 de Dezembro de 2009). Tal facilidade permite à subsidiária responder rapidamente caso seja necessário financiamento adicional.

## 37 COMPROMISSOS DE LOCAÇÕES FUTURAS

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Os pagamentos futuros mínimos nos termos de locações operacionais não canceláveis são os seguintes:</b>				
Inferior a um ano	£ 6	£ 7	£ 6	£ 7
Superior a um ano mas inferior a cinco anos	14	18	14	19
Superior a cinco anos	4	1	4	1
<b>Compromissos de locações futuras</b>	<b>£ 24</b>	<b>£ 26</b>	<b>£ 24</b>	<b>£ 27</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 38 RISCO DE CRÉDITO

Como fornecedor de produtos financeiros automóveis, a principal fonte de risco de crédito do FCE é a possibilidade de perda resultante da falta por parte de um cliente ou revendedor na realização dos pagamentos de acordo com os termos contratuais. Estes produtos encontram-se classificados como “Empréstimos e contas a receber” ao

abrigo da IAS 39. A Empresa poderia incorrer numa perda de crédito em caso de incumprimento da contraparte de um investimento, taxa de juro ou derivado de divisas com o FCE. Estas exposições encontram-se classificadas como “activos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados” ao abrigo da IAS 39.

### 38a) Empréstimos e contas a receber

O montante que melhor representa a máxima exposição ao risco de crédito nos empréstimos e contas a receber sem tomar em consideração qualquer garantia (colateral) detida ou outras melhorias de crédito a 31 de Dezembro de 2010 é de 10 818 milhões de libras, (2009: 12 472 milhões de libras) sendo o valor dos empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes conforme divulgado na Nota 15.

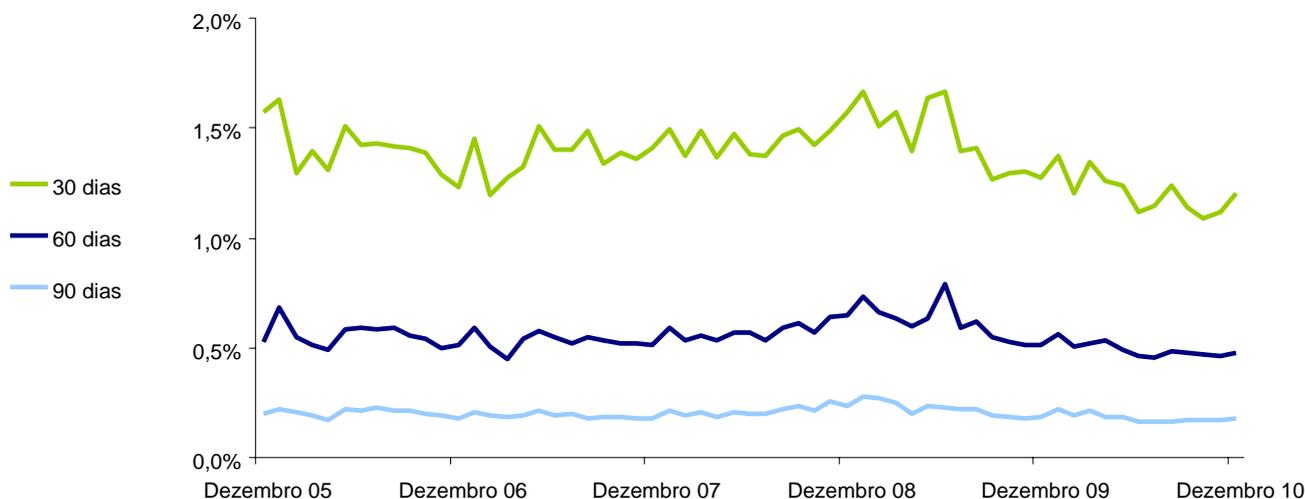
A informação da gestão sobre a qualidade do crédito dos empréstimos e adiantamentos do FCE é facultada por segmentos de produto nas secções seguintes.

#### Retalho

Ao gerar empréstimos e adiantamentos a retalho, o FCE utiliza um sistema de classificação exclusivo que avalia a qualidade do crédito das respectivas contas a receber recorrendo a vários factores, tais como informações das agências de crédito, grau de risco do crédito ao consumo, características dos clientes e características dos contratos.

Segue-se abaixo um gráfico de tendência mensal do incumprimento de retalho para os últimos cinco anos, que destaca a percentagem dos contratos de retalho que estão há 30, 60 e 90 dias vencidos. O gráfico destaca que a tendência ascendente nos incumprimentos atingiu um máximo na primeira metade de 2009. Desde então, a tendência de incumprimento diminuiu gradualmente. A gestão do FCE considera que esta tendência de diminuição está em consonância com as condições macroeconómicas em ligeira melhoria e com as medidas tomadas pelo FCE. Para além disso, a gestão acredita que a abordagem receptiva do FCE às práticas de assistência e subscrição permitiu o bom desempenho da sua carteira num mercado extremamente difícil.

### Tendência mensal do incumprimento do retalho nos últimos 5 anos



Fonte: informações internas para todos os mercados do FCE – auditorias baseadas na situação a 31 de Dezembro.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

### Por Grosso

O FCE utiliza modelos exclusivos para atribuir uma classificação de risco a cada concessionário. O modelo Financeiro considera informações financeiras, incluindo rentabilidade, capital e liquidez numa determinada altura. Isto é complementado pelo modelo de Julgamento, que fornece um enquadramento estruturado no qual se avaliam informações financeiras adicionais a par de outros factores-chave qualitativos e não financeiros. Estes outros factores, considerados significativos na antevisão da capacidade de cumprimento de obrigações presentes e futuras por parte dos revendedores, incluem elementos como tendências financeiras, qualidade de gestão, auditoria do stock de veículos e experiência de pagamentos. Os modelos estão sujeitos a revisões com o intuito de confirmar o valor contínuo do negócio e a previsibilidade estatística dos factores e podem ser actualizados para incorporar novos factores ou outra informação que melhore a sua previsibilidade estatística.

Para além disso, o FCE confirma a existência dos activos que garantem as contas a receber por auditorias físicas e não físicas aprovadas dos stocks de veículos, que são realizadas com maior frequência aos revendedores de risco acrescido (i.e., Grupo III e Grupo IV). São efectuadas análises de crédito a cada revendedor pelo menos uma vez por ano e, se necessário, é ajustada a classificação de risco do revendedor.

A tabela que se segue apresenta um resumo detalhado das classificações de risco dos revendedores. As classificações de avaliação do risco interno crítico e financeiro são atribuídas a cada revendedor de 0 (melhor) a 9 (pior).

Para o ano terminado a 31 de Dezembro		Grupo	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
	Nota		
Grupo I (classificação de risco 0-3)		£ 2 868	£ 2 568
Grupo II (classificação de risco 4-5)		1 043	1 097
Grupo III (classificação de risco 6-7)		855	1 229
Grupo IV (classificação de risco 8-9)		1	4
<b>Total de vendas por grosso brutas e outros empréstimos e adiantamentos</b>	<b>15</b>	<b>£ 4 768</b>	<b>£ 4 899</b>
<b>Análise da percentagem</b>			
Grupo I (classificação de risco 0-3)		60,16%	52,43%
Grupo II (classificação de risco 4-5)		21,88%	22,40%
Grupo III (classificação de risco 6-7)		17,94%	25,09%
Grupo IV (classificação de risco 8-9)		0,02%	0,09%

As classificações de avaliação de risco financeiro baseiam-se nas mais recentes informações de contabilidade auditada anual publicadas que são normalmente recebidas por locais FCE entre 8 e 10 meses após o final do ano financeiro do revendedor. Em consequência, as classificações apresentadas acima para o ano de 2010 são essencialmente baseadas em informações de contabilidade auditada referentes a 2009 e a gestão do FCE crê que isto reflecte o aumento nas vendas de veículos de 2009, principalmente devido a vários mercados que beneficiaram de programas governamentais de abate de veículos durante este período.

As percentagens indicam que a parcela de revendedores na categoria Grupo I aumentou durante 2010, especialmente no Reino Unido, Espanha, Alemanha e Itália e permaneceu

neste nível, reflectindo resultados operacionais de revendedores em 2009 que a gestão considera melhorados. As categorias dos Grupos II, III e IV evidenciam um decréscimo durante 2010, reflectindo, mais uma vez, os resultados operacionais dos revendedores em 2009. Isto ocorreu em consequência do aumento registado em 2009, que a gestão acredita reflectir em grande parte o impacto da recessão europeia.

É política do FCE que os montantes por grosso vencidos sejam resolvidos a contento do FCE de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, caso contrário, que o empréstimo será classificado como em imparidade.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

---

## 38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

### Perdas por

É feita uma provisão para perdas por imparidade contra empréstimos e adiantamentos para cobrir eventuais dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa que tenham sido incorridas e que não tenham sido identificadas de forma separada mas que, por experiência, se sabe que se encontram em qualquer carteira de empréstimos e adiantamentos. A provisão é determinada com base num conjunto de factores incluindo tendências de perdas históricas, a qualidade do crédito da actual carteira e factores económicos gerais.

Os contratos de financiamento a retalho são individualmente considerados em imparidade assim que se torne evidente e seja razoável concluir que ocorrerá uma perda de crédito e a menos de 120 dia após a data de vencimento. Após a imparidade de um contrato de financiamento a retalho, o valor contabilizado do empréstimo é reduzido para reflectir o valor médio de recuperação do veículo.

Após a imparidade de um contrato por grosso, o valor contabilizado do empréstimo é reduzido para reflectir o valor colectável estimado, incluindo o efeito de garantias parciais ou totais ou outras formas de garantias (incluindo stock físico).

---

### Garantias

A maioria dos planos de financiamento a retalho, de locação e por grosso do FCE têm o benefício de um plano de retenção de títulos ou um interesse de título semelhante no veículo financiado. No caso de incumprimento de um cliente, o valor da garantia recuperada fornece uma fonte de protecção.

---

### Risco de contraparte em empréstimos e contas a receber

O FCE possui uma política estabelecida de limitações de contrapartes por grosso baseada em níveis de exposição e classificações de risco. Os relatórios sobre as maiores concentrações são preparados mensalmente no Comité de Política de Crédito e Risco de Crédito, bem como em cada reunião agendada do Conselho de Administração.

As dez maiores exposições de contraparte do FCE incluem ambos os montantes apresentados nos empréstimos e adiantamentos acima e nos mecanismos de crédito comercial não utilizados (consulte a Nota 36 "Compromissos"), perfazendo o total de 812 milhões de libras (2009: 865 milhões de libras). Os depósitos recebidos do FCI (Nota 27 "Dívidas à empresa-mãe e empresas associadas") e outros depósitos (Nota 26 "Depósitos de empresas") são utilizados para mitigar concentrações de exposições.

---

### Empréstimos renegociados

O valor dos empréstimos renegociados a serem anteriormente vencidos ou com imparidade a 31 de Dezembro de 2010 foi de 0,3 milhões de libras (2009: 0,5 milhões de libras).

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 38 RISCO DE CRÉDITO (continuação)

### 38b) Activos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados

#### Caixa e adiantamentos

A caixa e adiantamentos, que são investidos com um conjunto de contrapartes com notações elevadas, decresceram para 1 080 milhões de libras (2009: 1 296 milhões de libras), valor que melhor representa a máxima exposição ao risco de crédito em relação à caixa e equivalentes de caixa. As cinco maiores exposições de contraparte do FCE incluídas em Caixa e adiantamentos perfazem um total de 975 milhões de libras (2009: 834 milhões de libras) e têm notações de crédito a longo prazo de A ou superior. Para informações adicionais, consulte a Nota 11 “Caixa e adiantamentos”

#### Títulos negociáveis

A aquisição de títulos negociáveis expõe o FCE ao risco de uma contraparte poder falhar o reembolso. Tais títulos são investidos com um conjunto de contrapartes governamentais com notações elevadas. A 31 de Dezembro de 2010, o saldo de 223 milhões de libras representa da melhor forma a máxima exposição ao risco de crédito em relação aos títulos negociáveis. Para informações adicionais, consulte a Nota 12 “Títulos negociáveis”.

#### Instrumentos financeiros derivados

A utilização de derivados expõe o FCE ao risco de uma contraparte poder falhar o cumprimento de um contrato de derivados. O FCE estabelece limites de exposição para cada uma das contrapartes de forma a minimizar este risco e a proporcionar uma diversificação das contrapartes.

O FCE efectua transacções com determinadas partes relacionadas da Ford, que são entidades sem notação. De forma substancial, todas as actividades do FCE relacionadas com os derivados são transaccionadas com instituições financeiras que têm notações de crédito de longo prazo de classificação A ou superior.

O justo valor agregado dos instrumentos derivados em posições de activo a 31 de Dezembro de 2010 era de 276 milhões de libras, representando a perda máxima potencial àquela data se todas as contrapartes falhassem o cumprimento do contrato. Os contratos-quadro implementados com as contrapartes permitem, geralmente, a compensação de determinadas exposições. Desta forma, a perda efectivamente reconhecida caso todas as contrapartes falhassem o cumprimento do contrato seria significativamente menor. Para informações adicionais, consulte a Nota 13 “Instrumentos financeiros derivados”.

Para obter informações detalhadas sobre a valorização dos activos e passivos ao justo valor, consulte a Nota 42 “Activos financeiros e passivos financeiros”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 39 VALORES RESIDUAIS DE VEÍCULOS

Os seguintes valores residuais de veículos relativos a locações operacionais e de retalho, que são da responsabilidade do FCE, estão incluídos em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” e em “Activos fixos tangíveis”, respectivamente, no balanço.

<b>Grupo</b>		Valores residuais de retalho		Valores residuais de locação operacional		2010	2009	
<b>A 31 de Dezembro</b>		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras	milhões de libras	
<b>Exercício em que o valor residual será recuperado</b>								
No prazo de 1 ano	£	353	£	132	£	485	£	655
Entre 1 e 2 anos		351		-		351		476
Entre 2 e 5 anos		226		-		226		228
Mais de 5 anos		-		-		-		-
<b>Total de valores residuais</b>	<b>£</b>	<b>930</b>	<b>£</b>	<b>132</b>	<b>£</b>	<b>1 062</b>	<b>£</b>	<b>1 359</b>

<b>Empresa</b>		Valores residuais de retalho		Valores residuais de locação operacional		2010	2009	
<b>A 31 de Dezembro</b>		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras	milhões de libras	
<b>Exercício em que o valor residual será recuperado</b>								
No prazo de 1 ano	£	353	£	132	£	485	£	655
Entre 1 e 2 anos		351		-		351		476
Entre 2 e 5 anos		226		-		226		228
Mais de 5 anos		-		-		-		-
<b>Total de valores residuais</b>	<b>£</b>	<b>930</b>	<b>£</b>	<b>132</b>	<b>£</b>	<b>1 062</b>	<b>£</b>	<b>1 359</b>

O risco do valor residual é a possibilidade de o montante que o FCE obtém pelos veículos devolvidos ser inferior à estimativa de valor residual esperado para o veículo. Conforme demonstrado nas tabelas acima, a exposição ao risco residual no FCE está predominantemente relacionada com as locações financeiras a retalho.

### Valores residuais de retalho

Os números referentes ao valor residual de retalho incluídos na tabela anterior presumem que todos os veículos de retalho, em que o FCE esteja sujeito ao risco do valor residual, sejam devolvidos. O FCE encontra-se sujeito ao risco do valor residual em determinados produtos de pagamento “concentrado” em locações financeiras ou a retalho nas quais o cliente pode devolver o veículo financiado ao FCE no final do contrato. Os valores residuais são estabelecidos por referência a várias fontes de conhecimento independente e exclusivo. Os Valores Futuros Mínimos Garantidos (“GMFV”) nos planos a retalho são fixados abaixo do valor de mercado futuro, de modo a proteger o capital do cliente e a promover os produtos da Gestão do Ciclo de Negócio. A política do FCE é a de fixar o GMFV num mínimo de 5 por cento abaixo do valor de mercado futuro e aumentá-lo em 8 por cento para prazos inferiores a 24 meses. Esta política é um factor-chave por trás da taxa anual de retorno (para veículos financiados nos termos de planos de financiamento a retalho, nos quais o FCE está sujeito a um risco residual) de 3,0% (2009: 5,6%) da carteira de vencimento.

### Valores residuais de locação operacional

Todos os veículos de locação operacional estão sujeitos a devolução no

As provisões do valor residual são mantidas de forma a reflectir o valor do risco do valor residual nas demonstrações financeiras. Para obter informações adicionais, consulte a Política Contabilística C “Estimativas contabilísticas importantes”, a Política Contabilística Q “Provisões de valor residual do veículo” e a Nota 17 “Provisão para perdas do valor residual do veículo”.

final do período de locação, ao contrário dos planos a retalho. A exposição do FCE à locação operacional diminuiu após a subcontratação da carteira Full Service Leasing (FSL) na maioria dos mercados europeus. A carteira de locações operacionais mais importante continua a ser a Alemanha, que é a principal fonte de risco do valor residual de locações operacionais para o FCE. Para uma análise aprofundada do risco do valor residual nas locações operacionais consulte a Nota 19, “Activos fixos tangíveis”, e a Política Contabilística C “Estimativas contabilísticas importantes”.

### Análise de sensibilidade

Se os valores de revenda futura da carteira actual do FCE referente a veículos de locação operacional e de retalho caíssem, isto reduziria os resultados para os veículos de retalho e aumentaria a depreciação para as locações operacionais. A 31 de Dezembro de 2010, se os valores de revenda futura caíssem 1 por cento face aos actuais valores de revenda, estima-se que isto aumentaria a taxa anual de retorno dos actuais 3,0% para 3,3% da carteira de vencimento e teria um impacto adverso nos resultados da Empresa de, aproximadamente, 2,1 milhões de libras (2009: 3 milhões de libras).

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 40 RISCO DO MERCADO FINANCEIRO

O objectivo da gestão de risco do mercado financeiro consiste em bloquear a margem de financiamento, limitando ao mesmo tempo o impacto das alterações na taxa de juro e nas taxas de câmbio. As exposições à taxa de juro e de câmbio são monitorizadas e geridas pelo FCE como uma parte integrante do seu programa de gestão de risco global, que reconhece a imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura reduzir os potenciais efeitos adversos nos resultados operacionais do FCE.

A tabela seguinte fornece exemplos de determinadas actividades levadas a cabo, os respectivos riscos associados com essas actividades e os tipos de derivados utilizados na gestão desses riscos.

<b>Nota</b>	<b>Actividade</b>	<b>Risco</b>	<b>Tipo de derivado</b>
<b>40a)</b>	Investimento e financiamento em moedas estrangeiras	Sensibilidade à mudança das taxas de câmbio de moeda estrangeira	- Swaps de taxas de juro de taxa variável - Contratos a prazo sobre divisas
<b>40b)</b>	Financiamento de activos de prazo mais curto ou de taxa variável com dívida de taxa fixa e prazo mais longo	Sensibilidade à mudança em taxas de juro decorrentes das características da fixação de novos preços de activos que não correspondem à nova fixação de preços de passivo	- Pagar taxa variável e receber swaps de taxa fixa de taxa variável
	Financiamento de activo de prazo mais longo e taxa fixa com dívida de prazo mais curto ou taxa variável	Sensibilidade à mudança em taxas de juro decorrentes das características da fixação de novos preços de activos que não correspondem à nova fixação de preços de passivo	- Pagar taxa fixa e receber swaps de taxas de juro de taxa variável

### Uso de derivados

A exposição ao risco do mercado financeiro é reduzida através da utilização de derivados da taxa de juro e de câmbio. A estratégia de derivados do FCE é concebida para mitigar riscos; os derivados não são utilizados para efeitos especulativos.

As políticas e controlos da Empresa encontram-se implementados para gerir estes riscos, incluindo os testes de eficácia de derivados para derivados designados numa relação de cobertura.

As principais políticas de derivados são:

- Proibição da sua utilização para fins especulativos
- Proibição do uso de posições alavancadas
- Exigência para uma análise regular pormenorizada da exposição
- Estabelecer e documentar o tratamento contabilístico no início do negócio
- Estabelecer os limites de exposição (que incluem depósitos de caixa) com as contrapartes
- A remuneração dos funcionários de tesouraria não deve estar associada ao desempenho comercial dos indivíduos.

Os principais controlos dos derivados são:

- Revisões de gestão regulares de políticas, posições e acções planeadas
- Controlos transaccionais, incluindo a segregação de deveres, aprovação das autoridades, cotações dos concorrentes e procedimentos de confirmação
- Revisão regular pela gestão das valorizações da carteira pelo valor de mercado e as potenciais exposições futuras
- Monitorização da solvabilidade da contraparte
- Auditorias internas para avaliar os controlos e a adesão às políticas

A informação da gestão sobre as exposições do FCE a moedas estrangeiras e ao risco da taxa de juro é apresentada nas secções seguintes.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 40a) RISCO CAMBIAL

Para além do Reino Unido, a Empresa tem sucursais noutros dez países europeus e conta com subsidiárias na República Checa, Hungria e Polónia que proporcionam uma variedade de planos de financiamento de veículos por grosso, por locação e a retalho (consulte a Nota 24 "Investimento em participações do grupo"). A moeda funcional utilizada nas operações do Grupo e da Empresa fora do Reino Unido é o euro, à excepção das subsidiárias da Empresa presentes na República Checa, Hungria e Polónia.

As principais moedas utilizadas em operações são, por conseguinte, o euro e a libra esterlina. Dado que o FCE apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas em libras esterlinas, estas serão afectadas pelos movimentos da taxa de câmbio entre o euro e a libra esterlina. A Empresa não cobre investimentos estruturais expressos em divisa nas operações estrangeiras, dado que cada investimento é considerado como sendo de uma natureza de longo prazo. O efeito da conversão de moeda estrangeira nos investimentos é reconhecido no capital próprio através da reserva de conversão.

O FCE utiliza a libra esterlina como moeda de apresentação nas suas demonstrações consolidadas, porque se encontra, antes de mais, registado e regulado como banco no Reino Unido, e as operações da sua sede social têm lugar no mesmo país.

A política do FCE prevê a minimização da exposição a resultados operacionais decorrentes de alterações nas taxas de câmbio. Existem controlos concebidos para limitar a dimensão das exposições à moeda da transacção. Para alcançar os objectivos, a Empresa financia numa variedade de moedas. Verifica-se uma exposição às taxas de câmbio caso exista uma disparidade entre a moeda das contas a receber e a moeda da dívida que financia essas contas a receber.

Sempre que possível, a Empresa financia as contas a receber com dívida na mesma moeda, minimizando a exposição aos movimentos da taxa de câmbio. Quando é utilizada uma moeda diferente, a política da Empresa prevê que os derivados de divisas sejam executados para converter substancialmente todas as obrigações de dívida em divisa para a moeda do país local das contas a receber.

Os activos líquidos dos investimentos em sucursais e subsidiárias no estrangeiro que dão origem a ganhos e perdas não realizados nas reservas de conversão de moeda estrangeira do FCE são apresentados abaixo.

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Activos líquidos de operações estrangeiras</b>				
Euro	£ 1 807	£ 1 957	£ 1 820	£ 1 931
Outras moedas que não o euro	4	18	73	88

As reservas de conversão de moeda estrangeira são apresentadas abaixo.

A 31 de Dezembro	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Reserva de conversão:</b>				
Euro	£ 348	£ 410	£ 362	£ 420
Outras moedas que não o euro	6	6	17	18
GBP	9	9	9	9
<b>Total</b>	<b>£ 363</b>	<b>£ 425</b>	<b>£ 388</b>	<b>£ 447</b>

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 40a) RISCO CAMBIAL (continuação)

A tabela abaixo mostra as exposições à moeda da transacção que dão origem aos ganhos e perdas monetários líquidos reconhecidos na demonstração de resultados consolidados.

### A 31 de Dezembro de 2010

Moeda funcional de operações	Exposição à moeda da transacção				
	Dólares americanos milhões de libras	Euro milhões de libras	Libra esterlina milhões de libras	Outras milhões de libras	Total milhões de libras
Euro	£ -	£ -	£ 2	£ -	£ 2
Libra esterlina	13	(31)	-	1	(17)
<b>Total do activo/(passivo)</b>	<b>£ 13</b>	<b>£ (31)</b>	<b>£ 2</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ (15)</b>

### A 31 de Dezembro de 2009

Moeda funcional de operações	Exposição à moeda da transacção				
	Dólares americanos milhões de libras	Euro milhões de libras	Libra esterlina milhões de libras	Outras milhões de libras	Total milhões de libras
Euro	£ -	£ -	£ 3	£ -	£ 3
Libra esterlina	8	(65)	-	(1)	(58)
<b>Total do activo/(passivo)</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ (65)</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ (1)</b>	<b>£ (55)</b>

Tais exposições englobam os activos e passivos monetários que não são denominados na moeda utilizada em operações (ou "funcional") da unidade operacional envolvida. As exposições apresentadas são declaradas líquidas de derivados utilizados para limitar o risco cambial.

Devido aos baixos níveis de exposição à moeda da transacção, a sensibilidade do FCE às alterações nas taxas de câmbio não é significativa em termos de ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 40b) RISCO DE TAXA DE JURO

A base do activo do FCE consiste, principalmente, em vendas a prestações a retalho de taxa fixa, compra a prestações, venda condicional e contratos de locação, com uma vida média de aproximadamente três anos, e contas a receber de financiamento por grosso de taxa variável com uma duração média de cerca de 30 dias. As fontes de financiamento consistem principalmente na titularização e na dívida não garantida. A política do FCE é executar swaps de taxas de juro para alterar as características da taxa de juro da dívida para corresponder, dentro de um limite de tolerância, às características da taxa de juro do FCE. Esta política de correspondência tenta manter as margens e reduzir a volatilidade dos lucros.

Como resultado dos processos de gestão do risco de taxa de juro do FCE (que utiliza derivados de cobertura) e dado que alguns activos são financiados por capital, o nível total da redefinição de preços dos activos é superior ao nível da redefinição de preços da dívida. Verificando-se outras situações iguais, isto significa que, durante um período de subida das taxas de juro, o rendimento de juros recebido sobre os activos do FCE irá aumentar mais rapidamente do que os gastos com juros pagos na sua dívida, aumentando, por conseguinte, o rendimento de juros líquido antes de impostos. Consequentemente, durante um período de descida das taxas de juro, o FCE preveria que o seu rendimento de juros líquido antes de impostos começasse inicialmente a descer.

Para fornecer uma medida quantitativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos a alterações nas taxas de juro, o FCE utiliza cenários de taxa de juro. Estes cenários presumem um aumento ou diminuição hipotéticos e instantâneos nas taxas de juro de cem pontos base em todas as maturidades (uma “mudança paralela”), com impacto tanto nos activos como nos passivos, bem como um caso base que presume que as taxas de juro permanecem constantes aos níveis existentes. Estes cenários de taxa de juro não representam uma expectativa de movimentos futuros da taxa de juro. As diferenças no rendimento de juros líquido antes de impostos entre estes cenários e o caso base ao longo de um período de doze meses representam uma estimativa da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos do FCE.

A sensibilidade do rendimento de juros às alterações das taxas de juro nos 12 meses que se seguem ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é apresentada abaixo.

Impacto no rendimento de juros líquido de mudança na taxa de 100 pontos base	Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
Aumento	£ 15	£ 7
Diminuição	(15)	(7)

A análise de sensibilidade apresentada anteriormente presume uma mudança na taxa de cem pontos base na curva da rentabilidade no final do exercício, que é simultaneamente instantânea e paralela e tem impacto na fixação de novos preços dos activos e passivos. Na verdade, as alterações da taxa de juro raramente são instantâneas ou paralelas, e as taxas podem mover-se mais ou menos do que o ponto percentual presumido. Para além disso, a gestão tem liberdade de decisão no que toca à fixação de preços dos seus novos activos e poderá fixar os novos preços dos activos num nível superior ou inferior ao dos preços dos seus passivos. Como resultado, o impacto real sobre o rendimento de juros líquido antes de impostos poderia ser maior ou menor do que os resultados supramencionados.

Embora a análise de sensibilidade apresentada seja a melhor estimativa do FCE relativamente aos impactos dos cenários da taxa de juro presumida especificados, os

resultados reais poderão diferir dos projectados. O modelo utilizado para a realização desta análise depende bastante de pressupostos. Incorporados no modelo encontram-se pressupostos referentes ao reinvestimento de capital principal de activos a vencimento, o refinanciamento da dívida a vencimento e o reembolso previsto dos contratos de locação e venda a prestações a retalho antes da data do fim do contrato. As projecções de reembolso antes da maturidade contratual baseiam-se em experiência histórica. Se as taxas de juro ou outros factores sofressem alterações, a experiência real de pagamento antecipado poderia ser diferente da projectada. O FCE apresentou a sua análise de sensibilidade com base num cenário antes de impostos em vez de um cenário depois de impostos, para excluir o impacto potencialmente distorcido das taxas de juro presumidas.

A sensibilidade da taxa de juro do activo e passivo do FCE, incluindo derivados, é avaliada todos os meses.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 41 RISCO DE LIQUIDEZ

Grupo	Nota	0-3		4-12		1-5		5+		Total	
		Meses		Meses		Anos		Anos			
A 31 de Dezembro de 2010		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras	
<b>Activo</b>											
Caixa e adiantamentos	A	£	1 927	£	25	£	64	£	78	£	2 094
Títulos negociáveis	F		223		-		-		-		223
Derivados liquidados numa base bruta	E		1 164		10		-		-		1 174
Derivados liquidados numa base líquida	E		579		139		441		-		1 159
- Retalho/Locação	B		796		2 043		3 899		4		6 742
- Por Grosso	B		498		4 270		-		-		4 768
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B		1 294		6 313		3 899		4		11 510
Locações operacionais	B		61		87		-		-		148
Outros activos	D		232		-		-		-		232
<b>Total da entrada de activos</b>		£	<b>5 480</b>	£	<b>6 574</b>	£	<b>4 404</b>	£	<b>82</b>	£	<b>16 540</b>
<b>Passivo</b>											
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	C	£	308	£	2 110	£	1 355	£	-	£	3 773
Depósitos de empresas	C		49		-		-		-		49
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	C		154		386		-		-		540
Títulos de dívida em emissão	C		849		517		4 679		-		6 045
Derivados liquidados numa base bruta	E		1 157		10		-		-		1 167
Derivados liquidados numa base líquida	E		67		128		254		-		449
Outros passivos	D		121		12		-		-		133
Empréstimos subordinados	D		2		50		118		955		1 125
<b>Total da saída de passivos</b>		£	<b>2 707</b>	£	<b>3 213</b>	£	<b>6 406</b>	£	<b>955</b>	£	<b>13 281</b>
<b>Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>2 773</b>	£	<b>3 361</b>	£	<b>(2 002)</b>	£	<b>(873)</b>	£	<b>3 259</b>
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>2 773</b>	£	<b>6 134</b>	£	<b>4 132</b>	£	<b>3 259</b>		
<b>Facilidades de crédito disponíveis para uso:</b>											
Concedidas à empresa por instituições financeiras		£	346								
Concedidas à empresa pela FMCC			1 723								
Concedidas pela empresa (Nota 36)			-								
<b>Total de facilidades de crédito disponíveis para uso</b>		£	<b>2 069</b>								
<b>Garantias com opção de compra</b>		£	<b>(396)</b>								
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>4 446</b>	£	<b>7 807</b>	£	<b>5 805</b>	£	<b>4 932</b>		

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Grupo		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de Dezembro de 2009		Meses	Meses	Anos	Anos	
		milhões de libras				
Activo	Nota					
Caixa e adiantamentos	A	£ 2 405	£ -	£ 129	£ 52	£ 2 586
Títulos negociáveis	F	-	-	-	-	-
Derivados liquidados numa base bruta	E	575	214	423	-	1 212
Derivados liquidados numa base líquida	E	200	108	561	2	871
- Retalho/Locação	B	906	2 384	5 255	8	8 553
- Por Grosso	B	519	4 460			4 979
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	1 425	6 844	5 255	8	13 532
Locações operacionais	B	4	33	71	-	108
Outros activos	D	359	-	-	-	359
<b>Total da entrada de activos</b>		<b>£ 4 968</b>	<b>£ 7 199</b>	<b>£ 6 439</b>	<b>£ 62</b>	<b>£ 18 668</b>
<b>Passivo</b>						
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 1 837	£ 3 151	£ 1 564	£ -	£ 6 552
Depósitos de empresas	C	22	-	-	-	22
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	C	400	320	-	-	720
Títulos de dívida em emissão	C	446	558	4 887	-	5 891
Derivados liquidados numa base bruta	E	576	204	501	-	1 281
Derivados liquidados numa base líquida	E	100	187	404	2	693
Outros passivos	D	129	19	-	-	148
Empréstimos subordinados	D	5	178	159	230	572
<b>Total da saída de passivos</b>		<b>£ 3 515</b>	<b>£ 4 617</b>	<b>£ 7 515</b>	<b>£ 232</b>	<b>£ 15 879</b>
<b>Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 1 453</b>	<b>£ 2 582</b>	<b>£ (1 076)</b>	<b>£ (170)</b>	<b>£ 2 789</b>
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 1 453</b>	<b>£ 4 035</b>	<b>£ 2 959</b>	<b>£ 2 789</b>	
<b>Facilidades de crédito disponíveis para uso:</b>						
Concedidas à empresa por instituições financeiras		£ 400				
Concedidas à empresa pela FMCC		2 221				
Concedidas pela empresa (Nota 36)		-				
<b>Total de facilidades de crédito disponíveis para uso</b>		<b>£ 2 621</b>				
<b>Garantias com opção de compra</b>		<b>£ (281)</b>				
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 3 793</b>	<b>£ 6 375</b>	<b>£ 5 299</b>	<b>£ 5 129</b>	

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Empresa	Nota	0-3		4-12		1-5		5+		Total	
		Meses		Meses		Anos		Anos			
A 31 de Dezembro de 2010		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras		milhões de libras	
<b>Activo</b>											
Caixa e adiantamentos	A	£	1 126	£	25	£	64	£	77	£	1 292
Títulos negociáveis	F		223		-		-		-		223
Derivados liquidados numa base bruta	E		1 164		10		-		-		1 174
Derivados liquidados numa base líquida	E		574		124		390		-		1 088
- Retalho/Locação	B		785		2 010		3 844		4		6 643
- Por Grosso	B		485		4 106		-		-		4 591
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B		1 270		6 116		3 844		4		11 234
Locações operacionais	B		61		87		-		-		148
Outros activos	D		1 496		-		-		-		1 496
<b>Total da entrada de activos</b>		£	<b>5 914</b>	£	<b>6 362</b>	£	<b>4 298</b>	£	<b>81</b>	£	<b>16 655</b>
<b>Passivo</b>											
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	C	£	109	£	913	£	420	£	-	£	1 442
Depósitos de empresas	C		49		-		-		-		49
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	C		1 063		2 839		1 479		-		5 381
Títulos de dívida em emissão	C		699		43		3 432		-		4 174
Derivados liquidados numa base bruta	E		1 157		10		-		-		1 167
Derivados liquidados numa base líquida	E		520		140		286		-		946
Outros passivos	D		120		12		-		-		132
Empréstimos subordinados	D		2		50		118		955		1 125
<b>Total da saída de passivos</b>		£	<b>3 719</b>	£	<b>4 007</b>	£	<b>5 735</b>	£	<b>955</b>	£	<b>14 416</b>
<b>Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>2 195</b>	£	<b>2 355</b>	£	<b>(1 437)</b>	£	<b>(874)</b>	£	<b>2 239</b>
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>2 195</b>	£	<b>4 550</b>	£	<b>3 113</b>	£	<b>2 239</b>		
Facilidades de crédito disponíveis para uso:											
Concedidas à empresa por instituições financeiras		£	346								
Concedidas à empresa pela FMCC			1 723								
Concedidas pela empresa (Nota 36)			(43)								
<b>Total de facilidades de crédito disponíveis para uso</b>		£	<b>2 026</b>								
<b>Garantias com opção de compra</b>		£	<b>(396)</b>								
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço</b>		£	<b>3 825</b>	£	<b>6 180</b>	£	<b>4 743</b>	£	<b>3 869</b>		

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

Empresa		0-3	4-12	1-5	5+	Total
A 31 de Dezembro de 2009		Meses	Meses	Anos	Anos	
		milhões de libras				
Activo	Nota					
Caixa e adiantamentos	A	£ 1 448	£ -	£ 129	£ 51	£ 1 628
Títulos negociáveis	F	-	-	-	-	-
Derivados liquidados numa base bruta	E	575	214	423	-	1 212
Derivados liquidados numa base líquida	E	195	86	469	1	751
- Retalho/Locação	B	862	2 357	5 216	8	8 443
- Por Grosso	B	500	4 333			4 833
Empréstimos e adiantamentos a clientes	B	1 362	6 690	5 216	8	13 276
Locações operacionais	B	4	33	71	-	108
Outros activos	D	543	-	-	-	543
<b>Total da entrada de activos</b>		<b>£ 4 127</b>	<b>£ 7 023</b>	<b>£ 6 308</b>	<b>£ 60</b>	<b>£ 17 518</b>
<b>Passivo</b>						
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	C	£ 1 379	£ 1 020	£ 608	£ -	£ 3 007
Depósitos de empresas	C	22	-	-	-	22
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	C	1 096	2 860	574	-	4 530
Títulos de dívida em emissão	C	306	134	4 183	-	4 623
Derivados liquidados numa base bruta	E	576	204	501	-	1 281
Derivados liquidados numa base líquida	E	71	111	282	1	465
Outros passivos	D	125	19	-	-	144
Empréstimos subordinados	D	5	178	159	230	572
<b>Total da saída de passivos</b>		<b>£ 3 580</b>	<b>£ 4 526</b>	<b>£ 6 307</b>	<b>£ 231</b>	<b>£ 14 644</b>
<b>Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 547</b>	<b>£ 2 497</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ (171)</b>	<b>£ 2 874</b>
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 547</b>	<b>£ 3 044</b>	<b>£ 3 045</b>	<b>£ 2 874</b>	
<b>Facilidades de crédito disponíveis para uso:</b>						
Concedidas à empresa por instituições financeiras		£ 400				
Concedidas à empresa pela FMCC		2 221				
Concedidas pela empresa (Nota 36)		(44)				
<b>Total de facilidades de crédito disponíveis para uso</b>		<b>£ 2 577</b>				
<b>Garantias com opção de compra</b>		<b>£ (281)</b>				
<b>Diferencial líquido acumulado em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço</b>		<b>£ 2 843</b>	<b>£ 5 340</b>	<b>£ 5 341</b>	<b>£ 5 170</b>	

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 41 RISCO DE LIQUIDEZ (continuação)

### Base de análise do risco de liquidez

As tabelas que aparecem nesta nota analisam os fluxos de caixa contratuais brutos não descontados dos activos e passivos por grupos de maturidade relevantes, segundo os critérios apresentados na tabela seguinte.

Indica-se o “Diferencial líquido em termos de liquidez excluindo os elementos do balanço”, excluindo os ajustamentos comportamentais para liquidações antecipadas por parte dos clientes.

O “Diferencial líquido em termos de liquidez incluindo os elementos do balanço” inclui as facilidades de créditos disponíveis para uso.

Ambos os diferenciais supracitados implicam que os fluxos de entrada relacionados com os planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso ocorram na última data contratual, e que o reembolso da dívida ocorra na data de reembolso mais precoce possível. Por conseguinte, a posição de liquidez esperada do FCE, baseada nos fluxos de entrada e de saída de caixa, é mais favorável do que a apresentada nesta nota.

Nota	Os fluxos de caixa a partir do activo e do passivo são atribuídos aos intervalos de tempo adequados, da seguinte forma:
A	Baseados na disponibilidade de “caixa e adiantamentos” conforme se segue (Nota 11): <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Caixa e equivalentes de caixa” classificada por data de maturidade contratual.</li> <li>• “Outros depósitos”, que, normalmente, não estão disponíveis para uso nas operações quotidianas, classificados segundo a data de reembolso mais tardia possível.</li> </ul>
B	Presume-se que os pagamentos a clientes ocorrem na data contratual mais tardia e que não são efectuados quaisquer ajustamentos comportamentais para as liquidações antecipadas dos clientes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• De um modo geral, o financiamento a retalho, os contratos de locação e os veículos de locação operacional (indicados na Nota 18 “Activos fixos tangíveis”) requerem que os clientes paguem prestações mensais iguais ao longo da duração do contrato.</li> <li>• O financiamento por grosso para veículos novos e usados levado a cabo no inventário dos revendedores – Utiliza-se um calendário de reembolso “bullet”, dado que o capital principal é, normalmente, reembolsado num pagamento único no final do período de financiamento.</li> </ul>
C	Classificado na data de reembolso mais precoce possível, o que significa a primeira data de renovação, ou no período mais curto de aviso exigido para levantar os fundos ou exercer a cláusula de rescisão quando seja necessário.
D	Classificado segundo o período restante até ao vencimento.
E	Os contratos a prazo sobre divisas e os swaps de taxas de juros em várias moedas são registados com base em fluxos de caixa contratuais.
F	Os títulos negociáveis são considerados liquidez disponível.

### Facilidades de crédito disponíveis para uso

#### Capacidade de titularização dedicada disponível

O FCE mantém a capacidade de titularização dedicada consistindo em contratos com bancos e veículos de papel comercial garantido por activos em que estas partes estão contratualmente obrigadas, de acordo com a opção do FCE, a comprar contas a receber elegíveis ou a efectuar adiantamentos como títulos garantidos por activos. Para informações adicionais, consulte a secção Capital e Financiamento do Relatório dos Administradores.

#### Mecanismos de crédito não garantidos concedidos à empresa por instituições financeiras

A 31 de Dezembro de 2010, a Empresa detinha 689 milhões de libras (2009: 802 milhões de libras) em facilidades de crédito dedicadas de forma contratual com as instituições financeiras, dos quais 343 milhões de libras (2009: 402 milhões de libras) foram utilizados, resultando em 346 milhões de libras (2009: 400 milhões de libras) disponíveis para uso, que foram registados nas tabelas de Risco de Liquidez como “Facilidades de crédito disponíveis para uso – Concedidas à Empresa por instituições financeiras”. Destas linhas de crédito, 651 milhões de libras expiram em 2011 e 38 milhões de libras em 2012. Todos os mecanismos têm termos de contrato substancialmente idênticos (diferentes dos montantes de compromisso) e não incluem cláusulas de alterações adversas relevantes, convénios financeiros restritivos (por exemplo, limitações de rácio entre dívida e capital, e requisitos mínimos de património líquido) e activadores de notação de crédito que poderiam limitar a capacidade da Empresa para contrair empréstimos.

#### Mecanismos de crédito não garantidos concedidos pela FMCC à Empresa

Um instrumento de curto prazo renovável no valor de 2,0 mil milhões de euros (2009: 2,5 mil milhões de euros) foi fornecido à Empresa pela FMCC, vencendo a 31 de Dezembro de 2011 ou antes, mediante um pré-aviso de 90 dias por parte da FMCC. A 31 de Dezembro de 2010, não foram extraídos quaisquer montantes relativos a este instrumento (2009: zero).

#### Activos de liquidez

Incluídos em “Caixa e adiantamentos a bancos” estão 761 milhões de libras (2009: 979 milhões de libras) em caixa e equivalentes de caixa detidos centralmente como liquidez adicional além das necessidades de financiamento imediato. Tal faz parte das reservas de liquidez do FCE e foi retido de forma a proteger o FCE das incertezas do mercado.

A 31 de Dezembro de 2010, o FCE detinha 223 milhões de libras em títulos negociáveis compostos por investimentos em dívida pública com notações elevadas, também como fonte de liquidez além das necessidades de financiamento imediato.

#### Redefinição

A caixa associada a transacções de titularização foi previamente analisada com base na maturidade da transacção relevante. Os saldos foram agora redefinidos de forma a reflectir a disponibilidade da caixa de titularização para apoiar os passivos das entidades de finalidades especiais e melhor reflectir o risco de liquidez do Grupo.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Na página seguinte, é apresentada uma comparação por categorias dos valores contabilizados e justos valores dos activos financeiros e dos passivos financeiros.

O justo valor obtém-se calculando o montante a que um activo ou passivo se pode converter numa transacção com isenção de interesses, entre partes informadas e interessadas, e não numa liquidação forçada.

O FCE avalia o justo valor dos seus activos e passivos com base na hierarquia de justos valores que reflecte a importância das informações utilizadas na realização das avaliações. A hierarquia de justos valores inclui as seguintes avaliações:

- Nível 1: as informações incluem cotações para instrumentos idênticos e são as mais observáveis.
- Nível 2: as informações incluem cotações para activos semelhantes e informações observáveis, como taxas de juro, taxas de câmbio e curvas de rentabilidade.
- Nível 3: as informações não são observáveis no mercado e incluem os pareceres da gestão sobre as suposições que os participantes no mercado utilizariam para fixar os preços do activo ou do passivo.

Para o FCE, as mensurações do justo valor classificadas ao nível 3 incluem instrumentos de prazo mais longo, nos quais as taxas de juros ou taxas de câmbio não são observáveis em todos os períodos até ao vencimento; neste caso, os últimos dados disponíveis permanecem constantes até ao vencimento. Adicionalmente, no caso de swaps de taxas de juro de titularização, é utilizado o parecer da gestão para estimar a tempestividade dos fluxos de caixa, que podem variar com base nos reembolsos reais de contratos titularizados.

Devido aos baixos níveis dos justos valores dos derivados mensurados ao nível 3, a sensibilidade do FCE às alterações dos pressupostos não é significativa em termos de ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

### Instrumentos financeiros derivados

Os justos valores dos derivados são calculados utilizando as taxas do mercado e os modelos de valorização aplicados no sector. Todos os derivados são incluídos no activo quando o justo valor é positivo, e no passivo quando o justo valor é negativo.

### Activos financeiros

“Caixa e adiantamentos a bancos” incluem as aplicações interbancárias e os elementos em processo de cobrança. O justo valor das aplicações de taxa variável e os depósitos “overnight” são o seu valor contabilizado. O justo valor estimado dos depósitos de taxa de juro fixa baseia-se nos fluxos de caixa actualizados utilizando as taxas de juro prevalecentes no mercado monetário para as dívidas com um risco de crédito e uma maturidade remanescente semelhantes.

Contas a receber a curto prazo e empréstimos a receber: O valor contabilístico das contas a receber a curto prazo e dos empréstimos a receber aproxima-se do justo valor devido às curtas maturidades destes activos.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: O justo valor é calculado descontando os fluxos de caixa futuros antecipados utilizando uma taxa de desconto estimada que reflecta o seguinte:

- Perdas de crédito esperadas
- Pagamentos antecipados do cliente
- Taxas de juro futuras esperadas

O FCE utiliza métodos estatísticos que dividem as contas a receber em segmentos por tipo e por termo contratual.

### Passivos financeiros

Os justos valores agregados dos passivos financeiros calculam-se da seguinte forma:

- Os empréstimos subordinados com data de vencimento não indicada são apresentados segundo o montante a reembolsar a pedido
- O valor contabilístico da dívida a curto prazo, os valores comerciais a pagar e as contas a pagar a subsidiárias e a participações associadas aproxima-se do justo valor devido à curta maturidade destes passivos
- O justo valor de qualquer outra dívida é estimado segundo as cotações de mercado, as taxas actuais do mercado para dívidas semelhantes, com aproximadamente a mesma maturidade remanescente, ou os modelos de fluxos de caixa actualizados que utilizam as taxas actuais de mercado

Por conseguinte, as informações apresentadas não pretendem representar, nem deveriam ser interpretadas como representando, o valor subjacente do negócio em continuidade.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

A 31 de Dezembro	Notas	Valor Contabilizado		Justo Valor	
		2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DO GRUPO</b>					
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>					
Caixa e adiantamentos	11	2 094	2 586	2 094	2 586
Títulos negociáveis	12	223	-	223	-
Instrumentos financeiros derivados	13	£ 276	£ 380	£ 276	£ 380
<b>Activos financeiros pelo custo amortizado</b>					
Contas a receber	14	173	303	173	303
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15				
Retalho		6 091	7 586	6 124	7 603
Por Grosso/outros		4 727	4 886	4 727	4 886
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DO GRUPO</b>					
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>					
Instrumentos financeiros derivados	13	£ 158	£ 269	£ 158	£ 269
<b>Passivos financeiros pelo custo amortizado</b>					
-Dívida Cotada:					
Títulos de dívida em emissão	28	6 016	4 786	6 452	4 734
-Dívida Não Cotada:					
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	25	3 772	6 370	3 761	6 328
Depósitos de empresas	26	49	22	49	22
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	27	540	709	519	709
Títulos de dívida em emissão	28	43	178	44	180
Valores comerciais a pagar	29	121	129	121	129
Empréstimos subordinados	30	287	446	302	441
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA</b>					
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>					
Caixa e adiantamentos	11	1 292	1 628	1 292	1 628
Títulos negociáveis	12	223	-	223	-
Instrumentos financeiros derivados	13	£ 274	£ 380	£ 274	£ 380
<b>Activos financeiros pelo custo amortizado</b>					
Contas a receber	14	1 058	409	1 058	409
Empréstimos a receber	14	380	78	380	78
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15				
Retalho		5 993	7 474	6 036	7 520
Por Grosso/outros		4 550	4 747	4 550	4 747
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DA EMPRESA</b>					
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>					
Instrumentos financeiros derivados	13	£ 106	£ 159	£ 106	£ 159
<b>Passivos financeiros pelo custo amortizado</b>					
-Dívida Cotada:					
Títulos de dívida em emissão	28	4 144	3 581	4 564	3 536
-Dívida Não Cotada:					
Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras	25	1 442	2 934	1 432	2 925
Depósitos de empresas	26	49	22	49	22
Dívidas à empresa-mãe e às empresas associadas	27	5 382	4 511	5 373	4 511
Títulos de dívida em emissão	28	43	178	44	180
Valores comerciais a pagar	29	121	126	121	126
Empréstimos subordinados	30	287	446	302	441

O valor contabilizado dos activos financeiros é, em geral, igual à máxima exposição ao risco de crédito, com excepção das Contas a receber por grosso, dado que a Empresa estende linhas de crédito aprovadas a determinados revendedores, como se indica na Nota 36 "Compromissos". Por razões de relevância, os justos valores das garantias não são divulgados de forma separada.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

A tabela abaixo representa o activo e o passivo da Empresa e do Grupo, mensurados ao justo valor, a 31 de Dezembro de 2010.

GRUPO	Nível 1 milhões de libras	Nível 2 milhões de libras	Nível 3 milhões de libras	Total milhões de libras
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>				
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 2 094	£ -	£ -	£ 2 094
Títulos negociáveis	223	-	-	223
Instrumentos financeiros derivados	-	226	50	276
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Instrumentos financeiros derivados	£ -	£ 100	£ 58	£ 158
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>				
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 2 586	£ -	£ -	£ 2 586
Instrumentos financeiros derivados	-	269	111	380
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Instrumentos financeiros derivados	£ -	£ 154	£ 115	£ 269
<b>EMPRESA</b>				
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>				
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 1 045	£ -	£ -	£ 1 045
Títulos negociáveis	223	-	-	223
Instrumentos financeiros derivados	-	226	48	274
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Instrumentos financeiros derivados	£ -	£ 100	£ 6	£ 106
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>				
<b>Activos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 1 628	£ -	£ -	£ 1 628
Instrumentos financeiros derivados	-	269	111	380
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados</b>				
Instrumentos financeiros derivados	£ -	£ 154	£ 5	£ 159

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 42 ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS (continuação)

Reconciliação das alterações nos saldos dos instrumentos financeiros de nível 3.

	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Instrumentos financeiros derivados (líquidos)</b>				
Justo valor a 1 de Janeiro	£ 106	£ 162	£ (4)	£ (2)
Total de ganhos/(perdas) realizados/não realizados	10	58	(11)	(3)
Liquidações líquidas	(74)	(110)	7	1
Transferências líquidas para o /(do) nível 3	-	(4)	-	-
<b>Justo valor a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 42</b>	<b>£ 106</b>	<b>£ (8)</b>	<b>£ (4)</b>
Alterações nos ganhos/(perdas) não realizados em instrumentos ainda detidos a 31 de Dezembro	£ (10)	£ 7	£ (5)	£ 24
<b>Análise do total de ganhos/(perdas) realizados/não realizados</b>				
Gastos com juros	£ 72	£ 111	£ (7)	£ (1)
Reserva de conversão	-	-	2	8
Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros	(62)	(53)	(6)	(10)
<b>Total de ganhos/(perdas) realizados/não realizados</b>	<b>£ 10</b>	<b>£ 58</b>	<b>£ (11)</b>	<b>£ (3)</b>

### Redefinição

A “Análise do total de ganhos/(perdas) realizados/não realizados” foi redefinida em 2010 para reflectir correctamente o impacto dos gastos com juros, as alterações na reserva de conversão e os ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros. Esta alteração não tem qualquer impacto na reconciliação das alterações nos saldos dos instrumentos financeiros de nível 3.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 43 TRANSACÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas associadas se estiverem sob controlo comum e se uma parte tiver capacidade para controlar a outra parte ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais.

Várias transacções são celebradas com partes associadas no decurso normal dos negócios. As Empresas e respectivas subsidiárias são empresas separadas e legalmente distintas da Ford e das filiais de automóveis da Ford, e as transacções são realizadas em termos comerciais e às taxas de mercado e praticadas pelo FCE de modo comercialmente razoável. Além da participação em planos de benefícios de reforma patrocinados pelas subsidiárias da Ford e da Volvo (abordados na Nota 34 “Obrigações de benefícios de reforma”), a Empresa tem um contrato de assistência com a FMCC relativamente ao capital próprio (descrito na Nota 31 “Acções ordinárias e prémios de acções”).

### Partes relacionadas

**Empresa-mãe** – esta inclui a FCI, a FMCC e a Ford. Para obter informações adicionais, consulte a Nota 46 “Informação sobre o FCE e outras partes associadas”.

**Administradores e directores** – descrito na Nota 6 “Transacções com Administradores e Directores”,

**Entidades sob controlo comum** – que inclui todas as subsidiárias da Ford, excepto as entidades já referidas em “Subsidiárias da empresa” e em “Empresa-mãe”. As transacções relatadas nesta categoria incluem:

- Provisão de linhas de crédito aprovadas, hipotecas, capital circulante e outros tipos de empréstimos relacionados, principalmente, com revendedores de veículos parceiros nos quais a Ford mantém uma participação maioritária;
- A recepção de rendimento de juros da Ford e das suas empresas associadas decorrentes de empréstimos, suplementos de juros e outros custos de assistência relativamente a uma variedade de planos de financiamento a retalho e por grosso;
- Garantias fornecidas em nome de outras partes associadas sobre as quais detalhes suplementares podem ser encontrados na Nota 35 “Passivos contingentes”;
- Garantias recebidas de outras partes associadas, principalmente para planos de financiamento de veículos por grosso.

Não se registaram outras alterações significativas no que diz respeito a transacções com partes associadas no período até 31 de Dezembro de 2010. Para obter informações adicionais, consulte as informações sobre a Empresa e sobre o Grupo divulgadas de seguida.

O FCE registou transacções com partes associadas nas seguintes categorias, descritas abaixo:

- Empresa-mãe;
- Administradores e directores;
- Entidades sob controlo comum;
- Entidades controladas conjuntamente.

A 31 de Dezembro de 2010, os ajustamentos ao valor contabilizado dos empréstimos e adiantamentos a clientes relativos aos suplementos de juros de partes associadas perfaziam um total de 193 milhões de libras (2009: 258 milhões de libras) e são descritos na Nota 15 “Empréstimos e adiantamentos a clientes”. Os suplementos de juros recebidos e registados na demonstração de resultados referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 totalizaram 558 milhões de libras (2009: 481 milhões de libras).

A Empresa garantiu as obrigações da Ford na Roménia. Para informações adicionais, consulte a Nota 27 “Dividas à empresa-mãe e a empresas associadas” e a Nota 35 “Passivos contingentes”.

**Entidade controlada conjuntamente** – a única entidade controlada conjuntamente pelo FCE é a Forso, cujas informações são divulgadas na Nota 23 “Investimento numa entidade controlada conjuntamente”.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 43 TRANSACÇÕES DE PARTES RELACIONADAS (continuação)

O valor das transacções com partes associadas, os saldos pendentes a 31 de Dezembro e os gastos e rendimentos associados para o exercício são os seguintes:

Grupo	Empresa-mãe		Entidades sob controlo comum		Entidades Controladas Conjuntamente	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Contas a receber</b>						
Contas a receber a 1 de Janeiro	£ -	£ -	£ 104	£ 236	£ 12	£ (7)
Acréscimos a contas a receber durante o exercício	3	-	2 027	2 598	70	252
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(2)	-	(2 060)	(2 730)	(81)	(233)
<b>Contas a receber a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 71</b>	<b>£ 104</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 12</b>
<b>Empréstimos</b>						
Empréstimos pendentes a 1 de Janeiro	£ -	£ -	£ 236	£ 196	£ -	£ -
Empréstimos emitidos durante o exercício	-	-	2 249	2 124	-	-
Reembolsos de empréstimos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	-	-	(2 289)	(2 084)	-	-
<b>Empréstimos pendentes a 31 de Dezembro</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 196</b>	<b>£ 236</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Investimento numa entidade controlada conjuntamente</b>						
Investimento a 1 de Janeiro	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 41	£ 45
Dividendos recebidos durante o exercício	-	-	-	-	(3)	-
Participação no rendimento líquido durante o exercício	-	-	-	-	6	-
Ajustamento da conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	1	(4)
<b>Investimento a 31 de Dezembro</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 45</b>	<b>£ 41</b>
<b>Contas a pagar</b>						
Contas a pagar a 1 de Janeiro	£ 11	£ 21	£ 193	£ 309	£ 1	£ (8)
Acréscimos a contas a pagar durante o exercício	82	126	32 663	35 220	1	78
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(85)	(136)	#####	#####	(2)	(69)
<b>Contas a pagar a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 59</b>	<b>£ 193</b>	<b>£ 0</b>	<b>£ 1</b>
<b>Depósitos recebidos/empréstimos subordinados</b>						
Depósitos a 1 de Janeiro	£ 671	£ 2 033	£ 322	£ 290	£ -	£ -
Depósitos recebidos durante o exercício	577	1 733	430	819	-	-
Depósitos reembolsados durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(836)	(3 095)	(405)	(787)	-	-
<b>Depósitos a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 412</b>	<b>£ 671</b>	<b>£ 347</b>	<b>£ 322</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Receita</b>						
Suplementos de juros recebidos	£ -	£ -	£ 455	£ 440	£ -	£ -
Rendimento de juros de partes associadas	-	-	9	28	-	-
Honorários por serviços recebidos/(pagos) (Nota de rodapé 1)	(13)	(9)	(17)	(16)	3	2
<b>Gastos</b>						
Gastos com juros sobre depósitos	£ 4	£ 18	£ -	£ -	£ -	£ -
Gastos com juros	26	86	7	6	-	-
<b>Garantias</b>						
Garantias fornecidas (Nota 35)	£ -	£ -	£ 396	£ 274	£ -	£ -
Compromissos de empréstimos (Nota de rodapé 3)	-	-	-	-	-	-
Garantias recebidas	-	-	428	310	-	-
<b>Benefício fiscal do grupo (Nota de rodapé 2)</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 82</b>	<b>£ 106</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Dividendos pagos (Nota 32)</b>	<b>£ 390</b>	<b>£ 85</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Dividendos recebidos</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ -</b>
<b>Derivados</b>						
Justo valor positivo dos derivados no final do exercício	£ -	£ -	£ 11	£ 1	£ -	£ -
Justo valor negativo dos derivados no final do exercício	-	-	-	5	-	-

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 43 TRANSACÇÕES DE PARTES RELACIONADAS (continuação)

O valor das transacções com partes associadas, os saldos pendentes a 31 de Dezembro e os gastos e rendimentos associados para o exercício são os seguintes:

Empresa	Subsidiárias da Empresa		Empresa-mãe		Entidades sob controlo comum		Entidades Controladas Conjuntamente	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>Contas a receber</b>								
Contas a receber a 1 de Janeiro	£ 110	£ 219	£ -	£ -	£ 102	£ 233	£ 12	£ (7)
Acréscimos a contas a receber durante o exercício	24 937	32 367	3	-	2 010	2 578	70	252
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	#####	#####	(2)	-	(2 042)	(2 709)	(81)	(233)
<b>Contas a receber a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 887</b>	<b>£ 110</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 70</b>	<b>£ 102</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 12</b>
<b>Empréstimos</b>								
Empréstimos pendentes a 1 de Janeiro	£ 78	£ 109	£ -	£ -	£ 236	£ 196	£ -	£ -
Empréstimos emitidos durante o exercício	3 813	2 736	-	-	2 249	2 124	-	-
Reembolsos de empréstimos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	(3 511)	(2 767)	-	-	(2 289)	(2 084)	-	-
<b>Empréstimos pendentes a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 380</b>	<b>£ 78</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 196</b>	<b>£ 236</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Investimento em participações do grupo (Nota 24)</b>								
Gastos a 1 de Janeiro	£ 63	£ 177	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -	£ -
Investimentos adicionais durante o exercício	276	-	-	-	-	-	-	-
Redução dos investimentos durante o exercício	-	(114)	-	-	-	-	-	-
<b>Gastos a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 339</b>	<b>£ 63</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Contas a pagar</b>								
Contas a pagar a 1 de Janeiro	£ 65	£ 66	£ 11	£ 21	£ 183	£ 294	£ 1	£ (8)
Acréscimos a contas a pagar durante o exercício	15 670	16 834	82	126	31 394	33 583	1	78
Reembolsos durante o exercício (Nota de rodapé 4)	#####	#####	(85)	(136)	#####	#####	(2)	(69)
<b>Contas a pagar a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 18</b>	<b>£ 65</b>	<b>£ 8</b>	<b>£ 11</b>	<b>£ 49</b>	<b>£ 183</b>	<b>£ 0</b>	<b>£ 1</b>
<b>Depósitos recebidos/empréstimos subordinados</b>								
Depósitos a 1 de Janeiro	£ 3 778	£ 6 385	£ 671	£ 2 033	£ 289	£ 255	£ -	£ -
Depósitos recebidos durante o exercício	21 567	20 386	577	1 733	426	817	-	-
Depósitos reembolsados durante o exercício (Nota de rodapé 4)	#####	#####	(836)	(3 095)	(396)	(783)	-	-
<b>Depósitos a 31 de Dezembro</b>	<b>£ 4 237</b>	<b>£ 3 778</b>	<b>£ 412</b>	<b>£ 671</b>	<b>£ 319</b>	<b>£ 289</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Receita</b>								
Suplementos de juros recebidos	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 438	£ 424	£ -	£ -
Rendimento de juros de partes associadas	5	8	-	-	9	28	-	-
Honorários por serviços recebidos/(pagos) (Nota de rodapé 1)	2	1	(13)	(9)	(17)	(16)	3	2
<b>Gastos</b>								
Gastos com juros sobre depósitos	£ -	£ -	£ 4	£ 18	£ -	£ -	£ -	£ -
Gastos com juros	1	1	26	86	5	5	-	-
<b>Garantias</b>								
Garantias fornecidas (Nota 35)	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 396	£ 274	£ -	£ -
Compromissos de empréstimos (Nota de rodapé 3)	43	26	-	-	-	-	-	-
Garantias recebidas	-	-	-	-	428	310	-	-
<b>Benefício fiscal do grupo (Nota de rodapé 2)</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ 1</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 82</b>	<b>£ 106</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Dividendos pagos (Nota 32)</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 390</b>	<b>£ 85</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>
<b>Dividendos recebidos</b>	<b>£ 9</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ -</b>	<b>£ 3</b>	<b>£ -</b>
<b>Derivados</b>								
Justo valor positivo dos derivados no final do exercício	£ -	£ -	£ -	£ -	£ 11	£ 1	£ -	£ -
Justo valor negativo dos derivados no final do exercício	-	-	-	-	-	5	-	-

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 44 RELATO POR SEGMENTOS

Os dados relativos a segmentos registados incluem rendimentos, gastos e outras informações financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e informações sobre activos a 31 de Dezembro de 2010.

44a) Valores da avaliação do desempenho	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
	2010 milhões de dólares						
Rendimentos do mercado	\$ 372	\$ 486	\$ 209	\$ 100	\$ 117	\$ 229	\$ 1 513
Custos de empréstimo	(229)	(302)	(139)	(58)	(70)	(127)	(925)
Despesas operacionais	(70)	(112)	(29)	(47)	(24)	(60)	(342)
Perdas por imparidade	(11)	5	(9)	0	1	10	(4)
Outras receitas / (gastos)	3	28	0	3	(1)	(17)	16
Lucros / (Perdas) antes de impostos	\$ 65	\$ 105	\$ 32	\$ (2)	\$ 23	\$ 35	\$ 258
Contas líquidas a receber	\$ 4 406	\$ 6 068	\$ 2 316	\$ 963	\$ 1 327	\$ 2 420	\$ 17 500

44b) Reconciliação entre determinados valores da avaliação do desempenho 44a) e as informações Complementares 44c)							
Valores da avaliação do desempenho	Rendimentos do Mercado milhões	Custos de Empréstimos milhões	Despesas Operacionais milhões	Perdas por Imparidade milhões	PBT milhões	Contas Líquidas a Receber milhões	
Segmentos relativos	\$ 1 284	\$ (798)	\$ (282)	\$ (14)	\$ 223	\$ 15 080	
Operações centrais / outros	229	(127)	(60)	10	35	2 420	
<b>Total</b>	<b>\$ 1 513</b>	<b>\$ (925)</b>	<b>\$ (342)</b>	<b>\$ (4)</b>	<b>\$ 258</b>	<b>\$ 17 500</b>	
Convertido para GBP	£ 978	£ (598)	£ (221)	(2)	£ 167	£ 11 269	
IFRS vs PCGA dos EUA	20	-	(8)	-	8	(14)	
Diferenças de apresentação:							
Locações operacionais	117	-	-	-	-	(148)	
Suplementos de juro	-	-	-	-	-	(193)	
Provisão para perdas incorridas	-	-	-	-	-	(82)	
Gastos com honorários e comissões	8	-	-	-	-	-	
Ganhos / perdas residuais / reserva	5	-	-	-	-	(7)	
Outras diferenças de apresentação	(25)	(7)	14	(8)	4	(7)	
Ajustes							
Ajuste do capital baseado em risco	-	71	-	-	71	-	
Outros ajustes do desempenho	-	(5)	-	-	(12)	-	
Ajustes da tempestividade	-	-	-	1	1	-	
<b>Total da Reconciliação com as IFRS</b>	<b>£ 1 103</b>	<b>£ (539)</b>	<b>£ (215)</b>	<b>£ (9)</b>	<b>£ 239</b>	<b>£ 10 818</b>	
<b>Com base nas IFRS</b>							
Total de receitas (Consultar 44c)	£ 1 103						
Gastos com juros		£ (539)					
Despesas operacionais			£ (215)				
Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos				£ (9)			
Lucros / (Perdas) antes de impostos (Consultar 44c)					£ 239		
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes (Consultar 44c)						£ 10 818	

44c) Informações Complementares – Com base nas IFRS		Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total
		2010 milhões de libras						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>								
Receitas de comercialização a retalho	Nota	£ 142	£ 215	£ 64	£ 39	£ 30	£ 49	£ 539
Receitas de comercialização por grosso		88	50	60	26	38	78	340
Outros rendimentos de juros		5	1	1	-	1	6	14
Rendimento de honorários e comissões		9	35	10	2	8	6	70
Rendimento de locações operacionais		-	136	-	-	-	4	140
Total da receita externa		£ 244	£ 437	£ 135	£ 67	£ 77	£ 143	£ 1 103
Receita Intersegmentos		-	2	-	1	-	(3)	-
Total de Receitas		£ 244	£ 439	£ 135	£ 68	£ 77	£ 140	£ 1 103
Depreciação de activos fixos tangíveis	19	-	(97)	-	-	-	(3)	(100)
Amortização de outros activos intangíveis	22	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Lucros / (Perdas) antes de impostos		£ 54	£ 45	£ 25	£ 12	£ 11	£ 92	£ 239
<i>Memo – Incluindo Rubricas Extraordinárias</i>	9	(5)	(2)	2	(10)	(1)	(2)	(18)
<b>ACTIVO</b>								
Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	15	£ 2 793	£ 3 588	£ 1 466	£ 596	£ 835	£ 1 540	£ 10 818
Activos fixos tangíveis		1	146	-	1	-	5	153
Investimento numa entidade controlada conjuntamente	23	-	-	-	-	-	45	45
Total do activo		£ 2 835	£ 4 246	£ 1 847	£ 698	£ 1 013	£ 3 373	£ 14 012

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 44 RELATO POR SEGMENTOS (continuação)

Os dados relativos a segmentos registados incluem rendimentos, gastos e outras informações financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2009 e informações sobre activos a 31 de Dezembro de 2009.

44a) Valores da avaliação do desempenho	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total	
	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	2009 milhões de dólares	
Rendimentos do mercado	\$ 458	\$ 544	\$ 246	\$ 172	\$ 136	\$ 281	\$ 1 837	
Custos de empréstimo	(296)	(336)	(160)	(92)	(89)	(168)	(1 141)	
Despesas operacionais	(69)	(102)	(19)	(43)	(24)	(72)	(329)	
Perdas por imparidade	(21)	(53)	(24)	(126)	(4)	(18)	(246)	
Outras receitas / (gastos)	36	10	(3)	(27)	(1)	3	18	
<b>Lucros / (Perdas) antes de impostos</b>	<b>\$ 108</b>	<b>\$ 63</b>	<b>\$ 40</b>	<b>\$ (116)</b>	<b>\$ 18</b>	<b>\$ 26</b>	<b>\$ 139</b>	
Contas líquidas a receber	\$ 5 287	\$ 6 790	\$ 3 000	\$ 1 692	\$ 1 480	\$ 2 759	\$ 21 008	
<b>44b) Reconciliação entre determinados valores da avaliação do desempenho 44a) e as Informações Complementares 44c)</b>								
	Rendimentos do Mercado	Custos de Empréstimos	Despesas Operacionais	Perdas por Imparidade	PBT	Contas Líquidas a Receber		
<b>Valores da avaliação do desempenho</b>	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões		
Segmentos relatórios	\$ 1 556	\$ (973)	\$ (257)	\$ (228)	\$ 113	\$ 18 249		
Operações centrais / outros	281	(168)	(72)	(18)	26	2 759		
<b>Total</b>	<b>\$ 1 837</b>	<b>\$ (1 141)</b>	<b>\$ (329)</b>	<b>\$ (246)</b>	<b>\$ 139</b>	<b>\$ 21 008</b>		
Convertido para GBP	£ 1 154	£ (718)	£ (207)	£ (154)	£ 87	£ 12 974		
IFRS vs PCGA dos EUA		39	-	(14)	-	11	(22)	
Diferenças de apresentação:								
Locações operacionais		119	-	-	-	-	(106)	
Suplementos de juros não recebidos		-	-	-	-	-	(258)	
Provisão para perdas incorridas		-	-	-	-	-	(117)	
Gastos com honorários e comissões		14	-	-	-	-	-	
Ganhos / perdas residuais / reserva		8	-	-	-	-	(14)	
Outras diferenças de apresentação		(5)	(24)	16	1	(1)	15	
Ajustes:								
Ajuste do capital baseado em risco		-	96	-	-	96	-	
Outros ajustes do desempenho		-	(7)	-	-	36	-	
Ajustes da tempestividade		(6)	-	-	-	(6)	-	
<b>Total da Reconciliação com as IFRS</b>	<b>£ 1 323</b>	<b>£ (653)</b>	<b>£ (205)</b>	<b>£ (153)</b>	<b>£ 223</b>	<b>£ 12 472</b>		
<b>Com base nas IFRS</b>								
Total de receitas (Consultar 44c)	£ 1 323							
Gastos com Juros		£ (653)						
Gastos Operacionais			£ (205)					
Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos				£ (153)				
Lucros / (Perdas) antes de impostos (Consultar 44c)					£ 223			
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes (Consultar 44c)						£ 12 472		
<b>44c) Informações Complementares – Com base nas IFRS</b>								
	Reino Unido	Alemanha	Itália	Espanha	França	Sede / Outros	Total	
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>Nota</b>	<b>2009 milhões de libras</b>						
Receitas de comercialização a retalho	£	181	£ 245	£ 76	£ 61	£ 26	£ 74	£ 663
Receitas de comercialização por grosso		105	56	73	39	47	96	416
Outros rendimentos de juros		21	10	2	1	2	(4)	32
Rendimento de honorários e comissões		18	37	12	4	7	4	82
Rendimento de locações operacionais		-	124	-	-	1	5	130
<b>Total da Receita Externa</b>	<b>£</b>	<b>325</b>	<b>£ 472</b>	<b>£ 163</b>	<b>£ 105</b>	<b>£ 83</b>	<b>£ 175</b>	<b>£ 1 323</b>
Receita intersegmentos		-	1	-	-	-	(1)	-
<b>Total de Receitas</b>	<b>£</b>	<b>325</b>	<b>£ 473</b>	<b>£ 163</b>	<b>£ 105</b>	<b>£ 83</b>	<b>£ 174</b>	<b>£ 1 323</b>
Depreciação de activos fixos tangíveis		-	(116)	-	-	-	(4)	(120)
Amortização de outros activos intangíveis		-	-	-	-	-	(4)	(4)
Lucros / (Perdas) antes de impostos		£ 68	£ 30	£ 17	£ (8)	£ 8	£ 108	£ 223
- Incluindo ganhos extraordinários/(perdas)	9	-	3	10	(31)	(1)	-	(19)
<b>ACTIVO a 31 Dezembro 2009</b>								
Empréstimos líquidos e adiantamentos a clientes	15	£ 3 206	£ 3 879	£ 1 819	£ 995	£ 894	£ 1 679	£ 12 472
Propriedade e equipamento		2	98	-	-	-	10	110
Investimento numa entidade controlada conjuntamente	22	-	-	-	-	-	41	41
<b>Total do Activo</b>	<b>£</b>	<b>3 482</b>	<b>£ 4 690</b>	<b>£ 2 220</b>	<b>£ 1 181</b>	<b>£ 1 054</b>	<b>£ 3 581</b>	<b>£ 16 208</b>

Para obter informações detalhadas sobre a redefinição, consulte a Nota 1 “Políticas contabilísticas”

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 44 RELATO POR SEGMENTOS (continuação)

Em linha com o ponto central da análise de gestão e os requisitos da IFRS 8 “Segmentos Operacionais”, o desempenho dos cinco principais mercados geográficos (Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha) é apresentado separadamente. O desempenho dos cinco principais mercados (“Segmentos Relatáveis”) constitui mais de 75% da receita externa e foi analisado como segmentos

relatáveis separados nas páginas 118 e 119, com todos os outros mercados e operações, combinados na rubrica “Outros/Sede”, conforme se descreve abaixo. “Sede” inclui várias operações que apoiam as subsidiárias e sucursais da Empresa, cujos gastos são atribuídos ao estabelecimento que beneficia do serviço.

Segmento Relatável	Descrição
França	A sucursal da Empresa em França.
Alemanha	As sucursais da Empresa na Alemanha.
Itália	A sucursal da Empresa em Itália.
Espanha	A sucursal da Empresa em Espanha.
Reino Unido	As operações no Reino Unido, excluindo a Worldwide Trade Financing (WTF), uma divisão britânica, e as Operações da Sede (que estão incluídas na rubrica “Sede/Outros”).

Os segmentos relatáveis incluem as Entidades de Finalidade Especial que suportam as transacções de titularização nesses mercados.

“Sede/Outros” representa as operações que, individualmente, contribuem em menos de 10% para as receitas externas, e inclui as sucursais da Empresa na Áustria, Bélgica, Grécia, Irlanda, Países Baixos e Portugal, bem como as subsidiárias do FCE sediadas na República Checa, Hungria e Polónia. Além disso, “Sede/Outros” inclui as operações da Sede, WTF, uma divisão britânica, eliminações de transacções intra e interempresas e uma carteira de créditos em amortização na Noruega.

Em cada segmento relatável, a receita externa é derivada do fornecimento de produtos financeiros a clientes a retalho e a revendedores de automóveis da marca Ford (designados “Retalho” e “Por Grosso”, respectivamente, no Relatório Anual e Contas de 2010), conforme descrito na página 13 “Descrição do negócio”.

### 44a) Valores da avaliação do desempenho

Segundo a IFRS 8, a demonstração de resultados e os dados do balanço devem ser iguais aos apresentados à Comissão Executiva (“CE”) do FCE, que é o principal órgão responsável pela tomada de decisões. Os dados relativos a segmentos são apresentados à CE em dólares americanos, em conformidade com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) dos EUA, partindo de uma abordagem de Capital Baseado em Risco (RBE), excluindo os ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e os ajustamentos cambiais (consulte a rubrica “Definições”, conforme detalhado na página 2, para ler a definição de “RBE”).

A CE avalia o desempenho das subsidiárias e das sucursais do FCE, de uma perspectiva geográfica, e afecta os recursos com base nestas informações. Os valores da avaliação do desempenho são apresentados e estruturados de forma a enfatizar a gestão interna do negócio e a incluir as seguintes rubricas:

“**Rendimentos do mercado**” representa:

- (i) rendimento de juros de contas a receber resultantes de planos de financiamento a retalho e por grosso, representando a maior parte do negócio do FCE;
- (ii) rendas recebidas por locação operacional de veículos, menos a depreciação dos veículos a motor detidos para uso sob locações operacionais e
- (iii) rendimento líquido de honorários e comissões.

“**Custos de empréstimo**” representa os gastos associados a financiamentos não garantidos verificados local e centralmente, e a financiamentos baseados em titularização verificados localmente, partindo de uma abordagem de RBE. O processo RBE atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente em cada estabelecimento, e o custo de empréstimo é ajustado contra o valor registado nos termos das IFRS, de forma a reflectir o impacto do custo das alterações no nível da dívida que seria necessário para cumprir os requisitos de capital revistos. O financiamento a nível central e os custos derivados, incluindo os custos de manutenção de um amortecedor de liquidez, são atribuídos anualmente aos respectivos estabelecimentos.

Os valores de “**Gastos operacionais**” e “**Perdas por imparidade**” são, geralmente, iguais aos apresentados na avaliação do desempenho e nas IFRS.

“**Outras receitas/(gastos)**” – representa vários outros rendimentos/gastos não incluídos nas rubricas anteriores.

“**Lucros/(Perdas) antes de impostos**” são apresentados nos termos dos PCGA dos EUA, partindo de uma abordagem de RBE, excluindo os ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e os ajustamentos cambiais.

“**Contas líquidas a receber**” são apresentadas com base nos PCGA dos EUA, excluindo a “provisão para perdas incorridas” e os “suplementos de juros não recebidos de partes associadas”, e incluindo o investimento líquido do FCE em veículos a motor detidos para uso pelo FCE, na qualidade de locador, sob locações operacionais.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 44 RELATO POR SEGMENTOS (continuação)

### 44b) Reconciliação entre os valores da avaliação do desempenho e os valores das IFRS

De forma a ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras, é fornecida uma reconciliação entre determinados valores da avaliação do desempenho e das Informações Complementares, conforme apresentado em 44 a) e 44 c), e a demonstração de resultados consolidados de acordo com as IFRS, conforme detalhado abaixo.

Rubrica da avaliação do desempenho	Rubrica das IFRS (incluída na tabela 44c)
Rendimentos do mercado	Receita total*
Lucros/(Perdas) antes de impostos	Lucros/(Perdas) antes de impostos.
Contas líquidas a receber	Total de empréstimos e adiantamentos a clientes no final do período
Rubrica da avaliação do desempenho	Rubrica das IFRS (incluída na demonstração de resultados)
Custos de empréstimo	Gastos com juros
Despesas operacionais	Despesas operacionais
Perdas por imparidade	Perdas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos
Outras receitas/gastos	As perdas e ganhos de valor residual para veículos de locação operacional e de retalho são incluídas em "Rendimento de juros" e "Depreciação de activos fixos tangíveis", respectivamente.

\* O Total de Receitas inclui "Rendimento de juros", "Rendimento de honorários e comissões" e "Rendimento de locações operacionais".

Esta secção começa com os valores da avaliação do desempenho, supradetalhados, para os Segmentos Relatáveis do FCE mais as operações de "Sede/Outros" em dólares americanos, e converte os valores apresentados para libras esterlinas ("Convertido para GBP"), com base nas taxas de câmbio, conforme incorridas, e "Contas

líquidas a receber" à taxa de câmbio em vigor na data do relatório. O valor resultante é, então, reconciliado com os valores apresentados em 44c) e com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS. Entre as principais diferenças encontram-se:

#### IFRS v PCGA dos EUA

Diferenças entre as IFRS e os PCGA dos EUA. Tais diferenças no tratamento contabilístico incluem a titularização, custos de geração de empréstimos diferidos e financiamento associado.

#### Diferenças de apresentação:

Níveis de análise da CE das "contas líquidas a receber" como medida-chave de avaliação do desempenho. Tal inclui as locações operacionais (apresentadas no balanço de acordo com as IFRS na rubrica "Activos fixos tangíveis"), excluindo os custos de geração de empréstimos diferidos, o rendimento de financiamento não recebido, os suplementos de juros de partes associadas, as provisões para perdas incorridas e as perdas do valor residual do veículo.

Outras divergências nesta categoria representam diferenças de apresentação menores entre a avaliação do desempenho e o relatório elaborado de acordo com as IFRS.

#### Ajustamentos:

Esta secção inclui os seguintes ajustamentos:

O ajustamento do desempenho, partindo de uma abordagem de RBE, atribui o capital com base numa avaliação do risco inerente em cada estabelecimento. Os custos de empréstimo são ajustados contra os relatados ao abrigo da IFRS, para reflectir o impacto dos custos das mudanças ao nível da dívida que seriam necessárias para corresponder aos requisitos de capital próprio revistos. O ajustamento, partindo de uma abordagem de RBE, permite a avaliação, de uma perspectiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento.

"Outros Ajustamentos de Desempenho" inclui o impacto nos resultados dos ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros e dos ajustamentos cambiais. Relacionados essencialmente com os movimentos das taxas de mercado, encontram-se excluídos da avaliação do desempenho da CE, pois as actividades de gestão de risco do FCE são administradas de forma central.

São necessários ajustamentos da tempestividade, de forma a incluir ajustamentos posteriores ao balanço nos resultados de acordo com as IFRS.

### 44c) Informações complementares

Para cumprir os requisitos da IFRS 8, quaisquer divulgações não incorporadas nos resultados da avaliação do desempenho, conforme apresentado na secção 44 a), são fornecidas na secção 44 c) abaixo, nessas mesmas páginas. Os dados financeiros apresentados estão em conformidade com o relato das contas intercalares e são apresentados em libras esterlinas de acordo com as IFRS, incluindo ajustamentos ao justo valor de instrumentos

financeiros e ajustamentos cambiais, e excluindo os ajustamentos analíticos partindo de uma abordagem de RBE. As informações incluídas na secção 44 c) seguem a base descrita, pois não são consideradas passíveis de produzir informações complementares de acordo com a IFRS 8, em concordância com os resultados da avaliação do desempenho divulgados à CE.

### Preços de transferência

Durante o exercício de 2009, a Empresa actualizou a sua metodologia de preços de transferência de acordo com as novas directrizes publicadas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a 17 de Julho de 2008. A implementação da nova metodologia não interfere nos lucros globais

antes de impostos da Empresa e está excluída dos resultados da avaliação do desempenho. Os lucros antes de impostos de segmentos operacionais individuais, conforme apresentado de acordo com as IFRS na secção 44c), são influenciados pelas alterações resultantes.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Reconciliação dos lucros antes de impostos com a caixa de actividades operacionais para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009.

	Empresa		Grupo	
	2010	2009	2010	2009
	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras	milhões de libras
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>				
Lucros antes de impostos	£ 176	£ 169	£ 239	£ 223
Ajustamentos para:				
Gastos de depreciação da propriedade e equipamento	1	1	1	1
Gastos de depreciação dos veículos de locação operacional	99	119	99	119
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	38	(6)	41	(7)
Perdas brutas por imparidade sobre empréstimos e adiantamentos	54	207	55	207
Participação no rendimento líquido de uma entidade controlada conjuntamente	-	-	(6)	-
Amortização de outros activos intangíveis	4	5	4	5
Ajustamentos ao justo valor de instrumentos financeiros	23	8	(34)	(36)
Capitalização de software gerado internamente	-	(4)	-	(4)
Gastos com juros	552	664	539	653
Rendimento de juros	(891)	(1 108)	(893)	(1 111)
Alterações nos passivos e activos operacionais:				
Aumento/(diminuição) líquido dos passivos acrescidos e do rendimento diferido	83	277	95	234
(Aumento)/diminuição líquido dos encargos diferidos e gastos pagos antecipadamente	25	20	22	16
(Aumento)/diminuição líquido das contas a receber resultantes de planos de financiamento	1 353	3 782	1 329	3 743
Aquisição de veículos para locações operacionais	(462)	(403)	(462)	(267)
Proveitos da venda de veículos em locação operacional	316	336	316	334
(Aumento)/diminuição líquido em veículos a aguardar venda	55	25	55	25
(Aumento)/diminuição líquido das contas a receber	83	32	85	27
Aumento/(diminuição) líquido das contas a pagar	27	(21)	25	(17)
(Aumento)/diminuição líquido das contas a receber de participações associadas	(127)	236	75	100
Aumento/(diminuição) líquido das contas a pagar a participações associadas	(155)	(65)	(251)	(96)
Caixa de/(utilizada em) actividades operacionais	£ 1 254	£ 4 274	£ 1 334	£ 4 149

### Transacções que não em caixa excluídas da demonstração de fluxos de caixa

Durante 2010, a Empresa levou a cabo acções de reestruturação de capital de transacções que não em caixa, relacionadas com a FCE Leasing (Holdings) Limited, uma subsidiária directa detida a 100% no Reino Unido. Para obter informações adicionais, consulte a Nota 24 "Investimentos em participações do grupo".

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 45 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (continuação)

Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa no início e no final do período, e dos movimentos relativos aos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009.

	Empresa		Grupo	
	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>No início do período:</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 1 628	£ 1 530	£ 2 586	£ 2 695
Menos:				
- Depósitos em banco central e outros depósitos para apoio de empréstimos do Banco Europeu de Investimento	(180)	(281)	(181)	(281)
- Descobertos bancários	(53)	(103)	(53)	(114)
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2010 e de 2009</b>	<b>£ 1 395</b>	<b>£ 1 146</b>	<b>£ 2 352</b>	<b>£ 2 300</b>
<b>No final do período:</b>				
Caixa e adiantamentos	£ 1 292	£ 1 628	£ 2 094	£ 2 586
Menos:				
- Depósitos em banco central e outros depósitos para apoio de empréstimos do Banco Europeu de Investimento	(167)	(180)	(168)	(181)
- Descobertos bancários	-	(53)	-	(53)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009</b>	<b>£ 1 125</b>	<b>£ 1 395</b>	<b>£ 1 926</b>	<b>£ 2 352</b>
<b>Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	£ 1 395	£ 1 146	£ 2 352	£ 2 300
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1 125	1 395	1 926	2 352
<b>Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>£ (270)</b>	<b>£ 249</b>	<b>£ (426)</b>	<b>£ 52</b>

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos detidos com menos de 90 dias de maturidade desde a data de aquisição, incluindo títulos do Tesouro e outros títulos elegíveis, bem como montantes devidos de bancos, líquidos de descobertos bancários. No balanço, os descobertos bancários são incluídos no passivo na rubrica "Dívidas a bancos e a outras instituições financeiras".

### Alterações às políticas contabilísticas

"Caixa associada a transacções de titularização", anteriormente excluída da reconciliação de caixa e equivalentes de caixa, encontra-se agora incluída em "Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa".

- No Grupo, "Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa", conforme registado, ascendeu a 52 milhões de libras (anteriormente registado como "Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa" no valor de 256 milhões de libras); e
- Na Empresa, "Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa", conforme registado, ascendeu a 249 milhões de libras (anteriormente registado como "Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa" no valor de 233 milhões de libras).

"Depósitos em banco central e outros depósitos para apoio de empréstimos do Banco Europeu de Investimento", que se encontram incluídos em "Caixa e adiantamentos a bancos", não estão disponíveis para uso nas operações diárias do FCE e, como tal, estão excluídas da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da demonstração de fluxos de caixa.

"Proveitos da venda de veículos em locação operacional" e "Aquisição de veículos em locação operacional", anteriormente apresentados em "Fluxos de caixa de actividades de investimento", encontram-se agora representados em "Fluxos de caixa de actividades operacionais".

- No Grupo, "Fluxos de caixa de actividades de investimento" conforme apresentado, ascendeu a zero (anteriormente registado como 67 milhões de libras) e "Fluxos de caixa de actividades operacionais" ascendeu a 4 149 milhões de libras (anteriormente registado como 4 082 milhões de libras)
- Na Empresa, "Fluxos de caixa de actividades de investimento" conforme apresentado, ascendeu a 115 milhões de libras (anteriormente registado como 48 milhões de libras) e "Fluxos de caixa de actividades operacionais" ascendeu a 4 149 milhões de libras (anteriormente registado como 4 082 milhões de libras)

Estas alterações visam apresentar mais correctamente a forma como o FCE gera e utiliza caixa e equivalentes de caixa e não têm qualquer impacto nas alterações gerais à Caixa e Adiantamentos, conforme apresentado em 2009.

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010

## 46 FCE E OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE PARTES ASSOCIADAS

Domicílio: Reino Unido (UK).

Natureza jurídica: A Empresa é um banco regulado, autorizado a receber depósitos e a ser intermediário de seguros segundo a Lei de Mercados e Serviços Financeiros de 2000, e é regulada pela Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido. A Empresa também possui uma licença padrão segundo a Lei de Créditos ao Consumidor do Reino Unido de 1974 e outras licenças para gerir actividades financeiras noutros locais da Europa. Para além do Reino Unido, a Empresa detém sucursais activas noutros 11 países europeus, que exerceram os direitos de passaporte para realizar actividades reguladas nesses países segundo as Directivas de Mediação de Seguros e Consolidação Bancária.

País de registo: A Empresa é uma sociedade anónima constituída e registada na Inglaterra e no País de Gales.

Sede social: Sede – Eagle Way, Brentwood, Essex, CM13 3AR. Registada em Inglaterra e no País de Gales, sob o n.º 772784.

A Empresa tem sete subsidiárias no Reino Unido (consulte a Nota 23 “Investimentos em participações do grupo”), que partilham a mesma sede social que a Empresa:

A Volvo Car Finance Limited tem a sua sede social em:

Globe Park,  
Marlow,  
Buckinghamshire,  
SL7 1YQ

Além disso, a Empresa tem subsidiárias na República Checa, Hungria, Polónia e Suécia, e uma joint-venture na região nórdica – consulte “Estabelecimentos na Europa”, na página 127, para saber quais os endereços das subsidiárias e sucursais da Empresa na Europa.

Natureza das operações e principais actividades: O principal negócio do FCE consiste em apoiar a venda dos veículos da Ford e dos seus fabricantes afiliados na Europa através das respectivas redes de revendedores. É fornecida uma variedade de planos de financiamento a retalho, por locação e por grosso nos mercados em que o FCE opera.

Nos mercados europeus, o FCE oferece a maioria dos seus produtos e serviços em nome das marcas Ford Credit ou Ford Bank – consulte “Estabelecimentos na Europa”, na página 127, para obter informações adicionais. A Empresa, através da sua divisão Worldwide Trade Financing (WTF), financia importadores e distribuidores em países onde, geralmente, não há qualquer presença local estabelecida da Ford. Actualmente, a WTF fornece planos de financiamento em cerca de 70 países. Além disso, existem operações de marca privada em alguns mercados europeus.

Empresa-mãe: A empresa-mãe da Empresa é a Ford Credit International Inc. (FCI). A FCI não elabora contas consolidadas visto ser detida a 100% pela, e consolidada nas contas de, Ford Motor Credit Company LLC (FMCC). Empresa-mãe global: A empresa-mãe global e participante maioritária é a Ford Motor Company (Ford). Todas as três empresas (Ford, FCI e FMCC) estão constituídas nos Estados Unidos da América.

As cópias das contas consolidadas da FMCC e da Ford podem ser obtidas junto da Ford Motor Company (US), sediada em: The American Road, Dearborn, Michigan 48121, Estados Unidos da América.

## 47 FACTOS POSTERIORES AO BALANÇO

A 16 de Março de 2011, a empresa reconheceu 11 milhões de libras de rendimento relacionado com a liquidação de montantes pendentes ao abrigo de acordos de participação em lucros históricos celebrados com terceiros que, anteriormente, não correspondiam aos critérios de reconhecimento.

## Principais rácios e termos financeiros

A tabela abaixo resume o cálculo dos principais rácios financeiros indicados na secção “Resumo do desempenho” do “Relatório de 2010”. Os rácios de custos, margem e perda de crédito excluem rubricas extraordinárias de modo a apresentarem o desempenho subjacente ou “normalizado”. As rubricas extraordinárias estão resumidas na Nota 9 “Lucros antes de impostos”.

		Notas	2010 milhões de libras	2009 milhões de libras
<b>DADOS COMPLEMENTARES:</b>				
A [i]	Média de contas líquidas a receber		£ 11 227	£ 13 249
A [ii]	Empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes	15	10 818	12 472
A [iii]	Exposições ponderadas pelo risco		11 829	12 879
A [iv]	Abatimentos por imparidade colectiva	16	81	114
B [i]	Situação Líquida Média Anual		2 742	2 924
B [ii]	Capital Tier 1	33	2 510	2 816
B [iii]	Total de Capital Regulamentar	33	2 789	3 182
<b>RESULTADO:</b>				
	- Total do resultado		564	658
	- Rubricas extraordinárias deduzidas	9	(7)	(11)
	- Depreciação dos Veículos de locação operacional	19	(100)	(120)
C	Resultado normalizado (margem)		457	527
<b>GASTOS OPERACIONAIS:</b>				
	- Gastos operacionais	5	(215)	(205)
	- Equipamento de escritório e amortização do arrendamento	19	-	-
	- Gastos/(rendimentos) extraordinários	9	22	(1)
D	Gastos operacionais normalizados		(193)	(206)
<b>PERDA DE CRÉDITO:</b>				
	Perdas líquidas	16	(40)	(158)
	Rubricas extraordinárias	9	3	31
E	Perdas Líquidas Normalizadas		(37)	(127)
F	Lucros depois de impostos		161	166
<b>PRINCIPAIS RÁCIOS FINANCEIROS</b>				
	Retorno do Capital Próprio (F/B[i])		5,9%	5,7%
	Margem (C/A [j])		4,1%	4,0%
	Rácio Custo-Eficiência (D/A [j])		1,7%	1,6%
	Rácio de Acessibilidade do Custo (D/C)		42,2%	39,1%
	Rácio de Perda de Crédito excluindo perdas extraordinárias (E/A [j])		0,33%	0,96%
	Cobertura da Perda de Crédito (A [iv]/A [ii])		0,7%	0,9%
	Capital Tier 1/Exposições ponderadas pelo risco (B [ii]/A [iii])		21,2%	21,9%
	Total de Capital Regulamentar/Exposições ponderadas pelo risco (B [iii]/A [iii])		23,6%	24,7%

Termos financeiros	Significado
Média de contas líquidas a receber	O saldo de contas líquidas a receber no final de cada mês, dividido pelo número de meses que constituem o período em análise.
Rubricas extraordinárias	Eventos que não costumam repetir-se ou transacções cuja divulgação ajuda a interpretar o desempenho em comparação com exercícios anteriores.
Contas brutas a receber	Total de pagamentos a haver relativos a empréstimos e a adiantamentos a clientes (consulte a Nota 15 “Empréstimos e adiantamentos a clientes”)
Contas líquidas a receber	Empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentados no balanço, representando as “Contas líquidas a receber”, incluindo quaisquer honorários/custos diferidos, menos provisões, rendimento de financiamento não recebido e suplementos de juros de partes associadas (consulte a Nota 15 “Empréstimos e adiantamentos a clientes”)
Normalizado	Excluindo rubricas extraordinárias (consulte a Nota 9 “Lucros antes de impostos”)
Exposições ponderadas pelo risco	Exposições multiplicadas pela percentagem adequada de ponderação do risco necessária para cumprir os requisitos do Acordo de Capital Basileia, incluindo um valor de activo teórico para o risco operacional e de mercado.
Capital Tier 1	Capital por acções, prémio de acção, resultados retidos auditados, líquidos de activos intangíveis, goodwill e outros ajustamentos para cumprir os requisitos regulamentares.
Total de Capital Regulamentar	“Capital Tier 1” mais os empréstimos subordinados qualificados e os abatimentos por imparidade colectiva.

## Endereços de páginas de Internet

Pode obter informações adicionais e recursos Web, incluindo os abaixo listados, nos endereços de Internet seguintes:

Dados complementares	Endereços da página de internet
<p><b>FCE Bank plc.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Annual Report” (Relatório Anual e Contas)</li> <li>“Interim Report” (Relatório e Contas Intercalar)</li> <li>“Basel Pillar 3 Report” (Relatório do Pilar 3 do Acordo de Basileia)</li> </ul>	<p><a href="http://www.fcebank.com">http://www.fcebank.com</a> ou <a href="http://www.fordfinancialeurope.com">http://www.fordfinancialeurope.com</a></p> <p>Para aceder através das hiperligações acima, clique em “Investor Information” (Informações do Investidor)</p>
<p><b>Ford Motor Company</b> (Empresa-mãe Global) incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Financial Results” (Resultados Financeiros)</li> <li>“Annual Reports” (Relatórios Anuais e Contas)</li> <li>“US SEC EDGAR filings” (Arquivo da EDGAR do SEC dos EUA) – Notas de rodapé 1 e 2</li> </ul>	<p><a href="http://www.ford.com/about-ford/investor-relations">http://www.ford.com/about-ford/investor-relations</a></p> <p>Para aceder através da hiperligação acima, seleccione e clique em “Company Reports” (Relatórios da Empresa).</p>
<p><b>Ford Motor Credit Company</b> incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Company Reports” (Relatórios da Empresa) – Nota de rodapé 2</li> <li>“Press Releases” (Comunicados à Imprensa)</li> <li>“Ford Credit public asset-backed securities transactions” (Transacções públicas de títulos garantidos por activos da Ford Credit) – Nota de rodapé 3</li> </ul>	<p><a href="http://www.fordcredit.com/investorcenter">http://www.fordcredit.com/investorcenter</a></p> <p>Para aceder através da hiperligação acima, clique em “Company Reports” (Relatórios da Empresa) e, em seguida, na opção pretendida.</p>
	
<p><b>Bolsa de Valores do Luxemburgo</b> que inclui</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prospecto Euro Medium Term Note Base (consulte a Nota 28 “Títulos de dívida em emissão”).</li> </ul>	<p><a href="http://www.bourse.lu">www.bourse.lu</a></p> <p>Para aceder, pesquise por “FCE”</p>
<p><b>Financial Reporting Council</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O Código Combinado do Governo Societário</li> </ul>	<p><a href="http://www.frc.org.uk">http://www.frc.org.uk</a></p>

### Informações complementares

**Nota de rodapé 1:** Securities and Exchange Commission (SEC) Electronic Data Gathering and Retrieval (EDGAR)

**Nota de rodapé 2:** Os arquivos do SEC incluem o Formulário 10-K para relatórios anuais e contas e o Formulário 10-Q para relatórios trimestrais.

**Nota de rodapé 3:** “Ford Credit public asset-backed securities transactions” (Transacções públicas de títulos garantidos por activos da Ford Credit) inclui dados relativos à titularização a retalho pública europeia, contendo os seguintes tipos de relatório:

- Circulares de Oferta
- Relatório Mensal de Agências de Notação
- Notificação de Pagamentos Mensais
- Demonstração Mensal a Obrigacionistas

## Estabelecimentos na Europa

Ao longo do tempo, as subsidiárias e sucursais do FCE forneceram planos de financiamento a retalho e por grosso para veículos da Ford e fabricantes europeus afiliados à Ford, de acordo com vários estilos comerciais, conforme se indica abaixo. No futuro, o FCE vai apostar no financiamento de veículos da Ford e da Volvo. A Jaguar, a Land Rover e a Mazda transferiram os seus negócios de serviços financeiros para outros financiadores. Durante o exercício de 2009, as subsidiárias e as sucursais do FCE sediadas nos locais abaixo deixarão de comprar novos negócios da Jaguar, da Land Rover e da Mazda, embora continuem a gerir carteiras em liquidação existentes em muitos dos mercados. A joint-venture do FCE, Forso Nordic Ab, continuará a financiar estas marcas.

Localização	Endereço	Estilos Comerciais
<b><u>Localização das Sucursais da Empresa</u></b>		
ÁUSTRIA	Ford Bank Austria Zweigniederlassung der FCE Bank plc, Fuerbergstrasse 51, Postfach 2, A-5020 Salzburgo	F, JFS, LRFS, M, VCF
BÉLGICA	FCE Bank plc, Hunderenveldlaan 10, B-1082 Bruxelas (também gere negócios no Luxemburgo)	F, JFS, LRFS, VCF, M
GRÃ-BRETANHA	FCE Bank plc, Central Office, Eagle Way, Brentwood, Essex CM13 3AR (para obter uma lista completa das subsidiárias no Reino Unido, consulte a Nota 22)	F, VCF
FRANÇA	FCE Bank plc, Succursale France, 34 Rue de la Croix de Fer, Saint-Germain-en-Laye, 78174	F, JFS, LRFS, M, P, VCF
ALEMANHA	Ford Bank Niederlassung der FCE Bank plc, Mazda Bank Niederlassung der FCE Bank plc Jaguar Financial Services Niederlassung der FCE Bank plc Land Rover Financial Services Niederlassung der FCE Bank plc	F M JFS LRFS
GRÉCIA	<b>Todas as quatro sucursais sediadas em Josef-Lammerting-Allee 24-34, 50933 Colónia</b> FCE Bank plc, 4 Konstantinoupoleos Ave & Gonata St, 12133 Peristeri, Atenas	F, VCF
IRLANDA	FCE Bank plc, Ground Floor, Block 1, The Oval, Shelbourne Road, Ballsbridge, Dublin 4	F, LRFS, VCF, HFS, M
ITÁLIA	FCE Bank plc/FCE spa, Via Andrea Argoli 54, 00143 Roma	F, JFS, LRFS, P, M, VCF
PAÍSES BAIXOS	FCE Bank plc, Amsteldijk 216/217, Postbus 795, 1000 AT, Amsterdão	F, JFS, LRFS, M, VCF
PORTUGAL	FCE Bank plc, Av. Liberdade, n.º 249 – 5.º Andar, 1250-143 Lisboa, Freguesia de Coração de Jesus	F, VCF
ESPAÑA	FCE Bank plc Sucursal en España, Calle Caléndula, 13, 28109 Alcobendas, Madrid	F, P, VCF
<b><u>O Grupo: Subsidiárias europeias do FCE</u></b>		
REPÚBLICA CHECA	FCE Credit, s.r.o., Nile House, Karolinská 654/2, 186 00 Praga 8	F, VCF
HUNGRIA	FCE Credit Hungária Zrt/FCE Services Szolgáltató Kft, Galamb József u. 3., Szentendre 2000	F, VCF
POLÓNIA	FCE Credit Polska S.A./FCE Bank Polska S.A., Marynarska Business Park, Tasmowa 7, 02-677 Varsóvia	F, VCF
<b><u>O Grupo: Joint-venture do FCE na região nórdica (participação do FCE na Saracen Holdco AB)</u></b>		
DINAMARCA	Forso Danmark, filial af Forso Nordic Ab, Borupvang 5 D-E, 2750 Ballerup	VCF, R, M
FINLÂNDIA	Forso Finance Oy, Taivaltie 1B, 01610 Vantaa	P, VCF
NORUEGA	Forso Nordic, Branch of Forso Nordic Ab, Pb 573, 1410 Kolbotn	LRFS, P, VCF, M
SUÉCIA	Forso Nordic Ab, Råvebergsvägen, 405 31 Göteborg (a partir de 29 de Março de 2010, o endereço será Torpavallsgatan 9, 416 73 Göteborg)	M, JFS, LRFS

## Glossário de termos definidos

<b>Termos Regulamentares</b>	<b>Significado dos termos financeiros</b>
PBT ajustado	PBT excluindo rubricas extraordinárias, os ajustamentos do justo valor de instrumentos financeiros e os ajustamentos cambiais. Consulte a página 7 de “Resumo do Desempenho”.
Período de Emergência da Média de Perdas	O período de tempo estimado entre o momento em que o valor das contas a receber passa a ter imparidade e o momento em que a conta é amortizada, expresso em anos.
IAS	Normas Contabilísticas Internacionais
IFRIC	Comité de Interpretação das Normas Internacionais de Relato Financeiro
IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro
Capital Baseado em Risco (RBE)	A base a partir da qual o FCE avalia o desempenho dos seus estabelecimentos. Os gastos com juros, partindo de uma abordagem de RBE, são ajustados a partir do valor apresentado nos termos das IFRS, de forma a atribuírem ao estabelecimento os gastos do capital com base na contribuição dos estabelecimentos para o risco total do FCE, e permitem a avaliação, de uma perspectiva global, do risco/retorno em cada estabelecimento. Os lucros antes de impostos, partindo de uma abordagem RBE, incluem um ajustamento dos gastos com juros e excluem os ganhos e as perdas relativos aos ajustamentos do justo valor derivado e dos ajustamentos cambiais. O impacto nos resultados dos ajustamentos do justo valor derivado e dos ajustamentos cambiais está, essencialmente, relacionado com os movimentos das taxas de juro e encontra-se excluído da avaliação do desempenho, pois as actividades de gestão de risco do FCE são administradas de forma central.

<b>Termos Regulamentares</b>	<b>Significado dos termos regulamentares</b>
	Para obter informações adicionais, consulte o documento de divulgação do Pilar 3 do Acordo de Basileia – o endereço da página de Internet é fornecido na página 126.
Basileia II	Uma norma internacional de negócios utilizada pelos bancos reguladores ao criarem regulamentos e o ambiente de supervisão para as instituições financeiras da União Europeia, de modo a que estas mantenham reservas de liquidez suficientes para cobrir riscos financeiros e operacionais incorridos pelas suas operações. Emitida pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, com a estrutura descrita na Directiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios da UE, e implementada pela legislação nacional.
ICAAP	Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno
ICG	A Orientação do Capital Individual é o que o FSA considera ser o nível de capital adequado para cumprir os objectivos regulamentares.
Pilar 1	Estrutura de capital que vem rever as directrizes do Acordo de 1988, ajustando os requisitos mínimos de capital de acordo com o risco real de perdas económicas de cada banco.
Pilar 2	Processo de Revisão da Supervisão da norma Basileia II através do qual os reguladores avaliam as actividades e os perfis de risco de bancos individuais para determinar se essas instituições devem deter níveis de capital mais elevados.
Pilar 3	Valoriza a capacidade de disciplina de mercado para motivar uma gestão prudente através do aumento do grau de transparência nos relatórios públicos emitidos pelos bancos aos seus accionistas e clientes.
Rácio de Solvabilidade	Calculado através da divisão dos requisitos mínimos de capital calculados nos termos do Pilar 1, mais outros requisitos de capital de risco de “Recursos de capital”, e da expressão deste valor na forma de uma percentagem. Para obter informações adicionais, consulte o documento de divulgação do Pilar 3 do Acordo de Basileia
Capital Tier 1	O capital Tier 1 do FCE é constituído pelo capital próprio, líquido de activos intangíveis, e goodwill (consulte a Nota 33 “Componentes do capital”).
Rácio de Capital Tier 1	O capital Tier 1 do FCE, conforme apresentado na Nota 33 “Componentes do capital”, dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção “Principais Rácios e Termos Financeiros”, na página 125.
Capital Tier 2	O capital Tier 2 do FCE é constituído pela dívida subordinada e pelas perdas por imparidade colectiva (consulte a Nota 33 “Componentes do capital”).
Rácio de Capital Tier 2	O capital Tier 2 do FCE, conforme apresentado na Nota 33 “Componentes do capital”, dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção “Principais Rácios e Termos Financeiros”, na página 125.
Capital Tier 3	O FCE não possui uma carteira de negociação e, por conseguinte, a sua estrutura de capital não inclui capital Tier 3 (consulte a Nota 33 “Componentes do capital”).
Total do Rácio de Capital	O total do capital regulamentar do FCE, conforme apresentado na Nota 33 “Componentes do capital”, dividido pelas exposições ponderadas pelo risco no final do período, de acordo com o definido na secção “Principais Rácios e Termos Financeiros”, na página 125.

## Glossário de termos definidos

Outros termos	Significado de outros termos
Conselho ou Conselho de Administração	O Conselho de Administração do FCE Bank plc.
Empresa	O FCE Bank plc., incluindo todas as suas sucursais europeias, mas excluindo as suas subsidiárias e SPE
Revendedor ou Concessionário	Um grossista franchisado directamente pela Ford, ou por uma das suas filiais, para o fornecimento de vendas, serviços, reparações de veículos e financiamento. Consulte "Por Grosso", adiante.
Derivados	Instrumentos financeiros que assumem a forma de contratos nos termos dos quais as partes concordam realizar pagamentos entre si com base no valor de um activo subjacente ou de outros dados em determinado momento no tempo.
EMTN	Programa de Emissão de Obrigações Europeias a Médio Prazo de 1993 lançado pelo FCE para a emissão de Obrigações, incluindo títulos de retalho, tanto a investidores institucionais como a retalho. A dimensão máxima actual do programa é de 12 mil milhões de dólares americanos.
FCE ou Grupo	Empresa e todas as suas subsidiárias (consulte a Nota 24, "Investimentos em Participações do Grupo").
FCI	Ford Credit International, Inc., empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, uma subsidiária da Ford Credit e accionista principal da Empresa
Locação financeira	Também conhecida como locação totalmente paga. Um contrato que envolve um pagamento ao longo de um período primário/básico de somas especificadas suficientes, no total, para amortizar as despesas de capital do locador e para providenciar os custos de empréstimo do locador e lucro. O locatário, normalmente, é responsável pela manutenção do activo.
FMCC	Ford Motor Credit Company LLC, sociedade de responsabilidade limitada constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e uma subsidiária indirecta detida a 100% pela Ford
Ford	Ford Motor Company, empresa constituída nos termos da Lei do Delaware, EUA, e a empresa-mãe global da empresa. Em determinados casos, este termo pode incluir a Ford Motor Company e todas ou parte das suas filiais
Forso/a Forso JV	Uma joint-venture financeira constituída com a Sofinco, uma subsidiária de crédito ao consumo da Credit Agricole S.A. em Junho de 2008, que proporciona planos de financiamento automóvel a clientes e revendedores nos mercados nórdicos.
Foveruka	Um plano de pensões da Ford Alemanha cujos activos incluem contratos de anuidade diferida e imediata com a companhia de seguros Alte Leipziger. O Foveruka cobre os trabalhadores assalariados horários e alguns trabalhadores do sector automóvel e do FCE (dependendo do cargo) contratados após 1 de Janeiro de 1993.
FSA	Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido. Estabelecida pelo Governo do Reino Unido e exerce poderes de supervisão estatutários ao abrigo da Lei de Mercados e Serviços Financeiros
Full Service Leasing ou FSL	Aluguer mensal fixo do veículo para clientes, incluindo manutenção contínua e eliminação do veículo no final do período contratado. Geralmente, o FCE detém responsabilidade pelo marketing e pelas vendas, pelos quais recebe um honorário, e subcontrata serviços de financiamento, locação, manutenção e reparação para as carteiras actuais e futuras de locações operacionais comerciais para um preferível parceiro sob a designação "Parceiro comercial".
Intercalares	As demonstrações financeiras intercalares consolidadas do FCE até e para o semestre findo a 30 Junho 2010
JFS	Jaguar Financial Services.
LRFS	Land Rover Financial Services
Locação operacional	Os contratos nos quais os activos não são totalmente amortizados durante o período principal e nos quais o locador poderá não confiar nos alugueres para seu lucro mas pode procurar a recuperação do saldo dos seus gastos e dos seus lucros através da venda do activo recuperado no final da locação. O contrato de aluguer é uma variante da locação operacional.
Titularização pública/privada	Transacções públicas refere-se aos títulos garantidos por activos que são negociados publicamente e transacções privadas refere-se a vendas efectuadas directamente a um investidor individual ou a um pequeno número de investidores.
Retalho	A parte do negócio do FCE que oferece produtos e serviços de locação e financiamento de veículos a consumidores individuais, negociantes únicos e negócios, mediada por um Revendedor ou Concessionário que tem uma relação estabelecida com o FCE.
Titularização	Uma técnica para angariar financiamento de activos geradores de rendimento, tais como empréstimos, através do redireccionamento do seu fluxo de caixa para suportar os pagamentos dos títulos garantidos por esses activos subjacentes. Do ponto de vista legal, os activos titularizados são, geralmente, transferidos para (e detidos por) uma SPE não susceptível de falência. Habitualmente, o FCE envolver-se-ia como um agente de serviços para cobrar e gerir os activos titularizados. O FCE também participa noutras transacções de "factoring" e financiamento estruturado com características semelhantes à titularização e que são igualmente referidas como "titularização" neste relatório.
Entidade de Finalidade Especial ou SPE	Uma entidade não susceptível de falência cujas operações estão limitadas à aquisição e financiamento de activos específicos (que podem incluir a emissão de títulos garantidos por activos e a realização de pagamentos sobre os títulos) e na qual o FCE não tem, normalmente, nenhuma participação legal ou controlo de gestão (consulte a Nota 24 "Investimentos em Participações do Grupo" para consultar uma lista de SPE da Empresa).
VCF	Volvo Car Finance.
Por Grosso	A parte do negócio do FCE que oferece financiamento para o inventário do grossista de veículos novos e usados, peças e acessórios. Também pode ser designado plano ao nível do revendedor ou financiamento de existências. Também pode incluir outras formas de financiamento fornecido a um grossista pelo FCE, tais como empréstimos de capital ou de propriedade, melhorias nas instalações do concessionário e descobertos de capital circulante. Consulte "Revendedor ou Concessionário", acima